



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ - REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE ENSINO SUPERIOR**

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ENFERMAGEM

AUTORIZADO PELA RESOLUÇÃO 13/2010

Palmas
2019

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ

Reitor

Odacir Antonio Zanatta

Pró-Reitor de Ensino

Amarildo Pinheiro Magalhães

Diretor/a de Ensino Superior

Paulo César Medeiros

Coordenador/a de Cursos Tecnólogos e Bacharelados

Claudia Dell' Agnolo Petry

Direção Geral do Campus

Roberto Carlos Bianchi

Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campus

Débora Reis

Coordenador de Curso

Graciela Cabreira Gehlen

Núcleo Docente Estruturante

Graciela Cabreira Gehlen

Albimara Hey

Alcione Oliveira de Souza

Camila Marcondes

Clenise Schmidt

Gimene Cardozo Braga

Iara Aquino Henn

Márcia Domênica Cunico Barancelli

Mariangela Gobatto

Sidnei Teixeira Junior

Verginia Mello Perin Andriola

Comissão de Estruturação de Curso

Graciela Cabreira Gehlen

Albimara Hey

Alcione Oliveira de Souza

Camila Marcondes

Clenise Schmidt
Gimene Cardozo Braga
Iara Aquino Henn
Márcia Domênica Cunico Barancelli
Mariangela Gobatto
Sidnei Teixeira Junior
Verginia Mello Perin Andriola
Hermano Soeiro Kirchheim
Josiane Maria Comarella
Jacob Dos Santos Biziak
Eloisa Elena Bocca
Dionara Guarda
Taciane de Fátima Camargo
Maeli Lorena de Lima
Gisele Angelina Bassani
Elen Magali Aiolfi
Jonas dos Santos Franzen
Edione Gonçalves

Colegiado de Gestão Pedagógica de Curso

Débora Raquel Mergen Lima Reis
Sidnei Teixeira Junior
Melania Dalla Costa
Juliana Eloize Magro
Marcia Adriana Andrade Silva
Luara De Souza Lima Viana
Alexandre Luiz Schlemper
Tiago Scalvenzi Saul
Verginia Mello Perin Andriola
Flavio Fuhr
Paulo Vinicius Vasconcelos De Medeiros
Gesiliane Aparecida Lima Kreve
Graciela Cabreira Gehlen
Christiano Santos Rocha Pitta
Francieli Chassot
Jacob Dos Santos Biziak
Rafael Henrique Santin
Joao Paulo Stadler
Vagner Scamati
Marcia Beraldo Lagos
Vicente Rodrigues De Almeida
Luiz Fernando Rankel
Jaison Luis Crestani

SUMÁRIO

1.APRESENTAÇÃO DO PROJETO	10
1.1 IDENTIFICAÇÃO	10
1.1.1 Denominação do Curso	10
1.1.2 Área do Conhecimento/Eixo Tecnológico	10
1.1.3 Modalidade	10
1.1.4 Grau	10
1.1.5 Regime Letivo (Periodicidade)	10
1.1.6 Turno principal do curso	10
1.1.7 Horário de oferta do curso	10
1.1.8 Prazo de Integralização Curricular	10
1.1.9 Carga-Horário total do Curso	10
1.1.10 Vagas totais (anual)	10
1.1.11 Escolaridade mínima exigida	10
1.1.12 Coordenador	11
1.1.13 Coordenador substituto (se houver)	11
1.1.14 Endereço de Oferta	11
1.2 CONTEXTO HISTÓRICO DO PROJETO NO IFPR	12
1.2.1 O Instituto Federal do Paraná	12
1.2.2 O Curso Superior de Enfermagem	20
1.2.3 Missão, Visão e Valores	22
1.3 O PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO	23
1.3.1 Integração do Projeto ao PDI, PPI e PPP.	26
1.3.2 Fundamentos Legais e Normativos da Área	27
1.3.3 Integração do Projeto com o SINAES	27



2. PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS PEDAGÓGICOS	29
2.1 JUSTIFICATIVA	32
2.2 OBJETIVOS	33
2.2.1 Objetivo Geral	34
2.2.2 Objetivos Específicos	34
2.3 RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E PATRIMONIAL	35
2.3.1 A Responsabilidade Social do Curso	35
2.3.2 Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano	35
2.3.3 Memória , Patrimônio Artístico e Cultural	36
2.3.4 Comunicação e Relações com a Comunidade	37
2.4 CONCEPÇÃO DO CURSO	37
2.5 PERFIL DO EGRESSO	42
2.5.1 Áreas de Atuação do Egresso	42
2.5.2 Acompanhamento de Egressos	43
2.5.3 Registro Profissional	45
3. METODOLOGIA E ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS	46
3.1 RELAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA , EXTENSÃO E INOVAÇÃO	49
3.2 TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM	52
4. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	53
4.1 ESTRUTURA CURRICULAR	53



4.1.1	Representação Gráfica do Processo Formativo	54
4.1.2	Matriz Curricular	56
4.1.3	Componentes Optativos	61
4.1.4	Componentes Eletivos	62
4.2	EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIAS	62
4.3	AVALIAÇÃO	128
4.3.1	Avaliação da Aprendizagem	128
4.3.2	Plano de Avaliação Institucional	137
4.3.3	Avaliação do Curso	141
4.3.4	Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso	142
4.4	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	143
4.4.1	Características do Estágio	144
4.4.2	Convênios de Estágio	145
4.5	INTEGRAÇÃO COM AS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS, CIVIS E PARTICULARES	146
4.5.1	Integração com o sistema local e regional de saúde (SUS) e proposição de atividades práticas de ensino para áreas da saúde e integração com os setores públicos, civis e privados	146
4.6	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	147
4.7	ATIVIDADES COMPLEMENTARES	147
5.	POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES	148
5.1	FORMAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA	148



5.1.1	Programas de Pesquisa, Extensão, Inovação, Inclusão Social, Monitoria e Bolsa-Atleta	151
5.1.2	Aproveitamento de Estudos Anteriores	156
5.1.3	Certificação de Conhecimentos Anteriores	156
5.1.4	Expedição de Diplomas e Certificados	157
5.1.5	Acessibilidade	158
5.1.6	Educação Inclusiva	158
5.1.7	Mobilidade Estudantil e Internacionalização	161
6.	CORPO DOCENTE E CORPO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO	162
6.1.	CORPO DOCENTE	162
6.1.1	Atribuições do Coordenador	162
6.1.2	Experiência do Coordenador	164
6.1.3	Núcleo Docente Estruturante (NDE)	165
6.1.4	Relação do Corpo docente	166
6.1.5	Colegiado de Curso	168
6.1.6	Políticas de Capacitação do Corpo Docente	168
6.2	CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO	170
6.2.1	Políticas de Capacitação do Corpo Técnico Administrativo em Educação	175
6.3	INSTRUMENTOS DE GESTÃO DEMOCRÁTICA	177
6.3.1	Funcionamento dos Colegiados de Gestão	177
6.3.2	Representatividade da Comunidade Acadêmica	181
7.	INFRAESTRUTURA	181
7.1	ÁREAS DE ENSINO ESPECÍFICAS	184
7.2	ÁREAS DE ESTUDO GERAL	185

7.3 ÁREAS DE ESTUDO ESPECÍFICO	190
7.4 ÁREAS DE ESPORTE E VIVÊNCIA	197
7.5 ÁREAS DE ATENDIMENTO DISCENTE	197
7.6 ÁREAS DE APOIO	197
7.7 BIBLIOTECA	198
8. PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA	200
8.1 EXPANSÃO DO QUADRO DOCENTE	200
8.2 PROJEÇÃO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE E CONSUMO	200
8.3 PROJEÇÃO DE AQUISIÇÃO DE ACERVO BIBLIOGRÁFICO	201
REFERÊNCIAS	206
APÊNDICES	210
APÊNDICE A - REGULAMENTO DE ESTÁGIO	210
APÊNDICE B - REGULAMENTO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	236
APÊNDICE C - REGULAMENTO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES	249
ANEXOS	251
REGULAMENTO DA BIBLIOTECA	251
INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO	261

1. APRESENTAÇÃO DO PROJETO

1.1 IDENTIFICAÇÃO

1.1.1 Denominação do Curso

Graduação em Enfermagem

1.1.2 Área do Conhecimento/Eixo Tecnológico

4.04.00.00-0 - Enfermagem

1.1.3 Modalidade

Presencial

1.1.4 Grau

Bacharelado

1.1.5 Regime Letivo (Periodicidade)

Semestral.

1.1.6 Turno principal do curso

Matutino e Vespertino

1.1.7 Horário de oferta do curso

Manhã: 8h às 12h

Tarde: 13h30min às 17h

1.1.8 Prazo de Integralização Curricular

Prazo mínimo: 5 anos

Prazo máximo: 9 anos

1.1.9 Carga-Horário total do Curso

4571horas

Estágio Supervisionado obrigatório: 917 horas

Atividades complementares: 240 horas

1.1.10 Vagas totais (anual)

30

1.1.11 Escolaridade mínima exigida

Ensino Médio completo.

1.1.12 Coordenador

Nome: Graciela Cabreira Gehlen

Titulação Máxima: Doutorado

Regime de Trabalho: DE

1.1.13 Coordenador substituto

Nome: Albimara Hey

Titulação Máxima: Mestrado

Regime de Trabalho: DE

1.1.14 Endereço de Oferta

Campus: Palmas

Rua e número: Av. Bento Munhoz da Rocha Neto, S/N

Bairro: Trevo da Codapar

Cidade: Palmas

UF: PR

CEP: 85555-000

1.2 CONTEXTO HISTÓRICO DO PROJETO NO IFPR

1.2. 1 O Instituto Federal do Paraná

O Instituto Federal do Paraná (IFPR), criado em 29 de dezembro de 2008, teve sua origem na Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná (ET-UFPR). Por sua vez, a ET-UFPR originou-se da Escola Alemã, fundada em 1869 por Gottlieb Müller e Augusto Gaetner, sendo que pertencia à antiga Colônia Alemã de Curitiba. Até 1914, o estabelecimento foi denominado de Escola Alemã, e, depois desta data, passou a ser chamado de Colégio Progresso e, posteriormente, de Academia Comercial Progresso. Em 1941, a então Academia Comercial Progresso foi adquirida pela Faculdade de Direito da UFPR, sendo autorizada a funcionar sob a denominação de Escola Técnica de Comércio, anexa à Faculdade de Direito. Em 22 de janeiro de 1974, o Conselho Universitário decidiu integrá-la à Universidade, como órgão suplementar e, a partir de 1986, ela passou a ser denominada Escola Técnica de Comércio da Universidade Federal do Paraná. A partir de 14 de dezembro de 1990, ao aprovar a reorganização administrativa da Universidade, o Conselho Universitário alterou sua denominação para Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná, vinculando-a à Pró-Reitoria de Graduação e, em novembro de 1997, por decisão deste mesmo Conselho, foi classificada como Unidade da UFPR.

Em sessão do Conselho Universitário (COUN) da UFPR, realizada em 19 de março de 2008, a Escola Técnica foi autorizada a aderir ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), elaborado pelo Ministério da Educação (MEC), cujo principal objetivo é a expansão da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil. Dessa forma, após 68 anos, a ET-UFPR desvincula-se da UFPR e transforma-se em uma autarquia federal, detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

O Instituto Federal do Paraná teve origem a partir da Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008 que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

O Art. 2º da Lei 11.892/2008 caracteriza os Institutos Federais como instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com

base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas.

O parágrafo segundo desse artigo salienta que “para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, os Institutos Federais são equiparados às universidades federais”. Além disso, em todo o Brasil, existem 38 Institutos que constituem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC). O Art. 5º da Lei 11.892/2008 determina a presença dos Institutos Federais nas diferentes unidades da federação, indicando em seu inciso XXV a criação do Instituto Federal do Paraná, mediante a transformação da Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná.

As finalidades e características dos Institutos Federais e, portanto, do Instituto Federal do Paraná (IFPR) são descritas nos incisos do Art. 6º da referida lei, como sendo:

- I. Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II. Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III. Promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV. Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- V. Constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- VI. Qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- VII. Desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- VIII. Realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

- IX. Promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

A partir disso, estabelecem-se os objetivos dos Institutos Federais, descritos no Art. 7º da mesma lei:

- I. Ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
- II. Ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- III. Realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- IV. Desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- V. Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e
- VI. Ministrar em nível de educação superior.

O grande diferencial dos Institutos Federais é a oferta de todos os níveis de ensino na mesma instituição. Pela primeira vez é possível oferecer, no mesmo local, desde a Educação Básica (cursos de nível médio e técnico) até a Pós-Graduação (especialização, mestrado e doutorado). O Ensino Superior será ministrado nos Institutos Federais, observando o disposto nas alíneas do Art.7º, inciso VI, que dá a abrangência de atuação desse nível nas instituições vinculadas à Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia:

- a) Cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
- b) Cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
- c) Cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
- d) Cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e
- e) Cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

O Instituto Federal do Paraná (IFPR) tem atualmente com 26 Campi (Figura 1), ofertando cursos em nível médio, técnico e superior, além da oferta de cursos na



modalidade à distância em mais de 230 municípios paranaenses e em outras unidades da Federação. Os *Campi* do IFPR estão localizados nos municípios de Assis Chateaubriand, Campo Largo, Capanema, Cascavel, Colombo, Curitiba, Foz do Iguaçu, Jacarezinho, Jaguariáiva, Irati, Ivaiporã, Londrina, Palmas, Paranaguá, Paranavaí, Pinhais, Pitanga, Telêmaco Borba, Umuarama, União da Vitória, Astorga, Barracão, Coronel Vivida, Goioerê e Quedas do Iguaçu. Além destes campi, a implantação de novos campi nos municípios de Bandeirantes, Guaira e Lapa está ocorrendo.



Figura 01. Mapa de localização dos *Campus* do IFPR

O Paraná é um dos estados brasileiros que mais se destaca no crescimento econômico e na qualidade de vida, conforme revela seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio. A economia paranaense está entre as cinco maiores do país. No ano de 2016, o Estado do Paraná teve um PIB de 386,957 bilhões de reais, correspondendo a 6,17% do PIB nacional (IPARDES, 2016).

Na composição do PIB paranaense, o setor de agropecuário, em 2014, representou cerca de 9,5% do valor total do PIB (IPARDES, 2016). O Paraná é o maior produtor



nacional de grãos, apresentando uma pauta agrícola diversificada, na qual se destacam a cultura da soja, do milho, do trigo, do feijão e da cana-de-açúcar. Na pecuária, o maior destaque é da avicultura da bovinocultura e suinocultura (IPARDES, 2008).

No setor industrial, predominam os segmentos de alimentos e bebidas, refino de petróleo e fabricação/ montagem de veículos automotores. No comércio internacional se destacam as transações principalmente, com a Argentina e a Alemanha. Entre os principais produtos exportados estão a soja, material de transporte e carne, enquanto os mais importados são materiais de transporte, produtos químicos e derivados de petróleo.

O IFPR oferece condições adequadas para a produção de conhecimento e para a qualificação da força de trabalho, necessárias ao estímulo do desenvolvimento socioeconômico do Paraná. Por isso, a distribuição espacial dos Campi procurou contemplar o estado como um todo, situando as unidades em municípios considerados polos de desenvolvimento regional e aqueles que necessitam de auxílio no desenvolvimento econômico e social para incrementar o IDH (Figura 02).

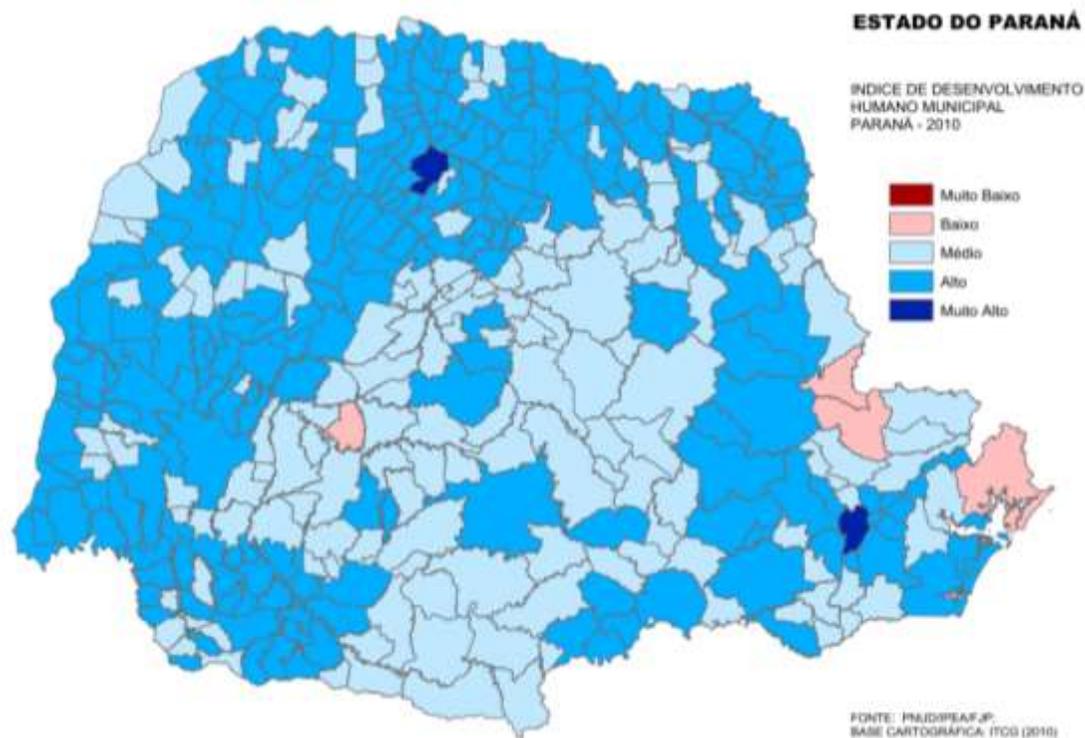


Figura 02. Mapa demonstrativo da situação do IDH no estado do Paraná

HISTÓRICO DE PALMAS E O PROCESSO DE FEDERALIZAÇÃO DO CAMPUS

A história de Palmas iniciou-se há quase três séculos, na década de 1720. Em 1855 Palmas foi elevada à categoria de Freguesia. Em 1877, Palmas tornou-se a “Vila do Senhor Bom Jesus dos Campos de Palmas” e, algum tempo depois, município autônomo.

Palmas era habitada por índios e, inicialmente, ocorreu a miscigenação com seus imigrantes, os portugueses colonizadores e os negros escravos. Após 1880, houve também a chegada de alemães, italianos, poloneses, espanhóis e sírio-libaneses, além da contínua entrada de portugueses.

Palmas está localizada nas regiões dos Campos do Centro-Sul e Sudoeste do Estado (Figura 03). Entre as outras atividades econômicas da região, estão a agricultura, indústria, fruticultura, silvicultura, extração vegetal, avicultura, bovinocultura, ovinocultura, além do setor terciário de comércio e serviços.



Figura 03. Localização geográfica do município de Palmas no estado do Paraná

A cidade conta com algumas atrações turísticas e culturais, entre as quais destacam-se o artesanato, o Rodeio Interestadual, Centros de Tradição Gaúcha, a Expopalmas, Cavalhadas, Usina Eólica, uma Cervejaria artesanal, além das comidas típicas e de diversos outros eventos. Outra atração de destaque em Palmas são suas fazendas históricas, que preservam as características do passado. Algumas delas existem há mais de um século, guardando a arquitetura e utensílios da época.

Palmas é, socialmente, uma das mais desiguais cidades do Paraná. Entre 1991 e 2000, o Índice GINI (que mede o grau de desigualdade social) do município disparou de 0,60 para 0,63. Felizmente, do ano de 2000 a 2010 o Índice GINI teve um decréscimo para 0,54, indicando que diminuiu a diferença de riqueza entre as pessoas. A diminuição do Índice GINI pode estar associado ao fato de que Palmas foi um dos municípios com maior crescimento econômico no Estado entre 2000 e 2004. Atualmente, há uma projeção para um aumento de aproximadamente 20% na população nos próximos 15 anos (IPARDES, 2016). Nesse contexto sócio-econômico-cultural é que se instaurou o *Campus* Palmas do IFPR.

A origem do *Campus* Palmas advém da transformação do Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná – UNICS, em março de 2010. O UNICS, instituição de natureza privada, mantida pelo Centro Pastoral, Educacional e Assistencial Dom Carlos – CPEA, passava por grandes dificuldades financeiras. O Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, determinou a desapropriação do imóvel do UNICS, o qual foi transferido para o IFPR através da resolução 10/2010. Imediatamente após o ato, o governador firmou um convênio com o Ministério da Educação para que se ofertasse educação superior, de qualidade e gratuita, para toda a região.

Nas atuais estruturas do IFPR - *Campus* Palmas, houve uma série de mudanças ao longo do tempo, como segue:

- 1968 – surgimento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FAFI (Decreto Federal 63583/68) – com quatro cursos: Filosofia, História, Pedagogia e Letras.
- 1979 e 1980 – criação da Faculdades Reunidas de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas de Palmas – FACEPAL (Lei Municipal nº 654/79 – Decreto Federal 84784/80) – sob a Administração do CPEA – com os cursos iniciais: Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas –

depois Licenciatura em Educação Física e em 1985, Administração Rural e Licenciatura em Ciências – Habilitações: Matemática, Biologia e Química.

- 1987 – expansão das instalações físicas, com aquisição de uma área de 30 alqueires, com abertura dos primeiros caminhos no terreno e início da construção do *Campus II* na PRT 280.
- 1990 – tentativa da instalação de uma Universidade Regional, a Fundação Universidade Estadual do Vale do Iguaçu – UNIVALE, integrando as instituições FAFI e FACEPAL de Palmas, FAFI e FACE de União da Vitória, FUNESP de Pato Branco e FACIBEL de Francisco Beltrão, todas localizadas no Sul e Sudoeste do Paraná.
- 1992 – FACEPAL assinaram em convênio de Amparo Técnico e Financeiro com o Estado, destinado ao subsídio das mensalidades e a compra de equipamentos, materiais e instrumentais.
- 1993 – tentativa de instalar uma universidade regional, a Universidade Católica do Sudoeste do Paraná - o processo foi arquivado devido ao fechamento do Conselho Federal de Educação, pelo Presidente da República.
- 1998 – estruturado o novo Conselho Nacional de Educação – solicitação da transformação da FAFI/FACEPAL em Centro Universitário.
- 2001 – mudança da categoria Faculdades isoladas para Faculdades Integradas de Palmas – aprovado em 15 de fevereiro de 2001 – Portaria MEC 285/2001.
- 2002 – Faculdades Integradas de Palmas, passaram a denominar-se Faculdades Integradas Católicas de Palmas (Portaria do MEC 2993/2002)
- 2004 – Faculdades Integradas Católicas de Palmas é transformada em Centro Universitário Diocesano do Sudoeste do Paraná – UNICS (Portaria Ministerial 1274/04), com alteração posterior do nome para Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná.
- a partir de 2004 – o UNICS instalou novos cursos, como Farmácia, Enfermagem, Direito, Engenharia Civil e Agronomia.
- 2009 – A administração do UNICS, passou a focar-se na inclusão da IES no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, programa novo do Governo Federal de expansão do Ensino Superior, Técnico e Tecnológico

lançado em dezembro de 2008. Esta iniciativa contou com o apoio de lideranças políticas locais, regionais e nacionais, pessoas representativas de diversos movimentos, associações e outras, por entenderem que esta conquista seria uma importante alavanca para o desenvolvimento de Palmas e região.

- 17 de março de 2010, no Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná – UNICS, aconteceu o ato oficial de desapropriação dos bens imóveis e laboratoriais do UNICS e a Instalação do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná – IFPR – Complexo Tecnológico D. Agostinho José Sartori.
- 14 de junho de 2010, a Secretaria de Educação Superior do Ministério de Educação aprovou a incorporação dos cursos e discentes pelo IFPR, e declarou extinto o Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná – UNICS (Portaria nº 728/2010).

1.2.2 O Curso Superior de Enfermagem

A concepção metodológica do Curso e todo trabalho pedagógico está pautado em fundamentos científicos, que compreendam a produção teórica e suas implicações que correspondam à organização prática. Deve-se considerar a organização pedagógica um processo, em que todas as possibilidades são criadas e recriadas pela ação humana, partindo de uma visão dialética.

Fundamentados na Constituição Federal de 88 nos artigos 206 que garantem ao ensino uma base pautada nos princípios da igualdade de condições para o acesso e permanência, liberdade de aprender, pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, gratuidade do ensino, gestão democrática, com garantia de padrão de qualidade, e no art. 214 que estabelece o Plano Nacional de Educação, o Curso de Enfermagem elaborou seu currículo pautado no desenvolvimento de espírito científico, pensamento reflexivo, conhecimento dos problemas, nacionais e regionais, prestando serviços especializados à comunidade e estabelecendo com esta uma relação de reciprocidade.

O Art. 43 da LDB descreve que a educação superior tem por finalidade:

- I – estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II – formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III – incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive; que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V – suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI – estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII – promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Levando-se em consideração o disposto pela própria LDB em seu artigo 43, destaca-se a importância de se ir além dos “currículos mínimos”, tornando imperativo oferecer elementos que desenvolvam a autonomia intelectual para que, ao final do curso, o egresso seja o autor da sua educação continuada.

O desafio, a problematização, a investigação, o prazer pelo aprender deve ser reconhecido como elementos motivadores, que assegurem a apropriação do conhecimento e o desenvolvimento de competências e habilidades. A partir de métodos e técnicas inovadoras, professores e alunos devem ser ativos no processo de ensino-aprendizagem, trabalhando de forma contextualizada, relacionando os conteúdos curriculares com a realidade social e sua transformação produtiva para o fazer, com vistas à autonomia intelectual.

Desta forma, o Curso de Enfermagem do IFPR exerce uma prática voltada ao coletivo, fruto do debate e da consistência de propósitos que envolvem as perspectivas e as intenções sociais do conjunto de professores, acadêmicos e comunidade. A ação coletiva transpõe os limites do Instituto Federal por entender que é essencial o envolvimento da sociedade no processo de formação. A construção coletiva estabelece novas e diferentes relações entre a comunidade acadêmica e a sociedade, e constrói novos processos e condições de trabalho.

O Curso de Enfermagem do UNICS foi concebido em fevereiro de 2005, para proporcionar ao profissional uma qualificação técnico-científica que o habilita no cumprimento das atribuições permitidas pela Lei e regidas pelo código de ética. Desta forma a Instituição se propôs a formar enfermeiros com habilidades e competências para exercer suas atividades profissionais em Hospitais, Postos de Saúde, Vigilância Sanitária e Epidemiológica, Empresas, Laboratórios, Escolas, Universidades e outros órgãos onde seus conhecimentos sejam requisitados, até mesmo no magistério superior da área.

Portanto, as práticas pedagógicas, mobilizadas pela motivação e reflexão crítica, pela compreensão e de reinterpretação da realidade do Curso e da própria Instituição, projetam a realidade social presente e mesmo futura. A formação social do graduando em Enfermagem é motivada por ações estratégicas intrínsecas e extrínsecas ao currículo como atividades culturais, iniciativas sociais e outras.

1.2.3 Missão, Visão e Valores

Prevendo a ampla participação da sociedade em todas as suas esferas, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), foi elaborado no ano de 2014-2018 apontando a necessidade de parceria com os movimentos sociais, as entidades ou instituições públicas e privadas representativas das classes patronal e trabalhadora. Segundo o PDI do IFPR (2014-2018), essa articulação com a sociedade e com representantes do mercado de trabalho certamente trará ao processo educativo e formativo, valiosa contribuição em relação à compreensão dos valores sociais do trabalho e da dignidade humana. Ainda, conforme o PDI (2014), a participação da comunidade é essencial ao processo educacional que se munirá de condições de despertar nas pessoas a consciência cidadã voltada para a compreensão da realidade social em que vivem e a importância da participação no processo de transformação desta realidade, para que se possa construir uma sociedade mais livre, igualitária, justa, fraterna, solidária e soberana.

Com essa perspectiva de ampla participação social e de transformação da realidade, a missão do IFPR se constitui em “promover a educação profissional e tecnológica, pública, de qualidade, socialmente referenciada, por meio do ensino, pesquisa e extensão, visando à formação de cidadãos críticos, autônomos e empreendedores, comprometidos com a



sustentabilidade” (PDI, 2014). Dessa missão, deriva-se a visão institucional: “Ser referência em educação profissional, tecnológica e científica, reconhecida pelo compromisso com a transformação social” (PDI, 2014).

Os valores definidos pelo Plano de Desenvolvimento Institucional são:

- Educação de qualidade e excelência;
- Eficiência e eficácia;
- Ética;
- Pessoas;
- Sustentabilidade;
- Visão sistêmica;
- Qualidade de vida;
- Diversidade humana e cultural;
- Inclusão social;
- Empreendedorismo e inovação;
- Respeito às características regionais;
- Democracia e transparência.

A partir do compromisso social, que se evidencia na missão, na visão e nos valores institucionais, o IFPR se propõe a ofertar uma formação sólida, com base na ética e nos valores democráticos como princípios fundamentais à educação e à produção de conhecimentos, permitindo uma integração efetiva entre os membros da comunidade escolar, a sociedade e o mundo do trabalho.

1.3 O PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

O projeto pedagógico do Curso de Enfermagem por meio das reflexões do NDE vem sofrendo ajustes desde sua concepção em 2012, no sentido de aprofundamento e amadurecimento das propostas metodológicas inovadoras a que se propõe. Com o intuito de atender as competências e habilidades exigidas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem (Resolução 03/2001), e o instrumento de avaliação do SINAES (Lei 10.861 de 14 abril de 2004) como um currículo integrado, mais flexível e prático, com aprendizagem ativa e sistêmica sobre o processo saúde-doença do aluno, incluindo considerações a respeito das dimensões da diversidade biológica, étnico-racial, de gênero, política, cultural, orientação sexual, socioeconômica e, no processo de cuidar nas questões de gênero e de pessoas com deficiência e no envelhecimento, de uma maneira transversal de cuidar.

Salientamos que a partir de fevereiro de 2012 entrou em vigor um novo Instrumento de Avaliação dos Cursos Superiores, que faz parte das ações do SINAES. Este documento introduziu os dispositivos legais que os cursos superiores devem atender: **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana** (Resolução CNE/CP N° 01, de 17 de junho de 2004) e **Políticas de Educação Ambiental** (Lei n° 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto N° 4.281, de 25 de junho de 2002), que estão contemplados no PPC do Curso de Enfermagem e são desenvolvidos nos núcleos de formação e nas práticas integradoras. Além disso, incluiu-se também o tema “Educação para Segurança de Trânsito”, como conteúdo obrigatório, conforme Art. 74 e 75 da Lei N° 9.503/97.

A proposta de estruturação curricular apresenta do primeiro ao quarto período quatro componentes curriculares integradores, constituídos por conhecimentos transversais pertinentes ao período, desenvolvidas por meio de recurso ativo como atividades de síntese, situação problema e o portfólio. Esses componentes são propostas estratégicas com o objetivo de integrar as diferentes áreas de conhecimentos biológicos, sociais e específicos da Enfermagem abordados nos componentes curriculares do período, com tutoria de um docente coordenador do período. A partir do quinto período até o oitavo o currículo está organizado em núcleos integrados, contemplando o processo de cuidar do RN, criança, adolescente, homem, mulher e idoso no âmbito coletivo e em situações de adoecimento, por meio das linhas de cuidado. Para o desenvolvimento dos núcleos são propostas 50% da carga horária de atividades práticas nos diferentes cenários terapêuticos que assistem os sujeitos, 25% da carga horária com aulas teóricas e, 25% da carga horária com atividades tutoradas com uso de metodologias ativas, como a síntese, situação problema e portfólio. Os núcleos integrativos contam com a figura do coordenador do núcleo, desenvolvido por um dos docentes que compõem o núcleo. O nono e décimo períodos são destinados ao estágio curricular supervisionado nos serviços de saúde e ao Trabalho de Conclusão de Curso.

Assim, o projeto pedagógico busca proporcionar oportunidades de aprendizagem com intuito de dotar o futuro profissional Enfermeiro de conhecimentos voltados a uma formação crítica e reflexiva, para que seu agir profissional ajude na construção de uma cidadania ativa e no desenvolvimento de defesa irrestrita aos direitos humanos e da



democracia, incluindo conteúdos temáticos relacionados ao mundo do trabalho e das relações históricas na formação do profissional enfermeiro. Isso está de acordo com os artigos 2º e 3º da LDB que conceituam a educação como um dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, com a finalidade de provocar o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Assim o ensino deverá ser ministrado com base nos princípios da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; no pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e, no respeito à liberdade e apreço à tolerância.

Considerando os objetivos propostos pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso, as habilidades e competências apontadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais, o Curso de Graduação em Enfermagem do IFPR – Câmpus Palmas tem por objetivo formar Enfermeiros com perfil profissional para atuar em diferentes níveis de assistência à saúde, sendo capazes de:

- reconhecer que todo cidadão tem direito de acesso aos recursos de saúde, empenhando-se para garantir-lhe o acesso e a qualidade dos serviços prestados;
- reconhecer que todo cidadão tem direito de acesso aos recursos de saúde e empenhar-se pela obtenção e qualidade dos mesmos;
- compreender o processo saúde-doença como dinâmico, por meio de análise crítica dos múltiplos fatores que interferem neste processo;
- prestar assistência sistematizada de enfermagem individual e coletiva, por meio de ações integradas de promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde em todas as fases da vida e do processo saúde-doença;
- desenvolver de forma integrada ações educativas, administrativas e de pesquisa no processo preventivo, assistencial e terapêutico;
- analisar criticamente o seu papel como cidadão e profissional na realidade do sistema de saúde e da sociedade brasileira;
- desenvolver uma prática mais humanizada, com especial cuidado ao paciente, atendendo-o em sua integralidade.



1.3.1 Integração do Projeto ao PDI, PPI e PPP.

A formação profissional da Enfermagem tem papel fundamental na consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS), pois sistematiza a atenção voltada a promoção e proteção da saúde e sua recuperação. A trajetória de profissionalização no Brasil tem passado por transformações relevantes no que diz respeito a formação, acompanhando o contexto histórico, político, econômico e social, e suas repercussões na educação e na saúde.

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o Ensino de Graduação em Enfermagem definem os princípios, fundamentos, condições e procedimentos da formação de enfermeiros, estabelecidas pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, para aplicação em âmbito nacional na organização, desenvolvimento e avaliação dos projetos pedagógicos dos Cursos de Graduação em Enfermagem das Instituições do Sistema de Ensino Superior. As DCNs são os dispositivos que fomentam a reorientação da formação profissional em saúde, com meios adequados a formação de profissionais que atuem como protagonistas no desenvolvimento do SUS, que sejam flexíveis ao controle da sociedade no setor, expressando a relevância social às práticas na rede de atenção a saúde. As DCNs encontram-se em trâmites legais para atualização.

O Curso de Enfermagem do IFPR está inserido em uma região de vulnerabilidade social e política, com serviços públicos de saúde que não atendem plenamente as necessidades demandas pelos sujeitos e coletivos. As práticas de formação do curso em parceria com as secretarias de saúde e hospitais da região contribuem na qualificação e acesso aos serviços básicos de saúde a população palmense, bem como para a formação profissional qualificada para o exercício de Enfermagem, com base no rigor científico e intelectual pautado em princípios éticos, capacitando enfermeiros aptos a intervir sobre os problemas/situações de saúde-doença, com senso de responsabilidade social e compromisso com a cidadania. Assim, os propósitos do curso estão alinhados aos propósitos da missão do IFPR que almeja promover a educação profissional, científica e tecnológica, pública, gratuita e de excelência, por meio do ensino, pesquisa e extensão, visando à formação integral de cidadãos críticos, empreendedores, comprometidos com a sustentabilidade e com o desenvolvimento local e regional.



1.3.2 Fundamentos Legais e Normativos da Área



O Curso de Enfermagem da extinta UNICS, hoje do IFPR Câmpus Palmas, incorporado à instituição mediante a aprovação da Resolução CONSUN nº 01/2004, tem, atualmente, oferta em regime integral, funcionando nos períodos matutino e vespertino. A primeira turma iniciou em 2012, após a homologação do curso pela Resolução 13/2010.

Além disso, o Projeto Pedagógico do Curso está fundamentado nas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) e a Resolução CNE/CES Nº 03/2001, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Enfermagem, o Parecer CNE/CES nº 33/2007 que trata da consulta sobre a carga horária do curso de graduação em Enfermagem e sobre a inclusão do percentual destinado ao Estágio Supervisionado na mesma carga horária, a Lei 7498/96 do Exercício Profissional de Enfermagem e a Resolução 564/2017 que versa sobre o Código de Ética do profissional de Enfermagem.

1.3.3 Integração do Projeto com o SINAES

O projeto pedagógico do Curso de Enfermagem fomenta competências e habilidades relativas à Atenção em saúde, de modo que os estudantes se tornem profissionais aptos para prestar cuidados frente às ações de prevenção, promoção e reabilitação da saúde, nos níveis individual e coletivo, assegurando que sua prática seja realizada de forma integrada e contínua com as demais instâncias do sistema de saúde. Isso permite que este profissional seja capaz de pensar criticamente, analisar os problemas da sociedade e de procurar suas soluções conjuntas. Para tanto, desenvolvem inúmeras atividades de ensino no âmbito das aulas práticas nas comunidades, nos serviços de saúde que integram o Sistema Único de Saúde e rede privada, projetos de pesquisa e extensão e os projetos de intervenção dos estágios supervisionados, todos em nível regional e local.

Assim, aproxima-se uma das 10 dimensões do SINAES utilizadas como referencial para a construção do projeto do curso, quando trata da qualidade da atuação acadêmica e social, com vistas ao cumprimento de sua missão, no que se refere à responsabilidade social



da instituição, considerada especialmente à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social e à defesa do meio ambiente.

O desenvolvimento destas competências possibilita a garantia da integralidade do cuidado em saúde, desenvolvidas pelas habilidades técnicas e raciocínio crítico importantes para que os problemas sejam identificados, e as melhores práticas em saúde, instituídas.

Assim, a formação crítica, reflexiva e interdisciplinar dos profissionais Enfermeiros proposta prima por capacitá-los a identificarem seu escopo de atuação e planejar ações conjuntas.



2. PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS PEDAGÓGICOS



Este projeto pedagógico do curso de Enfermagem está estruturado na construção de competências e habilidades na área da Enfermagem, baseadas nas DCNs do Curso, por meio de um conjunto de ações que visam à melhoria da preparação do enfermeiro para enfrentar as transformações do mundo do trabalho.

Assim, as competências e habilidades a serem desenvolvidas durante o processo de formação devem privilegiar as condutas técnico-científicas, ético-políticas, socioeducativas, de forma a permitir ao futuro profissional reconhecer a saúde como direito, atuando para garantir a qualidade da assistência em todos os níveis de atenção à saúde, planejando, organizando, gerenciando e avaliando o processo de trabalho em enfermagem - saúde, em parceria com outros profissionais do local de trabalho.

O termo competência é concebido como uma das ferramentas da reorganização da formação para atender às demandas desse tempo de mudanças constantes. Assim, compete, ainda, ao enfermeiro estar apto a administrar e gerenciar recursos, profissionais e informações; e estar em constante processo de aprendizado.

As áreas de conhecimento essenciais para o Curso de Graduação em Enfermagem estão relacionados com todo o processo saúde-doença do cidadão, da família e da comunidade, integrado à realidade epidemiológica e profissional, proporcionando a integralidade das ações do cuidar em enfermagem, a partir das:

I - Ciências Biológicas e da Saúde – incluem-se os saberes (teóricos e práticos) de base moleculares e celulares dos processos normais e alterados, da estrutura e função dos tecidos, órgãos, sistemas e aparelhos, aplicados às situações decorrentes do processo saúde-doença no desenvolvimento da prática assistencial de Enfermagem;

II - Ciências Humanas e Sociais – incluem-se os saberes referentes às diversas dimensões da relação indivíduo/sociedade, contribuindo para a compreensão dos determinantes sociais, culturais, comportamentais, psicológicos, ecológicos, éticos e legais, nos níveis individual e coletivo, do processo saúde-doença;

III - Ciências da Enfermagem - neste tópico de estudo, incluem-se:

- a) **Fundamentos de Enfermagem:** os saberes técnicos, metodológicos e os meios e instrumentos inerentes ao trabalho do Enfermeiro e da Enfermagem em nível individual e coletivo;
- b) **Assistência de Enfermagem:** os saberes (teóricos e práticos) que compõem a assistência de Enfermagem em nível individual e coletivo prestada à criança, ao adolescente, ao adulto, à mulher e ao idoso, considerando os determinantes sócio-culturais, econômicos e ecológicos do processo saúde-doença, bem como os princípios éticos, legais e humanísticos inerentes ao cuidado de Enfermagem;
- c) **Administração de Enfermagem:** os saberes (teóricos e práticos) da administração do processo de trabalho de enfermagem e da assistência de enfermagem; e
- d) **Ensino de Enfermagem:** os saberes pertinentes à capacitação pedagógica do enfermeiro, independente da Licenciatura em Enfermagem.

De acordo com o Art. 11 da Lei Federal nº 7.498/86 são ações elencadas para o exercício das atividades do profissional enfermeiro:

I- Privativamente:

- direção do órgão de Enfermagem integrante da estrutura básica da instituição de saúde, pública ou privada, e chefia de serviço e de unidade de Enfermagem;
- organização e direção dos serviços de Enfermagem e de suas atividades técnicas e auxiliares nas empresas prestadoras desses serviços;
- planejamento, organização, coordenação, execução e avaliação dos serviços de assistência de Enfermagem;
- consultoria, auditoria e emissão de parecer sobre matéria de Enfermagem;
- consulta de Enfermagem;
- prescrição da assistência de Enfermagem;
- cuidados diretos de Enfermagem a pacientes graves com risco de vida;
- cuidados de Enfermagem de maior complexidade técnica e que exijam conhecimentos de base científica e capacidade de tomar decisões imediatas;

II - como integrante da equipe de saúde:



- participação no planejamento, execução e avaliação da programação de saúde;
- participação na elaboração, execução e avaliação dos planos assistenciais de saúde;
- prescrição de medicamentos estabelecidos em programas de saúde pública e em rotina aprovada pela instituição de saúde;
- participação em projetos de construção ou reforma de unidades de internação;
- prevenção e controle sistemático de infecção hospitalar e de doenças transmissíveis em geral;
- prevenção e controle sistemático de danos que possam ser causados à clientela durante a assistência de Enfermagem;
- assistência de Enfermagem à gestante, parturiente e puérpera;
- acompanhamento da evolução e do trabalho de parto;
- execução do parto sem distócia;
- educação visando à melhoria de saúde da população.

Segundo essas diretrizes, os acadêmicos do Curso de Enfermagem são orientados a:

- Respeitar os princípios éticos inerentes ao exercício profissional;
- Atuar em todos os níveis de atenção à saúde, integrando-se em programas de promoção, manutenção, prevenção, proteção e recuperação da saúde, sensibilizados e comprometidos com o ser humano, respeitando-o e valorizando-o;
- Atuar multiprofissionalmente, interdisciplinarmente e transdisciplinarmente com extrema produtividade na promoção da saúde baseado na convicção científica, de cidadania e de ética;
- Reconhecer a saúde como direito e condições dignas de vida e atuar de forma a garantir a integralidade da assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema;
- Exercer sua profissão de forma articulada ao contexto social, entendendo-a como uma forma de participação e contribuição ao mesmo;

- Conhecer métodos e técnicas de investigação e elaboração de trabalhos científicos.

Assim, a proposta de se promover a articulação teórico-prática aliado a experiências pedagógicas ativas por competências como estratégias de ensino - aprendizagem possibilita a estruturação do conhecimento de acordo com um pensamento interdisciplinar, o desenvolvimento de capacidades que mobilizam o incentivo à resolução de problemas e o favorecimento de uma atitude de compromisso para com a profissão.

2.1 JUSTIFICATIVA

O *Campus* Palmas do IFPR localiza-se na Região Centro-Sul do Paraná, na divisa com a Região Sudoeste do Paraná e Regiões Oeste e Médio Oeste de Santa Catarina. Estas quatro regiões são compostas por municípios cujo princípio básico de desenvolvimento econômico é o setor agropecuário e suas indústrias derivadas. As diferentes frentes de ocupação do território do Centro-Sul do Paraná agregaram distintas características socioeconômicas, étnicas e culturais à região. O meio rural é expressão social da agricultura familiar descendente da última fronteira colonial do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

O Centro-Sul Paranaense detém 4,2% da população do Estado. Possui um perfil social relativamente homogêneo e um crescimento do emprego formal acima da média estadual. No ano de 2014, o PIB *per capita* da Região Centro-Sul do Paraná foi de, aproximadamente, R\$ 22.326,00 sendo inferior ao PIB *per capita* paranaense que foi, aproximadamente, R\$ 31.411,00 e superior ao PIB *per capita* de Palmas, que foi cerca de R\$18.399,00. A atividade agropecuária, na região Centro-Sul Paranaense, contribuiu com aproximadamente 20% do total do valor adicionado bruto. Ainda, algumas das principais indústrias são beneficiadoras dos produtos agropecuários, destacando consideravelmente a importância da atividade agropecuária na região (IPARDES, 2016).

A maior parte dos trabalhadores a região desenvolve algum tipo de atividade agropecuária ou de extração florestal. Porém, mantém uma renda per capita abaixo da média estadual por, justamente, possuir um perfil econômico especializado na produção agropecuária de pequenos e médios produtores, porém com baixa agregação de valor.

Estima-se que 80% da população são de descendentes de italianos vindos do Rio Grande do Sul e de descendentes de alemães vindos de Santa Catarina, caracterizando-se as tradições gaúchas. Tanto é comum a língua italiana no diálogo cotidiano pelos mais antigos, como o uso do chimarrão e alimentação ligada aos costumes gaúcho e italiano.

Embora o IFPR Campus Palmas esteja localizado na região Centro-Sul, sua economia e área de abrangência são extrapoladas para a região Sudoeste do Paraná e Oeste e Médio Oeste de Santa Catarina.

Segundo dados do IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social) do ano de 2010, Palmas é considerada como a nona cidade com maior desigualdade social do estado do Paraná e no ano de 2000 apresentou o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,74 o qual representa um indicador dentro dos padrões recomendados de qualidade de vida. E o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) 4,1, valor esse inferior ao preconizado segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais (Inep, 2011).

Somado a esses indicadores, justifica-se ainda, que o Curso de Enfermagem foi implantado em razão da necessidade regional do profissional Enfermeiro e, em especial pelos indicadores de saúde do município de Palmas, assim como pelo interesse da comunidade local em manter o funcionamento do mesmo. Até o segundo semestre de 2019 foram formados três turmas de enfermeiros, que inseridos no mercado de trabalho em sua maioria nessa região contribuindo para a melhora do processo saúde-doença da população assistida.

O Curso de Enfermagem está inserido num processo de mudanças quanto ao atendimento à população após sua inserção nesta região. Os estágios curriculares contribuem para um atendimento mais humano da população, propiciando ao acadêmico, formação sólida, científica e com respeito ao próximo. Mantêm como tradição a Semana Científica de Enfermagem, com o objetivo de refletir sobre as mudanças e caminhos da profissão e aprofundar os conhecimentos de enfermagem e de áreas correlatas.

2.2 OBJETIVOS

Considerando os objetivos propostos pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso, as habilidades e competências apontadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais, o

Curso de Graduação em Enfermagem do IFPR – Câmpus Palmas tem objetivos que contemplam a atuação em diferentes níveis de assistência à saúde.

2.2.1 Objetivo Geral

Formar Enfermeiros com perfil profissional generalista, humanista, crítico e reflexivo para o exercício da Enfermagem, no rigor científico e intelectual e, pautados nos princípios éticos e morais da profissão.

2.2.2 Objetivos Específicos

- compreender e reconhecer que o ser humano como cidadão, com necessidades de saúde que devem ser atendidas durante o ciclo vital, com senso de responsabilidade social e compromisso com a cidadania;

- reconhecer que todo cidadão tem direito de acesso aos recursos de saúde, empenhando-se para garantir-lhe o acesso e a qualidade dos serviços prestados, por meio de uma prática humanizada que prime pelo atendimento do ser humano em sua integralidade;

- compreender e intervir sobre os problemas/situações de saúde-doença mais prevalentes no perfil epidemiológico nacional com ênfase na sua região de atuação, por meio de análise crítica dos múltiplos fatores que interferem neste processo;

- prestar assistência sistematizada de enfermagem individual e coletiva, por meio de ações integradas de promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde em todas as fases da vida e do processo saúde-doença, identificando as dimensões biopsicossociais dos seus determinantes;

- desenvolver de forma integrada ações educativas, administrativas e de pesquisa no processo preventivo, assistencial e terapêutico;

- analisar criticamente o seu papel como cidadão e profissional na realidade do sistema de saúde e da sociedade brasileira.

2.3 RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E PATRIMONIAL

2.3.1 A Responsabilidade Social do Curso

A Política de Apoio Estudantil do IFPR compreende o conjunto de ações voltadas aos estudantes e que atendam aos princípios de garantia de acesso, permanência e conclusão do curso de acordo com os princípios da Educação Integral (formação geral, profissional e tecnológica) em estreita articulação com os setores produtivos locais, econômicos e sociais e é posta em prática, através da oferta periódica de vários Programas de Bolsas de Estudos, sendo regulamentada através da Resolução CONSUP nº 011/2009 e 53/2011.

Essa Política tem como premissa a respeitabilidade a diversidade social, étnica, racial e inclusiva na perspectiva de uma sociedade democrática e cidadã, pautando-se nos seguintes princípios:

- I. Educação profissional e tecnológica pública e gratuita de qualidade;
- II. Igualdade de oportunidade no acesso, permanência e conclusão de curso;
- III. Garantia de qualidade de formação tecnológica e humanística voltada ao fortalecimento das políticas de inclusão social;
- IV. Defesa do pluralismo de ideias com reconhecimento a liberdade de expressão;
- V. Eliminação de qualquer forma de preconceito ou discriminação.

2.3.2 Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano

O IFPR está desenvolvendo o seu Plano de Logística Sustentável (PLS), ferramenta de planejamento que reunirá e consolidará objetivos, responsabilidades, ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação relacionados às práticas de sustentabilidade e à racionalização de gastos e processos no âmbito do Instituto.

Em relação a sustentabilidade ambiental, no âmbito institucional, a Portaria 1125/2017 institui as Comissões Locais Permanentes do Plano de Logística Sustentável, com representação em todos os *campi* do IFPR. As Comissões Locais têm como responsabilidade coletar informações, realizar diagnósticos, propor planos de ação,



divulgação de medidas de sustentabilidade, conscientização e capacitação em relação as metas do PLS.

Além disso, o Campus Palmas possui Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) conforme estabelecido na Lei Federal 12305/2010.

O Curso de Enfermagem discute as questões de sustentabilidade ambiental nas atividades ativas dos componentes e núcleos, visto a transversalidade da temática, no entanto, mais especificamente no segundo período do curso o tema é abordado no componente específico de Saúde e Meio Ambiente, alicerçado ao componente de Prática Integradora II, com contribuições dos demais componentes do período.

Ancorado na Lei 9.795/99 entende-se que a educação ambiental vem se tornando cada vez mais um instrumento de transformação social essencial para a discussão, em diferentes âmbitos e contextos, das questões ambientais, sendo a educação ambiental vista como um fator primordial para a superação do desafio da sustentabilidade.

2.3.3 Memória , Patrimônio Artístico e Cultural

Os Núcleos de Arte e Cultura (NACs) do IFPR têm o papel institucional de fomentar a formação, a difusão e a articulação da produção artístico-cultural do IFPR, assessorando a Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa e Inovação (PROEPI) na gestão da política cultural da Instituição e contribuindo para a memória e a preservação de seu patrimônio cultural. Instituída pela Resolução CONSUP, 69/2017, esta Unidade, entre suas muitas ações, coordena e operacionaliza, juntamente com a PROEPI, as Políticas de Cultura, contribuindo assim com o fortalecimento, a criação e a implementação de diretrizes, metas e ações no campo das artes e da cultura no IFPR.

São objetivos dos NACs:

- I – desenvolver produção e difusão de conhecimento de caráter multi e interdisciplinar, nas diversas áreas do conhecimento da Arte e cultura: Música, Teatro, Artes Visuais, Dança, Culturas Tradicionais, Patrimônio Material e Imaterial e áreas afins;
- II – mapear ações artísticas e culturais do IFPR e comunidade a qual pertence, criando um inventário institucional, local e regional;

- III – fomentar a formação, a difusão, a articulação e a preservação da arte e da cultura, em consonância com a Lei de Criação dos Institutos Federais (Lei 11.892/08);
- IV – promover a arte e a cultura no IFPR por Editais próprios, incentivando a captação de recursos e parcerias;
- V – colaborar com entidades, instituições de ensino, grupos constituídos e movimentos internos e externos aos *Campi* no que diz respeito à elaboração e execução de projetos de interesse da área da Arte e Cultura;
- VI – organizar eventos artísticos e culturais institucionais, locais, regionais, Fórum e/ou Encontro Estadual dos NACs;
- VII – viabilizar convênios interinstitucionais nacionais e internacionais no âmbito da arte e da cultura.

2.3.4 Comunicação e Relações com a Comunidade

Divulgação das diversas ações de ensino, pesquisa, extensão e inovação realizadas pelo curso de Enfermagem para a comunidade interna e externa ao IFPR, através dos meios de comunicação disponibilizados pela instituição, em parceria entre o Colegiado, o Setor de Comunicação e a Seção de Relações Comunitárias.

Esta aproximação da comunidade acadêmica com as diversas instituições públicas, privadas, entidades do terceiro setor e comunidade em geral, busca a promoção do curso e a contribuição para o desenvolvimento do arranjo produtivo local e regional.

2.4 CONCEPÇÃO DO CURSO

As políticas institucionais do Curso de Enfermagem se voltam ao incremento de uma organização de aprendizagem, de ensino de qualidade, pesquisas de relevância e de responsabilidade social, na execução de suas atividades de extensão, de construção do conhecimento e em seus procedimentos de pesquisa e produção docente e discente.

Estes desafios são redimensionados e conseqüentemente ampliados, quando se considera também a necessidade e a importância da construção de uma identidade acadêmica própria, construída e compartilhada com cada sujeito do processo.

Neste contexto, o Curso de Enfermagem, articulado e a gestão institucional e a gestão do curso, contribuem de forma significativa para consolidar as políticas

institucionais, considerando que tem papel preponderante e comprometido com seu desenvolvimento educacional, científicos, tecnológicos, sociais e éticos da sociedade, à qual presta serviços. As diretrizes pedagógicas que norteiam a formação do profissional no campo científico, tecnológico, política e cultural são aquelas atendam ao perfil almejado e que desenvolvam neste o compromisso com a transformação dos modelos assistenciais.

As práticas pedagógicas do curso são balizadas por metodologias que enfatizem a construção do conhecimento individual e coletivo. Desta forma, os alunos são protagonistas neste processo cabendo-lhes a descoberta, a participação, a autonomia e a iniciativa. Logo, acredita-se na possibilidade da formação profissional com a capacidade de questionar, experimentar e avaliar, que seja crítico e transformador, e que entenda a saúde como um direito de cidadania.

A metodologia adotada pelo Curso de Enfermagem se fundamenta no desenvolvimento de competências, por meio do desenvolvimento de metodologias ativas, o que possibilita a ação-reflexão-ação, proporcionando o diálogo como prática essencial no processo, levando os docentes e discentes a discutir a realidade, passando pela aquisição de uma consciência crítica individual e coletiva.

Buscamos assim formar um profissional com qualidade técnico-humanística, ética e também política. Assim, a metodologia adotada favorece a realização de diferentes técnicas e procedimentos como a observação sistemática, análise reflexiva da realidade, o exercício da solução de problemas, além de:

- introduzir desde o início do curso os alunos na realidade de saúde local e regional considerando as atividades práticas propiciando a relação teoria-prática e a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão;
- diversificar os cenários de aprendizagem buscando propiciar aos acadêmicos o conhecimento do sistema e das políticas de saúde, e das inúmeras possibilidades de intervenção em saúde, considerando a importância da inter-relação e integração com os serviços de saúde e com a população através de programas de extensão e pesquisa, objetivando aproximar conteúdos, temas, objetos de investigação dos problemas relevantes para a sociedade local;



- primar pela interdisciplinaridade na abordagem e na construção dos conteúdos, como base para a investigação e solução dos problemas considerando as sucessivas aproximações e, em níveis crescentes de complexidade;
- priorizar a construção do conhecimento do aluno por meio de situações observadas no seu de trabalho, da reflexão sobre sua inserção enquanto seres sociais, da compreensão da dinâmica de Enfermagem, em sua dimensão particular e coletiva no campo da saúde;
- possibilitar a avaliação participativa, com troca de experiências entre alunos, professores e profissionais dos serviços, considerando a possibilidade participarem ativamente nas reflexões, decisões e na busca de alternativas para a formação do enfermeiro;
- Criar possibilidades para que o aluno possa superar as dificuldades detectadas nas avaliações.

Tendo em vista a persecução dos objetivos estabelecidos e o seguimento das Diretrizes Curriculares Nacionais, estabelecemos, as seguintes estratégias de ação para o Curso, cujas instâncias devem estar abertas a propostas das comunidades interna e externa e devem ser aprovadas pelo NDE e Colegiado do Curso:

1) Realização de eventos que possibilitem o intercâmbio e a ligação da comunidade interna com profissionais e personalidades de relevância, que sirvam de referência, ou seja, motivo de debate para a comunidade acadêmica, para o mercado de trabalho ou para a sociedade em geral como a Aula Magna: a ser realizada no início de cada semestre letivo;

2) Realização de visitas técnicas, viagens de estudos, exposições ou seminários, que possibilitem aos discentes contatos com a sociedade, a comunidade acadêmica ou mercado de trabalho;

3) Participação de docentes e discentes do Curso em congressos, encontros, seminários, exposições e feiras, com foco na área de formação;

4) Organização de Cursos de natureza intensiva e outras, com temáticas definidas, a partir da comunidade acadêmica, referenciadas no Plano de Ação do Curso;

5) Formalização de parcerias para viabilizar a execução dos estágios curriculares supervisionados obrigatórios;

6) Realização de Estágios nos períodos mais avançados, além de atividades em Órgãos Públicos e Instituições Privadas, com a exceção do Estágio Curricular, que possui as parcerias formalizadas;

- 7) Criação de Monitorias nas disciplinas em que os alunos demonstrem maior deficiência ou nas que a assistência deva ser mais intensa;
- 8) Atualização do acervo bibliográfico de acordo com o Plano de Ensino de cada disciplina;
- 9) TCC – Trabalho de Conclusão de Curso, desenvolvido de forma individual;
- 10) Fortalecimento das relações entre os Cursos, Departamentos e Instituições de Saúde por meio do ensino, pesquisa e extensão;
- 11) Inserção dos alunos em grupos de estudo e projetos de iniciação científica e outros;
- 12) Articulação sistematizada com a Secretaria Municipal de Saúde, 7ª Regional de Saúde e outros órgãos e/ou entidades;
- 13) Estímulo à participação dos docentes e alunos em reuniões e eventos de órgãos Representativos da Enfermagem (Associação Brasileira de Enfermagem, Conselho Regional de Enfermagem e Sindicato dos Enfermeiros).
- 14) A inserção de atividades ativas no currículo, com a inserção de aulas de síntese, situação problema e a construção de portfólios.

O Curso de Enfermagem do IFPR – Câmpus Palmas volta-se para uma visão ampla de sociedade, a fim de compreender a relação teoria-prática a partir das políticas econômicas, sociais e culturais determinadas e determinantes pela organização da sociedade brasileira, o que amplia suas atividades acadêmicas para além da sala de aula, destacando atividades de pesquisa e extensão em situações práticas e concretas, e atuação em projetos interdisciplinares e contextualizados, exercitando efetivamente seu compromisso social.

Em síntese, as modalidades acadêmicas se compõem em:

- Atividades Teóricas: são as ações que dão maior ênfase à fundamentação teórica, considerando a realidade na qual os alunos devem estabelecer relações e aproximações, contextualizadas pela reflexão. Neste contexto, utilizam-se duas modalidades de metodologia ativa: a síntese e a situação problema.
- Atividades Teórico-Práticas: são as ações que desencadeiam um processo intencional de refletir-agir acerca da realidade a partir de um perfil profissional almejado, a fim de transformá-la. As atividades teóricas e teórico-práticas serão proporcionadas aos alunos



pela participação em sala de aula, em laboratório e em serviços de saúde, considerando situações reais de vida e de trabalho de seu meio, sendo realizadas na comunidade em geral ou junto a pessoa jurídicas de direito público ou privado sob a responsabilidade e coordenação da Instituição de Ensino (Art. 3º, Decreto N° 87.480 de 16/08/1982) e Lei 11788/08.

- O portfólio tem sua origem nas Artes, e atualmente, tem auxiliado na formação de profissionais de saúde uma vez que propõe uma construção de conhecimento elaborada a partir do estudante, que organiza e compila informações pertinentes à construção de seu conhecimento, embasando-as cientificamente e, a partir de então, construindo a criticidade necessária à formação profissional. Dessa forma, o portfólio mostra-se como um potencializador de aprendizagem, capaz de fomentar o desenvolvimento da autorreflexão, ampliando a visão crítica do estudante quanto à sua formação.

- Estágio Curricular Supervisionado: na formação do Enfermeiro no Curso de Graduação em Enfermagem, além do ensino teórico e teórico-prático, o aluno realiza os Estágios Supervisionados em Hospitais Gerais e Especializados, Ambulatórios, Rede Básica de Serviços de Saúde e Comunidades nos dois últimos semestres do curso.

O aluno deverá apresentar um trabalho, sob orientação de docente e seguir o regimento do TCC, que visa atender as exigências do Curso para a colação de grau e obtenção do Diploma de Graduação em Enfermagem.

As Atividades Complementares de Graduação do Curso de Enfermagem devem integralizar 240 horas, considerando a possibilidade do aproveitamento de conhecimentos adquiridos pelo aluno por meio de estudos independentes, a saber: Participação em Eventos, Estágios Extracurriculares, Monitorias, Programas de Iniciação Científica, Programas de Extensão, Estudos Complementares, Cursos realizados em outras áreas e afins. O cômputo das horas, com base na carga horária, registra-se em documentos comprobatórios.

As atividades de extensão constituem uma forma de intercâmbio entre a academia e o meio social, levando o saber produzido no curso para a comunidade, oportunizando os alunos uma visão real da sociedade e suas transformações, possibilitando o desenvolvimento de projetos e ações comprometidas com a mudança.

As atividades de Extensão acadêmica, iniciação científica e de pesquisa são coordenadas por professores do curso. Para o desenvolvimento da pesquisa, o curso prioriza ações de diagnóstico e intervenção na realidade da prática dos alunos.

2.5 PERFIL DO EGRESSO

A partir das discussões do NDE do curso de Enfermagem, somado aos pressupostos do Art. 3º das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Enfermagem, descreve-se como perfil do formando egresso/profissional do Curso de Enfermagem:

Enfermeiro, com formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, voltados aos princípios da saúde coletiva dos indivíduos/coletivo. Profissional qualificado para o exercício de Enfermagem, com base no rigor científico e intelectual e pautado em princípios éticos. Capaz de conhecer e intervir sobre os problemas/situações de saúde-doença mais prevalentes no perfil epidemiológico nacional, com ênfase na sua região de atuação, identificando as dimensões biopsicossociais dos seus determinantes. Capacitado a atuar, com senso de responsabilidade social e compromisso com a cidadania, como promotor da saúde integral do ser humano.

O profissional egresso do Curso de Enfermagem tem como atribuição a promoção, a proteção e a recuperação da saúde individual e coletiva. A dimensão ética do profissional enfermeiro está determinada, em todos os seus atos, em benefício do ser humano, da coletividade e do meio ambiente, sem discriminação de qualquer natureza.

2.5.1 Áreas de Atuação do Egresso

Em termos gerais o Curso de Enfermagem do IFPR – Câmpus Palmas propõe a formação de profissionais aptos a realizar atenção à saúde, tomar decisões; comunicar-se; exercerem a liderança, a administração e o gerenciamento do cuidado e ainda, a educação permanente, em serviços Hospitalares, Pronto-Atendimentos, Serviços de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), Unidades Básicas de Saúde (UBS), Centros de Saúde, Unidades de Estratégia de Saúde da Família (ESF), serviços de vigilância em saúde (Vigilância Sanitária, Epidemiológica, Portuária e zoonoses e Vetores), Laboratórios, e) Instituições de Ensino (Docência / Pesquisa), Empresas, serviços de Home care, em escolas e casas lares / asilos.

2.5.2 Acompanhamento de Egressos

A Política de Acompanhamento de Egressos visa acompanhar os egressos dos cursos de nível médio na forma de oferta integrada, superior, pós-graduação e de Educação a Distância do Campus Palmas do Instituto Federal do Paraná de forma a integrá-los à Instituição, bem como obter informações que possam contribuir para melhorias dos cursos e de sua formação, permitindo:

- I - Avaliar o desempenho da Instituição através da pesquisa do grau de satisfação do concluinte e do acompanhamento de seu desenvolvimento profissional para que sirva de subsídio para avaliação de seus documentos, propostas, projetos, políticas e programas;
- II - Identificar o grau de compatibilidade entre a formação e as demandas sociais e do mundo de trabalho;
- III - Reintegrar o egresso por meio de encontros, cursos de atualização e aperfeiçoamento direcionados aos ex-alunos;
- IV - Manter registro atualizado de alunos egressos;
- V - Avaliar a adequação entre a oferta e a qualidade dos cursos ofertados pela Instituição e as demandas geradas pela sociedade;
- VI - Identificar possíveis limitadores ao acesso dos egressos ao mercado de trabalho.

O Campus dispõe da Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis que compreende: setor de Assistência Estudantil, responsável por Programas implantados pela Diretoria de Assuntos Estudantis da Pró Reitoria de Ensino. Os programas PACE, Bolsa Atleta, Pbis, Monitoria e Auxílio Eventos são um conjunto de ações destinados a estudantes que apresentam situação de vulnerabilidade socioeconômica e têm o intuito de garantir o acesso, permanência e êxito dos(as) estudantes; setor de atendimento psicológico, responsável pelo acompanhamento das demandas psicopedagógicas dos(as) estudantes, turmas e cursos; Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), responsável pelo atendimento ao(à) estudante com necessidade especial e pela formação continuada a docentes e técnicos(as) em educação e; o setor pedagógico. Este último é o responsável por uma série de ações como:



Comunicação com possíveis alunos(as) desistentes – O(a) coordenador(a) do curso, professores(as) e equipe da Seção Pedagógica entram em contato com os(as) alunos(as) que não comparecem por mais de 15 (quinze) dias para saber os motivos do não comparecimento e avaliar as possíveis soluções para que o(a) aluno(a) retorne – com relação aos cursos do Ensino Médio, a comunicação com a família diante da situação acima ocorre num intervalo menor de tempo;

Informação – Os(as) coordenadores(as) de Curso e a equipe da Seção Pedagógica conversam bimestralmente com as turmas orientando os(as) estudantes para comunicarem às coordenações quanto a ausências e intenções de abandono;

Reuniões Bimestrais – Bimestralmente são realizados encontros em que se debate os possíveis problemas das turmas e os encaminhamentos para soluções (Conselho de Classe);

Reuniões Semestrais – Semestralmente são realizadas reuniões entre a Seção Pedagógica e todo o corpo docente para avaliação das questões pedagógicas (entre elas, a evasão) a partir do Projeto Político Pedagógico do Campus;

Conhecimento dos Dados – Diante da efetivação do abandono, o(a) coordenador(a) do Curso envia “Edital de Abandono” à Secretaria e à Seção Pedagógica, a qual realiza contato com os(as) alunos para identificação dos motivos pelos quais o abandono se efetivou. As informações são destinadas à Comissão de Evasão Escolar que trabalha em parceria com a Seção Pedagógica.

A coordenação do curso de Enfermagem e o respectivo colegiado também estão inseridos nesta rede de acompanhamento discente, captando situações que necessitem encaminhamento, reforçando o acolhimento as necessidades levantadas em conjunto com os demais responsáveis.

Ações voltadas para acompanhamento de egressos:

Visando manter o contato com os(as) estudantes egressos dos cursos técnicos de nível médio, de graduação e pós-graduação e da Educação à Distância foi elaborada a Política de Acompanhamento de Egressos do Campus Palmas do Instituto Federal do Paraná que estabelece a organização, procedimentos e finalidades quanto ao acompanhamento deste público. Para isso, foi criada uma comissão que conta com o



trabalho de discentes, servidores(as) docentes e técnicos(as) administrativos(as) de diferentes áreas. Esta comissão é encarregada do desenvolvimento de ações de contato, aproximação e reintegração desses egressos à instituição, entre os quais destacam-se atividades e projetos articulados ao ensino, pesquisa, extensão e inovação.

A Política de Acompanhamento de Egressos prevê a oferta de cursos de formação continuada e o convite e inserção dos(as) estudantes egressos em atividades e eventos institucionais, como convidados(as) ou colaboradores(as) para palestras, cursos, seminários, etc. Além disso, intenciona colaborar para o encaminhamento dos(as) estudantes formados(as) para o mundo do trabalho, mantendo banco de dados atualizado sobre eles e divulgando possibilidade de empregos disponíveis em Palmas e região.

2.5.3 Registro Profissional

Os Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem foram criados pela Lei Federal n.º 5.905, de 12 de julho de 1973, por meio da Associação Brasileira de Enfermagem, dando aos profissionais do País instrumento adequado para disciplinar e fiscalizar o exercício da enfermagem no Brasil.

O Conselho Federal de Enfermagem tem jurisdição em todo o território nacional e sede no Distrito Federal, e a ele estão subordinados os Conselhos Regionais; a estes cabe-lhe, entre outras prerrogativas, cassar o direito de exercer a enfermagem daqueles profissionais que, por terem infringido determinações do Código de Deontologia, estejam sujeitos a essa penalidade máxima.

O egresso do Curso de Graduação em Enfermagem deve registrar-se junto do Conselho Regional de Enfermagem (COREN) da região e/ou Estado que irá atuar. O IFPR fornece declaração de término de Curso ao egresso logo após a conclusão de todas as atividades, de forma a agilizar o registro no COREN e, acesso ao mercado de trabalho. O Conselho emite registro provisório com vigência de 1 ano, para posterior efetivação do registro profissional.



3. METODOLOGIA E ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Enfermagem são balizadoras da formação geral e específica dos egressos/profissionais enfatizando a promoção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde, indicando as competências comuns gerais para esse perfil de formação dentro de referenciais nacionais e internacionais de qualidade. O currículo proposto deverá construir um perfil acadêmico e profissional com competências, habilidades e conteúdos, dentro de perspectivas e abordagens contemporâneas, capazes de atuar com qualidade, eficiência, gerenciamento e resolutividade, nos sistemas de saúde, com ênfase no Sistema Único de Saúde (SUS), considerando o processo da Reforma Sanitária Brasileira e a atenção integral a indivíduos, coletivos e sociedade.

Em conformidade com a LDB, não se pode pensar somente em termos de estrutura curricular. É preciso adequar métodos de ensino e aprendizagem e dar ênfase à formação em fundamentos científicos.

Para dar flexibilidade à formação dos discentes do curso, desde seu início, o Curso de Enfermagem, vem aperfeiçoando sua matriz curricular, segundo as necessidades do mundo do trabalho, às políticas públicas e às exigências do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior. O Curso implantou em 2012 uma nova matriz curricular, que utiliza metodologias ativas e métodos de problematização no qual se observa como positivo à formação profissional dos alunos.

O currículo do Curso de Enfermagem do IFPR – Câmpus Palmas está estruturado em núcleos integrados, componentes de práticas integradoras e estágios supervisionado, distribuídos ao longo dos 10 semestres, objetivando facilitar a integração dos conhecimentos, as habilidades, atitudes e as competências, tanto na sua horizontalidade e verticalidade, bem como, na sua transversalidade, necessários para contemplar o perfil do egresso, proposto pelas diretrizes curriculares articuladas a concepção pedagógica deste projeto.

Para cada ciclo está previsto um conjunto de situações de intervenções pedagógicas dispostas em cenários de aprendizagem como situações problemas, sínteses, portfólio e que o estudante deverá enfrentar e para as quais deverá desenvolver habilidades de intervenção na realidade, de acordo com o perfil desejado.

O estudante é apresentado às realidades de prática já no primeiro semestre, através dos componentes curriculares Vivências em Enfermagem I e II, quando por meio do acompanhamento das atividades do profissional enfermeiro, o acadêmico constrói sua vivência enquanto futuro profissional de saúde desde o início de sua formação.

As atividades práticas são previstas em laboratório de semiologia e semiotécnica com uso de bonecos e simuladores, bem como nas unidades de saúde, nos seus variados níveis de complexidade. O campo prático vai adquirindo complexidade à medida que o aluno avança na produção do conhecimento esperado em cada etapa.

Os componentes curriculares de práticas integradoras I, II, III e IV são inseridos nos respectivos períodos como componentes integradores e geradores de abordagens transdisciplinares. Esses buscam através do uso de metodologias ativas a construção de habilidades e competências para o raciocínio crítico reflexivo e científico no processo de cuidar.

As ementas se propõe a abordagem transversal e articulada dos conteúdos dos demais componentes ofertados no mesmo período de maneira a contemplar vulnerabilidades socioeconômicas e determinantes sociais da saúde, relações existentes entre a saúde e o meio ambiente, o envelhecimento humano, direitos humanos, étnicos, de identidades de gênero e sexuais.

Tais componentes curriculares trabalharão a partir do olhar integral de cada período, trabalhando a complexidade dos conteúdos e proporcionando espaços coletivos de discussão e avaliação.

A Síntese se caracteriza pela discussão de textos científicos com intuito de auxiliar o estudante na problematização da prática vivenciada e na construção do embasamento científico para suas ações, levando-o a refletir sobre seu processo de conhecimento e na tomada de decisão. Dessa forma, os problemas são estudados a partir da vivência real do aluno e discutidos a partir de suas percepções e vivências práticas (FREIRE, 1999). Portanto, a Síntese acontece em pequenos grupos de até 10 estudantes, coordenada por um facilitador que terá a função de promover maior exploração e articulação dos saberes e experiências a respeito do processo de trabalho nos componentes curriculares a partir da vivência prática dos estudantes.

Sendo assim, a aquisição de conhecimentos científicos que embasaram o momento da teorização, vão integrar as demais percepções, conhecimentos, representações dos estudantes e professores de forma a conjugar diferentes saberes no processo de construção desse novo conhecimento construído de maneira teórico-prática (CYRINO; TORALLES-PEREIRA, 2004).

Aponta-se que o uso da problematização potencializa a formação profissional e a construção de um cuidado em saúde ampliado e integral, representando um avanço requerido na formação de profissionais de saúde para o SUS (MARIN et al, 2010).

O desenvolvimento da atividade de Situação Problema provoca a necessidade de mudança no papel do estudante, que precisa assumir a responsabilidade pela própria aprendizagem e ser capaz de propor questionamentos que tenham relevância para o contexto de aprendizagem, além de solucioná-los por meio de buscas em diferentes fontes científicas. O contexto da aprendizagem é previamente elaborado pelo grupo de professores do núcleo de ensino e conduzido através dos objetivos a serem atingidos estabelecidos em ementário em cada Situação Problema.

Este processo proporciona aproximar o trabalho intelectual do manual, a partir da aproximação dos estudantes com a realidade e a literatura integrando o ciclo de conhecimentos básicos com o clínico, além de preparar o estudante para o trabalho em grupo e a tomada de decisão (MARIN et al, 2010).

Durante a Situação Problema, a turma é dividida em pequenos grupos tutoriais de até 10 alunos, e o professor facilitador tem a função de problematizar o caso a ser trabalhado em dois momentos: Primeiro momento (encontro): O problema é apresentado aos estudantes e é realizada a discussão deste problema para que ambos formulem os objetivos de aprendizado por meio de perguntas a serem respondidas a partir da discussão empírica do mesmo. No segundo momento (encontro): após estudo individual realizado fora do grupo tutorial, cada aluno trará seus achados para rediscutir com o grupo o problema à luz dos novos conhecimentos adquiridos e textos de referência. Com a discussão dos casos, orientações são oferecidas pelos professores de maneira a explorar e articular os saberes a respeito das situações complexas para o desenvolvimento de habilidades gerenciais do cuidado (casos).

A implementação e a análise do portfólio são capazes de esboçar a inserção do estudante nas atividades práticas de maneira a fomentar habilidades e competências para que possam contribuir para transformar as realidades em saúde.

Enquanto formação complementar está previsto um hall de atividades como disciplinas optativas, disciplinas eletivas e participação em programas de monitoria, de extensão e pesquisa. Ainda visando os preceitos da educação inclusiva e os parâmetros legais para a inclusão de LIBRAS, o aluno poderá cursá-la a como optativa a partir da sua oferta.

Com isso, espera-se que os estudantes sejam capazes de produzir conhecimento de forma a relatar os fatos ocorridos na sua prática, propondo reflexão ou fundamentação para respostas encontradas; refletir sobre as situações ocorridas, agregando fundamentação teórica; indicar fontes confiáveis e atuais de suas buscas; demonstrar capacidade de expressão escrita e de síntese de maneira que consigam propor intervenções embasadas cientificamente (GOMES et al, 2010).

3.1 RELAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO

O encaminhamento político-pedagógico no IFPR deverá permitir aos profissionais da educação buscar metodologias que estabeleçam a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, promovendo o diálogo com a sociedade especialmente por intermédio das ações de extensão e da pesquisa, respeitando as particularidades locais e regionais. Docentes e discentes respondem ao desafio da pesquisa, em todos os níveis e modalidades de ensino, por meio da organização de grupos de pesquisa e da produção de projetos de pesquisa.

Conforme o PDI do IFPR, as políticas de pesquisa e extensão devem compreender a integração e a articulação entres diferentes dimensões científica, filosófica, cultural, artística e histórica, com vistas ao desenvolvimento da capacidade de investigação científica e inserção de seus egressos no mundo do trabalho. Estas são dimensões essenciais à manutenção da autonomia e dos saberes necessários às ações de ensino, pesquisa e extensão, que podem se traduzir em inovação.

Segundo o Estatuto do IFPR, o currículo no Instituto Federal está fundamentado em bases filosóficas, epistemológicas, metodológicas, socioculturais e legais, expressas no seu projeto político institucional, sendo norteados pelos princípios da estética, da sensibilidade, da política da igualdade, da ética, da identidade, da interdisciplinaridade, da contextualização, da flexibilidade e da educação como processo de formação na vida e para a vida, a partir de uma concepção de sociedade, trabalho, cultura, educação, tecnologia e ser humano.

A Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional estabelece como atribuições das instituições de Ensino Superior, no exercício da sua função, estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão.

As ações de extensão e de interação com a sociedade constituem um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável, para viabilizar uma relação transformadora entre o Instituto Federal e a sociedade. As atividades de extensão e de interação com a sociedade têm como objetivo apoiar o desenvolvimento social e cultural, através da oferta de cursos e realização de atividades específicas.

A pesquisa no IFPR é um processo de produção de conhecimento que atende as demandas dos arranjos produtivos, social e cultural do território em que o *Campus* está inserido, e o interesse institucional. Deve ancorar-se em dois princípios: o princípio científico, que se consolida na construção da ciência; e o princípio educativo, que diz respeito à atitude de questionamento diante da realidade. As ações de pesquisa constituem um processo educativo para a investigação e o empreendedorismo, visando à inovação e à solução de problemas científicos e tecnológicos, envolvendo todos os níveis e modalidades de ensino, com vistas ao desenvolvimento social. As atividades de pesquisa têm como objetivo formar recursos humanos para a investigação, a produção, o empreendedorismo e a difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, sendo desenvolvidas em articulação com o ensino e a extensão, ao longo de toda a formação profissional.

As ações de pesquisa e extensão deverão buscar a indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão: as ações de pesquisa devem articular-se à extensão e vice-versa e ambas deverão vincular-se à formação de pessoas, tendo sempre o discente como protagonista deste processo.

A articulação entre ensino, pesquisa e extensão deverá estar presente em todos os momentos ou todos os componentes curriculares em que se fazem presentes, na condução do processo pedagógico de ensino e de aprendizagem dos estudantes.

O princípio da indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão é fundamental no fazer acadêmico. A relação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, quando bem articulados, conduz a mudanças significativas nos processos de ensino e de aprendizagem, fundamentando didática e pedagogicamente a formação profissional, e discentes e docentes constituem-se, efetivamente, em sujeitos do ato de aprender, de ensinar e de formar profissionais e cidadãos.

A pesquisa e a extensão, em interação com o ensino, com a universidade e com a sociedade, possibilitam operacionalizar a relação entre teoria e prática, a democratização do saber acadêmico e o retorno desse saber à universidade, testado e reelaborado.

Portanto, pensar e concretizar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão constitui-se na afirmação de um paradigma de universidade que deve produzir conhecimentos e, efetivamente, torná-los acessíveis à formação dos novos profissionais e aos mais variados segmentos da sociedade.

O Curso de Enfermagem do IFPR desenvolve algumas estratégias para articular ensino, pesquisa e extensão, como a flexibilidade curricular em componentes curriculares optativos que possibilitam o desenvolvimento de atitudes e ações empreendedoras e inovadoras, tendo como foco as vivências da aprendizagem para a capacitação e para a inserção no mundo do trabalho; a implementação sistemática de projetos de extensão, semanas acadêmicas e cine debates com temas de relevância social, local e/ou regional e que potencializam recursos materiais, físicos e humanos; e projetos de pesquisa que fomentam a Educação Permanente e Matriciamento nos serviços de saúde e a construção grupos de estudo que ofertam o intercâmbio entre estudantes e trabalhadores dos serviços de saúde.

3.2 TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

O IFPR Campus Palmas utiliza-se de instrumentos digitais para informação e comunicação junto aos discentes. As principais tecnologias utilizadas são os simuladores de atividades práticas, sites de áreas elaborados por professores para acesso gratuito de conteúdo didático, plataforma digital de publicação de notas do sistema acadêmico SAGRES, base de dados de artigos científicos e acesso a e-books pela biblioteca virtual do sistema *Pergamum*, página web do curso de Enfermagem, mídias sociais atuais e e-mails de turmas. Com estas tecnologias, há uma aproximação do docente com o discente facilitando o contato e tornando o ambiente acadêmico mais construtivo.



4.1 ESTRUTURA CURRICULAR

Os conteúdos curriculares serão atendidos através da disponibilização de componentes curriculares obrigatórios, núcleos integrados e componentes curriculares optativos, que responderão ao disposto na Resolução CNE/CES nº03/2001 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem.

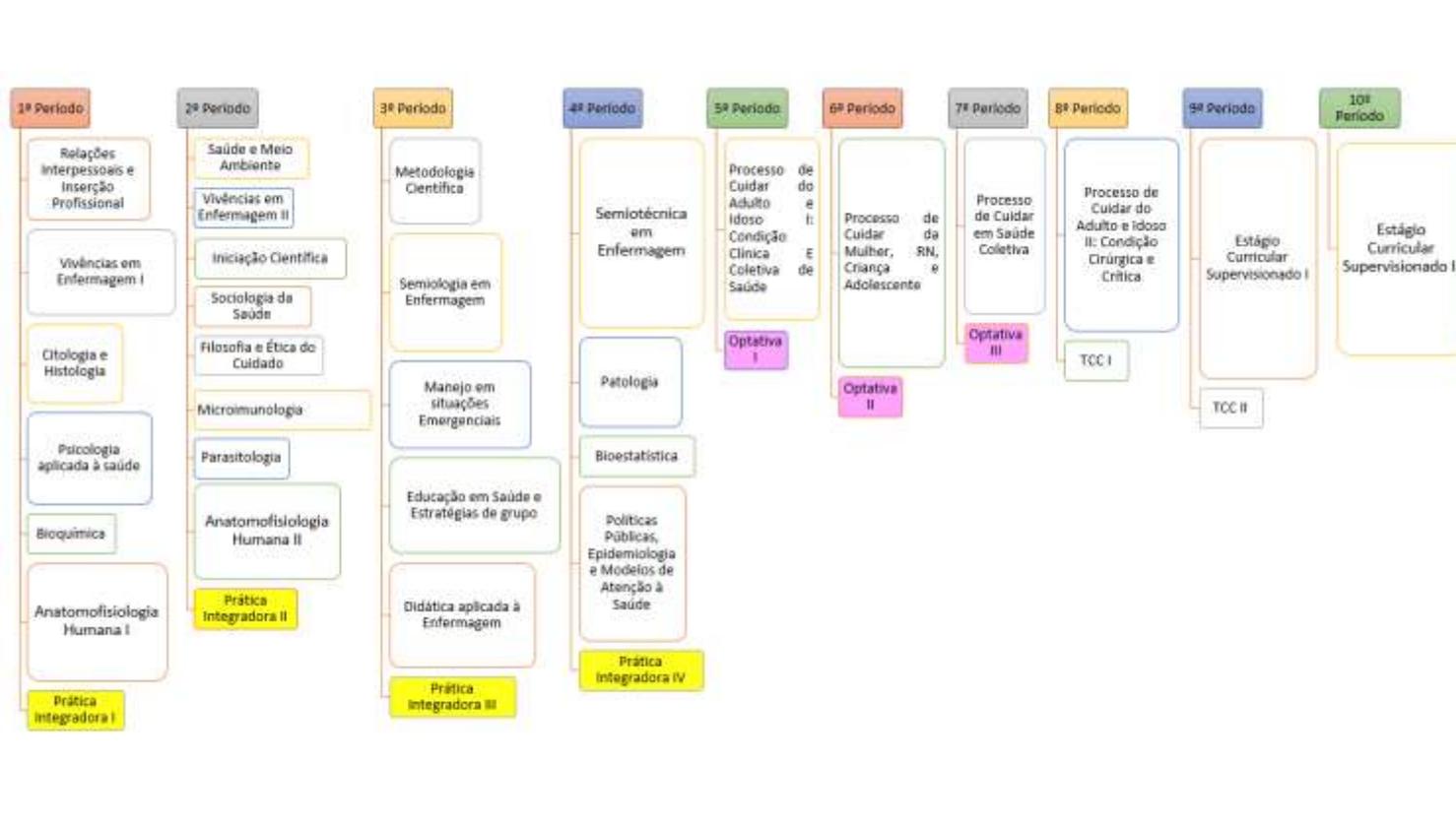
Em atendimento a resolução CNE/CES nº. 02/2007, de 18 de junho de 2007, que estabelece as cargas horárias mínimas dos cursos de graduação, o IFPR estruturou seu calendário com 20 semanas de atividades letivas semestrais e institui no curso de Enfermagem a integralização da carga horária em dez períodos. A matriz curricular contempla a distribuição da carga horária em hora aula (50 minutos) e em hora relógio (60 minutos), sendo esta última utilizada para apresentação da carga horária total do curso.

Poderá ocorrer a migração curricular apenas dos alunos ingressantes 2019-1 no Curso de Enfermagem, mantendo os demais alunos anteriormente matriculados nas matrizes correspondentes a entrada no curso.

Conforme a Portaria 1134/2016, até 20% da carga horária de todos os componentes curriculares do curso, exceto os componentes de estágio, podem ocorrer na modalidade Ensino à Distância semipresencial. O contato com os alunos nas atividades EAD realiza-se por meio eletrônico, ou, ainda, listas de exercícios, pesquisas, relatórios de atividades práticas, leituras dirigidas, fóruns virtuais, arquivos compartilhados e alimentados virtualmente, e-mails e *chats*, dentre outros. Para atendimento desta metodologia, a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologia de informação e comunicação através de plataformas on-line, sites pessoais dos professores, redes sociais e e-mails, todos gratuitos, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.



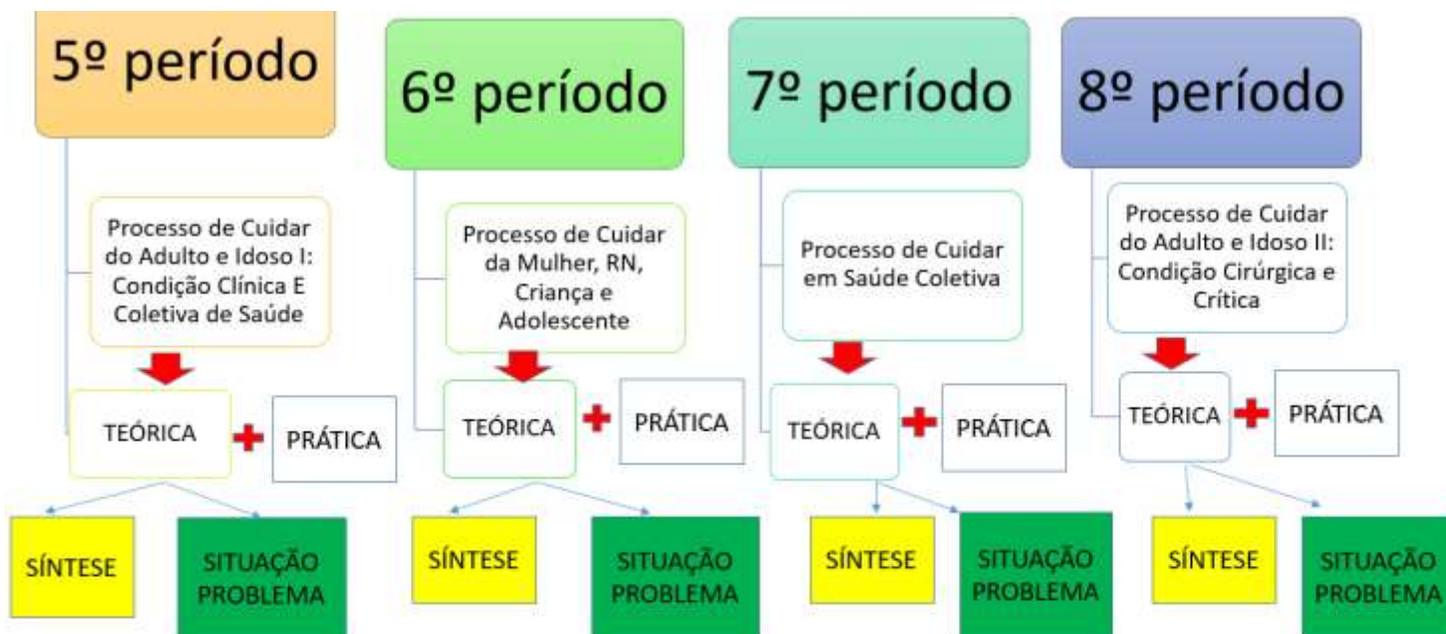
4.1.1 Representação Gráfica do Processo Formativo





4.1.1.1 Representação Gráfica dos núcleos de formação

A partir do 5º período do curso a matriz curricular é dividida em núcleos, os quais divididos por cenários de aprendizagem, no qual o componente teórico é subdividido em síntese e situação problema as quais são executadas em grupos de no máximo 10 acadêmicos.



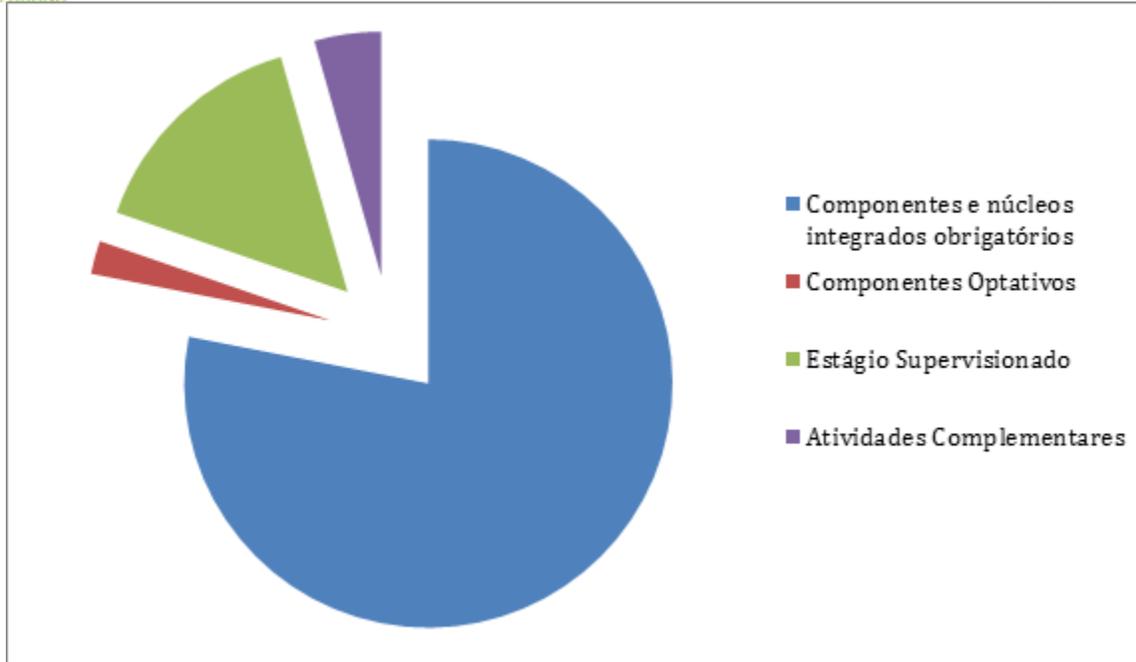


Figura 1. Carga horária relativa às diferentes modalidades do curso.

4.1.2 Matriz Curricular

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ
(Criação Lei nº 11.892 de 29/12/2008)
<i>Campus PALMAS</i>
MATRIZ CURRICULAR DO CURSO SUPERIOR DE BACHARELADO EM ENFERMAGEM
Código área do conhecimento do Curso: 4.04.00.00-0
Base legal: RESOLUÇÃO Nº 2, DE 18 DE JUNHO DE 2007 (Presenciais)
Base legal específica do curso: Resolução CNE/CES nº 3, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2001. DCN CG
Resolução de autorização do curso no IFPR: Resolução nº 13, DE 22 de ABRIL de 2010

1º Período

COMPONENTE CURRICULAR	TEÓRICO		PRÁTICO		CARGA HORÁRIA TOTAL		
	Aulas semanais	Horas teórica	Aulas semanais	Horas prática	Total aulas semanais	Total horas componente	Total Horas/Aula
Relações Interpessoais e Inserção Profissional	4	67	-	-	4	67	80
Vivências em Enfermagem I	-	-	2	33	2	33	40

Psicologia aplicada à saúde	2	33	-	-	2	33	40
Prática Integradora I	2	33	-	-	2	33	40
Anatomofisiologia Humana I	4	67	3	50	7	117	140
Bioquímica	3	50	-	-	3	50	60
Citologia e Histologia	4	67	2	33	6	100	120
SUB TOTAL	19	317	7	116	26	433	520
TOTAL ACUMULADO	19	317	7	116	26	433	520

2º Período

COMPONENTE CURRICULAR	TEÓRICO		PRÁTICO		CARGA HORÁRIA TOTAL		
	Aulas semanais	Horas teórica	Aulas semanais	Horas prática	Total aulas semanais	Total horas componente	Total Horas/Aula
Saúde e Meio Ambiente	2	33	-	-	2	33	40
Vivências em Enfermagem II	-	-	2	33	2	33	40
Filosofia e Ética do Cuidado	2	33	-	-	2	33	40
Sociologia da Saúde	2	33	-	-	2	33	40
Iniciação Científica	2	33	-	-	2	33	40
Prática Integradora II	2	33	-	-	2	33	40
Anatomofisiologia Humana II	4	67	3	50	7	117	140
Parasitologia	2	33	1	17	3	50	60
Microimunologia	3	50	-	-	3	50	60
SUB TOTAL	19	315	6	100	25	415	500
TOTAL ACUMULADO	38	632	13	216	51	848	1020

3º Período

COMPONENTE CURRICULAR	TEÓRICO		PRÁTICO		CARGA HORÁRIA TOTAL		
	Aulas semanais	Horas teórica	Aulas semanais	Horas prática	Total aulas semanais	Total horas componente	Total Horas/Aula

						nte	
Metodologia Científica	2	33	-	-	2	33	40
Didática aplicada à Enfermagem	2	33	-	-	2	33	40
Educação em Saúde e Estratégias de grupo	4	67	-	-	4	67	80
Prática Integradora III	2	33	-	-	2	33	40
Manejo em situações Emergenciais	-	-	4	67	4	67	80
Semiologia em Enfermagem	6	100	4	67	10	167	200
SUB TOTAL	16	266	8	134	24	400	480
TOTAL ACUMULADO	54	898	21	350	75	1248	1500

4º Período

COMPONENTE CURRICULAR	TEÓRICO		PRÁTICO		CARGA HORÁRIA TOTAL		
	Aulas semanais	Horas teórica	Aulas semanais	Horas prática	Total aulas semanais	Total horas componente	Total Horas/Aula
Políticas Públicas, Epidemiologia e Modelos de Atenção à Saúde	6	100	-	-	6	100	120
Bioestatística	2	33	-	-	2	33	40
Prática Integradora IV	2	33	-	-	2	33	40
Patologia	4	67	-	-	4	67	80
Semiotécnica em Enfermagem	6	100	4	67	10	167	200
SUB TOTAL	20	333	4	67	24	400	480
TOTAL ACUMULADO	74	1231	25	417	99	1648	1980

5º Período

COMPONENTE CURRICULAR	TEÓRICO		PRÁTICO		CARGA HORÁRIA TOTAL		
	Aulas semanais	Horas teórica	Aulas semanais	Horas prática	Total aulas semanais	Total horas componente	Total Horas/Aula
Processo de Cuidar do Adulto e Idoso I: Condição Clínica E	14	234	10	167	24	401	481



Coletiva de Saúde							
Optativa I	2	33	-	-	2	33	40
SUB TOTAL	16	267	10	167	26	434	521
TOTAL ACUMULADO	90	1498	35	584	125	2082	2501

6º Período

COMPONENTE CURRICULAR	TEÓRICO		PRÁTICO		CARGA HORÁRIA TOTAL		
	Aulas semanais	Horas teórica	Aulas semanais	Horas prática	Total aulas semanais	Total horas componente	Total Horas/Aula
Processo de Cuidar da Mulher, RN, Criança e Adolescente	12	200	12	200	24	400	480
Optativa II	2	33	-	-	2	33	40
SUB TOTAL	14	233	12	200	26	433	520
TOTAL ACUMULADO	104	1731	47	784	151	2515	3021

7º Período

COMPONENTE CURRICULAR	TEÓRICO		PRÁTICO		CARGA HORÁRIA TOTAL		
	Aulas semanais	Horas teórica	Aulas semanais	Horas prática	Total aulas semanais	Total horas componente	Total Horas/Aula
Processo de Cuidar em Saúde Coletiva	12	200	12	200	24	400	480
Optativa III	2	33	-	-	2	33	40
SUB TOTAL	14	233	12	200	26	433	520
TOTAL ACUMULADO	118	1964	59	984	177	2948	3541

8º Período

COMPONENTE CURRICULAR	TEÓRICO		PRÁTICO		CARGA HORÁRIA TOTAL		
	Aulas semanais	Horas teórica	Aulas semanais	Horas prática	Total aulas semanais	Total horas componente	Total Horas/Aula



Processo de Cuidar do Adulto e Idoso II: Condição Cirúrgica e Crítica	12	200	12	200	24	400	480
TCC I	2	33	-	-	2	33	40
SUB TOTAL	14	233	12	200	26	433	520
TOTAL ACUMULADO	132	2197	71	1184	203	3381	4061

9º Período

COMPONENTE CURRICULAR	TEÓRICO		PRÁTICO		CARGA HORÁRIA TOTAL		
	Aulas semanais	Horas teórica	Aulas semanais	Horas prática	Total aulas semanais	Total horas componente	Total Horas/Aula
Estágio Curricular Supervisionado I	-	-	27	450	27	450	540
TCC II	1	17	-	-	1	33	40
SUB TOTAL	1	17	27	450	28	483	580
TOTAL ACUMULADO	133	2214	98	1634	231	3864	4641

10º Período

COMPONENTE CURRICULAR	TEÓRICO		PRÁTICO		CARGA HORÁRIA TOTAL		
	Aulas semanais	Horas teórica	Aulas semanais	Horas prática	Total aulas semanais	Total horas componente	Total Horas/Aula
Estágio Curricular Supervisionado II	-	-	28	467	28	467	560
SUB TOTAL	-	-	28	467	28	467	560
TOTAL ACUMULADO	133	2214	126	2101	259	4331	5201
ATIVIDADES COMPLEMENTARES						240	
TOTAL GERAL DE HORAS DO CURSO						4571	

Pré-requisitos

COMPONENTE(S) CURRICULAR(ES) A CURSAR	COMPONENTE CURRICULAR CURSADO PREVIAMENTE – PRÉ- REQUISITO
- Semiotécnica em Enfermagem	- Semiologia em Enfermagem
- Processo de Cuidar do Adulto e Idoso I: Condição Clínica e Coletiva de Saúde	- Semiologia em Enfermagem - Semiotécnica em Enfermagem
- Processo de Cuidar da Mulher, RN, Criança e Adolescente	
- Processo de Cuidar em Saúde Coletiva	
Processo de Cuidar do Adulto e Idoso II: Condição Cirúrgica e Crítica	
Estágio Curricular Supervisionado I	- Todos componentes curriculares obrigatórios
Estágio Curricular Supervisionado II	

4.1.3 Componentes Optativos

Definem-se como componentes curriculares optativos, a disciplina de livre escolha do aluno de um elenco oferecido para o curso de Enfermagem, que complementam a formação profissional, numa determinada área ou subárea de conhecimento, que permitem ao aluno iniciar-se numa diversificação do curso. Deve constar na matriz curricular na respectiva fase que será cursada. Há obrigatoriedade por parte do aluno em cumprir 60 horas de carga horária, assiduidade e aproveitamento.

DISCIPLINAS OPTATIVAS	Carga horária (Horas relógio)
Interpretação de Exames Laboratoriais	33
Métodos Alternativos de conforto para gestante e bebê	33
Terapias Complementares em Saúde	33
Libras	33
Oncologia	33
Nefrologia e cuidados de Enfermagem ao doente renal	33



Cuidados Paliativos e o Estudo da Morte	33
Feridas e Ostomias	33
A dimensão espiritual e o processo de cuidar	33
Gênero e cuidado em saúde	33
Comunicação em Saúde	33
Empreendedorismo em Enfermagem	33
Construção de artigos científicos e currículo Lattes	33
TOTAL	429

4.1.4 Componentes Eletivos

Disciplinas eletivas são aquelas não constantes da matriz curricular, mas que poderão ser cumpridas pelo aluno, sob a orientação pedagógica do Colegiado do curso. Trata-se de um elenco de disciplinas, de livre escolha do aluno regular, para fins de enriquecimento cultural, de aprofundamento e/ou atualização de conhecimentos específicos que complementem a formação acadêmica. Não é parte integrante da matriz curricular, mas é integrante do currículo pleno.

A diferença entre disciplina optativa e eletiva reside, principalmente, em fazer ou não parte da matriz curricular. Entretanto, ambas são integrantes do currículo pleno, e, as suas respectivas cargas horárias são computadas no total geral da carga horária do curso, desde que oferecidas aos alunos.

4.2 EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIAS

1º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR:

Relações Interpessoais e Inserção Profissional

CARGA HORÁRIA: 80 horas/aula e 67 horas/relógio

EMENTA:

Evolução da Enfermagem no contexto histórico, político e social. Enfermagem como prática social e os diversos papéis do Enfermeiro nos serviços de saúde público, privado, ensino e



pesquisa. Princípios Éticos e Bioéticos da Enfermagem. Instrumentos ético-legais que norteiam o exercício profissional do Enfermeiro, abordagem dos dilemas ético-legais da profissão. Entidades de classe na Enfermagem. Lei do Exercício Profissional. Código de Ética de Enfermagem. Teorias de Enfermagem. Embasamento teórico e conceitual da Sistematização da assistência de Enfermagem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. **Lei 7.498, de 25 de junho de 1986.** Dispõe sobre a Regulamentação do Exercício da Enfermagem e dá outras providências. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 1986

GELAIN, I. **A ética, a bioética e os Profissionais de Enfermagem.** 4. ed. ampliada e atualizada do livro *Deontologia e Enfermagem*). São Paulo: EPU, 2010.

GIOVANI, T. *et al.* **História da enfermagem: versões e interpretações.** 3. ed. Rio de Janeiro: Revinter. 2009.

RIZZOTTO, MLF. **História da enfermagem e sua relação com a saúde pública.** Goiânia: AB. 1. ed., 1999.

OGUISSO, T., FREITAS G.F. **História da Enfermagem - Instituições & Práticas de Ensino e Assistência.** 1. ed. Rio de Janeiro: Águia Dourada, 2015.

OGUISSO, T. **Trajatória Histórica da Enfermagem.** 1. ed. São Paulo: Manole, 2014.

PORTO F.; AMORIM, W. **História da Enfermagem - Identidade, Profissionalização e Símbolos.** 2.ed. São Paulo: Yendis, 2012.

OGUISSO, T; SCHMIDT, MJ. **O exercício da enfermagem: uma abordagem ético-legal.** 4. ed. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

POTTER, P. A. **Fundamentos de Enfermagem,** 8. ed., Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

REGO, S.; PALÁCIOS, M.; SIQUEIRA-BATISTA, R.. **Bioética para profissionais da saúde.** Rio de Janeiro: Fiocruz, reimpressão 2014.

SANTANA, J.C.B.; DUTRA, B.S.; CAMPOS, A.C.V. **Conflitos éticos na área da saúde: como lidar com esta situação?** 1. ed. São Paulo: Iátria, 2012.

ZOTTO, M.L.F. **História da enfermagem e sua relação com a saúde pública.** Goiânia: AB, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALFARO-LEFEVRE, R. **Aplicação do processo de enfermagem: Fundamentos para o Raciocínio Clínico.** 8. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.



BOEMER, M.R.; SAMPAIO, M.A. **O exercício da enfermagem em sua dimensão bioética.** Rev. Latino am. Enfermagem, Ribeirão Preto, v. 5, n. 2, p. 33-38. 1997.

LUCAS, A.J. **O processo de enfermagem do trabalho:** a sistematização da assistência de enfermagem em saúde ocupacional com abordagem do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP). São Paulo: Iátria, 2012.

KLUBER-ROSS, Elisabeth. **Sobre a morte e o morrer:** o que os doentes terminais têm para ensinar a médicos, enfermeiras, religiosos e aos seus próprios parentes. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

MORAES, M.V. G. **Enfermagem do trabalho:** programas, procedimentos e técnicas. 4. ed. rev. São Paulo: Iátria, 2012.

NALINI, J.R. **Ética geral e profissional.** 13. ed. São Paulo: revista dos tribunais, 2016.

PIANUCCI, A. **Saber cuidar: procedimentos básicos em enfermagem.** 16. ed. São Paulo: SENAC, 2017.

COMPONENTE CURRICULAR:

Vivências em Enfermagem I

CARGA HORÁRIA: 40 horas/aula e 33 horas/relógio

EMENTA:

Reflexão crítica sobre o papel profissional do Enfermeiro em seu contexto sociocultural, por meio de acompanhamento do processo de trabalho do enfermeiro nos diferentes locais de atuação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GIOVANELLA, L. (org.) **Políticas e Sistema de Saúde no Brasil.** RJ: Editora Fiocruz, 2007.

GIOVANI, T. **História da enfermagem:** versões e interpretações. 3. ed. Rio de Janeiro: Revinter. 2010.

OGUISSO, T.; SCHMIDT, M.J. **O exercício da enfermagem:** uma abordagem ético-legal. 4.ed. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

SOUZA, M.C.M.R de; HORTA, N. de C. (orgs.). **Enfermagem em saúde coletiva:** teoria e prática. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.



BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES Nº 3, de 7 de novembro de 2001. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2436 de 21 de setembro de 2017**. Política Nacional de Atenção Básica.

LIMA, M. J. **O que é Enfermagem?** São Paulo: Brasiliense, 2005.

MALAGUTTI, W.; CAETANO, K.C. (Org.). **Gestão do Serviço de Enfermagem no Mundo Globalizado**. Rio de Janeiro: Rubio, 2009.

SOUSA, P. (Org.) Segurança do paciente: conhecendo os riscos nas organizações de saúde. / organizado por Paulo Sousa e Walter Mendes. Rio de Janeiro, EaD/ENSP, 2014.

COMPONENTE CURRICULAR:

Psicologia aplicada à saúde

CARGA HORÁRIA: 40 horas/aula e 33 horas/relógio

EMENTA:

Estudo do desenvolvimento humano através de diferentes paradigmas psicológicos. Compreensão dos aspectos fundamentais da psicologia social (Vygotsky, Wallon), e sua articulação com as questões de saúde. Teorias da personalidade e desenvolvimento (Freud, Jung, Skinner, Piaget). Desenvolvimento na infância, adolescência, idade adulta e terceira idade. Relação de ajuda e comunicação terapêutica no contexto da família e da comunidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BAGGIO, A.B. **Psicologia do desenvolvimento**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

COLE, M.; COLE, S.R. **O desenvolvimento da criança e do adolescente**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SADOCK, B.J.; SADOCK, V.A. **Manual conciso de psiquiatria da infância e adolescência**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

STEFANELLI, M.C.; FUKUDA, I.M.K.; ARANTES, E.C. (Org.). **Enfermagem Psiquiátrica: em suas dimensões assistenciais**. Barueri: Manole, 2008.



VIGOTSKY, L. S. **Imaginação e criatividade na infância**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014. 128p. (Textos de Psicologia).

VIGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, Alexis N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 14. ed. São Paulo: Ícone, 2016. 228 p. (Coleção educação crítica).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ANGERAMI-CAMON, V.A (Org.). **Atualidades em Psicologia da Saúde**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

ANGERAMI-CAMON, V.A (Org.). **Psicologia da saúde: um novo significado para a prática clínica**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2000.

BOCK, A.M.B.; FURTADO, O.; TEXEIRA, M.L.T. **Psicologias: Uma Introdução ao Estudo de Psicologia**. 13. ed. reformulada e ampliada, São Paulo: Saraiva, 1999.

BOLSANELLO, A.; BOLSANELLO, M.A. **Conselhos: análise do comportamento humano em psicologia**. 25. ed. Curitiba: Educacional Brasileira, 1993.

GAUDERER, C. **Crianças, adolescentes e nós: guia prático para pais, adolescentes e profissionais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revinter, 1998.

PAPALIA, D.E.; OLDS, S.W. **Desenvolvimento humano**. 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

COMPONENTE CURRICULAR:

Prática Integradora I

CARGA HORÁRIA: 40 horas/aula e 33 horas/relógio

EMENTA:

Integração e articulação de conteúdos adquiridos nas disciplinas do semestre, de maneira a construir e aprimorar o conhecimento, com vistas a desenvolver competências interdisciplinares e o raciocínio, clínico, crítico e reflexivo, subsidiado pelas metodologias ativas de aprendizagem, abordando história e cultura quilombola e indígena.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GUEDES-GRANZOTTI R.B. *et al.* Situação-problema como disparador do processo de ensino-aprendizagem em metodologias ativas de ensino. **Rev. CEFAC**. 2015 Nov-Dez; 17(6):2081-2087. Acesso 03/06/19. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rcefac/v17n6/1982-0216->



[rcefac-17-06-02081.pdf](#)

HENRIQUE, L.S; NASCIMENTO, J.M. Sobre Práticas Integradoras: Um Estudo de Ações Pedagógicas Na Educação Básica. **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande de Norte**. julho/2015. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/3188/1127>. Acesso em: 02 jul 2019.

HERLIHY, B.; MAEBIUS, N.K. **Anatomia e fisiologia do corpo humano saudável e enfermo**. Barueri: Manole, 2002. xix, 555 p.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2011. 102 p.

MURTA, G.F. (Org.). **Saberes e práticas: guia para ensino e aprendizagem de enfermagem**. 3.ed., rev. e ampl. São Caetano do Sul: Difusão, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BERBEL, N.A.N. As metodologias ativas e a promoção da autonomia de estudantes. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**. 2011;32(1):25-40. Acesso 03/06/19. Disponível: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/10326/10999>

CAPRINI, A.B.A; (Org.). **Educação e diversidade étnico-racial**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. 135p.

GIOVANELLA, L. (org.) **Políticas e Sistema de Saúde no Brasil**. RJ: Editora Fiocruz, 2007.

GIOVANI, T. **História da enfermagem: versões e interpretações**. 3. ed. Rio de Janeiro: Revinter. 2010.

SILVA de LIMA; M.I.; DA SILVA, F.N.; de LIMA, E.R.S. Ensino e Currículo Integrado para Práticas Pedagógicas Integradoras na Educação Profissional. II CONEDU.II Congresso Nacional Educação. Acesso em 27/06/2019. Disponível em: http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV045_MD1_SA3_ID4413_09092015135619.pdf

VASCONCELOS, E. M.; FROTA, L.H.; SIMON, E. (orgs.) **Perplexidade na universidade: vivências nos cursos de saúde**. São Paulo: Hucitec; Mandacaru, 2006. (Saúde em Debate, 169).

PEREIRA, M.H. de F.; SERRANO, G. de A.; PORTO, A.P.B. **Quilombolas e quilombos: histórias do povo brasileiro**. Belo Horizonte: Rona, 2012.



COMPONENTE CURRICULAR:
Anatomofisiologia Humana I

CARGA HORÁRIA: 140 horas/aula e 117 horas/relógio

EMENTA:

Anatomofisiologia dos Sistemas Esquelético, Muscular, Cardiovascular, Respiratório e Digestório. Estudo da estrutura microscópica (tecidual) e macroscópica dos diversos órgãos que compõem estes sistemas e sua relação com o mecanismo de funcionamento e com as interações fisiológicas estabelecidas com os demais sistemas do corpo, para a manutenção da homeostase corporal.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GUYTON, A. **Tratado de Fisiologia Médica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

SOBOTTA, J.; BECHER H. **Atlas de Anatomia Humana**. 21. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.

SPENCE, P.A. **Anatomia Humana Básica**. 2. ed. São Paulo: Manole, 1991.

TORTORA, G. J. **Corpo Humano: Fundamentos de Anatomia e Fisiologia**. 8. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2010.

VAN DE GRAAFF, K. M. **Anatomia Humana**. 6. ed. Barueri-SP: Manole, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ABRAHAMS, P.H.; HUTCHINGS, R.T.; MARKS JR., S.C. **Atlas Colorido de Anatomia Humana**. 4. ed. São Paulo: Manole, 1999.

DAVIES, A.; BLACKLEY, A. G. H.; KIDD, C. **Fisiologia Humana**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

JACOB, S. W.; FRANCONI, C. A.; LOSSOW, W. J. **Anatomia e Fisiologia Humana**. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1990.

NETTER, F. H. **Atlas de Anatomia**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

RANDALL, D., BURGGREN, W., FRENCH, K. & FERNALD, R. (ECKERT). **Fisiologia Animal: mecanismos e adaptações**. 4. ed. Guanabara Koogan: Rio de Janeiro. 2000.



COMPONENTE CURRICULAR:

Bioquímica

CARGA HORÁRIA: 60 horas/aula e 50 horas/relógio

EMENTA:

Noções básicas de química. pH e tampões. Estrutura química, propriedades e funções biológicas da água; íons; proteínas; carboidratos; lipídios; ácidos nucleicos; vitaminas. Bioenergética e funcionamento enzimático. Metabolismo de aminoácidos, carboidratos e lipídeos. Integração e regulação metabólica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALBERTS, B. *et al.* **Biologia molecular da célula**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

BERG, J.M.; TYMOCZKO, J.L.; STRYER, L. **Bioquímica**. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.

CHAMPE, P.C.; HARVEY, R.A., FERRIER, D.R. **Bioquímica ilustrada**. 3. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2006.

CISTERNAS, J.R.; VARGA, J.; MONTE, O. **Fundamentos de Bioquímica Experimental**. 2. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2001.

MARTINS, A.F.; FIEGENBAUM, M.; RUPPENTHAL, R.D. **Biologia molecular: aplicando a teoria à prática laboratorial**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

HARPER, H.A. **Manual de Química Fisiológica**. 5. ed. São Paulo: Atheneu, 1982.

JUNQUEIRA, L.C.U.; CARNEIRO, J. **Biologia celular e molecular**. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.

LEHNINGER, A.L.; NELSON, D.L.; COX, M.M.M. **Princípios de Bioquímica**. 3. ed. São Paulo: Sarvier, 2002.

MARZZOCO, A.; TORRES, B.B. **Bioquímica básica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara koogan, 2007.

PINHO, P.L.V. **Bioquímica**. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara koogan, 1985.



COMPONENTE CURRICULAR:

Citologia e Histologia

CARGA HORÁRIA: 120 horas/aula e 100 horas/relógio

EMENTA:

Conceitos das bases da biologia celular e tecidual. Estrutura e a ultraestrutura das células eucariotas, relacionando-as com a sua forma e função. Aspectos morfológicos e funcionais dos tecidos do corpo humano. Fases iniciais do desenvolvimento embrionário humano e os mecanismos envolvidos na diferenciação dos tecidos e órgãos do corpo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALBERTS, B. *et al.* **Biologia Molecular da célula**, 4. ed. - Porto Alegre: Artmed, 2004.

JUNQUEIRA, L.C.U.; CARNEIRO, J. **Histologia básica**, 10. ed. - Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.

SOBOTTA, J.; WELSCH, U. **Atlas de Citologia, Histologia e Anatomia Microscópica**. Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DI FIORI, M.S.H. **Atlas de histologia**. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.

GARTNER, L.P. **Atlas Colorido de Histologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010..

KIERSZENBAUM, A. L.; TRES, L. L. **Histologia e Biologia Celular: uma introdução à Patologia**. São Paulo: Elsevier, 2016.

ROSS, M.H. WOJCIECH, P. **Histologia**. Texto e Atlas – 6. edição. Editora: Guanabara Koogan (Grupo GEN). 2012.

2º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR:

Saúde e Meio Ambiente

CARGA HORÁRIA: 40 horas/aula e 33 horas/relógio

EMENTA:

Ecologia e meio ambiente, interação entre os sistemas, natureza e sociedade. O modelo do desenvolvimento e a lógica das mudanças. Desenvolvimento sustentável. Impacto e causa dos problemas globais e suas repercussões nos ecossistemas, biodiversidade. Indicadores ambientais. Meio ambiente urbano, qualidade de vida e saúde. A bioética nas tecnociências. Políticas ambientais e organismos internacionais. Legislação Ambiental. Cidadania, direitos humanos e participação popular nas questões ambientais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

PINOTTI, R.. **Educação ambiental para o século XXI: no Brasil e no mundo**. 2. ed. São Paulo: Blucher, 2016. 263p.

BARBIERI, J.C. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. 4. ed., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2016. 296 p.

GUIMARÃES, M. **A dimensão ambiental na educação**. 12. ed. São Paulo: Papyrus, 2015.

MILARÉ, E. **Direito do ambiente**. 10. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

PHILIPPI JUNIOR, A.; PELICIONI, M.C.F. (Coord.). **Educação ambiental e sustentabilidade**. 2. ed. rev. e atual. Barueri: Manole, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

SILVA, C.A. **Gerenciamento de resíduos**. Curitiba: IFPR Educação a Distância, 2013.

MEDEIROS, P.C. **Gestão ambiental das cidades**. Curitiba: IFPR Educação a Distância, 2013.

MILLER, G.T.; SPOOLMAN, S. **Ecologia e sustentabilidade**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

PIMENTA, H.C.D. **Gestão ambiental**. Curitiba: LT, 2012.

DERISIO, J.C. **Introdução ao controle de poluição ambiental**. 4. ed. atual. São Paulo: Oficina de Textos, 2012.

COMPONENTE CURRICULAR:
Vivências em Enfermagem II

CARGA HORÁRIA: 40 horas/aula e 33 horas/relógio

EMENTA:

Aproximação com os serviços de atenção primária em saúde, proporcionando ao estudante uma reflexão crítica sobre o papel profissional do Enfermeiro em seu contexto sociocultural. Intervenção em famílias, reconhecendo o processo saúde-doença como fenômeno social. Territorialização. Estratificação da Vulnerabilidade familiar.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAMPOS, G.W.S. et al. (Org.) **Tratado de Saúde Coletiva**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

SOUZA, M.C.M.R. de; HORTA, N. de C. (orgs.). **Enfermagem em saúde coletiva: teoria e prática**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

WRIGHT, L.M.; LEAHEY, M. **Enfermeiras e famílias: guia para avaliação e intervenção na família**. 5. ed. Rio de Janeiro: Roca, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE. SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE. **Política Nacional de Promoção da Saúde**. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Núcleo de Apoio à Saúde da Família. v. 1. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. (Cadernos de Atenção Básica, n. 39).

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE. DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA. **Política nacional de práticas integrativas e complementares no SUS: atitude de ampliação de acesso**. 2. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

BULECHEK, G. M.; DOCHTERMAN, J; BUTCHER, H. **Classificação das Intervenções de Enfermagem (NIC)**. 5 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

GIOVANELLA, L. (org.) **Políticas e Sistema de Saúde no Brasil**. RJ: Editora Fiocruz, 2007.

MOORHEAD, S.; JOHNSON, M.; MAAS, M. L.; SWANSON, E. **Classificação das Intervenções de Enfermagem**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.



SAVASSI, L.C.M; LAGE, J. L; COELHO, F. L. G. **Sistematização de um instrumento de estratificação de risco familiar:** escala de risco familiar de Coelho-Savassi. Journal of Management and Primary Health Care, v. 3, p. 179-185, 2012.

SARRIERA, J. C. **Saúde comunitária: conhecimentos e experiências na América Latina.** Sulinas, 2011.

COMPONENTE CURRICULAR:

Filosofia e Ética do Cuidado

CARGA HORÁRIA: 40 horas/aula e 33 horas/relógio

EMENTA:

Ética e moral: definição, semelhanças e diferenças. A moral no período pré-filosófico ou mitológico grego. Contexto histórico e social da origem da Filosofia e da ética filosófica. A atitude filosófica como questionamento das evidências do cotidiano e as características do pensamento filosófico. Tópicos de filosofia e ética filosófica na História da Filosofia: principais autores e temas. Temas de ética do cuidado e bioética aplicados à enfermagem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BOFF, L. **Saber cuidar:** ética do humano, compaixão pela terra. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

CHAUÍ, M. de S. **Convite à filosofia.** 14. ed. São Paulo: Ática, 2011.

MARCONDES, D. **Textos básicos de ética:** de Platão a Foucault. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

MARCONDES, D. **Textos básicos de filosofia:** dos pré-socráticos a Wittgenstein. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

SGANZERIA A.; FALABRETTI, E. S.; BOCCA, F. V. **Ética em movimento.** São Paulo: Paulus, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CHAUÍ, M. de S. **Introdução à história da filosofia:** dos Pré-Socráticos a Aristóteles. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. v.1.

DINIZ, D.; GUILHEM, D. **O que é bioética.** São Paulo: Brasiliense, 2002.



PESSINI, L.; BARCHIFONTAINE, C. **Problemas atuais de bioética**. São Paulo: Loyola, 2012.

REALE, G.; ANTISERI, D. **História da filosofia**: filosofia pagã antiga. v. 1. São Paulo: Paulus, 2003.

REALE, G.; ANTISERI, D. **História da filosofia**: patrística e escolástica. v. 2. São Paulo: Paulus, 2003.

REALE, G.; ANTISERI, D. **História da filosofia**: do humanismo a Descartes. v. 3. São Paulo: Paulus, 2004.

REALE, G.; ANTISERI, D. **História da filosofia**: de Spinoza a Kant. v. 4. São Paulo: Paulus, 2004.

REALE, G.; ANTISERI, D. **História da filosofia**: do romantismo ao empiriocriticismo. v. 5. São Paulo: Paulus, 2005.

REALE, G.; ANTISERI, D. **História da filosofia**: de Nietzsche à Escola de Frankfurt. v. 6. São Paulo: Paulus, 2006.

REALE, G.; ANTISERI, D. **História da filosofia**: de Freud à atualidade. v. 7. São Paulo: Paulus, 2004.

COMPONENTE CURRICULAR:

Sociologia da Saúde

CARGA HORÁRIA: 40 horas/aula e 33 horas/relógio

EMENTA:

Estudo das ciências sociais e suas interfaces com a saúde, por meio de uma visão crítica da sociedade contemporânea, enfatizando a importância da disciplina e dos conceitos sociológicos, a fim de utilizá-la como instrumento de trabalho na área da saúde e na Enfermagem. Interpretações culturais e sociais do processo saúde/doença na dimensão coletiva do adoecimento e sua relação nas classes trabalhadoras; a medicina popular e o adoecimento do concreto.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALVARENGA, L.G. de. **Sociologia**. Goiânia: AB Ed., 2002.

DEMO, Pedro. **Introdução à sociologia**: complexidade, interdisciplinaridade e desigualdade



social. São Paulo: Atlas, 2002.

GIOVANI, T. et al. **História da enfermagem: versões e interpretações**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2002.

HAWKEN, P.; LOVINS, A. B.; LOVINS, L.H. **Capitalismo natural: criando a próxima revolução industrial**. 10. ed. São Paulo: Cultrix, 2000.

WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ADAM, P.; HERZLICH, C. **Sociologia da doença e da medicina**. Bauru: EDUSC, 2001.

BUTLER, Judith. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do 'sexo'**. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 151-172.

_____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. PRT 280 – Trevo CODAPAR S/N – Palmas – PR – CEP 85555-000. Fone/Fax: (46) 3263-8150 Homepage: <http://www.ifpr.edu.br>.

GIDDENS, A. **Sociologia**. 4. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2005.

HOGAN, D.J.; VIEIRA, P.F. (Org.). **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. 2ª ed. Campinas: Unicamp, 1995.

FOUCAULT, Michel. (1995), *História da Loucura na Idade Clássica*. Tradução de José Teixeira Coelho Neto. São Paulo Perspectiva.

_____. (2004), *Nascimento da clínica*. São Paulo, Forense Universitária.

HELMAN, C. **Cultura, saúde e doença**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

MAI, L.D. (RE). Pensando a família: inquietações passadas e presentes. **Ciência, Cuidado e Saúde**, Maringá, v. 1, n. 2, 2001.

NEVES, D.P. **Parasitologia humana**. 10. ed. São Paulo: Atheneu, 2000.

PESSINI, L.; BARCHIFONTAINE, C.P. **Problemas atuais de bioética**. 6º ed. São Paulo, SP: Loyola, 2002.

PINTO, C.R.J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.



VICTÓRIA, C. *et al.* **Antropologia e ética: o debate atual no Brasil.** Niterói: EDUFF/ABA, 2004.

COMPONENTE CURRICULAR:

Iniciação Científica

CARGA HORÁRIA: 40 horas/aula e 33 horas/relógio

EMENTA:

Introdução à pesquisa científica. Atividades de levantamento bibliográfico, fichamento e resumo. Desenvolvimento de habilidades na elaboração da pesquisa científica. Incentivo e instrumentalização para as atividades de pesquisa em desenvolvimento no IFPR.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BASTOS, C.L. **Aprendendo a aprender: introdução à metodologia científica.** 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

KOCHE, J.C. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa.** 29. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011. 182 p.

MOROZ, M.; GIANFALDONI, M.H.T.A. **O processo de pesquisa: iniciação.** Brasília: Plano Editora, 2002.

MARTINS JÚNIOR, J. **Como escrever trabalhos de conclusão de curso: instruções para planejar e montar, desenvolver, concluir, redigir e apresentar trabalhos monográficos e artigos.** 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

AQUINO, I. de S. **Como escrever artigos científicos: sem "arrodeio" e sem medo da ABNT.** 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARROS, A.J.P.; LEHFELD, N.A.S. **Fundamentos de metodologia: um guia para a iniciação científica.** 2. ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

COELHO, M.T.A.D.; ALMEIDA FILHO, N. Conceitos de saúde em discursos contemporâneos de referência científica. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p 315–333. 2002.

MAI, L.D. (RE) Pensando a família: inquietações passadas e presentes. **Ciência, Cuidado e Saúde**, Maringá, v. 1, n. 2, 2001.



PHILIPPI J.R.; Arlindo; PELICION, M.C.F. **Educação ambiental e sustentabilidade**. Barueri: Manole, 2005.

NAKAMAE, D.D. **Novos caminhos da enfermagem**: por mudanças no ensino e na prática da profissão. São Paulo: Cortez, 1987.

CASTRO, A.D.; CARVALHO, A.M.P. **Ensinar a ensinar**: didática para a escola fundamental e média. São Paulo: Pioneira, 2001.

COMPONENTE CURRICULAR:
Prática Integradora II

CARGA HORÁRIA: 40 horas/aula e 33 horas/relógio

EMENTA:

Componente integrador e gerador de abordagens transdisciplinares. Produção prática de abordagem coletiva. Metodologias ativas na construção de habilidades e competências para o raciocínio crítico, reflexivo e científico no processo de cuidar. Enfermagem como prática social. Dados epidemiológicos das doenças relacionadas a vulnerabilidades socioeconômicas e socioambientais, e aos determinantes sociais da saúde.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BACICH, L.; MORAN, J.M. (Org.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora**: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018. 238 p. (Desafios da educação).

LEAL, E.A.; MIRANDA, G.J.; CASA NOVA, S.P. de C. (Org.). **Revolucionando a sala de aula**: como envolver o estudante aplicando as técnicas de metodologias ativas de aprendizagem. São Paulo: Atlas, 2017.

BARCELOS, V.H. de L. **Educação ambiental**: sobre princípios, metodologias e atitudes. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

CHANG, M. **Metodologias de estudos de vulnerabilidade à mudança do clima**. Rio de Janeiro: Interciência, 2015 ((Mudanças globais; v. 5)).

NUNES, R. **Vulnerabilidade dos recursos hídricos no âmbito regional e urbano**. Editora Interciência, 2014 .



BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CUNHA, M.C. da; BARBOSA, S.R. (Org.). **Direitos dos povos indígenas em disputa**. São Paulo: UNESP, 2018.

LEAL, E.A.; MIRANDA, G.J.; CASA NOVA, S.P. de C. (Org.). **Revolucionando a sala de aula**: como envolver o estudante aplicando as técnicas de metodologias ativas de aprendizagem. São Paulo: Atlas, 2017.

LUZ, N.S. da; CASAGRANDE, L.S. (Org.). **Entrelaçando gênero e diversidade**: múltiplos olhares. Curitiba: UTFPR, 2016.

PEREIRA, M.H. de F.; SERRANO, G.de A.; PORTO, A.P.B.. **Quilombolas e quilombos**: histórias do povo brasileiro. Belo Horizonte: Rona, 2012.

COMPONENTE CURRICULAR:

Anatomofisiologia Humana II

CARGA HORÁRIA: 140 horas/aula e 117 horas/relógio

EMENTA:

Anatomofisiologia dos Sistemas Urinário, Reprodutor Masculino, Reprodutor Feminino, Endócrino e Nervoso. Estudo da estrutura microscópica (tecidual) e macroscópica dos diversos órgãos que compõem estes sistemas e sua relação com o mecanismo de funcionamento e com as interações fisiológicas estabelecidas com os demais sistemas do corpo, para a manutenção da homeostase corporal.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GUYTON, A. C. e HALL, J. E. **Tratado de fisiologia médica**. 12. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

NETTER, F. H. **Atlas de anatomia humana**. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

PEZZI, L. H. A.; CORREIA, J. A. P.; PRINZ, R. A. D.; PESSANHA-NETO, S. **Anatomia clínica baseada em problemas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.

PRESTON, R. R. e WILSON, T. E. **Fisiologia ilustrada**. 1. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

TORTORA, G. J. e DERRICKSON, B. **Corpo humano: fundamentos de anatomia e fisiologia**. 10. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.



BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

HERLIHY, B.; MAEBIUS, N. K. **Anatomia e fisiologia do corpo humano saudável e enfermo.**

Barueri: Manole, 2002.

MOORE, K.L.; DALLEY, A F.; AGUR, A.M.R. **Anatomia orientada para a clínica.** 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.

SOBOTTA, J.; PABST, R. **Atlas de anatomia humana.** 21. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.

VAN DE GRAAFF, K. M. Anatomia humana. 6. ed. São Paulo: Manole, 2003.

WIDMAIER, E.P.; STRANG, K. T.; RAFF, H. Vander, **Scherman e Luciano, fisiologia humana: os mecanismos das funções corporais.** 12. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.

COMPONENTE CURRICULAR:

Parasitologia

CARGA HORÁRIA: 60 horas/aula e 50 horas/relógio

EMENTA:

Introdução ao estudo da parasitologia. Características biológicas, epidemiológicas, clínico patológicas, diagnósticas, medidas profiláticas e terapêuticas de protozoários, helmintos e artrópodes de interesse clínico- humano.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CIMERMAN, B.; FRANCO, .M.A **Atlas de parasitologia:** artrópodes, protozoários e helmitos. São Paulo: Atheneu, 2005.

CIMERMAN, B.; CIMERMAN, S. **Parasitologia humana e seus fundamentos gerais.** 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2002.

SPICER, W. John. **Bacteriologia, micologia e parasitologia clínicas:** um texto ilustrado em cores. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MORAES, R.G.; LEITE, I.C.; GOULART, E.G. **Parasitologia e micologia humana.** 4. ed. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 2000.



ROUQUAYROL, M.Z.; ALMEIDA FILHO, N. **Epidemiologia e saúde**. 6. ed. Rio de Janeiro: MEDSI, 2003.

CIMERMANN, B.; FRANCO, M.A. **Atlas de parasitologia**: artrópodes, protozoários e helmintos. São Paulo: Atheneu, 2005.

DE CARLI, G.A. **Parasitologia Clínica**: Seleção de Métodos e técnicas de laboratório para o diagnóstico das parasitoses humanas. Atheneu, Rio de Janeiro, 2001.

COMPONENTE CURRICULAR:
Microimunologia

CARGA HORÁRIA: 60 horas/aula e 50 horas/relógio

EMENTA:

Estudo da estrutura, crescimento e metabolismo das bactérias, vírus e fungos. Principais grupos de bactérias, vírus e fungos de interesse na área da saúde. Controle do crescimento de microrganismos. Componentes e funcionamento do sistema imune. Aspectos práticos da imunidade: imunidade anti-infecciosa; vacinação; imunodeficiências; hipersensibilidade; transplantes e rejeição; imunidade contra tumores; autoimunidade. Métodos e técnicas em Microbiologia e Imunologia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BENJAMINI, E.; COICO, R.; SUNSHINE, G. **Imunologia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

JANEWAY, C. et al. **Imunobiologia**: o sistema imunológico na saúde e na doença. 5. ed. São Paulo: Artmed, 2002.

MADIGAN, M. T. et al. **Microbiologia de Brock**. 12. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

SILVA, W.D.; MOTA, I.B. **Imunologia básica e aplicada**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

PELCZAR, J.R.; PELCZAR, M.F. et al. **Microbiologia**: conceitos e aplicações. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 1997.

TORTORA, G.J.; FUNKE, B.R.; CASE, C.L. **Microbiologia**. 8. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.



TRABULSI, L.R.; ALTERTHUM, F. (Ed.). **Microbiologia**. 5ª ed. São Paulo: Atheneu: 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FERREIRA, A.W. **Diagnóstico laboratorial das principais doenças infecciosas e auto-imunes**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1996.

LEVINSON, W.; JAWETZ, E.. **Microbiologia médica e imunologia**. 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

MIMS, C. **Microbiologia médica**. São Paulo: Manole, 2000.

MURRAY, P.R. **Microbiologia médica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.

PEAKMAN, M.; VERGANI, D. **Imunologia básica e clínica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999.

3º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR:

Metodologia Científica

CARGA HORÁRIA: 40 horas/aula e 33 horas/relógio

EMENTA:

Função da Metodologia Científica. Natureza do conhecimento. Fundamentos da ciência. Normas para elaboração de trabalhos científicos. Fontes de consulta: bibliotecas tradicionais e banco de dados. Iniciação do aluno da pesquisa científica, abordando: conceitos, finalidades, tipos, métodos e técnicas de pesquisa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LAKATOS, E.M. **Fundamentos da metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

TEIXEIRA, E (Org.). **Abordagens qualitativas: trilhas para pesquisadores em saúde e enfermagem**. São Paulo: Martinari, 2008.

FLICK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2009. 164p. (Coleção Pesquisa qualitativa).

ANGROSINO, M.V. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Bookman, 2009. 138p. (Coleção Pesquisa Qualitativa).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BASTOS, C.L. **Aprendendo a aprender: introdução à metodologia científica**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

BRUYNE, P.; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica**. 5. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

CURTY, M.G.; CRUZ, A.C. **Guia para apresentação de trabalhos acadêmicos, dissertações e teses**. Maringá: Dental Press, 2001.

MARTINS, R.M.; CAMPOS, V.C. **Guia prático para pesquisa científica**. Rondonópolis: Unir, 2003.



PEREIRA, J.C.R. **Análise de dados qualitativos:** estratégias metodológicas para as ciências da saúde, humanas e sociais. 2. ed. São Paulo : EDUSP, 1999.

COMPONENTE CURRICULAR:
Didática aplicada à Enfermagem

CARGA HORÁRIA: 40 horas/aula e 33 horas/relógio

EMENTA:

Didática como área de conhecimento da educação em saúde. Elementos da didática e da prática educativa em saúde (leitura da realidade, metodologias, relações ensino aprendizagem e avaliação). Metodologias ativas. As tendências pedagógicas no processo de ensino-aprendizagem na educação em saúde. Projetos em educação e Saúde. Educação escolar indígena, quilombola, no campo e para jovens e adultos no âmbito da saúde.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALVES, G.L. **O trabalho didático na escola moderna:** formas históricas. São Paulo: Autores Associados, 2005.

CANDAU, V.M. **A Didática em questão.** 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** 54. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2013.

OGUISSO, T.; SHIMID, M.J. **O exercício da enfermagem:** uma abordagem ético-legal. 2. ed. Rio de Janeiro. Guanabara-Koogan, 2007.

SAVIANI, D. **Aberturas para a história da educação:** do debate teórico-metodológico no campo da história ao debate sobre a construção do sistema nacional de educação no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BEZERRA, A.I.Q. **O contexto da educação continuada em Enfermagem.** 1 ed. São Paulo: Martinari, 2003.

CINTRA, J.C. **Didática e oratória com Datashow.** 1. ed. São Paulo: Rima, 2008.

HAYDT, R.C.C. **Curso de Didática Geral.** 8. ed. São Paulo: Àtica, 2010.

GASPARIN, J.L. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica.** Campinas, SP:Autores Associados, 2002.



LIBÂNEO, J.C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2001.

MURTA, G.F.(Org.). **Saberes e práticas**: guia para ensino e aprendizagem de enfermagem. 3ª. ed. São Caetano do sul: Difusão, 2007.

PIZZOLI, L.M.L. **Tecnologia e enfermagem**: harmonia para a qualidade do desempenho profissional. São Paulo: Atheneu, 2003.

COMPONENTE CURRICULAR:

Educação em Saúde e Estratégias de grupo

CARGA HORÁRIA: 80 horas/aula e 67 horas/relógio

EMENTA:

Quadro conceitual da educação em saúde. A prática educativa na promoção da saúde: planejamento, execução e avaliação de programas educativos. Técnicas de coordenação de grupos. Introdução teórico-metodológica para a pesquisa e intervenção. Organização de projetos de educação em saúde. Aplicação das ações grupais como: grupos de apoio, psicodrama, grupo operativo, grupo focal, grupo comunitário/sala de espera e vivências. Educação das relações étnico-raciais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAMPOS, G.W. de S. (Org). et al.. **Tratado de saúde coletiva**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2012. (Saúde em debate ; 170).

VALLA, V.V.; STOTZ, E.N. **Participação popular, educação e saúde**: teoria e prática. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.

VASCONCELOS, E.M. **Educação popular nos serviços de saúde**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

LESCURA, Y. MAMEDE, M.V. **Educação em saúde**: abordagem para o enfermeiro. São Paulo: Sarvier, 1990.

BORGES, G.L. **Dinâmicas de grupo**: crescimento e integração. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

FRITZEN, S.J. **Exercícios práticos de dinâmica de grupo**. 41. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.



PEREIRA, W.C.C. **Dinâmica de grupos populares**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

PICHÓN RIVIÈRE, E. **O processo grupal**. 8. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

ZIMERMAN, D.E.; OSÓRIO, L.C. **Como trabalhamos com grupos**. Porto Alegre: Artmed, 1997.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LEVY, S.N. et al. **Educação em Saúde: histórico, conceitos e propostas**. Brasília: CNS, 2003.

VILLA, E.A.; CADETE, M.M. Capacitação pedagógica: uma construção significativa para o aluno de graduação. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**. Ribeirão Preto, v.9, n.1, p.53-58, 2001.

KANTORSKI, L.P. **Educação e saúde no movimento de Aratiba**. 1994. 115f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria. 1994.

PELICIONI, M.C.F.; TORRES, A.L. **Escola promotora da saúde**. Universidade de São Paulo. Saúde Pública: São Paulo. 1999.

SCHIER, J.. **Tecnologia de educação em saúde: o grupo aqui e agora**. Porto Alegre: Sulina, 2004.

ANTUNES, C. **Manual de técnicas de dinâmica de grupo de sensibilização de ludopedagogia**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

FERNÁNDEZ, A.M. **O Campo grupal: notas para uma genealogia**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

GAYOTTO, M.C.; DOMINGUES, I. **Liderança: Aprenda a mudar em grupo**. Petrópolis: Vozes, 1996.

MELO, G.; SANTOS, R.M.; TREZZA, M.C.S.F. Entendimento e prática de ações educativas de profissionais do programa saúde da família de São Sebastião - AL: detectando dificuldades. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Rio de Janeiro, v.58, n.3, p.290-295. 2005.

NETO, J.L.F.; KIND, L. **Promoção da saúde: práticas grupais na estratégia saúde da família**. São Paulo: HUCITEC; Belo Horizonte, MG: Fapeming, 2011.

SILVEIRA, I.P. *et al.* Ação educativa à gestante fundamentada na promoção da saúde: uma reflexão. **Revista de Enfermagem Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 451-458. 2005.

SOARES, S.M.; FERRAZ, A.F. Grupos operativos de aprendizagem nos serviços de saúde: sistematização de fundamentos e metodologias. **Revista de Enfermagem Escola Anna Nery**,



Rio de Janeiro, RJ, v.11,n.1 , p.52-57, mar. 2007.

COMPONENTE CURRICULAR:

Prática Integradora III

CARGA HORÁRIA: 40 horas/aula e 33 horas/relógio

EMENTA:

Componente integrador e gerador de abordagens transdisciplinares. Produção de práticas educativas de abordagem coletiva. Metodologias ativas na construção de habilidades e competências na formação de um educador em saúde, com raciocínio crítico-reflexivo com bases conceituais e históricas dos Direitos Humanos na sociedade. Conceitos e relações sobre direitos humanos, populações vulneráveis, populações afrodescendentes e indígenas, identidades de gênero e orientações sexuais, diferentes identidades culturais e condições humanas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 7. ed.. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010.

DOTTI, R.A. **Declaração Universal dos Direitos do Homem e notas da legislação brasileira:** (atualizado e com remissões ao novo código civil). 3. ed. São Paulo: Lex editora, 2006.

FERREIRA, L.F.G. (org). **Direitos Humanos na Educação Superior:** Subsídios para a Educação em Direitos Humanos na Filosofia. João Pessoa. Editora Universitária da UFPB, 2010.

LUCAS, D.C. **Direitos humanos e interculturalidade: um diálogo entre a igualdade e a diferença**. Ijuí. Ed. Unijuí, 2010.

OLIVEIRA, N. 'Tout autre est tout autre': direitos humanos e perspectivismo semântico-transcendental. **Veritas**, Porto Alegre, RS, v. 51, n. 2 , p. 97-108, jun. 2006.

TUVILLA RJ. **Educação em direitos humanos:** rumo a uma perspectiva global/ trad. Jussara Haubert Rodrigues.-Porto Alegre: Artmed, 2004.



BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BENTO, M.A.S. **Cidadania em Preto e Branco**: discutindo as relações sociais. São Paulo: Ática, 2002.

BITTAR, E.C. (Coord.). **Educação e metodologia para os direitos humanos**. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS**. 3. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2017.

CARVALHO, J.S. **Educação, Cidadania e Direitos Humanos**. Petrópolis: Vozes, 2004.

DALLARI, D.A. **Direitos Humanos e Cidadania**. São Paulo: Moderna, 2001.

NOVAES, C.E.; LOBO, C. **Cidadania para principiantes**: a história dos direitos do homem. São Paulo: Ática, 2004.

COMPONENTE CURRICULAR:

Manejo em situações Emergenciais

CARGA HORÁRIA: 80 horas/aula e 67 horas/relógio

EMENTA:

Estudo das condições de urgência e emergência, objetivando estabelecer as prioridades de atendimento, com desenvolvimento de habilidades no atendimento ao suporte básico de vida que aborda e aplica o conhecimento científico para o atendimento em primeiros socorros. Integra o cuidado de indivíduos vítimas de agravos diversos que necessitem de ações imediatas do profissional enfermeiro. Planeja, sistematiza e implementa a assistência em situações baseadas em evidências. Enfoca a dimensão do trabalho em equipe. Apresenta noções de primeiros socorros no trânsito e a educação para a segurança no trânsito.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AHA. **Diretrizes da American Heart Association 2017 para RCP**. Guidelines, 2017. Acesso 04/06/19. Disponível em: eccguidelines.heart.org/wp-content/uploads/2017/12/2017-Focused-Updates_Highlights_PTBR.pdf.

GOLIN, V.; SPROVIERI, S.R.S. (Edt.). **Condutas em urgências e emergências para o clínico**. São Paulo: Atheneu, 2008.



MISSIANO, F. (Org.). Ação imediata em emergências/ manual de procedimentos. 6.ed. São Paulo: Cultrix, 2003. 167 p. ISBN 8531510597

MORTON, P. G.; FONTAINE, D. K. Cuidados críticos de enfermagem: uma abordagem holística. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

TRATADO de medicina de urgência do idoso. São Paulo: Atheneu, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BERGERON, J.D.; *et al.* **Primeiros socorros**. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2007.

BRASIL. **Decreto-lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997**. Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Diário Oficial da União, 23 de setembro de 1997.

CORRÊA, R. G. Atendimento de urgência e emergência. Curitiba: IFPR Educação a Distância, 2013.

GOLIN, V.; SPROVIERI, S R.S. (Edt.). **Condutas em urgências e emergências para o clínico**. São Paulo: Atheneu, 2008.

OLIVEIRA, R.G de. Blackbook - Enfermagem. 1. ed. Belo Horizonte: Black Book, 2016. 816 p. (Série Blackbook).

UENISHI, E.K. **Enfermagem médico-cirúrgica em unidade de terapia intensiva**. 10. ed. São Paulo: Senac Nacional, 2011. 264 p. (Série Apontamentos).

COMPONENTE CURRICULAR:

Semiologia em Enfermagem

CARGA HORÁRIA: 200 horas/aula e 167 horas/relógio

EMENTA:

Estudo da fisiologia dos órgãos, aparelhos e sistemas, por regiões do corpo humano. Avaliação e sensibilização do educando para realização do exame físico sistematicamente em etapas de acordo com a morfologia e localização dos aparelhos neurológico, respiratório, cardiovascular, digestório, genitourinário, músculoesquelético e tegumentar a fim de instrumentalizar o processo de enfermagem e suas etapas, instrumentos de cuidar e a tomada de decisão no processo de cuidar em saúde e enfermagem.



BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANDRIS, D.A.; *et al.* **Semiologia**: bases para a prática assistencial. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

ÁVILA, L. C; (Ed.). **AME: dicionário de administração de medicamentos na enfermagem**. 9. ed. São Paulo: EPUB, 2013.

BARROS, A.L.B.L. de (col). **Anamnese e exame físico**: avaliação diagnóstica de enfermagem no adulto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2015.

CARPENITO_MOYET, L.J. **Manual de diagnósticos de enfermagem**. 15. ed. Porto Alegre: Artmed, 2018.

CIANCIARULLO, T.I. *et al.* (Org). **Sistema de assistência de enfermagem**: (SAE) evolução e tendências. 5. ed., rev., atual. E ampl. São Paulo: Ícone, 2012.

CHAVES, L.D; SOLAI, C.A. **SAE: sistematização da assistência de enfermagem**: considerações teóricas e aplicabilidade. 2. ed. São Paulo: Martinari: 2015.

NORTH AMERICAN NURSING DIAGNOSIS ASSOCIATION. (Org.). **Diagnósticos de enfermagem da Nanda**: definições e classificação 2015-2017. Porto Alegre: Artmed, 2015.

PORTO, C.C. **Semiologia Médica**. 8.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

MARIA, V.L.R.; MARTINS, I.; PEIXOTO, M.S.P. **Exame clínico de enfermagem do adulto**: focos de atenção psicobiológicos como base para diagnósticos de enfermagem. 4. ed. São Paulo: Iátria, 2010.

PORTO, C.C. Exame clínico: bases para a prática médica. 6. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

POTTER, P. A. **Fundamentos de Enfermagem**, 8ª ed., Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

POSSO M.B.S. **Semiologia e Semiotécnica de Enfermagem**. 1. ed. São Paulo: Atheneu, 2010.

TANNURE, M C., PINHEIRO, A M. **SAE. Sistematização da Assistência de Enfermagem**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALFARO-LEFEVRE, R. **Aplicação do processo de enfermagem**: Fundamento para o Raciocínio Clínico. 8. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BEAR, M.F.; CONNORS, B.W. & PARADISO, M.A. **Neurociências– Desvendando o**



Sistema Nervoso. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

CARPENITO, L.J. **Diagnósticos de Enfermagem. Aplicação à Prática Clínica.** 13. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

DUNCAN, B.B; SCHMIDT, M.I; GIUGLIANI, E.R.J. **Medicina ambulatorial:** condutas clínicas em atenção primária baseadas em evidências. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

GUYTON, A.C.; HALL, J.E. **Tratado de Fisiologia Médica.** 13. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

HORTA, W. de A; CASTELLANOS, B. P. (Colab.). Processo de enfermagem. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. 102 p. (Enfermagem essencial).

SMELTZER, S.C.; BARE, B.G. Brunner & Suddarth: **Tratado de enfermagem médico-cirúrgica.** 13. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.

TANNURE, M.C; GONÇALVES, A.M.P. **SAE: sistematização da assistência de enfermagem:** guia prático. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan: c2010.

4º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR:
Políticas Públicas, Epidemiologia e Modelos de Atenção à Saúde

CARGA HORÁRIA: 120 horas/aula e 100 horas/relógio

EMENTA:

Políticas públicas de saúde. Modelos de saúde no Brasil e no mundo. Reforma Sanitária. Criação do SUS. Os determinantes e as desigualdades sociais. Legislações que norteiam o SUS. Princípios e diretrizes do SUS. Redes de Atenção à Saúde. Conceitos de Linhas de Cuidado. Plano de Saúde. Epidemiologia: conceituação e importância na enfermagem. Técnicas epidemiológicas. Análise da distribuição dos fatores determinantes dos agravos, danos à saúde e eventos associados à saúde coletiva. Medidas específicas de prevenção, controle, eliminação e erradicação de agravos. Indicadores de saúde.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALMEIDA FILHO, N.; ROUQUAYROL, M. Z. **Introdução à epidemiologia**. 4. ed., rev. e ampl. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

BERQUIÓ, E.; SOUZA, J.M.P.; GOTLIEB, S.L. D. **Bioestatística**. 2. ed. Ver. São Paulo: EPU, 2003.

CALLEGARI-JACQUES, S.M. **Bioestatística: princípios e aplicações**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

JEKEL, J. F.; ELMORE, J. G.; KATZ, D. L. **Epidemiologia, Bioestatística e Medicina Preventiva**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

CAMPOS, G.W. de S. (org.). **Tratado de Saúde Coletiva**. 2. Ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

SOUZA, M.C.M.R. de; HORTA, N. de C. (Org.). **Enfermagem em saúde coletiva: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.

SANTOS, A. da S.; CUBAS, M.R. **Saúde coletiva: linhas de cuidado e consulta de enfermagem**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

VIEIRA, Sonia; HOSSNE, William Saad. **Metodologia científica para a área de saúde**. Rio de Janeiro: Campus, c2002. 192 p.



BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL, Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS**. 3. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2017.

SICKO SOS SAÚDE: <https://www.youtube.com/watch?v=VoBleMNAwUg>.

HISTÓRIA DA SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL: <https://www.youtube.com/watch?v=yuDpa-nU3t8>.

CRIVELLARO, João Luís Gallego. **Sistema Único de Saúde e saúde coletiva**. Curitiba: Editora do Livro Técnico, 2012.

FRANCO, C.M.; FRANCO, T.B. Linhas do Cuidado Integral: uma proposta de organização da Rede de saúde. Acesso em 30 de maio de 2019. Disponível em: http://www.saude.sp.gov.br/resources/humanizacao/homepage/aceso-rapido/formacao-tecnica-em-acolhimento-na-atencao-basica/passos_a_passo_linha_de_cuidado.pdf.

PAIM J. *et al.* O sistema de saúde brasileiro: história, avanços e desafios. **Lancet**. (Série Brasil) [Internet]. 2011; 11-31. Acesso em 30 de maio de 2019. Disponível em: <http://download.thelancet.com/flatcontentassets/pdfs/brazil/brazilpor1.pdf>.

MELLO, G.A.; FONTANELLA, B.J.B.; DEMARZO, M.M.P. Atenção Básica e Atenção Primária à Saúde - origens e diferenças conceituais. **Rev. APS**, v. 12, n. 2, p. 204-213, abr./jun. 2009.

LESER, W. *et al.* **Elementos de epidemiologia geral**. São Paulo: Atheneu, 2002.

PEREIRA, M.G. **Epidemiologia: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1995.

PEREIRA, W.; TANAKA, O.K. **Estatística conceitos básicos**. 2. ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 1990.

ROUQUAYROL, M.Z. **Epidemiologia & saúde**. 4. ed. Rio de Janeiro: MEDSI, 1994.

ROUQUAYROL, M.Z.; ALMEIDA FILHO, N. **Epidemiologia e saúde**. 6. ed. Rio de Janeiro: MEDSI, 2003.

COMPONENTE CURRICULAR:

Bioestatística

CARGA HORÁRIA: 40 horas/aula e 33 horas/relógio



EMENTA:

Bioestatística: Introdução ao Estudo da Bioestatística, Estatística Descritiva: noções de Amostragem, medidas de tendência central, medidas de dispersão. Probabilidade: clássica e condicional. Resolução de situação problemas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FONSECA, J.; MARTINS, G. **Curso de Estatística**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARTINS, G.A.; DOMINGUES, O. **Estatística Geral e Aplicada** 5.ed. São Paulo:Atlas.2014.

PAGANO, M.; GAUVREAU, K. **Princípios de Bioestatística**. São Paulo: Cengage Learning,2015.

VIEIRA, S. **Introdução à Bioestatística**. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

TOMBINI, C.G.R.T. **Estatística Básica**: para cursos de administração, ciências contábeis, tecnológicos e de gestão. São Paulo: Atlas: 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CRESPO, A.A. **Estatística Fácil**.19. ed.atual.São Paulo:Saraiva,2009.

LEVINE, D. M.; BERENSON, M. L.; STEPHAN, D. **Estatística: teoria e aplicações usando Microsoft Excel em português**.7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017.

SWEENEY, D.J.; WILLIAMS, T.A; ANDERSON, D.R. **Estatística aplicada a administração e economia**. 3. ed.São Paulo: Cengage Learning, 2015.

VIEIRA, S. **Bioestatística: tópicos avançados**. 3.ed.Rio de Janeiro: Elsevier,2010.

CALLEGARI-JACQUES, S.M. **Bioestatística: princípios e aplicações**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

COMPONENTE CURRICULAR:

Prática Integradora IV

CARGA HORÁRIA: 40 horas/aula e 33 horas/relógio

EMENTA:

Articulação da práxis de enfermagem com o conhecimento interdisciplinar, englobando o processo de envelhecimento, contribuindo na formação do raciocínio clínico como tecnologia



instrumental do cuidado de enfermagem. Integralização horizontal de conteúdo do semestre.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CHAVES, L.D; SOLAI, C. A. **SAE: sistematização da assistência de enfermagem: considerações teóricas e aplicabilidade**. 2. ed. São Paulo: Martinari: 2015.

DALLEPIANE, L B. (Org.). **Envelhecimento Humano: campo de saberes e práticas em saúde coletiva**. Ijuí: Unijuí, 2009. 309p. (Saúde Coletiva).

MARTINS, J.S. **Situações práticas de ensino e aprendizagem significativa**. Campinas: Autores Associados, 2009. 144 p. (Formação de professores).

POSSO, M.B.S. **Semiologia e semiotécnica de enfermagem**. São Paulo: Atheneu, 2001.

TAYLOR, C. et al. (). **Fundamentos de enfermagem: a arte e a ciência do cuidado de enfermagem**. 7. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2014. 1768 p. ISBN 9788582710616 (enc.).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BACICH, L.; MORAN, J.M; (Org.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso, 2018. 238 p. (Desafios da educação).

BERBEL, N.A.N. As metodologias ativas e a promoção da autonomia de estudantes. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**. 2011;32(1):25-40. Acesso 03/06/19. Disponível: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/10326-49335-1-PB.pdf>

BRASILEIRO FILHO, G.B. **Patologia**. 8.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

CORREIA, P.R.M; AGUIAR, J.G; VIANA, A.D.; CABRAL, G.C. Por Que Vale a Pena Usar Mapas Conceituais no Ensino Superior? **Rev Grad USP** [Internet]. 2016. Acesso 03/06/19. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/gradmais/article/view/117724/115384>

TANNURE, M.C; GONÇALVES, A.M.P; **SAE: sistematização da assistência de enfermagem: guia prático**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan: c2010.

COMPONENTE CURRICULAR:

Patologia



CARGA HORÁRIA: 80 horas/aula e 67 horas/relógio

EMENTA:

Introdução ao estudo da Patologia. Degenerações celulares e necroses. Adaptações celulares. Reparação e cicatrização. Inflamação. Doenças Infecciosas. Distúrbios do crescimento e neoplasias.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASILEIRO FILHO, G.B. **Patologia**. 6.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.

BRASILEIRO FILHO, G.B. **Patologia Geral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.

GUERRA, J.C. de C.; FERREIRA, C.E. dos S.; MANGUEIRA, C.L.P. **Clínica e laboratório**: Prof. Dr. Celso Carlos de Campos Guerra. São Paulo: Sarvier, 2011.

MONTENEGRO, M. R.; FRANCO, M. **Patologia**: processos gerais. 4. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2004.

ROBBINS, S L.; COTRAN, R.S.; KUMAR, V.; COLLINS, T.R. **Robbins: Patologia Estrutural e Funcional**. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COTRAN, R.S.; KUMAR, V.; COLLINS, T.R. **Patologia Estrutural e Funcional**. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.

FARIA, J. L. **Fundamentos das Doenças, com Aplicações Clínicas**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

BRASILEIRO FILHO, G.B. **Patologia**. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.

HERLIHY, B.; MAEBIUS, N.K. **Anatomia e fisiologia do corpo humano saudável e enfermo**. Barueri: Manole, 2002.

RUBIN, E.; FARBER, J.L. **Patologia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

COMPONENTE CURRICULAR:

Semiotécnica em Enfermagem



CARGA HORÁRIA: 200 horas/aula e 167 horas/relógio
PRÉ—REQUISITO - Semiologia em Enfermagem

EMENTA:

Estudo teórico-prático da semiotécnica aplicada a sistematização da assistência de enfermagem. Compreensão do processo de trabalho e sua relação com os princípios e fundamentos da ética na correlação com as experiências teórico-práticas no exercício da profissão. Enfoca os conhecimentos e habilidades para realização dos procedimentos básicos e especializados inerentes às práticas de cuidar/cuidado de enfermagem dirigido a indivíduos em situações de saúde/doença. Contempla o exercício por simulação em laboratório experimental das ações cotidianas do dia-a-dia profissional e em campos de prática.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AMERICAN NURSING DIAGNOSIS ASSOCIATION. (Org.). **Diagnósticos de enfermagem da Nanda:** definições e classificação 2018-2020. Porto Alegre: Artmed, 2018.

ÁVILA, L. C; (Ed.). **AME:** dicionário de administração de medicamentos na enfermagem. 9. ed. São Paulo: EPUB, 2013.

CARMAGNANI, M.I.S. *et al.* **Procedimentos de enfermagem:** guia prático. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

CARPENITO_MOYET, L.J. **Manual de diagnósticos de enfermagem.** 15. ed. Porto Alegre: Artmed, 2018.

CHAVES, L.D; SOLAI, C.A. **SAE:** sistematização da assistência de enfermagem: considerações teóricas e aplicabilidade. 2. ed. São Paulo: Martinari: 2015.

MAYOR, E.R.C.; MENDES, E.M.T.; OLIVEIRA, K.R. de. **Manual de procedimentos e assistência de enfermagem.** São Paulo: Atheneu, 2006.

POTTER, P. A. **Fundamentos de Enfermagem,** 8. ed., Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

POSSO M.B.S. **Semiologia e Semiotécnica de Enfermagem.** 1. ed. São Paulo: Atheneu, 2010.

PORTO, C.C. **Semiologia Médica.** 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

RODRIGUES, A.B. (*et al.*). **Guia de enfermagem: fundamentos para assistência.** São Paulo: Látria, 2008.

SCEMONS, Donna; ELSTON, Denise. Nurse to nurse: cuidados com feridas em enfermagem. Porto Alegre: AMGH, 2011.

SOUZA, D.C. **Enfermagem:** uma base de cálculos. 2. ed. São Paulo: Legnar, 2004.



TANNURE, M.C., PINHEIRO, A.M. **SAE**: Sistematização da Assistência de Enfermagem. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.

TAYLOR, C; LILLIS, C; LEMONE, P. **Fundamentos de enfermagem**: a arte e a ciência do cuidado de enfermagem. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALFARO-LEFEVRE, R. **Aplicação do processo de enfermagem**: Fundamento para o Raciocínio Clínico. 8. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

DUNCAN, B.B; SCHMIDT, M.I; GIUGLIANI, E.R.J. **Medicina ambulatorial**: condutas clínicas em atenção primária baseadas em evidências. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

CARPENITO, L.J. **Diagnósticos de Enfermagem. Aplicação à Prática Clínica**. 13. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

SPRINGHOUSE. **As melhores práticas de enfermagem**: procedimentos baseados em evidências. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

TEIXEIRA, P.; VALLE, S. **Biossegurança**: uma abordagem multidisciplinar. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.

ROTH, J.J.; HUGHES, W.B. **Tratamento de queimaduras**: manual Prático. Rio de Janeiro: Revinter, 2006.

TANNURE, M.C; GONÇALVES, A.M.P. **SAE**: sistematização da assistência de enfermagem: guia prático. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan: c2010.

WALDOW, V.R. **Cuidado humano**: o resgate necessário. 5. ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2001.

5º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR:

Processo de Cuidar do Adulto e Idoso I: Condição Clínica e Coletiva de Saúde

CARGA HORÁRIA: 481 horas/aula e 450 horas/relógio

PRÉ—REQUISITOS: - Semiologia em Enfermagem

- Semiotécnica em Enfermagem

EMENTA:

Desenvolvimento e aplicação dos conhecimentos e habilidades para Assistência Sistematizada de Enfermagem ao indivíduo, família e grupos, na promoção, proteção, diagnóstico, tratamento e reabilitação da saúde do adulto e idoso. Planejamento, execução e avaliação da assistência de enfermagem a adultos e idosos com afecções clínicas agudas e crônicas, visando o atendimento domiciliar, ambulatorial e hospitalar. Ensino sobre a ação dos fármacos nos vários sistemas orgânicos, usos terapêuticos, efeitos colaterais, estocagem, controle dos efeitos terapêuticos de medicamentos e estudo da relação medicamento, paciente e família.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARROS, A.L.B.L. de (col). **Anamnese e exame físico: avaliação diagnóstica de enfermagem no adulto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

AMERICAN NURSING DIAGNOSIS ASSOCIATION. (Org.). **Diagnósticos de enfermagem da Nanda: definições e classificação 2018-2020**. Porto Alegre: Artmed, 2018

GONÇALVES, L.H.T.; TOURINHO, F.S.V. (orgs). **Enfermagem no cuidado ao idoso hospitalizado**. 1. ed. Barueri, SP: Manole, 2012.

GOODMAN e GILMAN. **As Bases Farmacológicas da Terapêutica**. 10. ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2003.

HILAL-DANDAN, R; BRUNTON, L. L. **Manual de farmacologia e terapêutica de Goodman & Gilman**. 2. ed. Porto Alegre: McGraw-Hill, 2015.

MARIA, V.L.R.; MARTINS, I.; PEIXOTO, M.S.P. **Exame clínico de enfermagem do adulto: focos de atenção psicobiológicos como base para diagnósticos de enfermagem**. 2. ed. São Paulo: Látia, 2005.

MAYOR, E.R.C. **Manual de procedimentos e assistência de enfermagem**. São Paulo: Atheneu, 2006.

SMELTZER, S.C.; BARE, B.G. Brunner & Suddarth: **Tratado de enfermagem médico-**



cirúrgica. 12. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

ZIMERMAN, G.I. **Velhice: aspectos biopsicossociais**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PERRY, P. **Fundamentos de Enfermagem**. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DEVLIN, T. M. (Coord.). **Manual de bioquímica com correlações clínicas**. São Paulo: Blucher, 2011.

CHEREGATTI, A. L.; JERÔNIMO, R. A. Sala (Org). **Administração de medicamentos**. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2010.

BRUNTON, L. L. (Org.). **As bases farmacológicas da terapêutica de Goodman & Gilman**. 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2012.

KATZUNG, B. G.; MASTERS. B.; TREVOR, A J. (Org.). **Farmacologia básica e clínica**. 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.

PERRY, P. **Fundamentos de Enfermagem**. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.

6º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR:

Processo de Cuidar da Mulher, RN, Criança e Adolescente

CARGA HORÁRIA: 480 horas/aula e 450 horas/relógio

PRÉ—REQUISITOS: - Semiologia em Enfermagem

- Semiotécnica em Enfermagem

EMENTA:

Políticas e Assistência integral à Saúde da Mulher, Criança e Adolescente, considerando questões étnico-raciais. Gênero, saúde integral, direitos sexuais e reprodutivos. Direitos da criança e do adolescente segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Planejamento Familiar. Consulta de Enfermagem à mulher, criança e adolescente. Prevenção de câncer cérvico-uterino, mamas e demais comorbidades associadas. Aspectos básicos do desenvolvimento embrionário humano. Assistência de Enfermagem no pré-natal, parto e puerpério. Assistência de enfermagem à criança e ao adolescente. Puericultura. Assistência de Enfermagem à criança e ao adolescente. Aleitamento materno, desmame e nutrição infantil. Imunologia/imunização. Parasitologia. Assistência integral às doenças prevalentes na infância – AIDPI. Sistematização da assistência de enfermagem nas afecções clínicas, cirúrgicas, oncológicas, infectocontagiosas. Violência contra mulher, criança e adolescente. Humanização e criatividade no processo de cuidar.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARROS, S.M.O. *Enfermagem Obstétrica e Ginecológica: guia para a prática assistencial*. 2 ed. São Paulo: ROCA, 2009.

CARVALHO, G.M. **Enfermagem em Obstetrícia**. São Paulo: EU, 2002.

CARVALHO, G.M.; LULA, H.M.; OLIVEIRA, L.R. **Diagnósticos e intervenções de enfermagem em ginecologia, obstetrícia e neonatologia**. São Caetano do Sul, SP: Ed. Yundis, 2010.

GARCIA, S.M.L.; FERNANDEZ, C.G. **Embriologia**. 3. ed. Porto Alegre. Artmed, 2012.

MARCONDES, E.; VAZ, F. A. C.; RAMOS, J. L. A.; OKAY, Y. **Pediatria Básica: pediatria geral e neonatal**. 9. ed. São Paulo: Sarvier, 2003.

OLIVEIRA, D.L. **Enfermagem na gravidez, parto e puerpério: notas de aula**. Porto Alegre. Ed. da UFRGS, 2005.

SCHIMITZ, E. M. R. *et al.* **A Enfermagem em pediatria e puericultura**. São Paulo: Atheneu, 2003.



WONG, D. L. **Enfermagem Pediátrica**: elementos essenciais à intervenção efetiva. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999.

ZIEGEL, E.; GRANDEY, M. **Enfermagem Obstétrica**. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1985.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL, Ministério da Saúde. **Parto, Aborto e Puerpério**. Brasília: Ministério da Saúde 2001

BRASIL, Ministério da Saúde. **Pré-natal e Puerpério**: atenção qualificada e humanizada. Manual técnico. Brasília: Ministério da Saúde 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Capacitação de enfermeiros em saúde pública para o Sistema Único de Saúde**: Assistência de enfermagem a mulher, criança e adolescente em serviços locais de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 1994.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Estatuto da criança e do adolescente**. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.

BRITO, T.R.P.; RESK, Z.M.R.; MOREIRA, D.; MARQUES, S.M. Práticas lúdicas no cotidiano de enfermagem Pediátrica. **Revista de Enfermagem Esc. Anna Nery**. Rio de Janeiro, v.13; n.4; p 802-08. 2009.

CARVALHO, F.A.M. *et al.*; Significado do trabalho de parto: a perspectiva dos acadêmicos de enfermagem. **Acta Paul. Enf.**, v.22; n.6; p 767-72, 2009.

COLLET, N.; OLIVEIRA, B.R.G. **Manual de Enfermagem em Pediatria**. Goiânia: AB, 2002.

RAPPAPORT, C.R.; FIORI, W.R.; DAVIS, C. **Psicologia do desenvolvimento**: teorias do desenvolvimento infantil conceitos fundamentais. 1. ed. São Paulo: EPU, 1981.

REZENDE, J.; MONTENEGRO, C.A.B. **Obstetrícia Fundamental**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

SMITH, R. **Ginecologia e Obstetrícia de Netter**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

FREITAS, F. *et. al.* **Rotinas em Ginecologia**. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

7º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR:

Processo de Cuidar em Saúde Coletiva

CARGA HORÁRIA: 480 horas/aula e 450 horas/relógio

PRÉ—REQUISITOS: - Semiologia em Enfermagem
- Semiotécnica em Enfermagem

EMENTA:

Assistência de Enfermagem Sistematizada em serviços de Atenção Básica, especialmente em Estratégias de Saúde da Família. Estratificação de Risco Familiar, Práticas de Enfermagem com coletivos (grupos estratégicos) e famílias (visita domiciliar). Planejamento Estratégico Situacional. Plano Terapêutico Singular. Promoção de saúde física e mental. Práticas de enfermagem no modo de atenção psicossocial. Estudo das principais abordagens de cuidado em saúde mental e patologias, manejo em situações de urgência e emergência. Fundamentos teóricos para o planejamento e gestão do processo de trabalho em serviços de saúde pública. Estudo da gestão de redes de serviço. Núcleo de Apoio e Matriciamento, informatização da saúde, sistemas de informação. Desenvolvimento de habilidades gerenciais e de liderança para a gestão em saúde pública, entendendo as responsabilidades das esferas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ASSUMPCÃO JUNIOR, F.B; KUCZYNSKI, E. (Ed.). **Tratado de psiquiatria da infância e da adolescência**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atheneu, 2012.

STEFANELLI, M.C.; FUKUDA, I.M.K.; ARANTES, E.C. **Enfermagem psiquiátrica: em suas dimensões assistenciais**. Barueri: Manole; 2008.

TOWNSEND, MC. **Enfermagem Psiquiátrica: conceitos de cuidado**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002

VIDEBECK, S. L. **Enfermagem em saúde mental e psiquiatria**. 5. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2012.

LARANJEIRAS, R.; RIBEIRO, M. **O Tratamento do Usuário de Crack**. 2. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2012.

BARTMANN M.; TÚLIO R.; KRAUSER, L.T. **Administração na Saúde e na Enfermagem**. Rio de Janeiro: Senac, 2006.



KURCGANT, P. **Administração em Enfermagem**. São Paulo: Edu, 1991.

KURCGANT, P. **Gerenciamento em Enfermagem**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

LUCAS, A.J. O Processo de Enfermagem do Trabalho. São Paulo: Látria, 2. ed. 2011

KRON, T.; GRAY, A. **Administração dos cuidados de enfermagem ao paciente: colocando em ação as habilidades de liderança**. 6. ed. Rio de Janeiro: Interlivros, 1994.

SOUZA, M.C.M.R. de; HORTA, N. de C. **Enfermagem em saúde coletiva: teoria e prática**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

FIGUEIREDO, N.M.A. de.; *et al.* **Ensinando a cuidar em saúde pública**. 2. ed. São Paulo: Yendis, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AGUIAR, A.B.; COSTA, R.S.B.; WEIRICH, C.F.; BEZERRA, A.L.Q. Gerência dos Serviços de Enfermagem: um estudo bibliográfico. **Revista Eletrônica de Enfermagem**. Goiás, v.7, n.3, p. 319 – 327. 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Capacitação de enfermeiros em saúde pública para o Sistema Único de Saúde: administração de enfermagem em serviços locais de saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 1994.

FONSECA, T.M.G.; ENGELMAN, S.; PERRONE, C.M. **Rizomas da reforma psiquiátrica: a difícil reconciliação**. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

GARCIA, T.R.; NÓBREGA, M.M.L. Processo de enfermagem e os sistemas de classificação dos elementos da prática profissional: instrumentos metodológicos e tecnológicos do cuidar. In: SANTOS I. *et al.* **Enfermagem assistencial no ambiente hospitalar: realidade, questões, soluções**. São Paulo: Atheneu; 2004.

KNODEL, L.J. **Nurse to nurse: administração em enfermagem**. Porto Alegre: AMGH, 2011.

MARQUIS, B.L.; HUSTON, C.J. **Administração e liderança em enfermagem: teoria e prática**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

ROECKER, S.; LAZZAROTTO, E.M.; ROSS, C. **Gestão por habilidades e atitudes: trabalho do enfermeiro na saúde da família**. Cascavel: Coluna do Saber, 2009.

SADOCK, B.J.; SADOCK, V.A. **Compêndio de psiquiatria: ciência do comportamento e psiquiatria clínica**. 9. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.



VIEIRA FILHO, N.G; NÓBREGA, S.M. A atenção psicossocial em saúde mental: contribuição teórica para o trabalho terapêutico em rede social. **Estudos de Psicologia** 2004;9(2):373-79.

THORNICROFT, G.; TANSELLA, M. **Boas práticas em saúde mental comunitária**. 1. ed. Digital

TUNDIS, S.A.; COSTA, N. do R. (Org.). **Cidadania e loucura: políticos de saúde mental no Brasil**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

8º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR:

Processo de Cuidar do Adulto e Idoso II: Condição Cirúrgica e Crítica

CARGA HORÁRIA: 480 horas/aula e 450 horas/relógio

PRÉ—REQUISITOS: - Semiologia em Enfermagem

- Semiotécnica em Enfermagem

EMENTA: Desenvolvimento de competências, visando à integralidade do cuidar no processo saúde doença da pessoa adulta e idosa e seus familiares em unidades pré-hospitalares, hospitalares, nas situações emergenciais e no atendimento à pessoa em estado crítico, discutindo o papel do enfermeiro, bem como o planejamento do cuidado e do funcionamento das unidades de urgência e emergência, seu processo de trabalho e os princípios da administração. Conceitos, métodos e técnicas em Unidade de Emergências e Unidade de Terapia Intensiva (UTI); princípios e diretrizes que regulam os sistemas de Urgência e Emergência; protocolo de Acolhimento com classificação de risco. Fundamentações clínica e cirúrgica das afecções que habitualmente são tratadas em U.T.I. Desenvolvimento de habilidades gerenciais e de liderança para a gestão dessas unidades.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. Ministério da Saúde. **Humaniza SUS: política nacional de humanização: a humanização como eixo norteador das práticas de atenção e gestão em todas as instâncias do SUS/ Ministério da Saúde, Secretaria executiva, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização.** Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 20 p.

NORTH AMERICAN NURSING DIAGNOSIS ASSOCIATION. (Org.). **Diagnósticos de enfermagem da Nanda: definições e classificação 2018-2020.** Porto Alegre: Artmed, 2018

KNOBEL, E.; LASELVA, C.R.; MOURA JR, D. F. **Terapia intensiva: enfermagem.** São Paulo: Atheneu, 2006.

KURCGANT, P. **Administração em Enfermagem.** São Paulo: Edu, 1991.

KURCGANT, P. **Gerenciamento em Enfermagem.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

MARQUIS, B.L.; HUSTON, C.J. **Administração e liderança em enfermagem: teoria e prática.** 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

MORTON, P.G.; FONTAINE, D.K. **Cuidados Críticos de Enfermagem – Uma abordagem holística.** 9. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2011.



ROTHROCK, J. C. ALEXANDER: **Cuidados de Enfermagem ao paciente cirúrgico**. 13. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

SMELTZER, S.C.; BARE, B.G. Brunner&Suddarth: **Tratado de enfermagem médico-cirúrgica**. 12. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ÁVILA, L. C; (Ed.). **AME**: dicionário de administração de medicamentos na enfermagem. 9. ed. São Paulo: EPUB, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Acolhimento nas práticas de produção de saúde** /Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 44 p.

BRASIL. **Portaria nº 1707, 4 de julho de 2005**. Dispõe sobre a política nacional de atenção ao paciente crítico. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 8 jul. 2005. Seção 1, p. 1.

DUNCAN, B. B; SCHMIDT, M. I; GIUGLIANI, E. R. J. **Medicina ambulatorial**: condutas clínicas em atenção primária baseadas em evidências. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

TANNURE, M.C; GONÇALVES, A.M.P. **SAE**: sistematização da assistência de enfermagem: guia prático. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan: 2010.

COMPONENTE CURRICULAR:

TCC I

CARGA HORÁRIA: 40 horas/aula e 33 horas/relógio

EMENTA:

Elaboração do projeto de pesquisa para desenvolvimento do trabalho de conclusão do curso. Elaboração de perguntas norteadoras, objetivos, justificativa e referencial teórico. Tipos de pesquisa e métodos. Socialização de projetos de pesquisa do curso. Estímulo ao espírito crítico, autonomia intelectual, capacidade criadora e curiosidade científica. Desenvolvimento da produção científica em Enfermagem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. **Técnicas de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas,2008.

MEDEIROS, J. B. **Redação científica**: a prática, fichamentos, resumos, resenhas. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2008.



SALOMON, D.V. **Como fazer monografia**. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

MINAYO, M.C. **Desafio do conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

TRIVIÑOS, A. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas S.A., 1997.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ECO, H. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

GIL, A.C. **Como elaborar um projeto de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SEVERINO, A.J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL, Associação Brasileira de Normas Técnicas. **Normalização da Documentação no Brasil**. Rio de Janeiro, 2000.

ANDRADE, M.M. de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

9º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR:
Estágio Curricular Supervisionado I

CARGA HORÁRIA: 480 horas/aula e 450 horas/relógio
PRÉ—REQUISITOS: Todos os componentes e núcleos integrados obrigatórios.

EMENTA:

Desenvolvimento, da assistência de enfermagem teórico-prático a fim de consolidar a formação como enfermeiro, exercitando as competências e habilidades atribuídas ao profissional em consonância com as diretrizes curriculares do MEC e o Conselho Federal de Enfermagem atuando na atenção à saúde, tomada de decisões, comunicação, liderança, administração e gerenciamento e educação permanente. Vivência do processo de trabalho em Saúde coletiva dentro dos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANDRADE, S.M.; SOARES, D.A.; CORDONI JÚNIOR, L. (Org.). **Bases da saúde coletiva**. Londrina: Eduel, 2001.

ASPERHEIM, M.K. **Farmacologia para Enfermagem**. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.

CAMPOS, G.W.S. **Tratado de Saúde Coletiva**. São Paulo: Hucitec, 2012.

CARVALHO, G.M. **Enfermagem em Obstetrícia**. São paulo: EU, 2002.

CHAVES, LD; SOLAI, C.A. **SAE: sistematização da assistência de enfermagem: considerações teóricas e aplicabilidade**. 2. ed. São Paulo: Martinari: 2015.

GARCIA, T. R; (Org.). **Classificação internacional para a prática de enfermagem (CIPE): versão 2017**. Porto Alegre: Artmed, 2018.

HERDMAN, H. T. NORTH AMERICAN NURSING DIAGNOSIS ASSOCIATION (Org.). **Diagnósticos de enfermagem da Nanda: definições e classificação 2015-2017**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

KURCGANT, P. **Gerenciamento em Enfermagem**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

MARCONDES, E. **Pediatria Básica**. 9. ed. São Paulo: Sarvier, 2005.



MORTON, P. G; FONTAINE, D. K. Cuidados críticos de enfermagem: uma abordagem holística. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

POSSO, M. B. S. **Semiologia e semiotécnica de enfermagem**. São Paulo: Atheneu, 2006.

SMELTZER, Suzanne C. O'Connell et al. **Brunner & Suddarth: tratado de enfermagem médico-cirúrgica**. 12. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FREITAS, F. *et. al.* **Rotinas em Ginecologia**. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

MERHY, E.E.; ONOCKO, R. (Orgs.). **Agir em saúde: um desafio para o público**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2007. Disponível em:

<http://www.uff.br/saudecoletiva/professores/merhy/capitulos-03.pdf>.

POSSARI, J.F. **Centro de material e esterilização: planejamento e gestão**. 2. ed. São Paulo: Iátria, 2005. SCHIMITZ, E.M. **A Enfermagem Pediátrica e a Puericultura**. São Paulo: Atheneu, 2005.

ROSSI, F.R.; LIMA, M.A.D.S. Acolhimento: tecnologia leve nos processos gerenciais do enfermeiro. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 58, n. 3, p. 305-310, 2005.

SMITH, R. **Ginecologia e Obstetrícia de Netter**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

WONG, D. L. **Enfermagem Pediátrica: elementos essenciais à intervenção efetiva**. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999.

SANTOS, N.C.M. **Enfermagem na prevenção e controle da infecção hospitalar**. 2. ed. São Paulo: Iátria, 2005.

TANNURE, M.C; GONÇALVES, A.M.P. **SAE: sistematização da assistência de enfermagem: guia prático**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan: c2010.

TEIXEIRA, P.; VALLE, S. **Biossegurança: uma abordagem multidisciplinar**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2010.

WALDOW, V.R. **Cuidado humano: o resgate necessário**. 5. ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2001.



COMPONENTE CURRICULAR:
TCC II

CARGA HORÁRIA: 20 horas/aula e 17 horas/relógio

EMENTA:

Elaboração de trabalho de conclusão de curso. Implantação do projeto de pesquisa, revisão ou relato de experiência. Aplicação do espírito crítico, autonomia intelectual, capacidade criadora e curiosidade científica. Desenvolvimento da produção científica em Enfermagem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. **Técnicas de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MEDEIROS, J. B. **Redação científica**: a prática, fichamentos, resumos, resenhas. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SALOMON, D.V. **Como fazer monografia**. 11 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

MINAYO, M.C. **Desafio do conhecimento**: Pesquisa Qualitativa em Saúde. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

TRIVIÑOS, A. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas S.A., 1997.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ECO, H. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

GIL, A.C. **Como elaborar um projeto de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SEVERINO, A.J. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL, Associação Brasileira de Normas Técnicas. **Normalização da Documentação no Brasil**. Rio de Janeiro, 2000.

ANDRADE, M. M. de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

10º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR:
Estágio Curricular Supervisionado II

CARGA HORÁRIA: 520 horas/aula e 433 horas/relógio
PRÉ—REQUISITOS: Todos os componentes e núcleos integrados obrigatórios.

EMENTA:

Desenvolvimento da assistência de enfermagem teórico-prático, com enfoque no indivíduo levando em consideração os aspectos fundamentais para a organização, direção e controle do gerenciamento de enfermagem na atenção hospitalar: planejamento estratégico; gestão de recursos materiais; gestão de custo; serviços de apoio; mudança e negociação; supervisão, liderança e trabalho em equipe; auditoria de processos assistenciais; gerenciamento de risco e segurança na saúde. Em consonância com as diretrizes curriculares do MEC e o Conselho Federal de Enfermagem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANDRADE, S.M.; SOARES, D.A.; CORDONI JÚNIOR, L. (Org.). **Bases da saúde coletiva**. Londrina: Eduel, 2001.

ASPERHEIM, M.K. **Farmacologia para Enfermagem**. 9ª. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.

CAMPOS, G.W.S. **Tratado de Saúde Coletiva**. São Paulo: Hucitec, 2012.

CARVALHO, G.M. **Enfermagem em Obstetrícia**. São paulo: EU, 2002.

CHAVES, L.D; SOLAI, C.A. **SAE: sistematização da assistência de enfermagem: considerações teóricas e aplicabilidade**. 2. ed. São Paulo: Martinari: 2015.

GARCIA, T.R; (Org.). **Classificação internacional para a prática de enfermagem (CIPE): versão 2017**. Porto Alegre: Artmed, 2018.

HERDMAN, H. T.; NORTH AMERICAN NURSING DIAGNOSIS ASSOCIATION (Org.). **Diagnósticos de enfermagem da Nanda: definições e classificação 2015-2017**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

KURCGANT, P. **Gerenciamento em Enfermagem**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

MARCONDES, E. **Pediatria Básica**. 9. ed. São Paulo: Sarvier, 2005.



MORTON, P.G; FONTAINE, D.K. **Cuidados críticos de enfermagem**: uma abordagem holística. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

POSSO, M.B.S. **Semiologia e semiotécnica de enfermagem**. São Paulo: Atheneu, 2006.

SMELTZER, S.C.O'Connell, et al. **Brunner & Suddarth**: tratado de enfermagem médico-cirúrgica. 12. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FREITAS, F. *et. al.* **Rotinas em Ginecologia**. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

MERHY, E.E.; ONOCKO, R. (Orgs.). **Agir em saúde**: um desafio para o público. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2007. Disponível em:

<http://www.uff.br/saudecoletiva/professores/merhy/capitulos-03.pdf>.

POSSARI, J.F. **Centro de material e esterilização**: planejamento e gestão. 2. ed. São Paulo: Iátria, 2005.

SCHIMITZ, E.M. **A Enfermagem Pediátrica e a Puericultura**. São Paulo: Atheneu, 2005.

ROSSI, F.R.; LIMA, M.A.D.S. Acolhimento: tecnologia leve nos processos gerenciais do enfermeiro. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 58, n. 3, p. 305-310, 2005.

SMITH, R. **Ginecologia e Obstetrícia de Netter**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

WONG, D. L. **Enfermagem Pediátrica**: elementos essenciais à intervenção efetiva. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999.

SANTOS, N.C.M. **Enfermagem na prevenção e controle da infecção hospitalar**. 2ª. ed. São Paulo: Iátria, 2005.

TANNURE, M.C.; GONÇALVES, A.M P. **SAE**: sistematização da assistência de enfermagem: guia prático. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan: c2010.

TEIXEIRA, P.; VALLE, S. **Biossegurança**: uma abordagem multidisciplinar. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2010.

WALDOW, V.R. **Cuidado humano**: o resgate necessário. 5. ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2001.

DISCIPLINAS OPTATIVAS

COMPONENTE CURRICULAR:

Interpretação de Exames Laboratoriais

CARGA HORÁRIA: 40 horas/aula e 33 horas/relógio

EMENTA:

Interpretação clínico-laboratorial dos principais líquidos orgânicos (sangue, urina, líquido peritoneal, pleural, sinovial) e das doenças de contexto imunológico, em microbiologia clínica e hematologia clínica. Conhecer o fluxo de solicitação de exames, obedecendo as normas da Vigilância Sanitária (ANVISA).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. Ministério da Saúde. Coordenação de Controle de Infecção Hospitalar. **Guia básico para a farmácia hospitalar**. Brasília: Ministério da Saúde, 1994.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Perfil das coagulopatias hereditárias no Brasil**: 2007. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.

BIAGI, F. **Diagnostico microscópico de las enfermedades tropicales**. Alemanha: Bayer, 1946.

BAIN, B.J. **Células sanguíneas**: Consulta rápida. Porto Alegre: Artmed, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARROS, A.L.B.L. (org). **Anamnese e exame físico**: avaliação diagnóstica de enfermagem no adulto. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DACIE, J.V.; LEWIS, S.M. **Hematología práctica**. 2. ed. Barcelona: Toray, 1970.

KONEMAN, E. et al. **Diagnóstico microbiológico**: texto e atlas colorido. 5. ed. São Paulo: MEDSI, 2001.

MAZA, L.M.; PEZZLO, M.T.; BARON, E. **Atlas de Diagnóstico em Microbiologia**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

STEVENSON, G. **Biologia dos fungos, bactérias e vírus**. São Paulo: Polígono, 1974.



COMPONENTE CURRICULAR:

Métodos Alternativos de conforto para gestante e bebê

CARGA HORÁRIA: 40 horas/aula e 33 horas/relógio

EMENTA:

Conhecimento de métodos de alívio à dor durante o trabalho de parto e a técnica de massagem denominada Shantala; promove o contato entre a mãe e o filho, possibilitar o fortalecimento e o vínculo, contribuindo para o desenvolvimento físico e emocional do bebê.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

SILVEIRA, I.P. et al. Ação educativa à gestante fundamentada na promoção da saúde: uma reflexão. **Revista de Enfermagem Escola Anna Nery**. Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 451-458. 2005.

CAMPADELLO, P. **Massagem infantil**: carinho, saúde e amor para o seu bebê. 3. ed. São Paulo: Madras, 2000.

FRITZ, S. **Fundamentos da massagem terapêutica**. 2. ed. São Paulo: Manole, 2002.

OLIVEIRA, D.C. **Enfermagem na Gravidez, Parto e Puerpério – Notas de Aula**. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

JOHNSON, J.Y. Enfermagem Materna e do Recém-Nascido desmitificada – um guia de aprendizado. Porto Alegre: AMGH, 2012.

FUJIMORI, E.; OHARA, C.V.S. **Enfermagem e a Saúde da Criança na Atenção Básica**. Manole, 2009.

CAMPEDELLO P. **Massagem Infantil**: carinho, saúde e amor para seu bebê. São Paulo: Masdras; 1999.

FRITZ, S. **Fundamentos da massagem terapêutica**. 2. ed. São Paulo: Manole, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALMEIDA N.A.M.; SOUSA J.T.; BACHION M.M.; SILVEIRA N.A. Utilização de técnicas de respiração e relaxamento para alívio de dor e ansiedade no processo de parturição. **Rev Latino-Am Enfermagem**. Ribeirão Preto, v.13, n.1, p. 52-8. 2005.

BENZECRY R.; CERRUTI F. A preparação psicossomática para o parto. In. REZENDE J. **Obstetria**. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 1998.



GUERRA, A.K.C. **Gestação:** Importância da atividade física no pré e pós-parto. São Paulo: Baraúna, 2010.

LEBOYER, F. **Shantala massagem para bebês:** uma arte tradicional. 7. ed. São Paulo: Ground, 1998.

VICTOR J.F.; MOREIRA, T.M.M. Integrando a família no cuidado de seus bebês: ensinando a aplicação da massagem Shantala. **Acta Scientiarum Health Sciences.** Maringá, v. 26, n. 1, p. 35-39. 2004.

COMPONENTE CURRICULAR:
Terapias Complementares em Saúde

CARGA HORÁRIA: 40 horas/aula e 33 horas/relógio

EMENTA:

Principais alternativas terapêuticas: massagem, biodinâmica, acupuntura, shiatsu, toque terapêutico, homeopatia e antroposofia, medicina oriental preventiva, métodos populares de tratamento e cura.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

NAGAI, S.C.; QUEIROZ, M.S. **Introdução de Métodos Terapêuticos alternativos:** a experiência desenvolvida na Rede Básica de Campinas. São Paulo: Arte Escrita, 2004.

TROVO, M.M.; SILVA, M.P.; LEÃO, E.R. Terapias alternativas/complementares no ensino público e privado: análise do conhecimento dos acadêmicos de enfermagem. **Rev. Latino-Am. Enfermagem.** Ribeirão Preto. v.11, n.4. 2003.

BARBOSA, M.A.; SIQUEIRA, K.M.; BRASIL, V.V.; BEZERRA, A.L.Q. Crenças populares e recursos alternativos como práticas de saúde. **Rev. Enf. UERJ.** Rio de Janeiro, v.12, n.1, p.38-43. 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LUZ, M. Cultura Contemporânea e Medicinas Alternativas: Novos Paradigmas em Saúde no fim do século XX. **Rev. Saúde Coletiva.** Rio de Janeiro, v.7, n.1, p. 13-43. 1997.

JUNIOR, V.F.V. Estudo do consumo de plantas medicinais na Região Centro-Norte do Estado do Rio de Janeiro: aceitação pelos profissionais de saúde e modo de uso pela população. **Revista Brasileira de Farmacognosia.** São Paulo, v.18, n. 2, p. 308-313. 2008.

BARBOSA, M.A. et al. Terapias Alternativas de Saúde x Alopátia: tendências entre acadêmicos



de medicina. **Revista Eletrônica de Enfermagem**. Goiás, v.3, n.2. 2001.

VANINI, M.; BARBIERI, R.L.; HECK, R.M.; SCHWARTZ, E.; QUEIROZ, M.S. utilização de plantas medicinais por pacientes oncológicos e familiares num centro de radioterapia. **Enfermeria Global**, v.10, n.21. 2011

QUEIROZ, M.S. O itinerário rumo às medicinas alternativas: uma análise em representações sociais de profissionais da saúde. **Cad. Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v.16, n.2, p.363-375. 2000.

COMPONENTE CURRICULAR:

Libras

CARGA HORÁRIA: 40 horas/aula e 33 horas/relógio

EMENTA:

Noções básicas de LIBRAS com vistas a uma comunicação funcional entre ouvintes e surdos. Compreender os principais aspectos da Língua Brasileira de Sinais – Libras, língua oficial da comunidade surda brasileira, contribuindo para a inclusão das pessoas portadoras de deficiência auditiva.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

SALLES, H.M.M.L. (Org.). **Ensino de língua portuguesa para surdos**: caminhos para a prática pedagógica. Brasília: MEC, 2004.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**: Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasília: MEC, 2004.

SILVA, M.P.M. A semântica como negociação dos significados em libras. **Trabalhos em Linguística Aplicada**. Campinas; Unicamp, v. 45, n. 2, p. 255-269. 2006.

CAPOVILLA, A.G.S.; CAPOVILLA, F.C. **Alfabetização**: método fônico. 4ª. ed. São Paulo: Memnon, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**: Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasília: MEC, 2004.



CAPOVILLA, F.C.; RAPHAEL, W.D. **Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira**. São Paulo: Edusp, 2001.

FILIFE, T.A. **Libras em Contexto**: curso básico, livro do professor e do estudante cursista. Brasília: Programa Nacional de Apoio à Educação dos surdos, MEC; SEESP, 2001.

ORLANDI, E.P. Identidade linguística escolar. In: SIGNORINI, I. (Org.). **Lingua(gem) e identidade**: elementos para uma discussão no campo aplicado. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

SKLIAR, C. (Org.). **Atualidade da educação bilíngue para surdos**. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2009.

COMPONENTE CURRICULAR:

Oncologia

CARGA HORÁRIA: 40 horas/aula e 33 horas/relógio

EMENTA:

Compreensão dos princípios básicos da fisiopatologia, prevenção e tratamento do câncer, bem como, a análise de conceitos básicos do cuidado de enfermagem a pacientes oncológicos. Engloba as áreas de unidade clínica oncológica, ambulatório de quimioterapia/ radioterapia e desenvolvimento de habilidades afetivas no relacionamento psicossocial enfermeiro usuário e a família.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MAYOR, E.R.C. **Manual de procedimentos e assistência de enfermagem**. São Paulo: Atheneu, 2006.

SMELTZER, S.C.; BARE, B.G. **Brunner & Suddarth**: tratado de enfermagem médico-cirúrgica. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

GOODMAN; GILMAN. **As Bases Farmacológicas da Terapêutica**. 10. ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2003.

MARIA, V.L.R.; MARTINS, I.; PEIXOTO, M.S.P. **Exame clínico de enfermagem do adulto**: focos de atenção psicobiológicos como base para diagnósticos de enfermagem. 2. ed. São Paulo: Iátria, 2005.

SOY ANDRADE, M.T. **Cuidados intensivos**. Rio de Janeiro: McGraw-Hill Interamericana do Brasil, 2002.



BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- AYOUB, A.C. **Bases da enfermagem em quimioterapia**. São Paulo: Lemar, 2000.
- BONASSA, E.M.A. **Enfermagem em terapêutica oncológica**. São Paulo: Atheneu, 2001.
- BOYER, K.L. *et al.* **Oncologia na clínica geral**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.
- SPENCE, R.A.J.; JOHNSTON, P.G. **Oncologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.
- ANELLI, A. **Manual prático de condutas em oncologia clínica**. São Paulo: Lemar, 2000.
- BRENTANI, M.M. *et al.* **Bases da oncologia**. São Paulo: Lemar, 1998.

COMPONENTE CURRICULAR:

Nefrologia e cuidados de Enfermagem ao doente renal

CARGA HORÁRIA: 40 horas/aula e 33 horas/relógio

EMENTA:

Princípios básicos da fisiologia renal, doenças renais; insuficiência renal aguda e crônica, terapia renal substitutiva, análise de conceitos básicos do cuidado de enfermagem ao paciente renal. Engloba as áreas tratamento ao doente renal, hemodiálise, diálise peritoneal, tratamento medicamentoso e não medicamentoso, transplante renal, cuidados de enfermagem na atenção primária, secundária e terciária, Sistematização da assistência de enfermagem, legislações relacionadas e promoção da qualidade de vida do paciente com doença renal crônica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- NORTH AMERICAN NURSING DIAGNOSIS ASSOCIATION. (Org.). **Diagnósticos de enfermagem da Nanda: definições e classificação 2015-2017**. Porto Alegre: Artmed, 2015.
- PORTO, C.C. **Semiologia Médica**. 8.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.
- POTTER, P A. **Fundamentos de Enfermagem**, 8. ed., Rio de Janeiro:Elsevier, 2013.
- SMELTZER, S.C.; BARE, B.G. Brunner&Suddarth: **tratado de enfermagem médico-cirúrgica**. 13. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.
- TANNURE, M. C., PINHEIRO, A. M. **SAE: Sistematização da Assistência de Enfermagem**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.



BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CARE; F.M. **Manual De Hemodiálise Para Enfermeiros**. Almedina; 2011.

GOODMAN; G. **As Bases Farmacológicas da Terapêutica**. 12. ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2012.

RIELLA, M.C. **Princípios de Nefrologia e Distúrbios Hidroeletrólíticos**. 5. ed. Rio de Janeiro (RJ): Guanabara Koogan; 2012.

SILVA, E.R.R.; LUCENA, A.F. **Diagnósticos de enfermagem com base em sinais e sintomas**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

COMPONENTE CURRICULAR:

Cuidados Paliativos e o Estudo da Morte

CARGA HORÁRIA: 40 horas/aula e 33 horas/relógio

EMENTA:

Princípios de Cuidados Paliativos e filosofia a partir de sua evolução histórica. Discussão da realidade atual dos Cuidados Paliativos no contexto de diferentes condições de saúde, doença e as modalidades de assistência nos serviços. Oportunizando a formação básica interdisciplinar sobre Cuidados Paliativos a partir da construção de saberes e do compartilhamento de experiências. Concepções teóricas de tanatologia: aspectos históricos, filosóficos, culturais e espirituais da morte e do processo de morrer. A atuação da enfermagem junto ao paciente e seus familiares no processo de morrer e de morte.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANDRIS, D.A. *et al.* **Semiologia**: bases para a prática assistencial. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, c2006. 424 p. (Práxis enfermagem).

BIFULCO, V. A.; CAPONERO, R. **Cuidados paliativos**: conversas sobre a vida e a morte na saúde. Barueri, SP: Manole, 2016.

KOVÁCS, M.J. **Educação para a morte**: desafio na formação de profissionais de saúde e educação. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

KÜBLER-ROSS, E. **Sobre a morte e o morrer**: o que os doentes terminais têm para ensinar a médicos, enfermeiras, religiosos e aos seus próprios parentes. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.



PIMENTA, C.A. de M.; MOTA, D.D.C. de F; CRUZ, D. de A.L.M. da. **Dor e cuidados paliativos: enfermagem, medicina e psicologia.** Barueri, SP: Manole, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ANGERAMI-CAMON, V. A; (Org.). **Psicossomática e a psicologia da dor.** 2.ed. rev. e ampl. São Paulo: Pioneira, 2012.

KÜBLER-ROSS, E. **Perguntas e respostas sobre a morte e o morrer.** São Paulo: Martins Fontes, 1979.

LEÃO, E.R; CHAVES, L.D. (Org.). **Dor 5º sinal vital: reflexões e intervenções de enfermagem.** 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Martinari, 2007.

MACIEIRA, R. de C. **O sentido da vida na experiência de morte: uma visão transpessoal.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012.

RODRIGUES, AB; OLIVEIRA, P.P. de (Coord). **Oncologia para enfermagem.** Barueri, SP: Manole, 2016.

COMPONENTE CURRICULAR:

Feridas e Ostomias

CARGA HORÁRIA: 40 horas/aula e 33 horas/relógio

EMENTA:

Estudo da organização e implementação da assistência de enfermagem aos indivíduos ostomizados nas fases pré e pós-operatória imediata, mediata e tardia; cuidar de indivíduos com fístulas digestivas, drenos, cateteres, feridas e incontinência urinária e anal.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

POTTER, P.A.; PERRY, A.G. **Fundamentos de enfermagem.** 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.

RODRIGUES, A.B. *et al.* **Guia de enfermagem: fundamentos para assistência.** São Paulo: Iátria, 2008.

CEZARETI, I.U.R.; GUIDI, M.E. Assistência de enfermagem em estomatoterapia: atividade independente. **Acta Paul Enfermagem.** São Paulo, v.7, n.1, p.11-8. 1997.



BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AGO M.M.F.; CASAGRANDE, L.D.R. Algumas características do processo educativo do enfermeiro cirúrgico com pacientes: um ensaio. **Acta Paul Enfermagem**. São Paulo, v.9, n.3, p.52-9. 1996.

BALBINO, C.A.; PEREIRA, L.M.; CURI, R. Mecanismos envolvidos na cicatrização: uma revisão. **Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas**. São Paulo, v. 41, n. 1, p. 27-51. 2005.

PEREIRA, A.L.; BACHION, M.M. Tratamento de feridas: análise da produção científica publicada na Revista Brasileira de Enfermagem de 1970-2003. **Revista Brasileira de Enfermagem**. Rio de Janeiro, v. 58, n. 2, p. 208-213. 2005.

RIBEIRO, M.A.S.; LOPES, M.H.B.M. Desenvolvimento, aplicação e avaliação de um curso à distância sobre tratamento de feridas. **Rev Latino-Am Enfermagem**. São Paulo, v. 14, n. 1, p. 77-84. 2006.

SMELTZER, S.C.O.; BARE, B.G. (Org.). **Brunner e Suddarth**: tratado de enfermagem médico-cirúrgica. 10. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

COMPONENTE CURRICULAR:

A dimensão espiritual e o processo de cuidar

CARGA HORÁRIA: 40 horas/aula e 33 horas/relógio

EMENTA:

Identificar a influência da dimensão espiritual e religiosa no comportamento do ser humano: nas suas diferentes fases de desenvolvimento; no seu relacionamento com os membros da comunidade; no processo da doença; na adaptação às limitações físicas; na aderência aos tratamentos; no controle das doenças crônicas; na aceitação do sofrimento inevitável imposto pela perda de capacidades e da própria vida e suas contribuições para o sucesso do tratamento. Analisar as relações entre espiritualidade e risco de morte com ênfase no *coping* e nas experiências de quase morte. Utilizar os dados da anamnese espiritual na construção do plano de cuidado. Perceber a relevância da gestão do autocuidado numa perspectiva do sentido da vida/espiritualidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BOFF, L. **Águia e a Galinha** – 52. ed. Editora Vozes.

BOFF, L. **Ética da vida**. Brasília, DF: Letraviva, 1999.



BOFF, L. **Ética e ecoespiritualidade**. Petrópolis: Vozes, 2010.

BOFF, L. **Ética e moral**: a busca dos fundamentos. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

KUBLER-ROSS. A morte: um amanhecer. São Paulo: Pensamento, 2006.

MONTAIGNE, M. Ensaio. São Paulo: Peguin Companhia, 2010.

TEIXEIRA, E.; MULLER, M.C. (Org). **Espiritualidade e saúde**. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BOFF, L. **Saber cuidar**. Petrópolis: Ed. Vozes 1999.

FACURE, N.O. **Muito além dos neurônios**. São Paulo: FE Editora Jornalística Ltda- 2002.

FACURE, N.O. **O cérebro e a mente**: uma conexão espiritual. São Paulo: FE Editora Jornalística Ltda 2003.

GATTÁS, M.L.B. **Interdisciplinaridade**: formação e ação na área de saúde. Ribeirão Preto: Holos, 2006.

KOENIG,, H.G. **Espiritualidade no Cuidado com o Paciente**. São Paulo: FE Editora Jornalística Ltda 2005.

ZENEVICZ, L., MORIGUCHI, Y., & MADUREIRA, V. (2013). **A religiosidade no processo de viver envelhecendo**. Revista da Escola de Enfermagem da USP ,47 (2), 433-439. <https://doi.org/10.1590/S0080-62342013000200023>

ZENEVICZ, L., MORIGUCHI, Y., & MADUREIRA, V. (2013). **O vivenciar da espiritualidade nas alegrias e tristezas experienciadas no processo de envelhecimento e atitudes tomadas frente a elas**. Revista Brasileira De Ciências Do Envelhecimento Humano, 9(1). <https://doi.org/10.5335/rbceh.2012.1963>

WOLMAN R.N. **Inteligência Espiritual**. Rio de Janeiro: Ediouro 2002.

COMPONENTE CURRICULAR:

Gênero e cuidado em saúde

CARGA HORÁRIA: 40 horas/aula e 33 horas/relógio



EMENTA:

Identities de gêneros e orientações sexuais. Epidemiologia, Vigilância, Vulnerabilidades e determinantes sociais da saúde e suas relações com gênero (prostituição, suicídio). Comunicação e abordagens com jovens e adultos. Os serviços de saúde na atenção ao público com diferentes identidades culturais e condições humanas. Consulta de enfermagem e planejamento familiar, reprodução assistida, métodos contraceptivos, terapia hormonal e intervenções cirúrgicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **6º Prêmio construindo a igualdade de gênero:** redações, artigos científicos e projetos pedagógicos premiados. Brasília, DF: Presidência da República, 2010.

GENTLE, I.M.; ZENAIDE, M. de NT.; GUIMARÃES, V.MG. (Org.). **Gênero, diversidade sexual e educação:** conceituação e práticas de direito e políticas públicas. João Pessoa: Ed. UFPB, 2008.

LUZ, N.S. da; CASAGRANDE, L.S. (Org.). **Entrelaçando gênero e diversidade:** múltiplos olhares. Curitiba: UTFPR, 2016.

TEIXEIRA, C.M.; MAGNABOSCO, M.M. **Gênero e diversidade:** formação de educadoras/es. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. (Cadernos da Diversidade).

TEIXEIRA, C.M.; MAGNABOSCO, M.M. **Gênero e diversidade:** formação de educadoras/es. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. ((Cadernos da diversidade)).

STREY, M. N. **Gênero, cultura e família:** perspectivas multidisciplinares. EdIPUC-RS.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARBUGIANI, L.H.S. **Igualdade de Gênero:** O Redimensionamento da Concepção da Igualdade. Material no Âmbito Laboral. São Paulo : Lumen Júris, 2015.

BENTO, B. **A reinvenção do corpo.** São Paulo : Garamond, 2006.

CONNEL, R.; MOSCHKOVICH, M. **Gênero em termos reais.** São Paulo : nVersus, 2015.

JUDITH, B. **Problemas de Gênero - Feminismo e Subversão da Identidade - Col. Sujeito &**
História – 8. ed. 2015.

RUBIN, G. **Política do sexo.** São Paulo : UBU editora, 2017.



COMPONENTE CURRICULAR:

Comunicação em Saúde

CARGA HORÁRIA: 40 horas/aula e 33 horas/relógio

EMENTA:

Teoria da comunicação e da linguagem em sua aplicação aos contextos de atuação do enfermeiro, no campo da saúde. Aspectos do processo de comunicação. Formas de comunicação em saúde. Estudo crítico sobre campos discursivos e seus sentidos, tendo em vista a compreensão da rede que constitui os territórios de comunicação-saúde.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ROZEMBERG, B. Comunicação e participação em saúde. In: CAMPOS, G.W. de S. [et al.]. **Tratado de Saúde Coletiva**. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2006.

LESCURA, Y.; MAMEDE, M.V. **Educação em saúde: abordagem para o enfermeiro**. São Paulo: Sarvier, 1990.

BORGES, G.L. **Dinâmicas de grupo: crescimento e integração**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

FRITZEN, S.J. **Exercícios práticos de dinâmica de grupo**. 41. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

STEFANELLI, M.C.; CARVALHO, E.C. de (Org.). **A comunicação nos diferentes contextos da enfermagem**. 2. ed. rev. e ampl. Barueri: Manole, 2012.

AYRES, J.R.C.M. **Sujeito, intersubjetividade e práticas de saúde**. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro 6(1), pp. 63-72, 2001.

GAYOTTO, M.C.; DOMINGUES, I. **Liderança: Aprenda a mudar em grupo**. Petrópolis: Vozes, 1996.

RAMOS, D.K. **Processo de Comunicação, Especialização em Coordenação Pedagógica da UFSC**. Acesso em 30 de maio de 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=_C3AmzKpJbQ>.

NOGUEIRA, J.W. da S.; RODRIGUES, M.C.S. Comunicação Efetiva no Trabalho em equipe em saúde: um desafio para a segurança do paciente. **Cogitare Enfermagem**, [S.l.], v. 20, n. 3,



set. 2015.

STEFANELLI, M.C.; CARVALHO, E.C. de (Org.). **A comunicação nos diferentes contextos da enfermagem**. 2. ed. rev. e ampl. Barueri: Manole, 2012.

COMPONENTE CURRICULAR:

Empreendedorismo em Enfermagem

CARGA HORÁRIA: 40 horas/aula e 33 horas/relógio

EMENTA:

Conceitos sobre empreendedorismo e empreendedor. Gestão empreendedora. Inovação em saúde. Ética no empreendedorismo. Indicadores de Resultados. Análise de Mercado. Liderança, Motivação e Trabalho em Equipe; Tomada de Decisão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BERNARDI, L.A. **Manual de empreendedorismo e gestão**: fundamentos, estratégias e dinâmica. São Paulo: Atlas, 2003.

DORNELAS, J.C.A. **Empreendedorismo**: transformando ideias em negócios. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016.

KURCGANT, P. **Administração em Enfermagem**. São Paulo: Edu, 1991.

KURCGANT, P. **Gerenciamento em Enfermagem**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

KIMURA, H.; BASSO, L.F.C. (Org.). **Modelos de tomada de decisão para inovação em empresas**. São Paulo: Editora Mackenzie, 2011. 206p.

LUCAS, A.J. **O Processo de Enfermagem do Trabalho**. São Paulo: Látia, 2. ed., 2011

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRUNO-FARIA, M. de F.; VARGAS, E. R.de; MITJÁNS MARTÍNEZ, A. (Org.). **Criatividade e inovação nas organizações**: desafios para a competitividade. 1. ed. São Paulo: Atlas.

BERNARDI, L.A. **Manual de empreendedorismo e gestão**: fundamentos, estratégias e dinâmica. São Paulo: Atlas, 2003.



DORNELAS, J.C.A.; SPINELLI, S.; ADAMS, R. **Criação de novos negócios: empreendedorismo para o século XXI**. 2. ed. São Paulo: Elsevier, 2014.

GRANDO, N. (Org.). **Empreendedorismo inovador: como criar startups de tecnologia no Brasil**. São Paulo: Évora, 2012.

HASHIMOTO, M.; BORGES, C. **Empreendedorismo: plano de negócio em 40 lições**. São Paulo: Saraiva, 2014.

MARQUIS, B.L.; HUSTON, C.J. **Administração e liderança em enfermagem: teoria e prática**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

SALIM, C. S.; SILVA, N. C. **Introdução ao empreendedorismo: despertando a atitude empreendedora**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

COMPONENTE CURRICULAR:

Construção de artigos científicos e currículo Lattes

CARGA HORÁRIA: 40 horas/aula e 33 horas/relógio

EMENTA:

O uso da plataforma *lattes* na atualidade acadêmica e profissional. Gestão do próprio *curriculum* e construção do perfil profissional. Orientações quanto ao preenchimento e atualização do *Curriculum* na plataforma *lattes*. Redação de artigo científico. Partes que compõe o *paper* (título, introdução, resultado e conclusão). Tipos de artigos. Submissão em periódicos. *Orcid*.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AQUINO, I. de S. **Como escrever artigos científicos: sem arrodeio e sem medo da ABNT**. 8. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010.

GREENHALG, T. **Como Ler Artigos Científicos**. Fundamentos da Medicina Baseada em Evidências. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2015.

GUSTAVII, B. **Como escrever e ilustrar um artigo científico**. São Paulo: Parábola Editorial, 2017. 229 p. (Leitura e produção de textos técnicos e acadêmicos; 5).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MEDEIROS, J. B. **Redação científica: a prática, fichamentos, resumos, resenhas**. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2008.



FERRAREZI JUNIOR, C. **Guia do trabalho científico: do projeto à redação final: monografia, dissertação e tese.** São Paulo: Contexto, 2013.

KOLLER, S.H.; COUTO, M.C.P. de P.; HOHENDORFF, J.V. **Manual de Produção Científica** (Métodos de Pesquisa; 1). Porto Alegre: Penso, 2014.

POLIT, D.; BECK, C. T. **Fundamentos de pesquisa em enfermagem: avaliação de evidências para a prática da enfermagem.** 9. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011. ix,669 p.(Enfermagem).

VOLPATO, G. L. **Guia prático para redação científica.** Best Writing Editora: Botucatu, 2015.

VOLPATO, G. L. **Método lógico para redação científica.** Best Writing Editora: Botucatu, 2017.



4.3.1 Avaliação da Aprendizagem

O IFPR Campus Palmas acredita na avaliação escolar como mecanismo para que a educação seja sinônimo de transformação social. Uma avaliação transformadora necessita ser emancipatória e, neste sentido, relacionada ao tipo de homem e sociedade que a instituição se propõe a formar.

A avaliação da aprendizagem no IFPR Campus Palmas observa a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96, e a Resolução nº 50 de 14 de julho de 2017 do Instituto Federal do Paraná, tendo, em ambos os documentos, seus fundamentos legais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96) afirma que a avaliação do rendimento escolar do aluno deve ser contínua e cumulativa, predominando os aspectos qualitativos e prevalecendo o desempenho do aluno ao longo do período sobre eventuais provas finais.

A avaliação da aprendizagem envolve os seguintes processos de avaliação:

I. Diagnóstica: detecta o nível geral de conhecimentos dos alunos, suas dificuldades e as medidas necessárias para supri-las;

II. Formativa: é interna ao processo, contínua, interativa e centrada no aluno através de um diagnóstico individualizado; reavalia todas as etapas do processo ensino-aprendizagem, acompanhando a aquisição do domínio dos conteúdos e competências;

III. Somativa: avalia os objetos e competências pretendidos; apresenta os resultados de aprendizagens e rendimento dos alunos e seus dados subsidiam o replanejamento do ensino para a próxima etapa.

Assim, os meios para a operacionalização da avaliação serão: seminários, trabalhos individuais e em grupos, testes escritos e/ou orais, demonstração de técnicas em laboratórios, exercícios, dramatizações, apresentação de trabalhos de iniciação científica, artigos científicos, portfólios, resenhas, auto avaliação, participações em projetos, visitas técnicas, atividades em ambiente virtual de aprendizagem (AVA), participação em atividades de mobilidade nacional e internacional, Trabalhos de Conclusão Curso, entre outros. Serão utilizados pelo docente, ao menos, 2 (dois) instrumentos avaliativos diferentes ao longo de cada bimestre para emissão dos resultados parciais e finais.

Também serão avaliadas e consideradas dimensões humanas como a ética, a iniciativa, a valorização do ser humano, a assiduidade, a participação, a relação interpessoal e a solidariedade. O docente deverá observar as especificidades de seu componente curricular e estabelecer critérios para cada instrumento avaliativo, entendendo-os como o que se espera que os estudantes tenham aprendido durante os processos de ensino-aprendizagem.

Após a realização de cada instrumento avaliativo e ao final das etapas de avaliação, deverá ser realizada a avaliação do processo avaliativo, momento de discussão e apreciação coletiva entre docentes e estudantes da turma, considerando as metodologias e instrumentos utilizados e aperfeiçoando-os para o próximo período.

A avaliação do ensino-aprendizagem dos estudantes com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento, Transtornos do Espectro Autista, Altas Habilidades ou Superdotação, transtornos psiquiátricos, distúrbios e dificuldades de aprendizagem, preferencialmente, comprovadas por meio de laudos ou pareceres da respectiva área, deverá ser organizada pelos docentes juntamente aos profissionais da Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis, do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas, NAPNE, e registrada no Plano de Trabalho do Estudante.

A recuperação de estudos como parte do processo ensino-aprendizagem deverá ser oferecida aos estudantes que apresentam dificuldade ou baixo rendimento escolar. Compreende a recuperação contínua, desenvolvida ao longo das aulas e a recuperação paralela realizada por meio de aulas e instrumentos definidos pelo professor, sendo ou não presencial.

A frequência mínima para aprovação é de setenta e cinco por cento (75%) da carga-horária total da disciplina. Portanto, será considerado reprovado o aluno que não alcançar frequência igual ou superior a setenta e cinco por cento (75%) nos componentes em que está matriculado.

O Conselho de Classe, como órgão colegiado e instância avaliativa, será normatizado por Portaria própria e de acordo com a Resolução nº 50/17 do Instituto Federal do Paraná.

Para fins de avaliação da aprendizagem nos Cursos Superiores os resultados obtidos no processo serão expressos por conceitos, sendo:

I – conceito A – quando a aprendizagem do estudante for PLENA e atingir os objetivos, conforme critérios propostos no plano de ensino;

II – conceito B – quando a aprendizagem do estudante for PARCIALMENTE PLENA e atingir os objetivos, conforme critérios propostos no plano de ensino;

III – conceito C – quando a aprendizagem do estudante for SUFICIENTE e atingir os objetivos, conforme critérios propostos no plano de ensino;

IV – conceito D – quando a aprendizagem do estudante for INSUFICIENTE e não atingir os objetivos, conforme critérios propostos no plano de ensino;

Os conceitos deverão ter emissão parcial após cada bimestre, conforme organização curricular, e emissão final após o término dos componentes curriculares, de acordo com o calendário do Campus.

A aprovação dos estudantes ocorrerá considerando os seguintes critérios:

I – obtenção de conceito A, B ou C no componente e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total do componente curricular ou núcleo integrativo;

Em caso de realização de exame final (conceito D), o acadêmico deverá realizar uma nova avaliação, na qual será atribuído o conceito C (suficiente) ou D (insuficiente). O acadêmico será aprovado caso o resultado seja C (suficiente) e reprovado quando D (insuficiente).

Os estudantes reprovados por frequência e/ou conceito deverão cursar novamente os componentes curriculares com obrigatoriedade de frequência.

O processo de avaliação é entendido como uma prática pedagógica inerente ao ensinar-aprender e essencialmente humana. É um julgamento sobre uma realidade concreta, sobre uma prática, a partir da definição de critérios para posterior tomada de decisão e juízo de valor.

É um procedimento que incluem opções, escolhas, ideologias, auto-estima, respeito à vivência e cultura própria do indivíduo, filosofia de vida, sentimentos, crenças, percepções, posições políticas, vieses e representações. O processo de ensino-aprendizagem possibilita tornar os alunos construção e construtores de sua história. Ao educador coloca-se a necessidade de construir políticas e práticas que considerem essa diversidade e que estejam comprometidas com o êxito escolar.

A avaliação da aprendizagem, necessariamente, passa pela avaliação constante da prática educacional, pois é um meio e não um fim em si mesma, que se estabelece pela teoria e pela prática (LUCKESI, 2002).

Uma das características mais importantes da avaliação educacional, é que o avaliador é, ao mesmo tempo, o responsável direto pelo processo que avaliará. É o próprio professor, que trabalha com os alunos, quem os avalia: não uma pessoa qualquer ou um técnico especializado. Isso implica que se pense a avaliação em sala de aula como uma atividade contínua e integrada às atividades de ensino, algo que é decorrente dessas atividades, inerente à elas e a seu serviço. O ensinar e o aprender associados à pesquisa e a extensão são construções conjuntas e contínuas, complementando-se e a avaliação perpassa todo esse processo.

Neste sentido, a avaliação escolar deve estar relacionada ao tipo de homem e sociedade que a instituição se propõe a formar. Por se tratar de uma prática educativa libertadora, que visa à transformação e à emancipação, a avaliação deve ter bem claro os seus objetivos e métodos, para que não seja um processo isolado, mas sim intrínseco à prática educativa. Desse modo, o IFPR câmpus Palmas estabelece como paradigma a avaliação formativa de caráter emancipatório. Saul (2001, p. 61) defende que “a avaliação emancipatória se caracteriza como um processo de descrição, análise e crítica de uma dada realidade, visando transformá-la”. A autora acrescenta ainda que essa proposta de avaliação

[...]está situada numa vertente político-pedagógica cujo interesse primordial é emancipador, ou seja, libertador, visando provocar a crítica, de modo a libertar o sujeito de condicionamentos deterministas. O compromisso primordial desta avaliação é fazer com que as pessoas direta ou indiretamente envolvidas em uma ação educacional escrevam sua ‘própria história’ e gerem suas próprias alternativas de ação. (SAUL, 2001, p. 61)

A principal finalidade da avaliação é garantir a formação integral do sujeito pela mediação da efetiva construção do conhecimento. Esta nova concepção exige uma mudança de postura do professor. O centro de preocupação do professor não estaria vinculado à nota, mas sim à aprendizagem dos alunos, desta forma o papel do professor seria de diagnosticar, investigar, tomar decisões, acompanhar o processo de construção do conhecimento do aluno, estabelecer um diálogo educador-educando, analisando o contexto da aprendizagem.

Procurando, portanto, avaliar para que o aluno aprenda mais e melhor, propondo, inclusive, estratégias diversificadas de recuperação paralela de conteúdo.

A avaliação, nesta perspectiva, “está comprometida com o futuro, com o que se pretende transformar, a partir do auto-conhecimento crítico do concreto, do real, que possibilita a clarificação de alternativas para a revisão desse real” (SAUL, 2000, p. 61). Estaria, portanto, iluminando o caminho da transformação.

Além disso, esse paradigma vê na avaliação uma possibilidade de emancipação para os envolvidos no processo educativo. Isso porque, acredita que esse processo pode permitir que o homem, através da consciência crítica, imprima uma direção as suas ações nos contextos em que se situa, de acordo com os valores que elege e com os quais se compromete no decurso de sua historicidade. (SAUL, 2000, p. 61)

Cabe ressaltar que os conceitos básicos envolvidos nessa proposta, em conformidade com Saul (2000), são: a emancipação, a decisão democrática, a transformação e a crítica educativa.

Nesta perspectiva a avaliação deixa de ser vista como mensuração, descrição ou julgamento assumindo um caráter formativo. Avaliador e avaliados são vistos como sujeitos da avaliação. O primeiro é responsável pela organização do processo e os segundos são entendidos como co-autores e, portanto, com participação ativa na implementação, interpretação e nas decisões relacionadas à avaliação. O compromisso principal desta avaliação é o de fazer com que as pessoas, direta ou indiretamente, envolvidas em uma ação educacional gerem suas próprias alternativas de ação. Assim,

O contato pedagógico pretensamente cultivado em aulas copiadas é substituído pela orientação, por intermédio da qual o professor exerce a influência fecundante da conquista da autonomia por parte do aluno. Este não é chamado para ouvir, copiar, fazer prova, ser discípulo, mas construir caminho próprio. (DEMO, 1995, p. 105)

O processo ação/reflexão/ação deve permear a organização do trabalho pedagógico visando alicerçar a dualidade teoria-prática que precisa estar revestida pelo pensar e agir crítico buscando aprimorar seu trabalho, rever métodos, estabelecer novos objetivos, destarte, alcançar melhores resultados. Conforme afirma Vasconcellos (2003), a preocupação do professor não está, pois, em “como gerar nota”, mas, fundamentalmente, em “como gerar aprendizagem”.

A formação profissional do acadêmico, parte dos conhecimentos adquiridos ao longo da vida e das experiências vividas, agregados ao conhecimento cientificamente produzido e sistematizado nas instituições de ensino. Conforme afirma Luckesi (2002). O educador, servindo-se de diversos instrumentos, auxilia o educando a assimilar a herança cultural do passado, para, ao mesmo tempo, incorporá-la e superá-la, reinventando-a. O educador, em sua ação, serve a esse processo. É no seio desse papel de mediador vivo do processo de formação do educando que o educador pratica atos avaliativos e, então os seus atos são éticos e necessitam de ser regidos por uma ética; são atos que tem uma finalidade e, por isso, assentam-se em valores, que dão sua direção.

O curso de Enfermagem do IFPR adotou o uso da taxonomia para o desenvolvimento da avaliação por conceitos com o propósito de avaliar e estimular o desempenho dos alunos em diferentes níveis de aquisição de conhecimento, e estimular os docentes a auxiliarem seus discentes, de forma estruturada e consciente, a adquirirem competências específicas a partir da percepção da necessidade de dominar habilidades mais simples (fatos) para, posteriormente, dominar as mais complexas (conceitos).

Para tanto, utiliza-se o referencial da taxonomia de Bloom que propõe a construção progressiva da compreensão responsável para a condução de um pensamento de ordem superior auxiliando os alunos a entender como navegar em direção ao entendimento do assunto, por meio dessa estrutura conceitual concebida para auxiliar a definição de objetivos de aprendizagem.

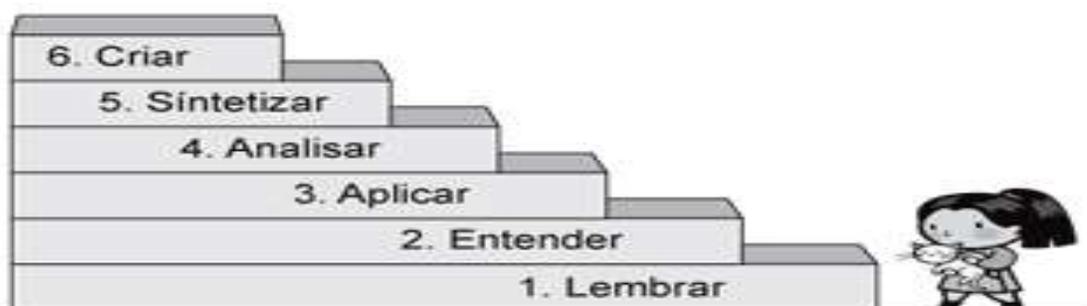


Figura 3. Categorização atual da Taxonomia de Bloom proposta por Anderson, Krathwohl e Airasian, no ano de 2001.

Os processos cognitivos os quais são divididos nas seguintes dimensões: CONHECIMENTO (compreender, lembrar, entender), no qual compreender significa recuperar conhecimento relevante da memória de longo termo; ou reconhecer informações, ideias e princípios de maneira aproximada ao que foi aprendido, lembrar consiste na construção de significados através de linguagem oral, escrita ou gráfica, usando para isto a interpretação, exemplificação, classificação, sumarização, inferência e explicação, com base a um conhecimento prévio. APLICAÇÃO (Aplicar, computar, demonstrar, manipular, modificar, produzir, resolver, selecionar, transferir e utilizar princípios para completar o problema ou tarefa, com um mínimo de supervisão) ANÁLISE (Distinguir, classificar e relacionar pressupostos, hipóteses, evidências ou estruturas de uma declaração ou questão). AVALIAÇÃO (Avaliação pode ser definida como a realização de julgamentos baseados em critérios e padrões específicos) e CRIAÇÃO (O ato de juntar elementos para formar um todo coerente e funcional, integrando e combinando ideias num produto, plano ou proposta nova). Portanto as questões construídas para avaliar os níveis cognitivos do acadêmico exigem esses domínios, os quais são gradativamente aumentados de acordo com o grau de complexidade dos conteúdos e dos níveis de aprendizado exigidos para o semestre que está sendo cursado. Esses níveis de aprendizado são ordenados da mais simples para a mais complexa e possui uma hierarquia cumulativa, isto é, uma categoria mais simples é pré-requisito para a próxima. A cada um dos níveis foi associado um conjunto de ações (verbos) que auxiliam na classificação de uma questão de avaliação em um dos níveis da taxonomia. (Quadro 1).

QUADRO 1. Verbos para uso da taxonomia



1-Lembrar	2-Entender	3-Aplicar	4-Analisar	5-Avaliar	6-Criar
Reconhecer	Interpretar	Executar	Diferenciar	Verificar	Gerar
Relembrar	Exemplificar	Implementar	Organizar	Criticar	Planejar
Listar	Classificar	Computar	Atribuir	Julgar	Produzir
Nomear	Sumarizar	Resolver	Comparar	Recomendar	Criar
Definir	Inferir	Demonstrar	Contrastar	Justificar	Inventar
Escrever	Comparar	Utilizar	Separar	Apreciar	Desenvolver
Apontar	Explicar	Construir	Categorizar	Ponderar	Elaborar hipóteses

Os instrumentos avaliativos são construídos conforme as habilidades e competências a serem atingidas a cada núcleo ou componente curricular. Esses utilizam critérios e relevâncias diferentes de acordo com a complexidade da habilidade exigida. Não se trata de um somatório de habilidades e competências e sim, que o estudante atinja a suficiência em cada uma das competências e habilidades exigidas para o período, dispondo de horários de apoio docente e atividades paralelas em caso da necessidade de auxílios para atingir tais habilidades.

Os diferentes cenários avaliativos são compostos por: síntese, situação problema, portfólio, práticas laboratoriais ou em serviços de saúde e educação, e teórico. A partir de cada cenário de aprendizagem diferentes instrumentos avaliativos podem ser utilizados, principalmente no que confere a avaliação da aprendizagem teórica que pode dispor de avaliações expositivas, descritivas, de múltipla-escolha, elaboração de mapas conceituais, resenhas críticas, elaboração de artigos, painéis temáticos, cine debates, jogos coletivos dentre outros.

No cenário de síntese espera-se que a partir da assiduidade e participação do estudante nos encontros, realizados semanalmente em grupos, esse seja capaz de comunicar-se de maneira clara e objetiva, debatendo com o facilitador e os colegas os assuntos apresentados no texto; ser capaz de relacionar a realidade vivenciada em práticas e durante sua rotina acadêmica com os textos estudados; ser capaz de produzir e interagir em grupo expondo suas ideias de maneira assertiva, respeitando os diferentes saberes e olhares,



e explicitando as suas conclusões contraindo para a aprendizagem coletiva; bem como, ter capacidade de síntese e apreensão do conhecimento adquirido com a leitura científica complementando o conhecimento prévio.

No cenário de situação problema espera-se que a partir da assiduidade e participação do estudante nos encontros, realizados semanalmente em grupos, estes sejam capazes de identificar os objetivos e questões pertinentes a simulação apresentada; usar a terminologia clínica e científica apropriada, bem como, ter habilidade de comunicação para expor suas ideias e reflexões, a fim de propor soluções respeitando as singularidades dos demais colegas; ser capaz de apontar soluções e resolução alternativas ao problema; Conseguir demonstrar saltos de aprendizagem capazes de desfazer decisões baseadas no senso comum para decisões baseadas em evidências científicas a partir da relação estabelecidas entre os diversos saberes.

A avaliação das atividades teóricas consiste, de acordo com o referencial teórico utilizado da taxonomia de Bloom, em avaliar os níveis de aprendizado do acadêmico, a partir de questões elaboradas com taxonomias equivalentes a relevância dos conteúdos avaliados e avaliados na mesma proporção de importância para o aprendizado do aluno.

A avaliação das atividades práticas tem como principal objetivo articular os conceitos e aprendizados teóricos com as situações práticas permitindo a construção do conhecimento teórico prático, o aprofundamento no desenvolvimento das competências (conhecimento, habilidade e atitudes) através das vivências desenvolvidas no decorrer do curso em ambientes de saúde como também em laboratórios com manequins e situações de simulações. Nas atividades práticas o acadêmico deve desenvolver habilidades técnicas, humanas, e conceituais, para que essas sejam desenvolvidas, as atividades são divididas em categorias denominadas de: gerencial, desempenho técnico, atitudes éticas e postura profissional, conhecimento teórico e educação em saúde, no qual cada categoria tem sua relevância de acordo com o nível de complexidade de cada semestre.

Como instrumento de avaliação diagnóstica, formativa e articuladora optou-se pela produção do portfólio, que não só se caracteriza como um cenário de aprendizagem presencial e domiciliar, bem como, complementa os a avaliação de outros cenários como o de síntese, o de situação problema, e o de prática.

O portfólio caracteriza-se por ser um instrumento de avaliação formativa à medida que permite ao estudante aprimorar suas capacidades de articulação, pesquisa, trabalho colaborativo e coletivo, pois proporciona o exercício do pensamento crítico capaz de auxiliá-lo na resolução de problemas complexos. O Portfólio é construído de forma individual por cada estudante a partir das metodologias de aprendizagem síntese, situação problema e práticas, e é avaliado a partir de um agendamento prévio de sua entrega, pelos professores.

A avaliação do portfólio segundo Alvarenga e Araújo (2006) seguem critérios bem estabelecidos e claros a todos os avaliadores e avaliados, contemplado competências e habilidades específicas a esse instrumento. Dessa forma, os estudantes e professores são esclarecidos previamente quanto os critérios utilizados na avaliação. Dentre eles considera-se as habilidades de escrita, formatação e linguagem; descrição da atividade de maneira clara e objetiva; fundamentação teórica a partir de buscas atualizadas, científicas e confiáveis; Capacidade de articulação dos cenários a fim de produzir novos conhecimentos, criticidade e tomadas de decisões a partir da reflexão e de conhecimento científico agregado.

4.3.2 Plano de Avaliação Institucional

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) do IFPR tem por finalidade o planejamento, o desenvolvimento, a condução, a coordenação e a supervisão da Política da Avaliação Institucional, em atendimento aos preceitos, critérios e estratégias legais estabelecidos pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que determinam que a regulação se faça de modo articulado. Desta forma a autoavaliação é um instrumento obrigatório e tem caráter permanente, instituído pela Lei nº 10.861/2004 em consonância com os princípios institucionais, definidos e aprovados pela Resolução CONSUP/IFPR nº 23/2009, que institui a Comissão Própria de Avaliação do IFPR.

A Avaliação Institucional está relacionada com:

- A melhoria da qualidade da educação em seus diferentes níveis de oferta;
- A orientação da expansão de sua oferta;

- O aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social;
- O aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais da instituição, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito às diferenças e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

Norteando-se pelos princípios da transparência, exequibilidade, fidedignidade e ética a Comissão Própria de Avaliação atua com autonomia em relação aos demais conselhos e órgãos colegiados e deliberativos existentes na instituição, estruturando-se internamente de acordo com suas necessidades e com os termos de seu regulamento e da legislação em vigor. Atualmente a CPA é composta por onze membros, sendo três deles para cada um dos segmentos: Docente; Técnico-Administrativo; Discente, com dois representantes da Sociedade Civil Organizada, sendo que os campi participam com a indicação de dois membros, respectivamente titular e suplente, como representantes da CPA junto a suas unidades.

Compõem as atribuições da CPA do IFPR:

I. Apreciar:

- a) o cumprimento dos princípios, finalidades e objetivos institucionais;
- b) a missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
- c) as políticas de ensino, pesquisa, pós-graduação e extensão;
- d) a responsabilidade social da Instituição;
- e) a infraestrutura física, em especial a do ensino, pesquisa, pós-graduação, extensão e biblioteca;
- f) a comunicação com a sociedade;
- g) a organização e gestão da Instituição;
- h) o planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional; e
- i) as políticas de atendimento aos estudantes.

II. Analisar as avaliações dos diferentes segmentos do IFPR, no âmbito da sua competência;

- III. Desenvolver estudos e análises, visando o fornecimento de subsídios para fixação, aperfeiçoamento e modificação da política da Avaliação Institucional;
- IV. Propor projetos, programas e ações que proporcionem a melhoria do processo avaliativo institucional;
- V. Participar de todas as atividades relativas a eventos promovidos pelo Conselho Nacional de Educação Superior (CONAES), sempre que convidada ou convocada; e colaborar com os órgãos próprios do IFPR, no planejamento dos programas de Avaliação Institucional.

A Avaliação Institucional é um processo planejado e normatizado no IFPR sendo do entendimento da Comissão Central que a mesmo se verifique da forma mais abrangente possível, não se restringindo ao âmbito dos cursos superiores, desta forma sua aplicação é realizada com todos os cursos ofertados pelo IFPR. O intuito é mensurar indicadores quantitativos e qualitativos que venha a orientar a gestão, em todas as instâncias, para a busca permanente da qualidade, eficiência, eficácia e publicização, entendidas como princípios que agregam valor às atividades desenvolvidas pela Instituição.

A Avaliação Institucional divide-se em duas modalidades:

- Auto avaliação – Coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada instituição e orientada pelas diretrizes e pelo roteiro da autoavaliação institucional da CONAES.

- Avaliação Externa – Realizada por comissões designadas pelo INEP, tendo como referência os padrões de qualidade para a educação superior expressos nos instrumentos de avaliação e os relatórios das auto avaliações, como o Exame Nacional de Avaliação de Desempenho dos Estudantes (ENADE) e os instrumentos de avaliação externa conduzidas pelas comissões de especialistas nomeadas pelo INPE/MEC, responsáveis que são pela avaliação de cursos de graduação, caracterizados em 5 eixos: Planejamento e Avaliação Institucional, Desenvolvimento Institucional, Políticas Acadêmicas, Políticas de Gestão e Infraestrutura Física.

A Avaliação acontece entre a segunda semana de novembro e se estende até a segunda semana de dezembro, onde os representantes da CPA, junto às unidades, são orientados a convidar os acadêmicos matriculados a se manifestar, respondendo ao questionário, vindo a fazer uso dos laboratórios de informática e acessando o programa disponibilizado, de forma online, mediante login e senha que correspondem,



respectivamente, ao número do CPF e data de nascimento do acadêmico. Em havendo necessidade, a contrassenha se faz por indicação do nome da genitora do acadêmico. Servidores, Docentes e Técnico-administrativos, fazem uso de login e senha correspondentes aos mesmos utilizados para se acessar os sistemas acadêmicos.

O Relatório de Auto Avaliação caracteriza-se por um processo mediante o qual a instituição, com a participação de todos os seus segmentos, fundamenta os resultados das análises realizadas a partir das dez dimensões institucionais, propostas pela Lei nº 10861/2004, a saber:

1. Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
2. Política para o Ensino, a Pesquisa, a Pós-graduação e a Extensão;
3. Responsabilidade Social da Instituição;
4. Comunicação com a Sociedade;
5. Políticas de Pessoal, as Carreiras do Corpo Docente e do Corpo Técnico-administrativo;
6. Organização e Gestão da Organização;
7. Infraestrutura Física;
8. Planejamento e Avaliação;
9. Políticas de Atendimento aos Estudantes;
10. Sustentabilidade Financeira.

Estas dez dimensões são consubstanciadas pelas normativas disponibilizadas pela Portaria Normativa nº 40 /2007 do INEP/MEC, que instituiu o sistema e-MEC, além de se fundamentar nas alterações propostas nas metodologias para avaliações externas.

Os resultados do processo de auto avaliação são encaminhados à gestão superior do IFPR, a quem compete (re)definir e/ou implementar políticas e ações que o processo avaliativo dinamiza no sentido de subsidiar proposições de melhorias anuais.

As proposições ofertadas à gestão institucional têm, como finalidade, colaborar quanto à realização e ações internas e a reformulação do PDI e do PPI. O conhecimento dos resultados da avaliação associada às mudanças e desafios que vêm se apresentando para a sociedade como um todo, possibilita que IFPR estabeleça novos patamares institucionais, no sentido acadêmico, como indutores do desenvolvimento sustentável e de relevância social no seu entorno.

As coordenações de cursos dos respectivos campi do IFPR poderão utilizar os resultados da avaliação, referentes ao seu domínio, promovendo ações que venham a dirimir as fragilidades apontadas, em especial aqueles relacionados com a organização didático-pedagógica dos cursos, em constante diálogo com a Direção do Campus e a comunidade acadêmica

Com o intuito de favorecer e facilitar o conhecimento e acompanhamento da comunidade acadêmica quanto ao processo de avaliação, a CPA mantém, no sítio institucional, uma página própria para divulgação dos relatórios de auto avaliação, o calendário de atividades relacionadas à avaliação institucional, a composição da CPA e outros documentos relacionados.

A análise realizada se faz por campus e curso, com respectivas diferenciações para: Acadêmicos, Docentes, Técnico-Administrativos e Comunidade Externa, sendo que o conjunto de informações obtido permite compor uma visão diagnóstica dos processos pedagógicos, científicos e sociais da instituição, bem como suas prováveis potencialidades, priorizando-se o Ensino a Pesquisa e a Extensão, pelo processo do planejar, desenvolver, controlar e aperfeiçoar.

Por meio da avaliação é possível identificar estratégias, instrumentos e ações institucionais necessárias para a formulação de políticas acadêmicas de mais largo alcance e, ao mesmo tempo, fornecer subsídios para a necessária prestação de contas à sociedade, com a transparência pela socialização das informações. Nesse sentido, a avaliação institucional é um processo, por meio do qual, não só a instituição se conhece, como se torna conhecida por outros setores da sociedade.

4.3.3 Avaliação do Curso

A coordenação do curso de Enfermagem, em primeira instância, realiza uma reunião com os professores e depois com representantes dos discentes, com a finalidade de dar ciência dos mecanismos a serem adotados para avaliação do curso.

Os alunos farão reunião por período do curso e entregarão uma ATA para a coordenação a respeito de pontos comuns a todo período. Será dada a oportunidade para aluno manifestar sua opinião por escrito sobre professor ou disciplina, em específico, sendo preservado o anonimato. A utilização desta ferramenta agiliza a apuração dos dados,



permitindo a construção de gráficos e planilhas, contribuindo ainda, para o sigilo entre as diferentes categorias de respondentes. Os mecanismos adotados permitem a implantação de ações acadêmico-administrativas em decorrência dos relatórios das avaliações interna e externa.

Uma apresentação devolutiva de um relatório será feita para os alunos e docentes para discutir os resultados obtidos e as providências que precisam ser adotadas a partir de suas respostas, críticas e sugestões apontadas. A elaboração e divulgação do relatório serão de responsabilidade do coordenador do curso.

Os professores têm acesso às suas avaliações (caso houver), sendo que o coordenador tem também acesso às avaliações de seus professores. São promovidos encontros entre os pares com a finalidade de analisar os pontos fortes, os pontos fracos do curso registrados nas avaliações, para que desta forma trabalhando de maneira conjunta, coordenação e corpo docente possam detectar exatamente onde estão os desvios e discutir alternativas de solução e melhoria do curso, nos aspectos que se fazem necessários.

Além do corpo docente e atuação da coordenação do curso, avaliam-se as condições estruturais, instalações, serviços e pessoal técnico de apoio, condições de ensino, envolvimento do IFPR com a comunidade, cumprimento do regimento e as propostas PDI, PPI e PPC. As informações obtidas na auto-avaliação institucional são empregadas para melhoria das condições dos serviços ofertados, orientação para a coordenação do curso e para os docentes quanto à condução do processo ensino-aprendizagem, bem como balizam importantes decisões como melhoria do PPC, PPP e PPI.

As opiniões, as críticas, os resultados obtidos no processo de avaliação institucional (das quais participa toda a comunidade acadêmica) constituem-se elementos imprescindíveis para o contínuo aprimoramento da Instituição, subsidiando as tomadas de decisão.

4.3.4 Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso

O Projeto Pedagógico do Curso de Enfermagem é avaliado, em dois momentos distintos:

- Avaliação inicial – no início de cada semestre, através das semanas de planejamento pedagógico, quando são propostas as mudanças necessárias, considerando as atividades desenvolvidas no semestre anterior;
- Avaliação contínua – no decorrer dos semestres, por meio das reuniões de professores, NDE e do Colegiado de Curso.

O trabalho pedagógico dos professores do Curso de Enfermagem é avaliado, periodicamente, nas semanas de planejamento pedagógico quando se efetiva o acompanhamento das atividades desenvolvidas com os alunos e os resultados obtidos.

Nesses momentos, tanto a coordenação quanto o corpo docente são informados das dificuldades apresentadas pelas turmas e os alunos que necessitam de uma atenção especial. Esse é o espaço, por excelência, para se discutir as alternativas viáveis para o replanejamento das atividades docentes.

Os processos avaliativos do Curso de Enfermagem devem subsidiar as decisões no que se refere ao Projeto Pedagógico de Curso e as suas necessárias alterações e ajustes para dar conta dos objetivos propostos e, até mesmo, para a retomada da discussão e redefinição destes, via Núcleo Docente Estruturante (NDE) e Colegiado de Curso.

A consideração dos diversos processos avaliativos deverá desencadear alterações sempre que necessário e respeitando-se os trâmites e exigências legais e institucionais, bem como, informando permanentemente a comunidade acadêmica das transformações efetuadas.

4.4 ESTÁGIO CURRICULAR

Estágio é ato educativo escolar supervisionado e orientado, desenvolvido no ambiente de trabalho, de estudantes que estejam frequentando os cursos do IFPR. Deve ser realizado nas áreas de formação do estudante, em consonância com o perfil profissional.

O estágio poderá ser obrigatório ou não obrigatório:

Estágio Obrigatório: Aquele com carga horária determinada, que seja considerado como pré-requisito para a aprovação e certificação. Para caracterizar o estágio como obrigatório é necessário incluir na organização curricular do PPC a contextualização da necessidade,



normas específicas da profissão (caso houver), oferta de campo de estágio na região do campus e relevância do estágio na formação do perfil profissional.

Estágio não obrigatório: em consonância com o disposto na Lei nº11.788/2008 e na Resolução 02/2013 que aprova o Regulamento de Estágios no âmbito do IFPR e o regulamento de estágio não obrigatório do Curso de Enfermagem (Apêndice B), o estágio não obrigatório é aquele que não é considerado como pré-requisito para a aprovação e certificação, realizado de forma opcional, como possibilidade de aprendizado e vivência prática nas atividades desenvolvidas pela Enfermagem nos serviços de saúde. O estudante de Enfermagem poderá realizar estágio não obrigatório dentro da área de saúde do seu curso, após aprovação de todos os componentes curriculares ofertados até e inclusive no 4º período do curso, para fundamentação teórico-prática suporte para o desenvolvimento de atividades na área de Enfermagem.

4.4.1 Características do Estágio

O Art. 7º da Resolução CNE/CES nº 3, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2001, que Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem destaca que na formação do Enfermeiro, além dos conteúdos teóricos e práticos desenvolvidos ao longo de sua formação, ficam os cursos obrigados a incluir no currículo o estágio supervisionado em hospitais gerais e especializados, ambulatórios, rede básica de serviços de saúde e comunidades nos dois últimos semestres do Curso de Graduação em Enfermagem.

O Parágrafo Único deste mesmo artigo aponta que na elaboração da programação e no processo de supervisão do aluno, em estágio curricular supervisionado, pelo professor, será assegurada efetiva participação dos enfermeiros do serviço de saúde onde se desenvolve o referido estágio. A carga horária mínima do estágio curricular supervisionado deverá totalizar 20% (vinte por cento) da carga horária total do Curso de Graduação em Enfermagem proposto, com base no Parecer/Resolução específico da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

Os estágios curriculares supervisionados I e II são concebidos como componentes curriculares obrigatórios, ofertados no 9º e 10º períodos do curso mediante aprovação em



todos os componentes e núcleos curriculares obrigatórios da matriz curricular, conforme regulamento com suas diferentes modalidades de operacionalização, descritos no apêndice A. Os estágios obrigatórios ocorrem nos serviços de saúde do município de Palmas e Pato Branco.

A orientação do estágio é considerada atividade de ensino atrelada a carga horária dos estágios supervisionado I e II, conforme matriz curricular deste documento, e nos Planos de Ensino dos professores responsáveis. Esta orientação se dará na modalidade semidireta com observação semanal e periódica das atividades desenvolvidas nos campos de estágio ao longo de todo o processo pelo professor orientador e reuniões com os profissionais supervisores nos campos de estágios.

Carga Horária Estágio Supervisionado Obrigatório: 917 horas aula, sendo 450 horas do Estágio Supervisionado I e 467 horas do Estágio Supervisionado II, ambos na modalidade de orientação semidireta. Serão ofertados no 9º e 10º períodos de curso para todos os acadêmicos que concluíram todos os componentes obrigatórios previstos na matriz curricular da Enfermagem.

4.4.2 Convênios de Estágio

O setor de Relações com a Comunidade é um órgão de assessoramento responsável pela integração do IFPR com instituições federais, estaduais, municipais, atuando também como interlocutora entre a instituição e a sociedade. Trata-se de um canal institucional da relação do IFPR com órgãos públicos, empresas, sociedade civil organizada e comunidade, identificando potencialidades internas e externas.

Atua com a finalidade de que o IFPR alcance e mantenha excelência a partir de parcerias estratégicas e formação de redes de cooperação que façam articulação entre as instâncias institucionais do IFPR e a sociedade por intermédio de apoiadores em diferentes níveis.

O setor também é responsável pelo estabelecimento de diálogo constante com entidades, organizações setoriais e comunidade, por meio de canais de comunicação com a finalidade de promover o fortalecimento das relações institucionais. Ampliar em parceria com o Colegiado de Enfermagem e a Seção de Estágios do Campus, as ações de convênios



de estágios com as diversas instituições públicas, privadas e do terceiro setor, objetivando a ampliação dos campos de estágios para os acadêmicos do curso.

É importante salientar que o trabalho e a atuação em conjunto com os parceiros, apoiadores e sociedade em geral são estabelecidos para atingir um objetivo estratégico sendo formalizados por um período determinado envolvendo negociações e entendimentos de cada agente nos processos.

Atualmente o IFPR possui diversos convênios para estágios obrigatórios e não obrigatórios, com diversas instituições do Paraná e Santa Catarina. O Curso de Enfermagem tem convênios firmados para o desenvolvimento das aulas práticas e estágios supervisionados com as Secretarias Municipais de Saúde de Palmas e Pato Branco (que englobam serviços de Unidades de Estratégias de Saúde da Família, CAPS, Ambulatórios e Unidades de Pronto Atendimento) e com os hospitais dos municípios de Palmas (Hospital Santa Pelizzari) e Pato Branco (Fundação Policlínica Pato Branco e Fundação Hospital São Lucas).

4.5 INTEGRAÇÃO COM AS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS, CIVIS E PARTICULARES

4.5.1 Integração com o sistema local e regional de saúde (SUS), proposição de atividades práticas de ensino para áreas da saúde e integração com os setores públicos, civis e privados

O Curso de Enfermagem desenvolve parcerias com o sistema local e regional, vinculados ao sistema público e privado de saúde por meio do desenvolvimento das práticas e projetos de pesquisa e extensão. Graças a sua formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, é capaz de conhecer e intervir sobre os problemas/situações de saúde-doença mais prevalentes no perfil epidemiológico, com ênfase na sua região de atuação, identificando as dimensões bio-psicossociais dos seus determinantes.

O perfil profissional do Enfermeiro o capacita atuar, com senso de responsabilidade social e compromisso com a cidadania, como promotor da saúde integral do ser humano em todas as instâncias do sistema de saúde, sendo capaz de pensar criticamente, de analisar os problemas da sociedade e de procurar soluções para os mesmos.



O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) se constitui como componente curricular obrigatório e tem como objetivo integrar os conhecimentos apropriados ao longo do curso. O TCC apresenta regulamentação própria definida pelo NDE do Curso (Apêndice C).

De acordo com o PDI do Instituto Federal do Paraná, o trabalho de conclusão de curso (TCC) foi estabelecido como componente curricular obrigatório (Metodologia de elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso), a ser realizado no último período do curso, centrado em determinada área teórico-prática ou de formação profissional, como atividade de síntese e integração de conhecimento e consolidação das técnicas de pesquisa.

O Curso de Enfermagem por entender necessário mais tempo de vínculo com o discente após defesa do TCC para fomentar futuras publicações, optou por antecipar para o penúltimo semestre a defesa do Trabalho de Conclusão.

4.7 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

O Art. 8º da Resolução CNE/CES nº 3, de 7 DE novembro de 2001 defini que o projeto pedagógico do Curso de Graduação em Enfermagem deverá contemplar atividades complementares e as Instituições de Ensino Superior deverão criar mecanismos de aproveitamento de conhecimentos adquiridos pelo estudante, através de estudos e práticas independentes, presenciais e/ou a distância, a saber: monitorias e estágios; programas de iniciação científica; programas de extensão; estudos complementares e cursos realizados em outras áreas afins. Essas atividades são classificadas em três eixos: Atividades de Ensino, Atividades de Pesquisa e Atividade de Extensão.

As atividades acadêmicas complementares devem ser cumpridas no período de integralização do curso, compondo a carga horária total do currículo do Curso, com os objetivos de complementar a formação acadêmica da graduação em atividades ou disciplinas não abrangidas pelo currículo do curso; possibilitar a participação dos acadêmicos em projetos de ensino, pesquisa e extensão e, orientar e estimular a prática de estudos independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, de permanente e contextualizada atualização profissional, sobretudo nas relações com o mundo do trabalho, estabelecidas ao longo do curso.

As Atividades Complementares têm a finalidade de enriquecer o processo de ensino aprendizagem, privilegiando a complementação da formação social e profissional do discente. As atividades complementares do Curso de Enfermagem IFPR/Palmas são condições obrigatórias para a conclusão do curso e devem ser cumpridas em conformidade com o Regulamento aprovado pelo colegiado e o Projeto Pedagógico do Curso. O cumprimento da carga horária referente às Atividades Acadêmicas Complementares far-se-á através da participação nas atividades listadas com as respectivas cargas horárias máximas, descritas no apêndice D.

O (a) acadêmico deverá completar atividades nos três eixos comprovados com no mínimo 80 (oitenta horas) em cada, totalizando 240 (duzentos e quarenta horas). A comissão de horas complementares é responsável pela apreciação dos documentos comprobatórios das atividades complementares, sendo obrigação do acadêmico protocolar, na Secretaria Acadêmica e de acordo com cronograma previamente estabelecido, tais documentos.

5. POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES

5.1 FORMAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA

ACESSO

O ingresso nos Cursos Técnicos de Nível Médio e de Graduação do IFPR dar-se-á das seguintes formas:

Processo Seletivo - mediante critérios e normas definidos em editais, os quais são de responsabilidade da Pró Reitoria de Ensino - Proens - juntamente às direções dos Campi.

Os editais devem contemplar as cotas de ações afirmativas regulamentadas a partir da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, do Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012, e da Portaria Normativa nº 18, de 11 de outubro de 2012.

As ações afirmativas contemplam: estudantes egressos de escola pública; estudantes com renda familiar bruta per capita inferior 1,5 salário-mínimo; estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas e pessoas com deficiência.

Transferência interna, externa e aproveitamento de cursos.

O ingresso nos cursos técnico de nível médio e de graduação, através de transferência interna e externa dar-se-á mediante processo seletivo público a partir de critérios e normas definidas em edital específico.

I. Transferência interna: transferência de estudante regularmente matriculado em curso do IFPR para outro curso de mesmo nível e forma de oferta no mesmo câmpus ou em outro câmpus do IFPR, a partir do 2º (segundo) período letivo do curso, mediante a existência de vaga, seguindo os critérios divulgados em edital.

II. Transferência externa: disponibilizada para estudante matriculado em curso de outras instituições de ensino para ingresso em curso de mesmo nível e forma de oferta, a partir do 2º (segundo) período letivo do curso, mediante a existência de vaga, seguindo os critérios divulgados em edital.

III. Aproveitamento de Curso: o ingresso de estudante já diplomado em um curso de mesmo nível e forma de oferta, a partir do 2º (segundo) período letivo do curso, mediante a existência de vaga, seguindo os critérios divulgados em edital.

O total das vagas ofertadas para cada curso e turma contempla o universo de 80% (oitenta por cento) para inclusão por meio de cotas, disponibilizados da seguinte forma:

I – 60% (sessenta por cento) são reservadas aos candidatos que tenham cursado integralmente o Ensino Médio ou fundamental em escolas públicas, em cursos regulares ou no âmbito da modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA); ou tenham obtido certificado de conclusão com base no resultado do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja), do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) ou de exames de certificação de competência ou de avaliação de jovens e adultos realizados pelos sistemas estaduais de ensino. Esse percentual é distribuído da seguinte maneira: a) 50% (cinquenta por cento) serão destinados aos candidatos que possuam renda familiar bruta mensal igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo nacional per capita, havendo reserva de vagas para candidatos autodeclarados pretos, pardos e indígenas; b)



50% (cinquenta por cento) serão destinados aos candidatos que possuam renda familiar bruta mensal superior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo nacional per capita, havendo reserva de vagas para candidatos autodeclarados pretos, pardos e indígenas, 10% (dez por cento) do total das vagas ofertadas para cada curso e turma são reservadas aos candidatos autodeclarados pretos ou pardos; II – 5% (cinco por cento) do total das vagas ofertadas para cada curso e turma são reservadas aos candidatos autodeclarados indígenas; III – 5% (cinco por cento) do total das vagas ofertadas para cada curso e turma são reservadas aos candidatos com deficiência; IV – 20% (vinte por cento) do total das vagas ofertadas para cada curso e turma são reservadas à concorrência geral.

PERMANÊNCIA

Uma das preocupações do IFPR é com a permanência e êxito no aluno no âmbito escolar condição para a qual existe uma série de ações voltadas ao atendimento ao estudante.

O Campus Palmas conta com a Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis (SEPAE) formada por Pedagogos, Assistentes Sociais, Psicólogo, Assistente de Alunos, Técnicos em Assuntos Educacionais e Tradutor e Intérprete de Línguas de Sinais. Cada um destes profissionais tem contribuição significativa para a vida acadêmica do discente, visto que cada um trabalha dentro de suas particularidades auxiliando o estudante a partir de suas atribuições profissionais.

Assim, a SEPAE tem como principal objetivo auxiliar os docentes e os estudantes nas ações referentes ao processo de ensino-aprendizagem articulado com a Assistência Estudantil.

A Assistência Estudantil do IFPR é efetivada através de Programas e Projetos diferenciados e que compreendem ações voltadas a todos os estudantes em formação. Dessa forma, uma Política de Assistência ao Estudante está integrada ao desenvolvimento pedagógico, ao exercício pleno da cidadania e à promoção de inclusão ao mundo do trabalho, em consonância com o Decreto Presidencial nº 7.234/2010.

5.1.1 Programas de Pesquisa, Extensão, Inovação, Inclusão Social, Monitoria e Bolsa-Atleta

Bolsas de Pesquisa, Bolsas de Extensão e Inclusão Social

Por se tratar de uma Instituição que prima pela inclusão social, alguns programas são ofertados a fim de promover o acesso e a permanência dos estudantes à educação profissional, bem como propiciar bolsas de inclusão social, prioritariamente, àqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Para efetivar a democratização do ensino, o acesso, a permanência e o êxito do estudante, o IFPR conta com a Assistência Estudantil, a qual é regulamentada pela Política Nacional da Assistência Estudantil – PNAES – Decreto nº 7.234/2010, pela Resolução do IFPR nº 011/2009 e pela Resolução IFPR nº 66/2018. Esta política tem por finalidade ampliar as condições de acesso, permanência e êxito do estudante no IFPR.

Por ter caráter inclusivo, deve ser pensada a partir de estudo situacional capaz de identificar as expressões da questão social que permeiam a realidade dos estudantes, as condições de acesso, permanência e êxito escolar dos discentes, articulando-as com as condições e as necessidades pedagógicas, de infraestrutura e de pessoal da instituição.

Principais programas e projetos ofertados pelo IFPR ligados à PROENS:

Programa de Auxílio Complementar ao Estudante (PACE)

O Programa de Assistência Complementar ao Estudante (PACE), ligado à PROENS, é o maior entre os programas de assistência estudantil oferecidos pelo IFPR. Seus recursos são utilizados para a concessão de auxílios destinados a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Os auxílios possibilitam aos estudantes do ensino médio e da graduação complementar financeiramente o atendimento das suas necessidades para manter-se nos cursos ofertados pelo IFPR (moradia, alimentação, transporte, entre outros).

O PACE está fundamentado na Resolução 011/2009 do CONSUP que cria a política de Apoio Estudantil e regulamentado por meio da Instrução Interna de Procedimentos N°



20/PROENS, 27/02/2012. O programa consiste em oferecer apoio aos estudantes regularmente matriculados em situação de vulnerabilidade socioeconômica, propiciando recurso financeiro mensal, por meio da oferta de auxílio moradia, auxílio-alimentação e auxílio-transporte, contribuindo para sua permanência, melhoria do desempenho acadêmico e conclusão de curso.

Programa Estudante Atleta

O objetivo do Programa Estudante Atleta - PEA - é o de propiciar que estudantes participem de projetos escolares esportivos visando oferecer-lhes as condições necessárias para seu desenvolvimento na modalidade contemplada. As modalidades contempladas dependem da oferta de cada *campi* e podem ser atletismo; judô; natação; tênis de mesa; basquete; futsal; futebol; handebol; voleibol; xadrez; e vôlei de praia. O estudante participante do projeto recebe uma bolsa-auxílio mensal com valor previsto em edital.

Programa De Participação Em Eventos

Por meio do Programa de Apoio à Participação em Eventos Estudantis (PEA), os estudantes podem solicitar recursos financeiros para participar de eventos como encontros, jornadas, congressos, olimpíadas do conhecimento, entre outros. Esses recursos visam custear parcial ou totalmente os gastos com a inscrição, hospedagem, alimentação e transporte dos alunos que participem desse tipo de atividade. Salvo interesse da Administração, cada estudante tem direito a até um pedido concedido para participação em evento ao longo do ano letivo.

PBIS

O Programa de Bolsas Acadêmicas de Inclusão Social (Pbis) é estruturado de forma a propiciar a participação dos estudantes em projetos educacionais voltados à inclusão, à permanência e ao êxito acadêmico e escolar de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. O estudante participante do projeto recebe uma bolsa-auxílio mensalmente, com valor previsto em edital.

Monitoria

O Programa Monitoria concede bolsas para o desenvolvimento de atividades acadêmicas/escolares de monitoria em componentes curriculares indicados pelos *campi* do IFPR. O objetivo é promover a permanência, a inclusão e o êxito escolar dos estudantes. O estudante participante do projeto recebe uma bolsa-auxílio mensal com valor previsto em edital.

A Política de Apoio Estudantil do IFPR compreende o conjunto de ações voltadas aos estudantes e que atendam aos princípios de garantia de acesso, permanência e conclusão do curso de acordo com os princípios da Educação Integral (formação geral, profissional e tecnológica) em estreita articulação com os setores produtivos locais, econômicos e sociais e é posta em prática, através da oferta periódica de vários Programas de Bolsas de Estudos, sendo regulamentada através da Resolução CONSUP nº 011 /2009 e 53/ 2011.

Essa Política tem como premissa a respeitabilidade a diversidade social, étnica, racial e inclusiva na perspectiva de uma sociedade democrática e cidadã, pautando-se nos seguintes princípios:

- I. Educação profissional e tecnológica pública e gratuita de qualidade;
- II. Igualdade de oportunidade no acesso, permanência e conclusão de curso;
- III. Garantia de qualidade de formação tecnológica e humanística voltada ao fortalecimento das políticas de inclusão social;
- IV. Defesa do pluralismo de ideias com reconhecimento a liberdade de expressão;
- V. Eliminação de qualquer forma de preconceito ou discriminação;

São Programas de Bolsas de Estudos do IFPR:

Programa Institucional de Iniciação Científica–PIIC

O Programa Institucional de Iniciação Científica –PIIC, é voltado para o desenvolvimento do pensamento científico e iniciação à pesquisa de estudantes de graduação e integra todos os programas de iniciação científica de agências de fomento.

Este programa tem como objetivos despertar vocação científica e incentivar novos talentos potenciais entre estudantes de graduação, propiciar à Instituição um instrumento de formulação de política de iniciação à pesquisa para alunos de graduação, estimular uma maior articulação entre a graduação e pós-graduação, contribuir para a formação de



recursos humanos para a pesquisa, contribuir de forma decisiva para reduzir o tempo médio de permanência dos alunos na pós-graduação, estimular pesquisadores produtivos a envolverem alunos de graduação nas atividades científicas, tecnológica e artística cultural, proporcionar ao bolsista, orientado por pesquisador qualificado, a aprendizagem de técnicas e métodos de pesquisa, bem como estimular o desenvolvimento do pensar cientificamente e da criatividade, decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com os problemas de pesquisa, além de contribuir para a formação científica de recursos humanos que se dedicarão a qualquer atividade profissional.

O PIIC do IFPR é regulamentado através da Resolução CONSUP nº 11/11.

O Programa de Bolsas de Extensão

O Programa de Bolsas de Extensão tem por objetivos principais incentivar as atividades de extensão com vistas a produção e divulgação do conhecimento a partir da realidade local, contribuir com a formação do estudante em seus aspectos técnico tecnológico e humano, promover a participação de servidores e estudantes em atividades de integração com a sociedade, incentivar a interação entre o conhecimento acadêmico e o popular contribuindo com políticas, públicas, assim como, colaborar com a articulação entre ensino pesquisa e extensão.

A Resolução CONSUP 11/2018, estabelece que a extensão é um processo educativo, cultural, político, social, inclusivo, científico e tecnológico que promove, de forma indissociável ao ensino e à pesquisa, a interação entre o IFPR e a sociedade. Dessa forma, as ações de extensão têm por finalidade promover o compartilhamento mútuo de setores da instituição e da sociedade segundo as diretrizes propostas pela Política Nacional de Extensão: Interação Dialógica, Interdisciplinariedade e Interprofissionalidade, Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão, Impacto na Formação do Estudante e Impacto e Transformação Social.

As ações de extensão caracterizam-se, necessariamente, pelo envolvimento da comunidade externa ao IFPR, tendo os discentes como executores ou colaboradores e, são definidas como Programa, Projeto, Curso, Evento, Publicações e Prestação de Serviço.



Programa de Bolsas de Inclusão Social–PBIS

O Programa de Bolsas de Inclusão Social – PBIS consiste em oportunizar aos alunos, com vulnerabilidade socioeconômica, remuneração financeira como incentivo à participação em propostas acadêmicas, que contribuam com a sua formação. Para a participação no referido programa será considerado, além da avaliação socioeconômica, o risco de abandono, reprovação ou dificuldades de desempenho do estudante no curso.

O estudante poderá participar do Programa de Bolsas Acadêmicas de Inclusão Social através de diversas atividades vinculadas ao ensino, pesquisa, extensão ou ainda àquelas atividades administrativas e pedagógicas, tais como: coordenações de curso, bibliotecas, laboratórios, unidades administrativas (tanto nos Campi como nas Pró-reitorias, Gabinete do Reitor e Assessorias da Reitoria) entre outros, sendo que, em qualquer um dos projetos/propostas ou atividades em que o estudante for selecionado será obrigatória a orientação direta de um responsável docente ou técnico-administrativo.

Uma das modalidades do Programa incluía “Aprendizagem Colaborativa” que consiste em oportunizar aos estudantes matriculados nos cursos regulares presenciais remuneração financeira para sua permanência no curso.

A bolsa será destinada para auxílio nos estudos em contrapartida o estudante selecionado deverá apresentar desempenho acadêmico satisfatório com relação a frequência e notas escolares. Os interessados em participar dessa modalidade deverão encaminhar seu histórico escolar juntamente com a documentação para a seleção socioeconômica. A Secretaria do *campus* e a Direção deverão acompanhar e atestar a frequência do bolsista. Caberá a PREPPG acompanhar os *campi* e solicitar a qualquer tempo relatório dos bolsistas inscritos e seus respectivos rendimentos acadêmicos. No caso de descumprimento das condicionalidades, o estudante será advertido e em caso de reincidência poderá ter sua bolsa suspensa ou cancelada.

A regulamentação do Programa de Bolsas Acadêmicas de Inclusão Social está expressa na Resolução CONSUP nº 64/10, retificada pela Resolução nº 01/2015.



5.1.2 Aproveitamento de Estudos Anteriores

O aproveitamento de estudos é o resultado do reconhecimento da equivalência de um ou mais componentes curriculares de curso de graduação devidamente autorizado e/ou reconhecido, cursado no IFPR ou em outra instituição. Este procedimento se embasa nas normatizações da Resolução 55/2011 que dispõe sobre a organização didático-pedagógica dos cursos superiores do IFPR.

A equivalência de estudos, para fins de aproveitamento de componente curricular cursado, somente será concedida conforme artigo 83 da resolução 55/11, que cita:

O pedido de aproveitamento de estudos deve ser avaliado por Comissão de Análise composta de professores da área de conhecimento, seguindo os seguintes critérios:

- I. correspondência entre a instituição de origem e o IFPR em relação às ementas, ao conteúdo programático e à carga horária cursada. A carga horária cursada não deverá ser inferior a 75% daquela indicada no componente curricular do curso do IFPR;
- II. além da correspondência entre componentes curriculares, o processo de aproveitamento de estudos poderá envolver avaliação teórica e/ou prática acerca do conhecimento a ser aproveitado.

5.1.3 Certificação de Conhecimentos Anteriores

De acordo com a Resolução 55/2011 – CONSUP/IFPR entende-se por Certificação de Conhecimentos Anteriores a dispensa de frequência em componente curricular do curso do IFPR em que o estudante comprove excepcional domínio de conhecimento através da aprovação em avaliação. A avaliação será realizada sob responsabilidade de Comissão composta por professores da área de conhecimento correspondente, designada pela Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão do *Campus*, a qual estabelecerá os procedimentos e os critérios para a avaliação, de acordo com a natureza do conhecimento a ser certificado.

A avaliação para Certificação de Conhecimentos Anteriores poderá ocorrer por solicitação fundamentada do estudante, que justifique a excepcionalidade, ou por iniciativa de professores do curso.

Não se aplica a Certificação de Conhecimentos Anteriores para o componente curricular de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) ou Monografia, bem como para Estágio Supervisionado.

5.1.4 Expedição de Diplomas e Certificados

Concluído o curso, o acadêmico terá outorgado o grau pelo Magnífico Reitor ou seu representante. Será conferido o Diploma de Bacharelado em Enfermagem, e a partir de então, poderá exercer a profissão (respeitando os registros legais do Conselho que regulamenta tal profissão). A comprovação de titularidade se dará através de diploma, expedido após a cerimônia de colação de grau, mediante o preenchimento de todos os requisitos acadêmicos previstos para esse fim. Os trâmites legais para a expedição de diplomas e certificados ficam a encargo da Secretaria Acadêmica que atuará com base nos preceitos de seu regulamento.

Conforme resolução 55/11, que dispõe sobre a organização didático-pedagógica da educação superior no âmbito do Instituto Federal do Paraná, o estudante que frequentar todos os módulos/unidades curriculares previstos no curso, for considerado aprovado e ter frequência mínima de setenta e cinco por cento (75%) das horas-aula, antes do prazo para jubileamento, receberá o diploma de concluinte do curso, que será obtido junto à Secretaria Acadêmica de seu *Campus*, após ter realizado a colação de grau na data agendada pela Instituição.

Os diplomas relativos a cursos de graduação conferirão os títulos especificados em cada currículo. O diploma conterá, no anverso, o título geral correspondente ao curso, especificando-se no verso, as habilitações. As novas habilitações, adicionais ao título já concedido, serão igualmente consignadas no verso, dispensando-se a expedição de novo diploma.

O ato coletivo de colação de grau dos concluintes de curso de graduação será realizado em sessão solene, em dia, hora e local previamente designados pelo reitor. Os acadêmicos concluintes que não colarem grau na cerimônia de formatura, poderão fazê-lo em dia e hora designados pelo reitor, em sessão realizada em gabinete.



5.1.5 Acessibilidade

O campus Palmas está realizando obras para implantação de rampas externas de ligação entre os blocos permitindo o melhor acesso a pessoas cadeirantes além de melhor atender as normativas sobre saídas de emergência e controle de pânico.

5.1.6 Educação Inclusiva

A preocupação com a inclusão se reflete no curso sob três aspectos: 1) na matriz curricular, na qual encontramos componentes curriculares específicos que instrumentalizam o futuro professor para atuar de forma inclusiva; e 2) pelas ações institucionais com vistas à inclusão da comunidade, adequando acessos, equipamentos e instalações para o uso por pessoas com deficiências e 3) atendimento a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (lei 12.764/2012).

Por sua vez, o curso incluiu na Matriz Curricular os componentes curriculares Fundamentos da Educação Especial e Inclusiva e LIBRAS, em cumprimento ao Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 que dispõe, no Capítulo II, da inclusão da Libras como disciplina curricular, Art. 3º, que “A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior”.

Para a Inclusão do aluno com Autismo em respeito à lei 12.764/2012, o IFPR em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista será incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º da referida lei, a qual este aluno terá direito a acompanhante especializado.

A instituição busca ainda promover a inclusão constantemente mostrando-se preocupada ao cumprir com o exposto no Decreto no. 5.296, de 02 de dezembro de 2004, que regulamenta a Lei Nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências, e a Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, conforme segue:

Conforme o artigo 6º da Lei Nº 10.098, o atendimento prioritário compreende tratamento diferenciado e atendimento imediato às pessoas de que trata o art. 5º.



§ 1º O tratamento diferenciado inclui, dentre outros:

- I. assentos de uso preferencial sinalizados, espaços e instalações acessíveis;
- II. mobiliário de recepção e atendimento obrigatoriamente adaptado à altura e à condição física de pessoas em cadeira de rodas, conforme estabelecido nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT;
- III. serviços de atendimento para pessoas com deficiência auditiva, prestado por intérpretes ou pessoas capacitadas em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e no trato com aquelas que não se comuniquem em LIBRAS, e para pessoas surdo cegas, prestado por guias intérpretes ou pessoas capacitadas neste tipo de atendimento;
- IV. pessoal capacitado para prestar atendimento às pessoas com deficiência visual, mental e múltipla, bem como às pessoas idosas;
- V. disponibilidade de área especial para embarque e desembarque de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;
- VI. sinalização ambiental para orientação das pessoas referidas no art. 5º;
- VII. divulgação, em lugar visível, do direito de atendimento prioritário das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.
- VIII. admissão de entrada e permanência de cão-guia ou cão-guia de acompanhamento junto de pessoa portadora de deficiência ou de treinador nos locais dispostos no caput do art. 5º, bem como nas demais edificações de uso público e naquelas de uso coletivo, mediante apresentação da carteira de vacina atualizada do animal; e
- IX. a existência de local de atendimento específico para as pessoas referidas no art. 5º.

2º Entende-se por imediato o atendimento prestado às pessoas referidas no art. 5º, antes de qualquer outra, depois de concluído o atendimento que estiver em andamento, observado o disposto no inciso I do parágrafo único do art. 3 da Lei Nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso).

3º Nos serviços de emergência dos estabelecimentos públicos e privados de atendimento à saúde, a prioridade conferida por este Decreto fica condicionada à avaliação médica em face da gravidade dos casos a atender.

4º Os órgãos, empresas e instituições referidos no caput do art. 5º devem possuir, pelo menos, um telefone de atendimento adaptado para comunicação com e por pessoas deficientes auditiva.

Art. 7º O atendimento prioritário no âmbito da administração pública federal direta e indireta, bem como das empresas prestadoras de serviços públicos, obedecerá às disposições deste Decreto, além do que estabelece o Decreto n 3.507, de 13 de junho de 2000.

Parágrafo único. Cabe aos Estados, Municípios e ao Distrito Federal, no âmbito de suas competências, criar instrumentos para a efetiva implantação e o controle do atendimento prioritário referido neste Decreto.

Além das normas para promoção da acessibilidade, o IFPR conta com o programa da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC), que criou o NAPNE, Núcleo de Apoio ao Portador de Necessidades Especiais, vinculado à Pró-Reitoria de Ensino (PROENS), com o objetivo de fomentar a implantação e consolidação de políticas inclusivas no Instituto, por meio da garantia do acesso, permanência e êxito do estudante com necessidades educacionais específicas IFPR, nas áreas de ensino, pesquisa e extensão com apoio direto sempre que se faz necessário, também auxiliando os professores com informações e ações do fazer pedagógico direto com o aluno.

A instituição busca promover a inclusão ao cumprir com o exposto no Decreto no. 5.296, de 02 de dezembro de 2004, que regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas portadoras de deficiência, os idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, as gestantes, as lactantes e as pessoas acompanhadas por crianças de colo terão atendimento prioritário, e Lei nº. 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

Cumprindo o Art. 24. Da Lei nº. 10.098, de 19 de dezembro de 2000 que cita que “os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários.

§ 1º Para a concessão de autorização de funcionamento, de abertura ou renovação de curso pelo Poder Público, o estabelecimento de ensino deverá comprovar que:

- I. está cumprindo as regras de acessibilidade arquitetônica, urbanística e na comunicação e informação previstas nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT, na legislação específica ou neste Decreto;
- II. coloca à disposição de professores, discentes, servidores e empregados portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida ajudas técnicas que permitam o acesso às atividades escolares e administrativas em igualdade de condições com as demais pessoas; e III - seu ordenamento interno contém normas sobre o tratamento a ser dispensado a professores, discentes, servidores e empregados portadores de deficiência, com o objetivo de coibir e reprimir qualquer tipo de discriminação, bem como as respectivas sanções pelo descumprimento dessas normas.

5.1.7 Mobilidade Estudantil e Internacionalização

O IFPR, por meio de sua Coordenadoria de Relações Internacionais, busca promover a internacionalização ampla do IFPR, através da formulação de políticas, da interlocução com parceiros nacionais e internacionais e do apoio às ações, projetos e programas de internacionalização dos *campi* e outros setores.

A internacionalização refere-se a todos esforços da instituição para incorporar perspectivas globais no ensino, pesquisa e extensão; para construir competências internacionais e interculturais entre alunos, professores e técnicos; para estabelecer parcerias com comunidades e instituições no exterior.

Além de convênios como estratégias de internacionalização o IFPR possui o Centro de Línguas (CELIF). Instituído pela Resolução CONSUP 65/2017, tem como objetivo promover ações de ensino, pesquisa e extensão na área de línguas, de forma que se possa, tanto refletir as práticas docentes no que se refere ao ensino de línguas no âmbito do IFPR, quanto construir a política linguística na instituição e impulsionar a internacionalização docente e discente.

O campus Palmas foi pioneiro na implantação do CELIF no âmbito do IFPR. Atualmente 12 campi possuem Centros de Línguas promovendo estratégias de ensino e testes de proficiência em línguas estrangeiras.

6. CORPO DOCENTE E CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO

6.1. CORPO DOCENTE

6.1.1 Atribuições do Coordenador

A coordenação do curso é atribuição do Coordenador do curso, o qual deve ser integrante do corpo docente do curso e com formação na área em que o curso está inserido. O Coordenador do curso de Enfermagem do Instituto Federal do Paraná – *Campus Palmas* - atua intensamente na gestão do curso, promovendo a integração entre coordenação, direção e acadêmicos, por meio de atendimentos individuais ou em grupos e mesmo coletivamente.

O coordenador do Curso tem regime de trabalho DE e, atribui 16 horas semanais para as atribuições necessárias na gestão do curso. As atribuições do Coordenador são determinadas e regulamentadas pela Portaria no 283/2011 de 23 de maio de 2011, sendo:

- Cumprir e fazer cumprir as normas e procedimentos institucionais;
- Planejar ação didático/pedagógica dos cursos juntamente com a Coordenação de Ensino/Direção de Ensino
- Executar as deliberações do CONSAP e CONSUP;
- Orientar o corpo discente e docente dos cursos sob sua coordenação sobre currículo, frequência, avaliação e demais atividades de ensino;
- Organizar e registrar por meio de atas reuniões com os docentes do curso;
- Supervisionar situações acordadas em reuniões;
- Assessorar a coordenação de ensino na fixação dos horários das aulas dos cursos ofertados;
- Planejar em conjunto com a Coordenação de Ensino/Direção de Ensino as dependências do curso;
- Presidir a comissão de avaliação dos pedidos de dispensa e opinar na transferência, verificando a equivalência dos estudos feitos, tomando as providências cabíveis;
- Supervisionar o cumprimento da carga horária dos cursos coordenados, estipulada na matriz curricular, bem como tomar as devidas providências nos casos em que haja necessária substituição de professores/permuta de aula, em caso de faltas justificadas ou atividades extracurriculares;



- Atender aos pais juntamente com a Coordenação de Ensino;
- Exercer o papel de "ouvidor" de alunos e professores em assuntos relacionados ao curso;
- Zelar pelos laboratórios, materiais e equipamentos da sua coordenação específica;
- Supervisionar o preenchimento do diário de classe e solicitar correções caso sejam necessárias, assinando-os e encaminhando para a Coordenação de Ensino;
- Elaborar, revisar e acompanhar os projetos pedagógicos do curso;
- Supervisionar os planos de ensino docente e solicitar correções caso seja necessário, assinando-os e encaminhando-os a coordenação de ensino;
- Articular a integração entre as áreas de base nacional comum e de formação específica;
- Elaborar, com o auxílio dos docentes, termos de referências, especificações, planilhas e memoriais, para suprimento de materiais, obras, serviços e equipamentos às necessidades do curso;
- Acompanhar comissões de avaliação de curso, bem como, fornecer informações do curso solicitadas pelos órgãos da Reitoria e também pelas seções do MEC;
- Desempenhar outras atividades inerentes à unidade, função ou cargo, não previstas neste manual, mas de interesse da Administração.
- integração do planejamento e ação didático-pedagógica do(s) curso(s) sob sua coordenação;
- execução das deliberações do Conselho Superior;
- cumprimento das determinações dos órgãos diretivos;
- presidência das reuniões do colegiado do curso;
- organização e registro das reuniões de colegiado de curso sob sua coordenação para os assuntos que sejam de interesse dos cursos;
- assessoramento à coordenação de ensino na fixação dos horários das aulas das áreas de conhecimento ofertadas; presidência da sessão de avaliação dos pedidos de dispensa e opinião na transferência, verificando a equivalência dos estudos feitos, tomando as providências cabíveis;
- fornecimento à Coordenação de Ensino, conforme calendário, e após a reunião do colegiado do curso, dos resultados do período avaliativo, bem como os diários de classe, devidamente preenchidos;

- supervisão do cumprimento da carga horária do curso coordenado, estipulada na matriz curricular, bem como tomar as devidas providências nos casos em que haja necessária substituição de professores, em caso de faltas justificadas ou atividades extracurriculares;
- orientação do corpo discente e docente do curso sob sua coordenação sobre currículo, frequência, avaliação e demais atividade de ensino que lhes possam interessar;
- planejamento em conjunto com a Coordenação de Ensino das atividades de orientação educacional;
- conhecimento do material didático elaborado pelo corpo docente para o(s) curso(s) sob sua coordenação;
- supervisão do preenchimento do registro de classe e solicitação de correções caso sejam necessárias, assinando-os;
- zelo pelos laboratórios, materiais e equipamentos da sua coordenação de eixos específica;
- articulação da integração entre as áreas de base nacional comum e de formação específica;
- adoção dos princípios pedagógicos de identidade, diversidade e autonomia, da interdisciplinaridade e da contextualização como estruturadores dos currículos do ensino médio profissionalizante;
- garantia de que as grades curriculares cumpram as determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e demais dispositivos legais;
- elaboração, com o auxílio dos professores, de termos de referências, especificações, planilhas e memoriais, para suprimento de materiais, obras, serviços e equipamentos às necessidades dos cursos.

6.1.2 Experiência do Coordenador

Possui graduação em Enfermagem e Obstetrícia pela Universidade Federal do Rio Grande (2001), graduação em Licenciatura em Enfermagem pela Universidade Federal do Rio Grande (2003), Mestrado em Enfermagem pela Universidade Federal do Rio Grande (2003) e Doutorado em Enfermagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2012). Atua como docente no Curso de Graduação em Enfermagem do Instituto Federal de

Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, Câmpus Palmas. Tem experiência na área de Enfermagem, com ênfase na Enfermagem em Saúde Pública, atuando principalmente nos seguintes temas: organização tecnológica do trabalho da enfermagem, enfermagem em saúde coletiva e gestão de serviços de saúde. Possui 16 anos de experiência docente e 12 anos de experiência em gestão de curso superior, sendo 6 anos no Curso de Enfermagem do IFPR, o que oportunizou inúmeras experiências e vivências na área de gestão.

6.1.3 Núcleo Docente Estruturante (NDE)

O NDE (Núcleo Docente Estruturante) do curso de Enfermagem segue a Resolução nº 08 do Conselho Superior do IFPR de 23 de fevereiro de 2011, que institui o Núcleo Docente Estruturante – NDE no âmbito da gestão acadêmica dos Cursos de Graduação – Bacharelados, Licenciaturas e Tecnólogos do Instituto Federal do Paraná.

O Núcleo docente estruturante do curso é formado por um conjunto de professores composto por no mínimo 30% do colegiado de curso, de formação e titulação na área, dedicação exclusiva, que respondem mais diretamente pela criação, implantação e consolidação do Projeto Pedagógico do curso.

As atribuições do núcleo docente estruturante são:

- Criar, implantar, atualizar e consolidar o Projeto Pedagógico do curso, definindo sua concepção e fundamentos;
- Acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto Pedagógico do curso, propondo as correções que se apresentem necessárias à sua integral consecução;
- Estabelecer e consolidar o perfil profissional do egresso do curso;
- Conduzir os trabalhos de reestruturação curricular, para apreciação e aprovação no Colegiado de Curso e posteriormente pelo Conselho Superior do IFPR, sempre que necessário;
- Estabelecer parâmetros de resultados a serem alcançados pelo curso nos diversos instrumentos de avaliação externa regidos pelo SINAES;
- Supervisionar os instrumentos de avaliação da aprendizagem aplicados pelos professores aos discentes do curso;
- Analisar e avaliar os Planos de Ensino dos componentes curriculares;

- Promover a integração horizontal e vertical do curso, respeitando os eixos estabelecidos pelo projeto pedagógico;

- Discutir e propor mecanismos de interdisciplinaridade entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo, bem como acompanhar e propor formas de integralização das atividades complementares do curso;

- Acompanhar as atividades do corpo docente, bem como ter acesso e apreciar o resultado das avaliações dos docentes pelos discentes do curso, indicando ao segmento competente as correções desejáveis no desempenho, com vistas à melhor capacitação do docente;

- Acompanhar e supervisionar os alunos no desempenho de suas atividades acadêmicas e orientá-los quanto às suas dificuldades, contribuindo com a fidelização do discente ao curso e à instituição;

- Elaborar, propor e indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à Agronomia, com vistas a tornar efetiva a aplicação, no âmbito da instituição, do princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

- Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Enfermagem.

6.1.4 Relação do Corpo docente

Nome Completo	Curso de Graduação	Maior Titulação	Regime de Trabalho	Link Currículo Lattes
			(DE, 40h, 20h)	
Albimara Hey	Enfermagem	Mestrado	DE	http://lattes.cnpq.br/2773404281755759
Alcione Oliveira de Souza	Enfermagem	Mestrado	DE	http://lattes.cnpq.br/5527394231782154
Alexandre Collares Baiocchi	Psicologia	Mestrado	DE	http://lattes.cnpq.br/2843535764806786



Allan Andrei Steimbach	Pedagogia	Doutorado	DE	http://lattes.cnpq.br/0391837808104734
Amanda Inocêncio de Quadros	Enfermagem	Graduação	40h temporário	http://lattes.cnpq.br/0244789071748500
Camila Marcondes	Enfermagem	Mestrado	DE	http://lattes.cnpq.br/6086932123151203
Claudionei Cella Pauli	Filosofia	Mestrado	DE	http://lattes.cnpq.br/3121167818518165
Clenise Schmidt	Enfermagem	Mestrado	DE	http://lattes.cnpq.br/9565282713314291
Débora Raquel Mergen Lima Reis	Ciências Biológicas	Mestrado	DE	http://lattes.cnpq.br/4958887224458215
Gimene Cardozo Braga	Enfermagem	Mestrado	DE	http://lattes.cnpq.br/5050301307783741
Graciela Cabreira Gehlen	Enfermagem	Doutorado	DE	http://lattes.cnpq.br/2369671773240890
Iara Aquino Henn	Pedagogia	Doutorado	DE	http://lattes.cnpq.br/8380874786483048
Ida Vaz Machado	Enfermagem	Graduação	40h temporário	http://lattes.cnpq.br/09512892331953404
Mariângela Gobatto	Enfermagem	Mestrado	DE	http://lattes.cnpq.br/6223424151168029
Marcia Domênica Cunico Barancelli	Enfermagem	Mestrado	DE	http://lattes.cnpq.br/5655515524197383
Micheli de Jesus Ferreira	Enfermagem	Mestrado	DE	: http://lattes.cnpq.br/2682339025201508
Rafael Pires de Oliveira	Ciências Biológicas	Pós-doutorado	DE	http://lattes.cnpq.br/2455758412206557
Raphael Campitelli Ramos	Ciências Biológicas	Doutorado	DE	http://lattes.cnpq.br/5100139496320560
Ricardo Aparecido Pereira	Farmácia	Mestrado	DE	http://lattes.cnpq.br/2122103878458333
Rodrigo Batista de Almeida	Farmácia	Doutorado	DE	http://lattes.cnpq.br/8347844162415166



Sidnei Teixeira Junior	Enfermagem	Mestrado	DE	http://lattes.cnpq.br/5139165254318205
Silvano Aparecido Redon	Ciências Sociais	Mestrado	DE	http://lattes.cnpq.br/7621485611227354
Verginia Mello Perin Andriola	Ciências Biológicas - Licenciatura	Mestrado	DE	http://lattes.cnpq.br/861393646857005

6.1.5 Colegiado de Curso

A composição e a normatização referente ao colegiado do curso seguem o estabelecido na Resolução CONSUP 8/2014 que regulamenta o regimento interno comum aos campi do IFPR.

Em parceria com o coordenador, o colegiado do curso promove, estimula e participa de atividades acadêmicas e sociais, possibilitando a interlocução entre coordenação e acadêmicos, comunidade interna e comunidade externa.

6.1.6 Políticas de Capacitação do Corpo Docente

Política de Capacitação – EBTT

As políticas de capacitação têm por objetivo contribuir para o desenvolvimento dos servidores, por meio da participação em ações de ensino-aprendizagem visando ao desenvolvimento de competências, à melhoria dos processos de trabalho e à criação de uma cultura de educação continuada.

A política de qualificação para o servidor Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do IFPR se fundamenta no Decreto nº 5.825/2006, no Decreto nº 5.707/2006 e na Lei nº 12.772/2012.

No IFPR esta política de qualificação para o Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico se dá por meio da Resolução IFPR Nº 51 de 14/07/2017 e da Instrução Interna de Procedimentos PROGEPE Nº 006/2017.

A implantação de Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento desdobra-se nas seguintes linhas de desenvolvimento preconizadas pelo art. 7º do Decreto nº 5.825/2006:

I - iniciação ao serviço público: visa ao conhecimento da função do Estado, das especificidades do serviço público, da missão do IFPR e da conduta do servidor público e sua integração no ambiente institucional;

II - formação geral: visa à oferta de conjunto de informações ao servidor sobre a importância dos aspectos profissionais vinculados à formulação, ao planejamento, à execução e ao controle das metas institucionais;

III - educação formal: visa à implementação de ações que contemplem os diversos níveis de educação formal;

IV - gestão: visa à preparação do servidor para o desenvolvimento da atividade de gestão, que deverá se constituir em pré-requisito para o exercício de funções de chefia, coordenação, assessoramento e direção; 621

V - inter-relação entre ambientes: visa à capacitação do servidor para o desenvolvimento de atividades relacionadas e desenvolvidas em mais de um ambiente organizacional; e

VI - específica: visa à capacitação do servidor para o desempenho de atividades vinculadas ao ambiente organizacional em que atua e ao cargo que ocupa.

Segundo o Decreto nº 5.825/2006, qualificação é o processo de aprendizagem baseado em ações de educação formal, por meio do qual o servidor adquire conhecimentos e habilidades, tendo em vista o planejamento institucional e o desenvolvimento do servidor na carreira.

A política de qualificação para o servidor Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do IFPR se fundamenta no Decreto nº 5.825/2006, no Decreto nº 5.707/2006 e na Lei nº 12.772/2012.

No IFPR esta política de qualificação para o Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico se dá por meio da Resolução IFPR N° 51 de 14/07/2017 e da Instrução Interna de Procedimentos PROGEPE N° 006/2017.

A Resolução IFPR N°51 de 14/07/2017 dispõe as normas gerais de afastamento integral, no Brasil ou no Exterior, ou afastamento parcial no Brasil, para participação de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e de Técnico Administrativo em Educação em Programa de Pós-graduação *latu sensu*, *stricto-sensu* e de pós-doutorado.

A Instrução Interna de Procedimentos nº 006/PROGEPE, dispõe sobre os procedimentos para afastamento parcial, no país, ou integral, no país ou no exterior, para participação em programa de pós-graduação *stricto sensu* ou de pós-doutorado, e estágio



vinculado ao programa de pós-graduação stricto sensu ou de pós-doutorado para Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.

Portarias do IFPR que também regulamentam a qualificação dos servidores:

Portaria PROGEPE Nº 1.540/2017: regulamenta a concessão horário especial ao servidor estudante do IFPR.

Portaria PROGEPE Nº 1.543/2017: regulamenta a concessão de licença para capacitação dos servidores do IFPR.

A previsão da capacitação dos docentes tem por base a condição atual e encaminha prazos para ingresso em programas de mestrado e doutorado. Diante do fato do quadro docente não estar completo, a titulação dos mesmos, verificada quando do seu ingresso na instituição é que encaminhará o restante da projeção.

Além dos programas de Pós-Graduação Stricto Sensu, a formação permanente do corpo docente é objeto de discussão e definição de estratégias formativas, com vistas a atender aos objetivos do curso, devendo ocorrer em semanas pedagógicas, oficinas específicas, participação em eventos formativos institucionais e de realização de estudos acadêmico-científicos de forma continuada.

6.2 CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO

Nome	Formação	Regime de Trabalho	Cargo
Roberto Carlos Bianchi	Letras Português-Espanhol, Mestrado em Desenvolvimento Regional	DE	Diretor Geral
Débora Graziele Pizapio	Licenciatura em Música e Pedagogia. Especialista em Arte Educação/Tutoria em EaD e Novas Tecnologias Educacionais/ Metodologias do Ensino de Arte	40 horas	Técnica em Assuntos Educacionais



Lilian Lucht Carneiro	Especialista em Gestão de Pessoas; Bacharel em Administração; Bacharel em Direito	40 h	Administradora
Sergio Merlin Bau Junior	Graduação em Engenharia da computação	30 Horas (Jornada Flexibilizada)	Técnico em Informática
Tatiane Varela	Bacharel em Sistema de Informação	30 horas (jornada flexibilizada)	Técnico em tecnologia da informação
Adriana Padilha Terres Lopes	Especialista em Gerencia contábil	40 horas	Coordenadora Administrativa
Miguel Angelo Santin	Gestão pública	40 horas	Assistente em Administração
Antonio Marcos da Silva Stipula	Bacharel em Ciências Contábeis	40 horas	Técnico em Contabilidade
Edson Alberto Becker	Bacharel em Ciências Contábeis	40 h	Técnico em Contabilidade
Everton Luiz Machado	Bacharelado em Ciências Contábeis	40h	Contador
Ana Carolina Avelino	Cursando: Direito	6h diárias - 30h semanais	Estagiária
Diego Spader	Bacharel em Sistema de Informação	40 horas	Chefe Seção de Compras e Contratos
Claudio Marcel Mosson	Bacharelado em Administração de Empresas com habilitação em Comércio Exterior / Especialização em Finanças.	40 horas	Auxiliar em Administração
Francisco José dos Santos Neto	Especialista em Gestão Pública	40 horas	Assistente de administração
Kléria Maria Souza Marques	Bacharel em Zootecnia	40 h	Auxiliar em Administração
Debora Raquel Mergen Lima Reis	Mestrado em Educação	40 horas	Diretora de Ensino
Jordana Lemke Gonzalez	Especialista em Ciências Penais	30 horas (com redução de proventos)	Técnico em Administração
Lucas Padula Abbade	Cursando: Ciências Biológicas	6h diárias - 30h semanais	Estagiário



Stefani Pacheco Skodowski	Cursando: Letras - Português/Inglês	6h diárias - 30h semanais	Estagiária
Elza Terezinha Cordeiro Muller	Bacharel e Mestre em Contabilidade, Especialista em Docência da Educação Profissional	40h DE	Professora e Secretária Acadêmica
Alessandra Pereira do Amaral	Especialista em Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	30 horas (jornada flexibilizada)	Assistente em Administração
Celio Menezes Figueiredo	Licenciatura em Informática/Especialista em Coordenação Pedagógica e Gestão Escolar	40 horas	Técnico em Assuntos Educacionais
Eduardo Stachera	Bacharel em Direito	30 horas (jornada flexibilizada)	Assistente de Administração
Fabio Pereira de Sá	Especialista em Segurança do Trabalho	30 horas (Jornada Flexibilizada)	Assistente em Administração
Luiz Henrique Mazalotti Danguí	Bacharel em Gestão Pública	6 horas diárias - 30horas semanais	Assistente em Administração
Marcos Raphael Loyola Danguí	Tecnólogo em Eletrônica	30 horas (jornada flexibilizada)	Assistente em Administração
Sidney Eugenio de Melo	Bacharel em Administração	30 horas (jornada flexibilizada)	Assistente em Administração
Alessandro Cesar da Luz	Licenciatura Letras	30 horas (jornada flexibilizada)	Auxiliar de Biblioteca
Andreia Stallbaum Klug	Especialista em Gestão de Recursos Humanos	30 horas (jornada flexibilizada)	Assistente em Administração
Josiane Maria Comarella	Especialista em Gestão Pública	30 h (jornada Flexibilizada)	Bibliotecária/Documentalista
Jussara Aparecida Mazalotti Danguy	Especialista em Gestão Pública: Gestão de Pessoas	30 h (Jornada Flexibilizada)	Auxiliar de Biblioteca
Rosana Tortelli Favetti	Bacharel em Ciências Econômicas e Pós-graduada em Gestão	30 Horas (Jornada Flexibilizada)	Auxiliar de Biblioteca



	Pública		
Thaynara Silvério de Siqueira	Tecnóloga em Redes de Comunicação, Especialista em Docência	30 horas (jornada flexibilizada)	Auxiliar de Administração
Julieli Thaina Rodrigues	Cursando: licenciatura Letras - Português/Inglês	6h diárias - 30h semanais	Estagiária
Jean Carlos Gentilini	Licenciatura em Matemática e Mestrado em Engenharia Elétrica	40 horas com Dedicção Exclusiva.	Coordenação de Pesquisa e Extensão
Eloisa Elena Bocca	Licenciatura Plena em Matemática, Física e Pedagogia	40 horas	Técnico em Assuntos Educacionais
Carolina Hoppen Tonial	Doutora em Agronomia	40 horas sem DE	Chefe da seção de Inovação e Empreendedorismo
Everaldo de Souza	Bacharelado, Licenciatura, Especialista e Mestrado em Administração	40h DE	Chefe de Seção
Douglas Scariot	Especialista em Gestão de Tecnologia da Informação	30 horas (jornada flexibilizada)	Técnico de Laboratório Área: Informática
William Orestes Vitorino de Oliveira	Bacharel e Licenciatura em Sistema de Informação	30 horas (jornada flexibilizada)	Técnico de laboratório: Informática
Adenor Vicente Wendling	Técnico em agropecuária, bacharel em agronegócios, doutor em agro ecossistemas	40 horas	Técnico em laborat. Setor agronomia/agroecologia
Andrey de Campos	Licenciado em Química	40 horas	Técnico de laboratório/ Química
Sidnei Teixeira Junior	Licenciatura e Bacharelado em Enfermagem. especialista em Atenção Psicossocial no âmbito do SUS. Mestre em Enfermagem	40H DE	Coordenador de Ensino
Deise Machado	Cursando: Farmácia	6h diárias - 30h semanais	Estagiária



Taoana Gottens Del Sent	Cursando: Enfermagem	6h diárias - 30h semanais	Estagiária
Simone Cristina Girardi	Doutorado em Biologia Comparada	30 horas (jornada flexibilizada)	Técnico de Laboratório/ Biologia
Cledes Terezinha de Oliveira	Mestrado em Tecnologia de Processos Químicos e Bioquímicos	30 horas (jornada flexibilizada)	Técnico em Laboratório: Biologia
Amanda de Barros Santos	Mestre em Serviço Social e Política Social	30 horas (jornada flexibilizada)	Assistente Social
Douglas Silva do Prado	Licenciado em História	40 horas (afastamento parcial seg e ter)	Técnico em Assuntos Educacionais
Elaine Pizato	Bacharel em Serviço Social	30 horas (jornada flexibilizada)	Assistente Social
Hermano Soeiro Kirchheim	Licenciatura Plena em Educação Física	40 horas	Técnico em Assuntos Educacionais
Joselha Cristina Dal Bello	Bacharel em Serviço Social	30 h (jornada Flexibilizada)	Assistente Social
Juliana Eloize Magro	Pedagogia	30 h (Jornada Flexibilizada)	Pedagoga
Luciano Barfknecht	Bacharel em Jornalismo; Licenciado em Letras; Especialista em Comunicação Estratégica	30h (Jornada Flexibilizada)	Assistente de Aluno
Luara de Souza Lima Viana	Especialista em Gestão e Organização da Escola	6h diárias - 30h semanais	Pedagoga
Maicon Rodrigues	Licenciado em letras; Especialista em Literatura Brasileira;	30h (Jornada Flexibilizada)	Assistente de Aluno
Marcia Adriana Andrade Silva	Licenciatura Plena em História e Pedagogia	40 horas	Pedagoga
Melania Dalla Costa	Licenciatura Plena em Pedagogia e cursando Letras Libras	40 horas	Intérprete de LIBRAS
Silvano Aparecido Redon	Bacharel em Ciências Sociais, Licenciado em Sociologia, Mestre em	40 horas	Chefe da Seção



	Ciências Sociais		
Thiago Adriano Silva	Bacharel em Psicologia	30 horas (jornada flexibilizada)	Psicólogo
Veruska Samut Soares da Costa	Cursando: Licenciatura em Artes Visuais	30 horas (jornada flexibilizada)	Assistente de alunos

6.2.1 Políticas de Capacitação do Corpo Técnico Administrativo em Educação

Política de Capacitação – EBTT

As políticas de capacitação têm por objetivo contribuir para o desenvolvimento dos servidores, por meio da participação em ações de ensino-aprendizagem visando ao desenvolvimento de competências, à melhoria dos processos de trabalho e à criação de uma cultura de educação continuada.

A política de qualificação para o servidor Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do IFPR se fundamenta no Decreto nº 5.825/2006, no Decreto nº 5.707/2006 e na Lei nº 12.772/2012.

No IFPR esta política de qualificação para o Corpo Técnico Administrativo em Educação se dá por meio da Resolução IFPR Nº 51 de 14/07/2017 e da Instrução Interna de Procedimentos PROGEPE Nº 006/2017.

A implantação de Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento desdobra-se nas seguintes linhas de desenvolvimento preconizadas pelo art. 7º do Decreto nº 5.825/2006:

I - iniciação ao serviço público: visa ao conhecimento da função do Estado, das especificidades do serviço público, da missão do IFPR e da conduta do servidor público e sua integração no ambiente institucional;

II - formação geral: visa à oferta de conjunto de informações ao servidor sobre a importância dos aspectos profissionais vinculados à formulação, ao planejamento, à execução e ao controle das metas institucionais;

III - educação formal: visa à implementação de ações que contemplem os diversos níveis de educação formal;

IV - gestão: visa à preparação do servidor para o desenvolvimento da atividade de gestão, que deverá se constituir em pré-requisito para o exercício de funções de chefia, coordenação, assessoramento e direção; 621

V - inter-relação entre ambientes: visa à capacitação do servidor para o desenvolvimento de atividades relacionadas e desenvolvidas em mais de um ambiente organizacional; e

VI - específica: visa à capacitação do servidor para o desempenho de atividades vinculadas ao ambiente organizacional em que atua e ao cargo que ocupa.

Segundo o Decreto nº 5.825/2006, qualificação é o processo de aprendizagem baseado em ações de educação formal, por meio do qual o servidor adquire conhecimentos e habilidades, tendo em vista o planejamento institucional e o desenvolvimento do servidor na carreira.

A política de qualificação para o servidor do Corpo Técnico Administrativo em Educação do IFPR se fundamenta no Decreto nº 5.825/2006, no Decreto nº 5.707/2006 e na Lei nº 12.772/2012.

No IFPR esta política de qualificação para o Corpo Técnico Administrativo em Educação se dá por meio da Resolução IFPR Nº 51 de 14/07/2017 e da Instrução Interna de Procedimentos PROGEPE Nº 006/2017.

A Resolução IFPR Nº51 de 14/07/2017 dispõe as normas gerais de afastamento integral, no Brasil ou no Exterior, ou afastamento parcial no Brasil, para participação de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e de Técnico Administrativo em Educação em Programa de Pós-graduação *latu sensu*, *stricto-sensu* e de pós-doutorado.

Portarias do IFPR que também regulamentam a qualificação dos servidores:

Portaria PROGEPE Nº 1.540/2017: regulamenta a concessão de carga horária especial ao servidor estudante do IFPR.

Portaria PROGEPE Nº 1.543/2017: regulamenta a concessão de licença para capacitação dos servidores do IFPR.



6.3.1 Funcionamento dos Colegiados de Gestão

Conselho Superior (CONSUP): É o órgão máximo normativo, consultivo e deliberativo, nas dimensões de planejamento, acadêmica, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar do IFPR, tendo sua composição e competências definidas no Estatuto do IFPR e seu funcionamento pelo seu regimento interno.

Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE): é órgão propositivo, consultivo, normativo e deliberativo, por delegação do Conselho Superior, no que tange às Políticas institucionais de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Conselho de Administração e Planejamento (CONSAP): é órgão propositivo, consultivo, normativo e deliberativo, por delegação do Conselho Superior, no que tange às Políticas Institucionais de gestão de pessoas, recursos humanos, financeiros, infraestrutura e expansão física, planejamento e desenvolvimento institucional.

Colégio de Dirigentes – CODIR: É o órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria, com caráter consultivo. **São competências do Colégio de Dirigentes:**

- apreciar e recomendar a distribuição interna de recursos;
- apreciar e recomendar as normas para celebração de acordos, convênios e contratos, bem como para elaboração de cartas de intenção ou de documentos equivalentes;
- apresentar a criação e alterações de funções e órgãos administrativos da estrutura organizacional do Instituto Federal;
- apreciar e recomendar o calendário de referência anual;
- apreciar e recomendar normas de aperfeiçoamento da gestão;
- apreciar os assuntos de interesse da administração do Instituto Federal a ele submetido.

Colégio Dirigente do Campus (CODIC): é órgão consultivo, propositivo, avaliativo, mobilizador e normativo de apoio técnico-político à gestão do Campus.

São atribuições do CODIC:

Cumprir e fazer cumprir as normas e procedimentos institucionais;

A função consultiva e propositiva correspondente às competências para assessorar a gestão do Campus, opinando sobre as ações pedagógicas, administrativas, orçamentárias e



disciplinares exercidas pelas Unidades Executivas, abrangendo as seguintes atividades: Manifestar sobre a proposta curricular do Campus, bem como analisar dados do desempenho educacional da instituição para propor o planejamento das atividades pedagógicas; Participar do processo de avaliação institucional da unidade e opinar sobre os processos que lhe forem encaminhados; Recomendar providências para a melhor utilização do espaço físico, bens e serviços e do pessoal do Campus; Opinar sobre o planejamento global e orçamentário do Campus e recomendar sobre suas prioridades, para fins de aplicação dos recursos a elas destinados; Manifestar sobre a prestação de contas referentes aos programas e projetos desenvolvidos pelo Campus, antes de ser encaminhada ao setor competente do IFPR; Propor estratégias para atender com eficiência e eficácia as atividades finalísticas do Campus.

A função avaliativa corresponde às competências para diagnosticar, avaliar e fiscalizar o cumprimento das ações desenvolvidas pelo Campus, abrangendo as seguintes atividades: Acompanhar e avaliar, periodicamente e ao final de cada ano letivo, o desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico, bem como o cumprimento de outros marcos regulatórios da gestão; Acompanhar os indicadores educacionais evasão, aprovação, reprovação e propor ações pedagógicas e socioeducativas para a melhoria do processo educativo no Campus; Acompanhar o cumprimento do Calendário Escolar estabelecido e participar da elaboração de Calendário Especial, quando necessário, conforme orientações da Reitoria do IFPR; Acompanhar o desempenho do corpo docente e administrativo comunicando à Direção-Geral caso seja detectada alguma irregularidade; Acompanhar e analisar a execução orçamentária e financeira do Campus, zelando por sua correta aplicação, observados os dispositivos legais pertinentes; Contribuir na avaliação das ações de ensino e dos projetos de pesquisa, de extensão e de inovação do Campus.

A função mobilizadora corresponde às competências para apoiar, promover e estimular a comunidade escolar e local em busca da melhoria da qualidade do ensino e do acesso à escola, abrangendo as seguintes atividades: Criar mecanismos para estimular a participação da comunidade escolar e local na execução do Projeto Político Pedagógico, promovendo a correspondente divulgação; Manter articulação com as Unidades Executivas do Campus, colaborando para a realização das respectivas atividades com as famílias, com a comunidade e com as empresas, inclusive apoiando as ações de resgate e conservação do



patrimônio público; Mobilizar a comunidade local a estabelecer parcerias com o Campus voltadas para o desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico; Propor a promoção de eventos culturais, comunitários e pedagógicos que favoreçam o respeito ao saber do estudante e valorizem a cultura local, bem como estimular a instalação de fóruns de debates que elevem o nível intelectual, técnico e político dos diversos segmentos da comunidade escolar; Incentivar a criação de grêmios estudantis e/ou diretórios acadêmicos e apoiar seu funcionamento; A função normativa corresponde à função de orientar e disciplinar, por meio de normas complementares, diretrizes e indicações, dentro do âmbito de sua competência, obedecendo aos marcos legais do IFPR.

Colegiado de Gestão Pedagógica do Campus (CGPC): é órgão auxiliar da gestão pedagógica, com atuação regular e planejada, na concepção, execução, controle, acompanhamento e avaliação dos processos pedagógicos da ação educativa, no âmbito de cada Câmpus, em assessoramento a Direção-Geral e ao CODIC.

Comitê de Pesquisa e Extensão (COPE): é o órgão de assessoramento da Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão de cada Câmpus para formular, subsidiar e acompanhar a execução da política de pesquisa e extensão no âmbito institucional.

O Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT): é órgão de assessoramento com a finalidade de subsidiar e acompanhar a execução da política de empreendedorismo e inovação definida pela Pró-reitoria de Extensão, Pesquisa e Inovação do IFPR. O NIT é vinculado à Seção de Inovação e Empreendedorismo de cada Câmpus e atua conforme estabelecido em legislação institucional específica.

Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE): é um órgão de assessoramento e proposição de apoio técnico-científico a políticas e ações de inclusão em cada Câmpus. O NAPNE estará vinculado diretamente à Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis do Câmpus e sua coordenação é exercida por servidor designado pela Direção-Geral do Câmpus.

Colegiados de curso: são órgãos consultivos e deliberativos do Câmpus para assuntos de natureza pedagógica, didática e disciplinar, no âmbito de cada curso, tendo como finalidade o desenvolvimento e fortalecimento dos cursos ofertados, assegurando a participação dos segmentos da comunidade escolar. O colegiado do Curso de Enfermagem é coordenado pelo coordenador do curso e, composto pelos docentes dos componentes curriculares do curso e dois representantes discentes, de turmas distintas.

Segundo a Resolução 08/2014 compete aos colegiados de Curso:

- Cumprir e fazer cumprir as normas da instituição para o pleno funcionamento do curso;
- Propor o Plano do Curso, quando necessário, respeitadas as diretrizes e normas do IFPR;
- Manifestar-se sobre as formas de admissão e seleção, bem como sobre o número de vagas iniciais, no que lhe couber;
- Estabelecer normas internas de funcionamento do curso, respeita as normas e diretrizes da instituição;
- Zelar pelo cumprimento dos Planos de Ensino dos componentes curriculares;
- Orientar e acompanhar a vida escolar/acadêmica dos alunos do curso;
- Deliberar sobre requerimentos de alunos no âmbito de suas competências;
- Deliberar o horário de aulas do Curso, respeitadas as diretrizes e normas da instituição.
- Estudar, na qualidade de relator ou membro de comissão especial, as matérias submetidas à apreciação do Colegiado, apresentando o relato e a decisão no prazo estabelecido pelo colegiado ou pela Coordenação;
- Recepcionar os ingressantes do Curso, orientando-os no que se refere ao funcionamento e organização do IFPR;
- Decidir sobre a aprovação ou reprovação de estudantes com dificuldade de aproveitamento nos componentes curriculares, ou em casos específicos que extrapolem a competência didático-avaliativo-pedagógica docente, desde que convocados.

Núcleo Docente Estruturante (NDE): constitui segmento da estrutura de gestão acadêmica de cada Curso de Graduação – Bacharelados, Licenciaturas e Tecnologias, com atribuições consultivas, propositivas e avaliativas sobre matéria de natureza acadêmica, responsável pela criação, implementação, acompanhamento e consolidação dos Projetos Pedagógicos de cada curso. O NDE do Curso de Enfermagem é coordenado pelo



coordenador do curso, composto por docentes do colegiado de Enfermagem e colegiados de Pedagogia e Ciências Biológicas e representação discente do Curso de Enfermagem.

6.3.2 Representatividade da Comunidade Acadêmica

Realizada através dos representantes de turma junto ao colegiado do curso, centro acadêmico e reuniões entre a coordenação e discentes. Ainda, o colegiado leva em consideração os apontamentos levantados pela CPA para as tomadas de decisão junto aos discentes, baseadas nas normas deste PPC.

7. INFRAESTRUTURA

O Instituto Federal do Paraná é destaque na região, não só pela excelência de seu ensino, mas também pela ótima estrutura física que coloca a disposição de seus alunos.

O *Campus* Universitário do IFPR está localizado em uma área de 77,5 ha, com um total de 27.960 metros quadrados.

Considerando que os cursos objetivam a formação de profissionais para os diferentes campos da atividade humana, estimulando a pesquisa, extensão e inovação, buscando o desenvolvimento do espírito crítico em todas as áreas do conhecimento, a estrutura física disponível no IFPR constitui-se um meio adequado para estes fins.

Nessa estrutura destaca-se a Biblioteca com 1.990 metros quadrados e com mais de cem mil volumes. A biblioteca possui sistema informatizado, onde o aluno pode fazer consulta ao acervo, reservas, renovações ou ainda verificar pendências, usando a comodidade da Internet.

O IFPR conta ainda com um auditório, para conferências, seminários e eventos, com capacidade de 250 lugares. A quantidade, distribuição e adequação dos espaços físicos, considerando as atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação, apresentam-se suficientes e adequadas, uma vez que todas as necessidades e exigências, legais e reais dos cursos oferecidos na Instituição são total e plenamente contempladas.

Também no setor administrativo, as instalações são condizentes com a necessidade, na medida em que cada área da Administração possui o espaço suficiente, materiais necessários e devidamente instalados para as funções que realizam.

As salas de aula do *Campus* são construídas dentro dos padrões necessários e se encontram em condições para abrigar os alunos de todos os cursos oferecidos. Tanto pelo espaço físico em metros quadrados que cada sala dispõe, quanto pelo seu estado de conservação, e condições como iluminação, ventilação e acesso, que se adaptam para o atendimento das necessidades do curso.

Cada curso possui sua sala de professores, que é destinada para a realização dos trabalhos burocráticos do dia-a-dia do professor, atendimento aos acadêmicos, reuniões de colegiado, dentre outras atividades, caracterizando-se com um espaço de trabalho/convivência. A sala de professores é equipada com um computador desktop de uso comum aos professores e acesso a internet via rede física e Wi-Fi.

A sala de Coordenação do Curso é destinada aos trabalhos de coordenação e é equipada com materiais de forma a atender as necessidades do trabalho do coordenador. É equipada com computador desktop e acesso a internet por rede física e Wi-Fi.

O IFPR disponibiliza aos professores e acadêmicos vários recursos audiovisuais para todas as atividades desenvolvidas no curso: data-shows, telas para projeção, telas interativas e televisores, além dos laboratórios específicos, de Informática e da biblioteca. Os professores têm a disposição uma sala com escaninhos para correspondências e computadores e impressoras, com auxílio de um servidor no setor.

No bloco administrativo, o campus dispõe de sala de reunião equipada com condicionador de ar, computador e equipamento de videoconferência com monitor de 60 polegadas.

Os blocos do Campus estão em procedimento de adequação para melhor incluir os acadêmicos com necessidades especiais de forma atender, de forma satisfatória, ao disposto no Decreto Nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004, em seu Art. 24, transcrito a seguir:

Art. 24. Os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida,

inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários.

§ 1º Para a concessão de autorização de funcionamento, de abertura ou renovação de curso pelo Poder Público, o estabelecimento de ensino deverá comprovar que:

I – está cumprindo as regras de acessibilidade arquitetônica, urbanística e na comunicação e informação previstas nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT, na legislação específica ou neste Decreto;

II – coloca à disposição de professores, alunos, servidores e empregados portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida ajudas técnicas que permitam o acesso às atividades escolares e administrativas em igualdade de condições com as demais pessoas; e

III – seu ordenamento interno contém normas sobre o tratamento a ser dispensado a professores, alunos, servidores e empregados portadores de deficiência, com o objetivo de coibir e reprimir qualquer tipo de discriminação, bem como as respectivas sanções pelo descumprimento dessas normas.

§ 2º As edificações de uso público e de uso coletivo referidas no caput, já existentes, têm, respectivamente, prazo de trinta e quarenta e oito meses, a contar da data de publicação deste Decreto, para garantir a acessibilidade de que trata este artigo.

Nesse sentido, no ano de 2018, iniciaram-se reformas na estrutura física para melhor atender as necessidades da comunidade acadêmica. Os banheiros de todos os blocos passaram por reformas, principalmente em relação ao espaço físico com boxes para utilização por pessoas com necessidades especiais.

Ainda relativo a obras de acessibilidade, o campus Palmas está realizando obras para implantação de rampas externas de ligação entre os blocos permitindo o melhor acesso a pessoas cadeirantes além de melhor atender as normativas sobre saídas de emergência e controle de pânico.

Relativo à segurança, o campus possui segurança patrimonial 24 horas por dia e, está em processo de estudo a implantação de sistema eletrônico de segurança.

O campus possui espaços de convivência externos e cantina. A cantina é mantida por meio de contrato com empresa terceirizada, com atendimento nos turnos matutino, vespertino e noturno, acompanhado através dos fiscais de contrato.

Em 2019, iniciaram-se as obras do refeitório do campus Palmas. A previsão de conclusão da obra está prevista para dezembro de 2019.

No campus está reservado um espaço para serviços de reprografia, mantido através de contrato com empresa terceirizada, com atendimento nos turnos vespertino e noturno, fiscalizado por fiscais de contrato.

O complexo esportivo do campus possui estrutura, com campo de futebol, pista de atletismo, quadra de ginástica, sala de lutas, academia, 2 quadras poliesportivas cobertas e piscina térmica com raias olímpicas.

7.1 ÁREAS DE ENSINO ESPECÍFICAS

Ambiente		Existente	A construir	Quantidade	Área (m²)	
Salas de aula	BLOCO A	sim	não	1	58,70	
Salas de aula	BLOCO C	sim	não	7	410,90	
Salas de aula	BLOCO D	sim	não	6	352,20	
Salas de aula	BLOCO E	sim	não	11	645,70	
Salas de aula	BLOCO F	sim	não	9	528,30	
Salas de aula	ED. FISICA	sim	não	7	541,65	
TOTAL				41	2.537,45	
Salas de Professores	BLOCO A	sim	não	3	176,10	Enfermagem - Pedagogia - Ciências Biológicas
Salas de Professores	BLOCO C	sim	não	5	293,50	Letras - Contábeis - Multidisciplinar - Direito - ARTES
Salas de Professores	BLOCO C-E	sim	não	1	31,99	Administração
Salas de Professores	BLOCO D	sim	não	1	56,45	Sistema de informação



Salas de Professores	BLOCO F	sim	não	3	176,10	Agronomia - Farmácia - Química
Salas de Professores	ED. FISICA	sim	não	2	95,00	Educação física - ensino médio
TOTAL				15	829,14	
Coordenadoria de Curso	BLOCO A	sim	não	4	44,04	ENFERMAGEM - CIENCIAS BIOLOGICAS - PEDAGOGIA
Coordenadoria de Curso	BLOCO A - C	sim	não	2	63,98	DIREITO - LETRAS - ARTES
Coordenadoria de Curso	BLOCO B - D	sim	não	1	51,88	QUIMICA
Coordenadoria de Curso	BLOCO C	sim	não	1	14,68	CONTÁBEIS
Coordenadoria de Curso	BLOCO D	sim	não	1	18,82	SISTEMA
Coordenadoria de Curso	BLOCO E	sim	não	1	28,77	ADMINISTRAÇ ÃO
Coordenadoria de Curso	BLOCO F	sim	não	2	29,35	AGRONOMIA - FARMACIA
Coordenadoria de Curso	ED. FISICA	sim	não	3	26,70	EDUCAÇÃO FISICA - ALIMENTOS - JURIDICO
TOTAL				15	278,22	
Sala de Reuniões	BLOCO A	sim	não	1	29,07	Videoconferência

7.2 ÁREAS DE ESTUDO GERAL

Ambiente	Existente	A construir	Quantidade	Área (m ²)
BIBLIOTECA	sim	não	1	1.396,97 m ²
LAB. INFORMÁTICA	sim	não	7	286,18 m ²
Lab 1 (D11) 20 MAQUINAS COMPUTADOR DESKTOP I7-6700, 8 GB, HD 500 GB	sim	não		
Lab 2 (D12) 20 MAQUINAS COMPUTADOR	sim	não		



DESKTOP I5-6500, 8 GB, HD 500 GB				
Lab 3 (D13) 28				
MÁQUINAS COMPUTADOR DESKTOP I5-6500, 8 GB, HD 500 GB	sim	não		
02				
MÁQUINAS COMPUTADOR DESKTOP I7-6700, 8 GB, HD 500 GB	sim	não		
Lab 4 (D14) 17				
MAQUINAS COMPUTADOR DE MESA PROC. 64 BIT, HP Z210 WORKSTATION, 8 GB, HD 500 GB	sim	não		
Lab 5 (D16) 05				
MÁQUINAS COMPUTADOR DELL, INTEL CORE I5 6500, 8 GB , HD 500 GB	sim	não		
02				
MÁQUINAS COMPUTADOR HP AMD VISION PRO , 4,0 GB , HD 500 GB	sim	não		
Lab Contábeis 30				
MAQUINAS - COMPUTADOR DESKTOP DUAL CORE, 4,0 GB, HD 500 GB	sim	não		
Lab Administração 30				
MAQUINAS - COMPUTADOR DESKTOP DUAL CORE, 4,0 GB, HD 500 GB	sim	não		
Lab. Física	sim	não	0	0
LABORATÓRIO DE QUIMICA			5	220,00
LAB. 7 - QUÍMICA ANALÍTICA/INORGÂNICA) relação dos equipamentos anexa	sim	não		
LAB. 8 - FÍSICO QUÍMICA/QUÍMICA GERAL relação dos equipamentos anexa	sim	não		
LAB. 9 - QUÍMICA ORGÂNICA relação dos equipamentos anexa	sim	não		
LAB. 10 - INICIAÇÃO CIENTÍFICA relação dos equipamentos anexa	sim	não		
LAB. 11 - BIOQUÍMICA/MICROBIOLOGIA relação dos equipamentos anexa	sim	não		
LABORATÓRIO DE BIOLOGIA			8	473,49
LAB. 1 - MICROSCOPIA 1 A relação dos equipamentos anexa	sim	não		
MICROSCOPIA 1 B	sim	não		



relação dos equipamentos anexa				
LAB. 4 - ZOOLOGIA				
relação dos equipamentos anexa	sim	não		
LAB. 5 - BOTÂNICA				
relação dos equipamentos anexa	sim	não		
LAB. 6 -				
FISIOLOGIA/BIOFISICA/GENETICA				
relação dos equipamentos anexa	sim	não		
BIOTÉRIO				
relação dos equipamentos anexa	sim	não		
LABORATÓRIO DE BIOLOGIA				
INTEGRATIVA relação dos				
equipamentos anexa	sim	não		
LABORATÓRIO ANATOMIA				
relação dos equipamentos anexa	sim	não		

Laboratório de Informática

O IFPR Câmpus Palmas conta com 5 laboratórios de informática em que os acadêmicos do curso de Enfermagem podem fazer pesquisas e digitar trabalhos assim como preparar apresentações de seminários. São equipados com microcomputadores e acesso à internet e um Núcleo de Pesquisa Digital, localizado na Biblioteca Central.

Os programas disponíveis para as atividades didático-pedagógicas são sistemas Operacionais como MS-DOS, Plataforma WINDOWS XP/VISTA e LINUX (UBUNTU), e, pacote Office e BrOffice, AutoCAD, entre outros utilitários e aplicativos.

Além disso, todos os blocos do Câmpus estão equipados com sistema de acesso (Access Point) à internet, para acesso da rede sem fio (Wireless).



Laboratórios de Anatomia

Área física: 142 m², divididos em três ambientes (sala de materiais, sala de aula teórica, sala de aula prática). O laboratório conta ainda com uma sala auxiliar para estudos.

Localização: Bloco F, subsolo, sala 1.

- Móveis

04 Mesas; 55 Banquetas; 02 Estantes em aço; 01 Armário para equipamentos e materiais; 01 Pia; 01 Escaninho 02 Prateleiras; 03 Cadeiras; 02 Suportes para painéis; 02 Suportes para peças com rodas; 02 Escrivaninhas; 01 Quadro para recados; 01 Quadro para escrita com pincel; 02 Quadros para escrita a giz; 01 Quadro postural; 01 Suporte para esqueleto (madeira); 01 Armário com gavetas aramadas; 02 Mesas macas para cadáver; 01 Carrinho para transporte de peças; 01 Tanque de fibra de vidro grande; 02 Tanques de fibra de vidro pequenos; 01 Retroprojektor; 04 Caixas plásticas com tampa para peças; 02 Tanques/mesa em inox para cadáver; 01 Tanque para lavagem de peças; 01 Aquecedor; 01 Suporte para jaleco.

- Equipamentos para Fundamentos de Fisioterapia:

01 Aparelho para banho de parafina; 01 Aparelho de corrente galvânica e fará dica; 01 Aparelho de ultrassom.

- Moldes sintéticos

01 Rim com glândula suprarrenal; 01 Bloco pulmão, coração, laringe e diafragma; 01 Bloco pâncreas, rins, duodeno e vesícula biliar; 01 Fígado com vesícula biliar; 03 Corações; 02 Orelhas; 03 Olhos; 01 Bloco osso; 01 Bloco pele; 03 Encéfalos pequenos;

01 Encéfalo grande; 01 Molde aparelho excretor; 01 Membro inferior (músculos); 01 Membro superior (músculos); 01 Molde cabeça externa; 01 Molde cabeça e interna;

01 Molde medula espinhal; 01 Dorso ósseo com coluna, tórax, pelve e nervos; 01 Dorso feminino com vísceras; 01 Dorso masculino com músculos e vísceras; 01 Molde com duas vértebras com disco e medula; 01 Molde – articulação do joelho; 01 Molde – articulação do tornozelo e pé; 01 Molde – articulação do joelho, com músculos; 01 Molde – articulação – do ombro, com músculos; 02 Moldes – aparelho reprodutor masculino; 02 Moldes – aparelho reprodutor feminino; 01 Molde da laringe e traqueia; 01 Placa do corpo humano; 01 Placa do sistema de artérias e veias (sistema circulatório); 01 Placa do sistema nervoso; 01 Placa do aparelho digestório; 01 Placa do aparelho urinário; 01 Placa de célula nervosa; 01 Placa da



bainha de mielina; 01 Placa de células gliais; 01 Placa de terminal nervoso; 01 Placa da sinapse; 01 Esqueleto completo com suporte plástico; 26 Painéis anatômicos; 02 Modelos de alvéolos; 01 Crânio.

- Peças anatômicas humanas (ossos)

01 Esqueleto humano montado; 01 Esqueleto humano desmontado; 27 Fêmures; 19 Tíbias; 16 Fíbulas; 11 Patelas; 03 pés; 16 Úmeros; 17 Rádios; 15 Ulnas; 21 Escápulas; 10 Clavículas; 100 Costelas; 01 Mão; 11 Quadris; 07 Sacros.

- Vértebras

05 Atlas; 06 Áxis; 08 Vértebras cervicais; 48 Vértebras torácicas; 21 Vértebras lombares; 01 Bloco com 04 vértebras lombares; 01 Bloco com 03 vértebras lombares; 01 Bloco com 04 vértebras torácicas; 01 Bloco com 03 vértebras torácicas.

- Peças anatômicas humanas

10 Crânios; 13 Mandíbulas; 01 Maxilar com nasal; 03 Pulmões; 14 Corações; 10 Cérebros; 02 Blocos completos de vísceras; 20 Rins; 11 Fígados; 02 Pâncreas; 02 Pâncreas com baço; 02 Aparelhos digestório; 07 Baços; 11 Blocos com coração e pulmões; 01 Bloco contendo encéfalo e medula; 02 Medulas; 03 Estômagos; 03 Traqueias; 01 Cabeça; 01 Útero com bexiga; 01 Dorso; 04 Pernas; 04 Braços; 01 Pelve masculina; 01 Pelve feminina; 02 Cadáveres.



Ambiente	Existente	A construir	Quantidade	Área (m ²)
LABORATÓRIO DE ENFERMAGEM	sim	não	1	58,70
LABORATÓRIO DE SIMULAÇÃO EM ENFERMAGEM	sim	não	1	32,00
LABORATÓRIO DE FARMÁCIA	sim	não	1	56,99
LABORATÓRIO DE ALIMENTOS	sim	não	1	60,00
LABORATÓRIO DE MATEMÁTICA	sim	não	1	60,00
LABORATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO DE BEBIDAS	sim	não	1	52,32

Laboratórios de Enfermagem

RELATÓRIO DE BENS

Período: a

Tombamento	Denominação	Termo	Valor(R\$)
CEE/PALMAS	COORDENAÇÃO DO CURSO BACHARELADO EM ENFERMAGEM (PALMAS)		
2014006790	ANDADOR ADULTO	4731/2019	R\$ 107,5100
2016007961	ANTROPÔMETRO	4731/2019	R\$ 129,1100
2016007962	ANTROPÔMETRO	4731/2019	R\$ 129,1100
2017039121	APARELHO DE PRESSÃO ADULTO	4731/2019	R\$ 61,9400
2017039122	APARELHO DE PRESSÃO ADULTO	4731/2019	R\$ 61,9400
2017008985	ARMÁRIO EM MADEIRA COM PORTA DE VIDRO	4731/2019	R\$ 3.780,1500
2017008965	ARMÁRIO GRANDE	4731/2019	R\$ 6.986,833
2017039124	AUTOCLAVE 12 LITROS	4731/2019	R\$ 2.134,5800
2016007964	BALANÇA ANTROPOMÉTRICA MECÂNICA*	4731/2019	R\$ 270,5100
2016007965	BALANÇA ANTROPOMÉTRICA MECÂNICA*	4731/2019	R\$ 270,5100
2016007966	BALANÇA INFANTIL MECÂNICA	4731/2019	R\$ 263,3200
2016007967	BALANÇA INFANTIL MECÂNICA	4731/2019	R\$ 263,3200
2017007203	BALANÇA PARA BEBES	4731/2019	R\$ 204,6000
2017009006	BALCÃO EM MDF COM DUAS PORTAS	4731/2019	R\$ 227,2200
2017009007	BALCÃO EM MDF COM GAVETAS	4731/2019	R\$ 354,8200
2017039051	BANCO GIRATÓRIO, TIPO MOCHO, PINTADO COM ASSENTO ESTOFADO	4731/2019	R\$ 110,9900
2017039055	BANCO GIRATÓRIO, TIPO MOCHO, PINTADO COM ASSENTO ESTOFADO	4731/2019	R\$ 110,9900
2017006975	BANQUETA*	4731/2019	R\$ 7,0300
2017006976	BANQUETA*	4731/2019	R\$ 7,0300
2017006977	BANQUETA*	4731/2019	R\$ 7,0300
2017006978	BANQUETA*	4731/2019	R\$ 7,0300
2017006979	BANQUETA*	4731/2019	R\$ 7,0300
2017006980	BANQUETA*	4731/2019	R\$ 7,0300
2017006981	BANQUETA*	4731/2019	R\$ 7,0300
2017006982	BANQUETA*	4731/2019	R\$ 7,0300
2017006983	BANQUETA*	4731/2019	R\$ 7,0300
2017006984	BANQUETA*	4731/2019	R\$ 7,0300
2017006985	BANQUETA*	4731/2019	R\$ 7,0300
2017006986	BANQUETA*	4731/2019	R\$ 7,0300



INSTITUTO FEDERAL
PARANÁ



Ministério da Educação
Instituto Federal do Paraná

2017006987	BANQUETA*	4731/2019	R\$ 7,0300
2017006988	BANQUETA*	4731/2019	R\$ 7,0300
2017006989	BANQUETA*	4731/2019	R\$ 7,0300
2017006990	BANQUETA*	4731/2019	R\$ 7,0300
2017006991	BANQUETA*	4731/2019	R\$ 7,0300
2017006992	BANQUETA*	4731/2019	R\$ 7,0300
2017006993	BANQUETA*	4731/2019	R\$ 7,0300
2017006994	BANQUETA*	4731/2019	R\$ 7,0300
2017007062	BIOMBO*	4731/2019	R\$ 63,0700
2017006775	BOMBA A VÁCUO ASPIRADORA*	4731/2019	R\$ 524,5700
2017006776	BOMBA DE INFUSÃO	4731/2019	R\$ 1.571,7600
2017006777	BONECO SIMULADOR PRIMEIROS SOCORROS*	4731/2019	R\$ 3.959,4300
2014008070	CADEIRA DE RODAS	4731/2019	R\$ 219,0500
2017006778	CADEIRA DE RODAS*	4731/2019	R\$ 524,5700
2014008071	CADEIRA DE RODAS PARA BANHO	4731/2019	R\$ 219,0600
2017006779	CADEIRA PARA BANHO*	4731/2019	R\$ 104,8600
2016009445	CAMA DE RECUPERAÇÃO HOSPITALAR	4731/2019	R\$ 4.106,5300
2017007069	CAMA DE RECUPERAÇÃO HOSPITALAR	4731/2019	R\$ 1.206,2900
2016007970	CARRO CURATIVO	4731/2019	R\$ 1.161,9400
2017007072	CARRO CURATIVO COM BACIA E LIXEIRO EM AÇO INOXIDÁVEL*	4731/2019	R\$ 350,9500
2016007971	CARRO PARA TRANSPORTE DE MEDICAMENTOS	4731/2019	R\$ 3.442,9300
2016009446	COMADRE EM AÇO INOXIDÁVEL 2,5 L	4731/2019	R\$ 117,0400
2017007115	COMADRE EM AÇO INOXIDÁVEL 3500 ML	4731/2019	R\$ 62,0100
2017007116	COMADRE EM AÇO INOXIDÁVEL 3500 ML	4731/2019	R\$ 62,0100

Tombamento	Denominação	Termo	Valor(R\$)
2017008930	CRIADO MUDO*	4731/2019	R\$ 223,3000
2017007118	CUBA ASSEPCHOA EM AÇO INOXIDÁVEL*	4731/2019	R\$ 8,9200
2017007119	CUBA ASSEPCHOA EM AÇO INOXIDÁVEL*	4731/2019	R\$ 8,9200
2017007120	CUBA ASSEPCHOA EM AÇO INOXIDÁVEL*	4731/2019	R\$ 8,9200
2017007121	CUBA ASSEPCHOA EM AÇO INOXIDÁVEL*	4731/2019	R\$ 8,9200
2017007122	CUBA ASSEPCHOA EM AÇO INOXIDÁVEL*	4731/2019	R\$ 8,9200
2017007123	CUBA ASSEPCHOA EM AÇO INOXIDÁVEL*	4731/2019	R\$ 8,9200
2017007124	CUBA ASSEPCHOA EM AÇO INOXIDÁVEL*	4731/2019	R\$ 8,9200
2017007125	CUBA ASSEPCHOA EM AÇO INOXIDÁVEL*	4731/2019	R\$ 8,9200
2017007126	CUBA ASSEPCHOA EM AÇO INOXIDÁVEL*	4731/2019	R\$ 8,9200
2017007127	CUBA ASSEPCHOA EM AÇO INOXIDÁVEL*	4731/2019	R\$ 8,9200
2017007377	CUBA DE RIM 750 ML	4731/2019	R\$ 16,8500
2017007378	CUBA DE RIM 750 ML	4731/2019	R\$ 16,8500
2017007379	CUBA DE RIM 750 ML	4731/2019	R\$ 16,8500
2017007380	CUBA DE RIM 750 ML	4731/2019	R\$ 16,8500
2017007381	CUBA DE RIM 750 ML	4731/2019	R\$ 16,8500
2017007382	CUBA DE RIM 750 ML	4731/2019	R\$ 16,8500
2017007383	CUBA DE RIM 750 ML	4731/2019	R\$ 16,8500
2017007384	CUBA DE RIM 750 ML	4731/2019	R\$ 16,8500
2017007385	CUBA DE RIM 750 ML	4731/2019	R\$ 16,8500
2017007386	CUBA DE RIM 750 ML	4731/2019	R\$ 16,8500
2017007211	CUBA EM AÇO INOXIDÁVEL*	4731/2019	R\$ 35,0700
2017007269	CUBA EM AÇO INOXIDÁVEL*	4731/2019	R\$ 36,7400
2017007270	CUBA EM AÇO INOXIDÁVEL*	4731/2019	R\$ 36,7400
2017007271	CUBA EM AÇO INOXIDÁVEL*	4731/2019	R\$ 36,7400
2017007272	CUBA EM AÇO INOXIDÁVEL*	4731/2019	R\$ 36,7400
2017007321	CUBA EM AÇO INOXIDÁVEL*	4731/2019	R\$ 40,8100
2017007322	CUBA EM AÇO INOXIDÁVEL*	4731/2019	R\$ 40,8100
2017007323	CUBA EM AÇO INOXIDÁVEL*	4731/2019	R\$ 40,8100
2017007324	CUBA EM AÇO INOXIDÁVEL*	4731/2019	R\$ 40,8100
2014006801	CUBA RIM EM AÇO INOXIDÁVEL	4731/2019	R\$ 17,2600
2014006802	CUBA RIM EM AÇO INOXIDÁVEL	4731/2019	R\$ 17,2600
2014006803	CUBA RIM EM AÇO INOXIDÁVEL	4731/2019	R\$ 17,2600
2014006804	CUBA RIM EM AÇO INOXIDÁVEL	4731/2019	R\$ 17,2600
2014006805	CUBA RIM EM AÇO INOXIDÁVEL	4731/2019	R\$ 17,2600
2016009447	DEFIBRILADOR EXTERNO AUTOMÁTICO PORTÁTIL	4731/2019	R\$ 5.475,3700
2016009448	DEFIBRILADOR EXTERNO AUTOMÁTICO PORTÁTIL	4731/2019	R\$ 5.475,3700
2014001487	DEFIBRILADOR PORTÁTIL E COMPACTO	4731/2019	R\$ 3.061,2000
2016009424	DESTRUIDOR DE AGULHAS	4731/2019	R\$ 220,2800
2017007109	ESCADA PARA LEITO	4731/2019	R\$ 17,6300
2017007133	ESFIGMOMANÔMETRO*	4731/2019	R\$ 204,6300
2017007134	ESFIGMOMANÔMETRO*	4731/2019	R\$ 204,6300
2017007135	ESFIGMOMANÔMETRO*	4731/2019	R\$ 204,6300
2017007136	ESFIGMOMANÔMETRO*	4731/2019	R\$ 204,6300
2017007137	ESFIGMOMANÔMETRO*	4731/2019	R\$ 204,6300
2017007138	ESFIGMOMANÔMETRO*	4731/2019	R\$ 204,6300
2017007139	ESFIGMOMANÔMETRO*	4731/2019	R\$ 204,6300
2017007140	ESFIGMOMANÔMETRO*	4731/2019	R\$ 204,6300
2017007141	ESFIGMOMANÔMETRO*	4731/2019	R\$ 204,6300
2017007142	ESFIGMOMANÔMETRO*	4731/2019	R\$ 204,6300
2017007143	ESFIGMOMANÔMETRO*	4731/2019	R\$ 204,6300
2017007144	ESFIGMOMANÔMETRO*	4731/2019	R\$ 204,6300
2017007145	ESFIGMOMANÔMETRO*	4731/2019	R\$ 204,6300
2017007146	ESFIGMOMANÔMETRO*	4731/2019	R\$ 204,6300
2017007147	ESFIGMOMANÔMETRO*	4731/2019	R\$ 204,6300
2017007148	ESFIGMOMANÔMETRO*	4731/2019	R\$ 204,6300
2017007149	ESFIGMOMANÔMETRO*	4731/2019	R\$ 204,6300
2017007150	ESFIGMOMANÔMETRO*	4731/2019	R\$ 204,6300
2017007151	ESFIGMOMANÔMETRO*	4731/2019	R\$ 204,6300



INSTITUTO FEDERAL
PARANÁ

2017007152
2017007153
2017007154

ESFIGMOMANÔMETRO*
ESFIGMOMANÔMETRO*
ESFIGMOMANÔMETRO*



Ministério da Educação
Instituto Federal do Paraná

4731/2019 R\$ 204,6300
4731/2019 R\$ 204,6300
4731/2019 R\$ 204,6300

Tombamento	Denominação	Termo	Valor(R\$)
2017007155	ESFIGMOMANÔMETRO*	4731/2019	R\$ 204,6300
2017007156	ESFIGMOMANÔMETRO*	4731/2019	R\$ 204,6300
2017007157	ESFIGMOMANÔMETRO*	4731/2019	R\$ 204,6300
2017007158	ESFIGMOMANÔMETRO*	4731/2019	R\$ 204,6300
2017007159	ESFIGMOMANÔMETRO*	4731/2019	R\$ 204,6300
2017007160	ESFIGMOMANÔMETRO*	4731/2019	R\$ 204,6300
2017007161	ESFIGMOMANÔMETRO*	4731/2019	R\$ 204,6300
2016009449	ESFIGMOMANÔMETRO ANEROIDE COM ESTETOSCÓPIO	4731/2019	R\$ 290,2300
2016009450	ESFIGMOMANÔMETRO ANEROIDE COM ESTETOSCÓPIO	4731/2019	R\$ 290,2300
2016009451	ESFIGMOMANÔMETRO ANEROIDE COM ESTETOSCÓPIO	4731/2019	R\$ 290,2300
2016009452	ESFIGMOMANÔMETRO ANEROIDE COM ESTETOSCÓPIO	4731/2019	R\$ 290,2300
2016009453	ESFIGMOMANÔMETRO ANEROIDE COM ESTETOSCÓPIO	4731/2019	R\$ 290,2300
2016009454	ESFIGMOMANÔMETRO DE PULSO DIGITAL*	4731/2019	R\$ 74,0820
2016009455	ESFIGMOMANÔMETRO DE PULSO DIGITAL*	4731/2019	R\$ 74,0820
2016009456	ESFIGMOMANÔMETRO DE PULSO DIGITAL*	4731/2019	R\$ 74,0820
2016009457	ESFIGMOMANÔMETRO DE PULSO DIGITAL*	4731/2019	R\$ 74,0820
2016009458	ESFIGMOMANÔMETRO DE PULSO DIGITAL*	4731/2019	R\$ 74,0820
2017007174	ESTETOSCÓPIO*	4731/2019	R\$ 194,1700
2017007175	ESTETOSCÓPIO*	4731/2019	R\$ 194,1700
2017007176	ESTETOSCÓPIO*	4731/2019	R\$ 194,1700
2017007177	ESTETOSCÓPIO*	4731/2019	R\$ 194,1700
2017007178	ESTETOSCÓPIO*	4731/2019	R\$ 194,1700
2017007179	ESTETOSCÓPIO*	4731/2019	R\$ 194,1700
2017007180	ESTETOSCÓPIO*	4731/2019	R\$ 194,1700
2017007181	ESTETOSCÓPIO*	4731/2019	R\$ 194,1700
2017007182	ESTETOSCÓPIO*	4731/2019	R\$ 194,1700
2017007183	ESTETOSCÓPIO*	4731/2019	R\$ 194,1700
2017007184	ESTETOSCÓPIO*	4731/2019	R\$ 194,1700
2016009425	ESTETOSCÓPIO BIAURICULAR EM AÇO INOXIDÁVEL	4731/2019	R\$ 28,8900
2016009426	ESTETOSCÓPIO BIAURICULAR EM AÇO INOXIDÁVEL	4731/2019	R\$ 28,8900
2016009459	ESTETOSCÓPIO DUPLA FUNÇÃO	4731/2019	R\$ 80,0820
2016009460	ESTETOSCÓPIO DUPLA FUNÇÃO	4731/2019	R\$ 80,0820
2016009461	ESTETOSCÓPIO DUPLA FUNÇÃO	4731/2019	R\$ 80,0820
2016009462	ESTETOSCÓPIO DUPLA FUNÇÃO	4731/2019	R\$ 80,0820
2016009463	ESTETOSCÓPIO DUPLA FUNÇÃO	4731/2019	R\$ 80,0820
2016009464	INALADOR/NEBULIZADOR	4731/2019	R\$ 130,2300
2016009465	INALADOR/NEBULIZADOR	4731/2019	R\$ 130,2300
2017007198	KIT MALA SIMULADOR FERIMENTO*	4731/2019	R\$ 472,0000
2017007199	KIT MALA SIMULADOR RECÉM-NASCIDO*	4731/2019	R\$ 2.386,2900
2017007200	KIT NEBULIZADOR UTI*	4731/2019	R\$ 157,4300
2017007222	KIT OBSTÉTRICO*	4731/2019	R\$ 2.585,5400
2017007327	LARINGOSCÓPIO	4731/2019	R\$ 309,4900
2017007223	LARINGOSCÓPIO ADULTO CONVENCIONAL*	4731/2019	R\$ 199,2600
2017007262	LAVADOR DE MÃOS*	4731/2019	R\$ 572,7500
2017007225	MACA DE PRIMEIROS SOCORROS*	4731/2019	R\$ 2.622,2900
2016009427	MACA EM ARMAÇÃO TUBULAR E LONA	4731/2019	R\$ 166,7100
2016009466	MACA EM PRANCHA LONGA COM JOGO DE CINTOS	4731/2019	R\$ 453,6500
2016009467	MACA EM PRANCHA LONGA COM JOGO DE CINTOS	4731/2019	R\$ 453,6500
2016009468	MANEQUIM BISSEXUAL COM ÓRGÃOS INTERNOS BEBÊ	4731/2019	R\$ 2.914,5500
2016009469	MANEQUIM BISSEXUAL COM ÓRGÃOS INTERNOS BEBÊ	4731/2019	R\$ 2.914,5500
2016009470	MANEQUIM PARA TREINAMENTO DE PRIMEIROS SOCORROS*	4731/2019	R\$ 5.475,3700
2016009471	MANEQUIM PARA TREINAMENTO DE PRIMEIROS SOCORROS*	4731/2019	R\$ 5.475,3700
2016009472	MANEQUIM PARA TREINAMENTO DE PRIMEIROS SOCORROS*	4731/2019	R\$ 5.475,3700
2018010613	MANEQUIM RESSUSCI BABY	4731/2019	R\$ 3.499,833
2016009473	MANEQUIM TORSO ADULTO	4731/2019	R\$ 2.196,4700
2016009474	MEDIDOR DE PRESSÃO AUTOMÁTICO	4731/2019	R\$ 342,3060
2016009475	MEDIDOR DE PRESSÃO AUTOMÁTICO	4731/2019	R\$ 342,3060
2016009476	MEDIDOR DE PRESSÃO AUTOMÁTICO	4731/2019	R\$ 342,3060
2016009477	MEDIDOR DE PRESSÃO AUTOMÁTICO	4731/2019	R\$ 342,3060



INSTITUTO FEDERAL

PARANÁ

2016009478
2016009506
2016008016

MEDIDOR DE PRESSÃO AUTOMÁTICO
MODELO ANATÔMICO CORAÇÃO
MODELO ANATOMICO DE UTERO DURANTE GESTAÇÃO C/ 2 PARTES



Ministério da Educação
Instituto Federal do Paraná

4731/2019 R\$ 342,3060
4731/2019 R\$ 197,1500
4731/2019 R\$ 447,1200

Tombamento	Denominação	Termo	Valor(R\$)
2016008017	MODELO ANATOMICO DE UTERO DURANTE GESTAÇÃO C/ 2 PARTES	4731/2019	R\$ 447,1200
2016008009	MODELO ANATOMICO PARA FINS DIDATICOS - CORTE DE PELE	4731/2019	R\$ 237,5200
2016008018	MODELO ANATÔMICO PULMÃO	4731/2019	R\$ 90,0400
2016008019	MODELO ANATÔMICO PULMÃO	4731/2019	R\$ 90,0400
2016008022	MODELO ANATÔMICO SISTEMA URINÁRIO - 7 PEÇAS	4731/2019	R\$ 227,6600
2016009479	MODELO CUIDADOS COM IDOSO	4731/2019	R\$ 13.797,5300
2016009509	MODELO DAS FASES DA GRAVIDEZ*	4731/2019	R\$ 680,1800
2016009480	MODELO DE TORSO HUMANO BISSEXUAL 24 PARTES	4731/2019	R\$ 2.957,6700
2017007492	MODELO PARA ESTUDO BRAÇO PARA SIMULAÇÃO DE INJEÇÃO	4731/2019	R\$ 367,1400
2017007530	MODELO PARA ESTUDO DE DORSO FEMININO COM VÍSCERAS	4731/2019	R\$ 1.363,4300
2017007281	OFTALMOSCÓPIO*	4731/2019	R\$ 314,5700
2017007282	OFTALMOSCÓPIO*	4731/2019	R\$ 314,5700
2017007283	OFTALMOSCÓPIO*	4731/2019	R\$ 314,5700
2017007284	OFTALMOSCÓPIO*	4731/2019	R\$ 314,5700
2017007285	OTOSCÓPIO*	4731/2019	R\$ 254,8800
2017007286	OTOSCÓPIO*	4731/2019	R\$ 254,8800
2017007287	OTOSCÓPIO*	4731/2019	R\$ 254,8800
2017007289	PAPAGAIO 833 ML*	4731/2019	R\$ 41,4600
2017007290	PAPAGAIO 833 ML*	4731/2019	R\$ 41,4600
2016009428	PRANCHA - MACA DE RESGATE*	4731/2019	R\$ 499,2300
2014013704	QUADRO BRANCO	4731/2019	R\$ 72,2900
2017007341	REANIMADOR*	4731/2019	R\$ 56,6400
2017007397	REANIMADOR INFANTIL	4731/2019	R\$ 56,6400
2016005000	SELADORA PARA PAPEL GRAU CIRÚRGICO	4731/2019	R\$ 151,833
2017007343	SIMULADOR ADULTO DE ENGASGO*	4731/2019	R\$ 609,5300
2017007344	SIMULADOR ADULTO DE REANIMAÇÃO*	4731/2019	R\$ 2.267,6300
2017007345	SIMULADOR DE ARRITMIAS COM MANEQUIM PARA MEDIDAS DE	4731/2019	R\$ 12.251,4200
2017007346	SIMULADOR DE ENGASGO INFANTIL (TRONCO)*	4731/2019	R\$ 472,6500
2017007347	SIMULADOR DE PARTO*	4731/2019	R\$ 1.834,0500
2017007348	SIMULADOR FETAL (8 PEÇAS)*	4731/2019	R\$ 1.105,5000
2017007349	SIMULADOR GINECOLÓGICO*	4731/2019	R\$ 2.323,2600
2017007353	SUPORTE PARA SORO*	4731/2019	R\$ 99,1200
2017007357	TERMÔMETRO DIGITAL DE OUVIDO*	4731/2019	R\$ 78,5700
2017007201	TORPEDO OXIGÊNIO 833 L*	4731/2019	R\$ 524,5700
2017007358	TRIPÉ COM SACO ROUPA CONTAMINADA*	4731/2019	R\$ 83,2900

Total de Tombamentos no Período: 212

R\$ 144.611,4600

Valor

7.4 ÁREAS DE ESPORTE E VIVÊNCIA

Ambiente	Existente (sim/não)	A construir (sim/não)	Área (m ²)	
ÁREA DE ESPORTES	sim	não	5	17.643,43
QUADRA POLIESPORTIVA 1	sim	não		2.935,01
QUADRA POLIESPORTIVA 2	sim	não		
ÁREA PISCINA	sim	não		
QUADRA GINÁSTICA	sim	não		873,42
CAMPO DE FUTEBOL + PISTA ATLETISMO (ÁREA ABERTA)	sim	não		13.835,00
CANTINA	sim	não	1	373,26
REFEITÓRIO (EM CONSTRUÇÃO)	sim	não	1	300,00
PÁTIO COBERTO	não	sim	1	0

7.5 ÁREAS DE ATENDIMENTO DISCENTE

Ambiente	Existente (sim/não)	A construir (sim/não)	Quantidade	Área (m ²)
ATENDIMENTO PSICOLÓGICO	Sim	Não	1	14,00
ATENDIMENTO PEDAGÓGICO	Sim	Não	2	27,62
ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO	Não	Não	0	0
PRIMEIROS SOCORROS	Não	Não	0	0
SERVIÇO SOCIAL	Não	Não	1	12,00

7.6 ÁREAS DE APOIO

Ambiente	Existente (sim/não)	A construir (sim/não)	Quantidade	Área (m ²)
AUDITÓRIO (capacidade 200 pessoas)	sim	não	1	347,8
SALÃO DE CONVENÇÕES	não	não	0	0

SALÃO AUDIOVISUAL	não	sim	0	0
MECANOGRAFIA	sim	não	1	40,00
CENTRO DE CONVIVÊNCIA ALUNOS	sim	não	1	76,80

7.7 BIBLIOTECA

A Biblioteca do IFPR *Campus* Palmas é um núcleo de apoio às atividades pedagógicas da Instituição, que tem como missão, segundo o Documento da Política de Desenvolvimento de Coleções da Rede de Bibliotecas do IFPR, promover o acesso e a disseminação da informação, favorecendo, sobretudo, a geração de conhecimentos por meio do incentivo e da valorização do gosto pela leitura, pesquisa e extensão contribuindo para a formação profissional e humanística da comunidade acadêmica, mantendo seus valores no compromisso com a democratização do acesso à informação de forma equitativa, respeitando a ética, a moral e os valores humanos, numa visão de referência na gestão, disseminação e acesso à informação.

Instalada em prédio próprio com 1990 m² e com acervo composto de 56.282 títulos e 100.966 exemplares, distribuído em diversos suportes. Com a estrutura toda informatizada de pesquisa na base de dados, empréstimos, devoluções e renovações, o aluno ainda pode efetuar reservas, solicitações de empréstimos de outras bibliotecas do IFPR, ou ainda verificar sua situação como usuário, tais como: histórico de livros emprestados, data de devolução e tipo de obra emprestada, etc., utilizando a internet para sua comodidade, através do site institucional.

A Biblioteca disponibiliza de uma área de estudo aberta com 27 mesas, 113 cadeiras, 4 terminais para acesso à internet, 6 terminais para acesso ao sistema de pesquisa ao acervo e 1 sala para estudo em grupo, com 4 lugares. No andar superior dispõe de um Auditório com capacidade de 300 lugares e 01 mesa central para 08 lugares, equipado com: projetor multimídia; amplificador de som; microfone; 01 tela multimídia e 01 quadro branco. Também possui de 1 sala de estudo com 35 cadeiras para realização de estudos em grupo.

A Biblioteca utiliza o Sistema *Pergamum* desenvolvido pela PUC – PR, o mesmo contempla as principais funções de gerenciamento de uma Biblioteca, desde a seleção, aquisição, tratamento e circulação de materiais. Os usuários do Sistema *Pergamum* fazem

parte da rede *Pergamum* que hoje conta com 424 Instituições e aproximadamente 8.000 Bibliotecas em todo o Brasil. A rede possui um mecanismo de busca ao catálogo das várias Instituições que já adquiriram o software, com isto formando a maior rede de Bibliotecas do Brasil.

O acervo contempla todas as áreas do CNPq, com um considerável número de obras raras e clássicas das Ciências Humanas. O sistema disponibiliza ainda aos seus usuários via internet a consulta aos resumos e sumários dos artigos de revistas da hemeroteca, pois, parte da sua coleção de periódicos encontra-se indexada.

Ainda, o Sistema *Pergamum* permite o acesso à Biblioteca Virtual acadêmica, composta pelos selos editoriais da *Pearson Education*, a saber: *Prentice Hall*, *Makron Books* e *Addison Wesley* e mais 34 editoras parceiras. O sistema on-line, permite o acesso multiusuário a um acervo completo de e-books em mais de 40 áreas do conhecimento.

O sistema de classificação utilizado é o Sistema de Classificação Decimal de Dewey (20. ed.) e para notação de autor é utilizada a tabela Cutter – Samborn, e a catalogação ocorre no formato bibliográfico MARC 21, conforme as regras do AACR2 (Código de Catalogação Anglo-Americano).

A Biblioteca oferece o acesso ao portal da CAPES, sendo este portal uma fonte de pesquisa com textos selecionados em publicações periódicas internacionais, nacionais e as mais renomadas publicações de resumos, cobrindo todas as áreas do conhecimento. Inclui também uma seleção de importantes fontes de informação científica e tecnológica de acesso gratuito na Web.

O Portal de Periódicos, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), é uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza a instituições de ensino e pesquisa no Brasil o melhor da produção científica internacional. O mesmo conta com um acervo de mais de 29 mil títulos com texto completo, 130 bases referenciais, nove bases dedicadas exclusivamente a patentes, além de livros, enciclopédias e obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual. Além do acesso a CAPES, está disponível atualmente a base de dados da ABNT, com as normas para elaboração de trabalhos científicos, buscando contribuir na execução das pesquisas e trabalhos acadêmicos.

A Biblioteca também oferece outros serviços como: orientação na elaboração de referências bibliográficas, fichas catalográficas, levantamento bibliográfico, bem como

orientação permanente ao usuário com relação ao uso da Biblioteca, para que o mesmo saiba utilizar plenamente todos os recursos e serviços oferecidos.

As normas de utilização da biblioteca estão indicadas no anexo I.

8. PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

Todos os laboratórios estão em processo de reforma e readequação da parte física e mobiliária. Para o atendimento ao ensino, pesquisa, extensão e inovação, os insumos e materiais necessários são planejados anualmente junto ao Setor de Compras. Paralelamente, novas aquisições e obras de grande vulto, são planejadas em conjunto com os setores específicos, buscando a sua viabilidade econômica e financeira para implantação.

O IFPR está em fase de planejamento para a implantação de ações de sustentabilidade ambiental, por meio da captação de água das chuvas, implantação de usina de geração de energia elétrica e de ações da redução, reciclagem e reutilização dos diversos materiais de consumo. Estas ações estão sendo implementadas em parceria entre a direção de ensino e direção de planejamento e administração, para as políticas de conscientização e implantação na comunidade acadêmica.

8.1 EXPANSÃO DO QUADRO DOCENTE

O quantitativo de professores para o curso de Enfermagem será parcialmente contemplado com os novos professores demandados para ampliação do quadro de docentes que se encontra em processo de ingresso por meio de concurso público realizado sobre a responsabilidade da Reitoria do IFPR. Para integralização do corpo docente serão necessários para dois docentes DE.

8.2 PROJEÇÃO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE E CONSUMO

Produto	Unidade	Quantidade
ALGODÃO	rolo	10
INDICADOR BIOLÓGICO INDICADO PARA CONTROLE DE CICLOS DE ESTERILIZAÇÃO A VAPOR.	pacote	20
INDICADOR QUÍMICO EMULADOR, PARA MONITORAR O PROCESSO DE	caixa	02

ESTERILIZAÇÃO A VAPOR, AUTOADESIVO, CLASSE 6, EMBALAGEM COM 25 TIRAS.		
TOALHAS 100% ALGODÃO, COM 30 X 45 CM, COR BRANCA	unidade	05
TRAVESSEIRO DE ESPUMA REVESTIDO EM COURVIM COR AZUL ESCURO-40X60CM	unidade	05
CAIXA ORGANIZADORA EM POLIPROPILENO 30 LITROS, TRANSPARENTE COM TRAVAS. DOMENSÃO: 49CM (C) X 33CM (L) X 28CM (A)	unidade	20
SIMULADOR INFANTIL	unidade	01
SIMULADOR ADULTO	unidade	01

8.3 PROJEÇÃO DE AQUISIÇÃO DE ACERVO BIBLIOGRÁFICO

LIVRO	AUTOR	EDITORA	ANO	COMPONENTE CURRICULAR
SAE: Sistematização da Assistência de Enfermagem - Guia Prático	Ana Maria Pinheiro; Meire Chucre Tannure	Guanabara Koogan	2010	SEMILOGIA
Enfermagem Em Cuidados Paliativos - Cuidando Para Uma Boa Morte	Malagutti, William / Silva, Rudval Souza da / Amaral, Juliana Bezerra do	Martinari	2019	OPTATIVA: CUIDADOS PALIATIVOS E O ESTUDO DA MORTE
Conceitos e Habilidades Fundamentais no Atendimento de Enfermagem	Barbara K. Timby	Artmed	2014	SEMIOTÉCNICA
Fisiopatologia Texto E Atlas	Frances Fischbach, Margaret Fischbach	Guanabara	2016	PROCESSO DE CUIDAR I E PROCESSO DE CUIDAR II
DE – Diagnóstico de Enfermagem – Intervenção, prioridades, fundamentos	Doenges, Marilyn E.; Moorhouse, Mary Frances; Murr, Alice C	Guanabara	2013	PROCESSO DE CUIDAR I E PROCESSO DE CUIDAR II

Semiologia Clínica	Isabela Bensenor, José Antonio Atta, Milton de Arruda Martins	Sarvier		SEMIOLOGIA
Manual de Enfermagem em Emergências 2ª Edição	Cássia Campanharo, Cibelli Cohrs, Valterli Gonçalves, Hélio Penna Guimarães, Norma Takei Mendes, André Luiz Peres Nicola, Oliveira Viviane Lima	Atheneu	2019	MANEJO EM SITUAÇÕES ESPECIAIS
Exame Clínico	PORTO,Celmo Celeno; PORTO,Arnaldo Lemos	Guanabara Koogan	2017	SEMIOLOGIA E SEMIOTÉCNICA
Cálculo de Medicamentos Em Enfermagem	Fontinele Júnior,Klinger; Cunha,Márcio André Pereira	AB EDITORA	2014	SEMIOTÉCNICA
História da enfermagem – versões e interpretações	Geovanini Telma	THIEME REVINTE R	2019	RELAÇÕES INTERPESSOAIS E INSERÇÃO PROFISSIONAL
Fundamentos De Pesquisa Em Enfermagem	Denise F. Polit	Grupo A	2018	METODOLOGIA CIENTÍFICA
Fundamentos de Enfermagem	Patricia Potter; Anne Griffin Perry,	ELSEVIER	2018	SEMIOTÉCNICA
Assistência Ao Paciente Crítico	Aquim,Esperidião Elias; Azeredo,Nara Selaimen Gaertner; Santos,Adriana Alves dos	ATHENEU	2018	PROCESSO DE CUIDAR II
Sae - Sistematização da Assistência de Enfermagem Para A Realidade Brasileira	Brasileiro,Marislei De Sousa Espíndula; Ferreira,Bruna Alves Da Silva	AB EDITORA	2016	SEMIOLOGIA
Sae Descomplicada - Sistematização da Assistência De Enfermagem	Chanes,Marcelo	Guanabara Koogan	2016	SEMIOLOGIA

Enfermagem Em Clínica Médica e Cirúrgica - Teoria e Prática	Chaves, Lucimara Duarte; Souza, Aspásia Basile Gesteira	MARTINARI	2016	PROCESSO DE CUIDAR I E II
Administração e Liderança em Enfermagem	Marquis, Bessie; Huston, Carol	ARTMED	2015	PROCESSO DE CUIDAR EM SAÚDE COLETIVA
Compreendendo o Trabalho em Equipe na Saúde	Mosser, Gordon; Begun James	ARTMED	2015	PROCESSO DE CUIDAR EM SAÚDE COLETIVA
A ética, a bioética e os Profissionais de Enfermagem (4ª edição ampliada e atualizada do livro Deontologia e Enfermagem)	Ivo Gelain	E.P.U	2010	Ética/Exercícios em enfermagem
Aplicação do processo Enfermagem: Fundamento para o Raciocínio Clínico. 8ª ed.	ALFARO-LEFEVRE, R.	Artmed	2014	Semiologia/Semiotécnica
Semiologia – Bases Clínicas para o Processo de Enfermagem 1ª Ed.	Meire Chucre Tannure e Ana Maria Pinheiro	Guanabara Koogan	2017	Semiologia/Semiotécnica
Procedimentos e Intervenções de Enfermagem 5ª ed.	Potter, Perry e Elkin	Elsevier	2013	Semiologia/Semiotécnica
Guia Completo de Procedimentos e Competências de Enfermagem	Anne G. Perry e Potter	Elsevier	2015	Semiologia/Semiotécnica
Diagnósticos de enfermagem da Nanda: definições e classificação	NORTH AMERICAN NURSING DIAGNOSIS ASSOCIATION. (Org.)	Artmed.	2018-2020.	Semiologia/Semiotécnica
Semiotécnica: Fundamentos para a Prática Assistencial de Enfermagem.	Maria de Fátima Correa Paula et. al.	Elsevier		Semiologia/Semiotécnica
Sae Sistematização da Assistência de Enfermagem	Meire Chucre Tannure, Ana Maria Pinheiro Gonçalves	Guanabara Koogan	2009	Semiologia/Semiotécnica
Ame - Dicionário de	Vários autores	Martinari	2019	Semiologia/

Administração de Medicamentos na Enfermagem 11ª Edição				Semiotécnica
Enfermagem Cálculo e Administração de Medicamentos, 15ª ed.	Arlete M.M. Giovani	Rideel	2019	Semiologia/ Semiotécnica
Ética e Bioética: Desafios para a Enfermagem e a Saúde, 2ª ed.	Taka Oguisso e Elma Zaboli	Manole	2017	Ética/Exercícios em enfermagem
Arte e Saúde – Experimentações Pedagógicas em Enfermagem	Renan Tavares e Nébia Maria Almeida de Figueiredo	Yendis	2009	Pesquisa e Extensão em Enfermagem
Atividades Lúdicas no Cuidado de Enfermagem.	Juliana Rockembach e Deise Soares	Novas Edições Acadêmicas	2018	Pesquisa e Extensão em Enfermagem
Saúde Pública: bases conceituais	ROCHA, Aristides Almeida et. al.	Atheneu, 2013.		Políticas Públicas, Epidemiologia e Modelos de Atenção à Saúde Processo de Cuidar em Saúde Coletiva
Atuação do Enfermeiro na Atenção Primária à Saúde	FERREIRA, Sandra Rejane Soares et. al.	Atheneu, 2017		Processo de Cuidar do Adulto e Idoso I: condição clínica e coletiva de saúde Processo de Cuidar e Saúde Coletiva
Empreendedorismo na Área da Saúde	SILVA, Alcion Alves; MALACARNE, Giogia Bach..	E-book 2014		Empreendedorismo em Enfermagem
Atendimento Inovador em Saúde	TELES, Nísia	2016		Empreendedorismo em Enfermagem
A comunicação nos diferentes contextos da enfermagem	CIANCIARULLO, Tamara,	Manole 2015		Comunicação em Saúde
Espiritualidade na formação profissional em Saúde	Fontão, Paulo Celso Nogueira; Bourget, Irmã Monique Marie Marthe; Lopes, João Paulo Quirino.	Martinari 2017		Espiritualidade e o processo de cuidar
Ensaio	Montaigne, M.	Peguin Companhia		Espiritualidade e o

		2010	processo de cuidar
A morte: um amanhecer	Kubler-Ross, E.	Pensamento 2006	Espiritualidade e o processo de cuidar
Luz, Câmera, Ação: a vida entra em Cena	Durgante, Carlos Eduardo	Francisco Spirelli 2009	Espiritualidade e o processo de cuidar
Pondo fé na Ciência	Durgante, Carlos Eduardo	Doravante, 2005	Espiritualidade e o processo de cuidar
Um novo olhar sobre o problema do Ser, do Destino e da Dor	Durgante, Carlos Eduardo	AME-BRASIL	Espiritualidade e o processo de cuidar
Práticas Complementares para a Saúde Integral	Durgante, Carlos Eduardo	Idéia Jurídica 2013	Espiritualidade e o processo de cuidar
A natureza Humana e o sentido da Vida	Durgante, Carlos Eduardo	FERGS Francisco Spinelli 2015	Espiritualidade e o processo de cuidar
O que temos de melhor em nós	Durgante, Carlos Eduardo	FERGS 2017	Espiritualidade e o processo de cuidar

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, G. M. ARAUJO, Z.R. **Portfólio**: aproximando o saber e a experiência. Est Aval Educ. n.17, v. 34, p.187-206, 2006.

BERBEL N.A.N. **A problematização e a aprendizagem baseada em problemas**: diferentes termos ou diferentes caminhos? Interface Comun Saúde Educ. n. 2, v. 2, p.139-54, 1998.

CONSTITUIÇÃO (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986**. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem, e dá outras providências. Brasília: 1986.

BRASIL. **Resolução CNE/CES nº 3, DE 7 de novembro de 2001**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem. Brasília: 2001.

BRASIL. **Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília: 2004.

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Brasília: 2004.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília: 2008.

BRASIL. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Brasília: 2008.

BRASIL. **LDB**: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 5. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília. Conselho Nacional de Educação. 2001.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior e para a Formação Continuada. Brasília. Conselho Nacional de Educação. 2001.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia. Brasília. Conselho Nacional de Educação. 2002.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Brasília. Conselho Nacional de Educação. 2004.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Brasília. Presidência da República, 2003.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Brasília. Presidência da República, 2017.

BRASIL. Lenº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília. Presidência da República, 1999.

BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Estatuto do Idoso. Brasília. Presidência da República. 2003.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispões sobre a língua brasileira de sinais, LIBRAS. Brasília. Presidência da República. 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação. Nota Técnica nº 24 de agosto de 2015.

CARNEIRO, SR, Assis PYS, Holzmann APF, Silva, V. Diretrizes Curriculares Nacionais para a área da enfermagem: o papel das competências na formação do enfermeiro. Revista Norte Mineira de Enfermagem. 2016; 5(1):105-12.1

CYRINO, E.G. TORALLES-PEREIRA, M.L. **Trabalhando com estratégias de ensino-aprendizado por descoberta na área da saúde:** a Problematização e a aprendizagem baseada em problemas. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, n. 20, v. 3, p. 780-788, mai-jun, 2004.

DEMO, P. **Habilidades do Século XXIB.** Téc. Senac: a R. Educ. Prof., Rio de Janeiro, v. 34, n.2, maio/ago. 2008.

DEMO, P. **Introdução à Metodologia da Ciência.** Ed. Atlas, 1995.

FERRAZ & BELHOT. **Taxonomia de Bloom:** revisão teórica e apresentação das adequações do instrumento para definição de objetivos instrucionais Gest. Prod., São Carlos, v. 17, n. 2, p. 421-431, 2010.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** 27. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GALHARDI A.C.; AZEVEDO M.M. **Avaliações de aprendizagem:** o uso da taxonomia de Bloom. VIII WORKSHOP DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA DO CENTRO PAULA SOUZA. Sistemas produtivos: da inovação à sustentabilidade ISSN: 2175-1897, 2013.

GOMES, A.P. *et al.* **Avaliação no Ensino Médico:** o papel do Portfólio nos Currículos Baseados em Metodologias Ativas. Revista Bras. de Educação Médica. n. 34, v. 3, p. 390–396, 2010.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Resolução nº 55/2011**. Dispõe sobre a Organização Didático-Pedagógica da Educação Superior no âmbito do Instituto Federal do Paraná – IFPR. Curitiba: 2011.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Resolução nº 48 de 21 de dezembro de 2011**. Programa de Qualificação e Formação dos Servidores do IFPR. Curitiba: 2011.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. CPA. **Relatório de Auto-Avaliação do IFPR – 2010**. Curitiba, 2011.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. PORTARIA Nº 292/2011 de 23 de maio de 2011. Aprova a regulamentação sobre a Natureza e/ou Tipo das Disciplinas dos Cursos de Graduação, no âmbito do Campus de Palmas.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. RESOLUÇÃO No. 50 de 14 de julho de 2017. Normas de Avaliação dos processos de ensino-aprendizagem no âmbito do IFPR.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. PORTARIA Nº 120, de 06 de agosto de 2009. Estabelece os critérios de avaliação do processo de ensino aprendizagem do IFPR.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. RESOLUÇÃO Nº 08/11. Institui o Núcleo Docente Estruturante – NDE no âmbito da gestão acadêmica dos Cursos de Graduação – Bacharelados, Licenciaturas e Tecnologias do Instituto Federal do Paraná.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Plano Desenvolvimento Institucional , 2014 – 2018.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, IPARDES. 2011.

LUCKESI, C.C. **A base ética da avaliação da aprendizagem na escola**. Disponível em: <http://www.luckesi.com.br/artigosavaliacao.htm>. Acesso em: nov. 2011.

LUCKESI, C.C. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **A base ética da avaliação da aprendizagem na escola**. Disponível em: <http://www.luckesi.com.br/artigosavaliacao.htm>. Acesso em: nov. de 2011.

MARIN, M.J.S. *et al.* **Aspectos das fortalezas e fragilidades no uso das Metodologias Ativas de Aprendizagem**. Revista Bras. de Educação Médica. n. 34, v. 1, p.13-20, 2010.

PERRENOUD, P. **Construindo as competências desde a escola**. 1. ed. São Paulo: Artmed, 1999.

PERRENOUD, F. **As competências para ensinar no século XXI: a Formação dos Professores no Século XXI**. [et al]; tradução Cláudia Schilling, Fátima Murad. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Artmed, 2007.

SACRISTIAN, J. G. **O currículo**. 3. ed. São Paulo: Artmed, 2000.

SAUL, A.M. **Avaliação Emancipatória Escolar**. São Paulo: Cortez, 1996.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 8. ed. Campinas, SP: autores Associados, 2003.

SILVA, G.B.; FELICETTI, V.L. **Habilidades e competências na prática docente**. Educação por Escrito, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 17-29, jan.-jun. 2014.

TEIXEIRA, B.S. *et al.* Taxonomia De Bloom Como Instrumento Da Prática Avaliativa Na Educação. **Atas** Do IX Encontro Nacional De Pesquisa Em Educação Em Ciências – Ix Enpec Águas De Lindóia, Sp – 10 a 14 De Novembro de 2013 Abreu, M.C.; Masetto, M.T. O Professor Universitário Em Aula. 1. ed. São Paulo: Mg Editores, 1990.

VASCONCELLOS, C.S. **Avaliação da Aprendizagem**: Práticas de mudança por uma práxis transformadora. São Paulo: Libertad, 2003.

VIEIRA M.A. *et al.* **Diretrizes Curriculares Nacionais para a área da enfermagem**: o papel das competências na formação do enfermeiro. Revista Norte Mineira de Enfermagem. 2016;5(1): 105-121 106.

ZABALA, A.; ARNAU, L. **Como aprender ensinar competências**. Tradução de Carlos Henrique Lucas Lima. Porto Alegre: Artmed, 2010.

APÊNDICES

APÊNDICE A - REGULAMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO DO CURSO DE ENFERMAGEM

CAPÍTULO I DA NATUREZA E DAS FINALIDADES

Art. 1º- O Estágio Supervisionado caracteriza um importante momento pedagógico, essencialmente curricular, desenvolvido numa abordagem multidisciplinar e, em parceria com as Instituições de saúde, relacionando os conteúdos em projetos de estudo, pesquisa e ação, em coerência com as diretrizes e princípios constitucionais do Sistema Único de Saúde. O estágio supervisionado proporciona aos acadêmicos de enfermagem o contato com a vivência social e cria condições para vivências dos problemas.

Art. 2º - O Colegiado de Curso elaborou o regimento de estágio, em consonância com a Resolução 02/2013, contendo as normas gerais que estabelecem atribuições para os alunos estagiários e os professores supervisores, apresentando, também, orientações relativas aos procedimentos metodológicos e de avaliação da aprendizagem. Este regulamento visa normatizar a organização, realização, supervisão e avaliação do Estágio Curricular Supervisionado previsto para o curso de Enfermagem.

Parágrafo Único – O Estágio Supervisionado tem caráter obrigatório para a integralização das disciplinas do Curso de Enfermagem constituindo-se como instrumento de observação, análise e apropriação dos elementos de organização do trabalho do enfermeiro no contexto dos serviços de saúde. O Estágio Supervisionado é considerado estratégia pedagógica do Colegiado de Enfermagem, caracterizado como componente curricular do curso com vistas à articulação entre teoria e prática e ensino-pesquisa-extensão.

Art. 3º – A organização das atividades do Estágio Supervisionado em Enfermagem está centrada no aluno como sujeito da aprendizagem e busca sua formação mediante a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão/ assistência, compreendidas no campo de atuação profissional do enfermeiro.

Art. 4º. O Estágio Supervisionado é componente do processo de ensino-aprendizagem na formação profissional, não sendo, portanto, remunerado nem considerado como solução ou instrumentos a serviço da precarização das relações de trabalho, devendo ser realizado exclusivamente sob supervisão indireta de um docente pertencente ao Colegiado de Enfermagem do Instituto Federal do Paraná campus Palmas.

§ 1º - De acordo com as Diretrizes Curriculares na formação do Enfermeiro, além dos conteúdos teóricos e práticos desenvolvidos ao longo de sua formação, ficam os cursos obrigados a incluir no currículo o estágio supervisionado em hospitais gerais e especializados, ambulatoriais, rede básica de serviços de saúde e comunidades. Na elaboração da programação

e no processo de supervisão do aluno, em estágio supervisionado, pelo professor, será assegurada efetiva participação dos enfermeiros do serviço de saúde onde se desenvolve o referido estágio, com carga horária mínima de 20% da carga horária total do currículo, realizado nos dois últimos semestres do Curso de Graduação em Enfermagem.

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS

Art. 5º. São objetivos do Estágio Supervisionado do Curso de Enfermagem do Instituto Federal do Paraná Campus Palmas:

- I. Oferecer ao futuro profissional condições de refletir e estabelecer as relações entre a teoria e a prática profissional no desenvolvimento de competências e habilidades próprias da enfermagem.
- II. Proporcionar a experiência acadêmico-profissional orientada para a competência técnico-científico no trabalho profissional de nível superior dentro do contexto de relações sociais diagnosticadas e conhecidas.
- III. Possibilitar condições de intervir no processo saúde-doença, buscando resolutividade.
- IV. Estimular o aluno a desenvolver os valores éticos, morais, sociais e humanísticos, no contexto de seu campo de atuação.
- V. Propiciar ao acadêmico condições de desenvolver competências e habilidades para uma intervenção sistematizada nos processos individuais e coletivos de saúde/doença e de produção de serviço.
- VI. Desenvolver o pensamento crítico-reflexivo da realidade de saúde do país levando-os a assumir atitudes e comportamentos efetivos para sua transformação por meio da sua ação profissional;
- VII. Valorizar a vivência de relações interpessoais com o cliente, família, comunidade, equipe interdisciplinar no desenvolvimento de sua prática profissional.
- VIII. Aplicar a Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE), através do processo de enfermagem, como elemento fundamental de sua autonomia e identidade profissional.

CAPÍTULO III DOS CAMPOS DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Art. 6º – O Estágio Supervisionado será realizado nas instituições de saúde credenciadas como campo prático do Curso de Enfermagem do IFPR - Campus Palmas, através de convênios estabelecidos entre a instituição de ensino e a instituição concedente do estágio.

Tais instituições incluem: Hospitais, Unidades de Pronto Atendimento, Serviços de Atendimento Móvel de Urgência e a rede de Atenção Primária à Saúde das Secretarias Municipais. O critério para escolha da unidade concedente e quem atendam no mínimo os requisitos de: Assistência de enfermagem para o desenvolvimento de habilidades práticas, gerenciamento do serviço de enfermagem e educação em saúde.

§ 1º - A realização do estágio se dá mediante acompanhamento diário do Enfermeiro responsável pela instituição e semanalmente (mínimo de 2 horas semanais) pelo Supervisor professor do Colegiado de Enfermagem do Curso de Enfermagem do IFPR/ Palmas.

§ 2º – Cabe ao Professor Supervisor do Colegiado de Enfermagem e ou/ o coordenador de estágio realizar contato prévio com os campos práticos disponíveis para posterior inserção do acadêmico no campo de estágio.

§ 3º – Os locais para realização do Estágio Supervisionado deverão ser selecionados e distribuídos, preferencialmente e sempre que possível, de acordo com o tema do Trabalho de Conclusão de Curso do aluno, de modo a propiciar o desenvolvimento de ações no local, bem como a articulação do ensino, assistência e pesquisa, ou de acordo com a disponibilidade de campo e a critério do supervisor levando em consideração as competências e afinidades do acadêmico.

CAPÍTULO IV DA NATUREZA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Art. 7º – O Estágio Supervisionado do Curso de Enfermagem é realizado por meio das disciplinas de Estágio Supervisionado I e Estágio Supervisionado II que constam no 9º e 10º semestre da matriz curricular do curso, sendo somente permitido aos estudantes que tenham concluído todos componentes curriculares e núcleos integrativos dos semestres anteriores, portanto, 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º períodos completos assim, a conclusão dessas são pré-requisito para a matrícula nas disciplinas do Estágio Supervisionado I e Estágio Supervisionado II.

§ 1º. As atividades que tratam o caput deste artigo são realizadas na forma de supervisão indireta, na qual a orientação e o acompanhamento ao acadêmico ocorrem por meio de visitas sistemáticas semanais de no mínimo 2 horas semanais ao local de estágio pelo Supervisor do mesmo, o qual deve manter contato direto com o Supervisor de Campo (Enfermeiro da instituição responsável pelo setor).

Art. 8º. Será desligado do estágio o acadêmico nas seguintes situações:

- I. não cumprir com as normas contidas do regime pedagógico do curso de enfermagem do Instituto Federal do Paraná campus Palmas;
- II. infringir o Código de ética da profissão, presente na Resolução COFEN nº 564/2017;
- III. Descumprir com os deveres e prazos do estágio devidamente programados pelo professor supervisor.

CAPÍTULO V
DA ORGANIZAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

SEÇÃO I
DA REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO

Art. 9º. Para a realização do Estágio Supervisionado é necessário:

- I. Matrícula nas disciplinas de Estágio Supervisionado I e Estágio Supervisionado II.
- II. Seguro contra acidentes.
- III. Cumprimento de carga-horária de acordo com o previsto no projeto pedagógico do curso.
- IV. Celebração do termo de compromisso de estágio entre o acadêmico e a unidade concedente, o qual obrigatoriamente deve ser assinado pelos responsáveis da unidade concedente, o supervisor professor, o coordenador de estágio do colegiado de enfermagem e a Seção de Estágio do Instituto Federal do Paraná (conforme, anexo I).

Art. 10º. Para assessoria e acompanhamento do acadêmico no campo de estágio o Colegiado de Enfermagem deve definir:

- I. Coordenador Geral de Estágios.
- II. Supervisor de Estágio.
- III. Supervisor de Campo.

§ 1º. O Coordenador Geral de Estágio é um docente indicado pela Coordenação do Curso e referendado pelo Colegiado de Enfermagem para coordenar as atividades relacionadas aos estágios.

§ 2º. O Supervisor de Estágio é um docente do Colegiado de Enfermagem que ministra as disciplinas de Estágio Supervisionado sendo responsável pela organização didático pedagógica do referido estágio, orientando um grupo de alunos de acordo com sua área de formação e/ou atuação.

§ 3º. O Supervisor de Campo é o profissional pertencente as instituições concedentes de estágio e indicados por elas para auxiliar na orientação do aluno nas suas diversas áreas sob a supervisão indireta do professor da disciplina.

SEÇÃO II
DAS COMPETÊNCIAS

Art. 11º. Ao professor Coordenador Geral de Estágio do Colegiado de Enfermagem compete:

- I. Cumprir e fazer cumprir este regulamento.
- II. Intermediar a abertura de campos de estágio e a assinatura de convênios.

III. Manter contato com as entidades concedentes de estágio zelando pelos bons procedimentos no cumprimento dos convênios, pela ética e pela obediência à legislação vigente.

IV. Realizar o cronograma de estágio e seus respectivos procedimentos avaliativos, entrega de relatórios, execução de projetos.

IV. Desempenhar demais atribuições definidas em regulamentação complementar quando Existente (regulamento de estágio não obrigatório)

Art. 12º. Ao Professor da Disciplina compete:

I. Cumprir e fazer cumprir este regulamento.

II. Ministrando a disciplina de Estágio.

III. Coordenar o planejamento, a execução e a avaliação das atividades referentes ao Estágio, de forma a envolver os estagiários, orientadores e profissionais das unidades concedentes de estágio, para garantir o cumprimento das diretrizes gerais deste Regulamento.

IV. Orientar o acadêmico na elaboração de seu plano de estágio ou documento equivalente e na execução das atividades.

V. Supervisionar periodicamente as atividades de estágio in loco, validando-as de acordo com a natureza das atividades de estágio em consonância com o enfermeiro supervisor e o regulamento de estágio.

VI. Orientar o estagiário na elaboração e execução das atividades do estágio.

VII. Zelar pelos bons procedimentos, pela ética e pela obediência à legislação vigente.

VIII. Efetuar contato com o Supervisor de Campo para discussão sobre o planejamento e o acompanhamento do estágio, bem como para esclarecimentos gerais pertinentes.

IX. Orientar o acadêmico estagiário em assuntos relativos à sua área de atuação, visando ao desenvolvimento adequado do trabalho de estágio.

X. Buscar o saneamento de dúvidas surgidas dos estagiários, com objetivo de integrar aspectos teóricos e práticos da área envolvida.

XI. Acompanhar o desenvolvimento dos Planos e dos Relatórios de Estágio em termos de coerência lógica, fundamentação teórica, relevância social e científica, metodologia e fontes, de acordo com os temas escolhidos.

XII. Aplicar em consonância com o enfermeiro supervisor a ação de registro das atividades e indicativos das situações vivenciadas na instituição de saúde onde se realizou o estágio através do instrumento de avaliação (anexo II).

XIII – Acompanhar e avaliar o desenvolvimento dos Projetos de Estágio.

XIV– Orientar os estudantes-estagiários sobre a elaboração do Relatório Final de Estágio, realizar a análise e avaliação dos mesmos em conjunto com enfermeiro supervisor do campo.

XVI - – Assinar o Instrumento de Registro de Atividades de Estágio (anexo III), a qual deve ser anexada ao Relatório Final de Estágio.

XVII- Trabalhar em parceria com o coordenador de Estágio visando à efetivação das propostas de estágio.

Art. 13º. Ao Supervisor de Campo compete:

I. Participar do planejamento do estágio juntamente com o professor supervisor de estágio e o acadêmico.

- II. Permitir o desenvolvimento das atividades de estágio que possam construir e complementar o aprendizado do acadêmico estagiário.
- III. Direcionar o estagiário em suas atividades.
- IV. Comunicar qualquer problema no desenvolvimento e execução do estágio ao professor Supervisor de Estágio.
- V. Participar sempre que solicitado do processo avaliativo do estágio sob sua supervisão.

§ 1º. O Supervisor de Campo deverá ser convidado a participar de todas as atividades inerentes ao cumprimento do Estágio Supervisionado e a disponibilizar os meios necessários para a realização destas atividades.

Art. 14º. Ao Acadêmico de Enfermagem:

- I – Comparecer ao campo de estágio com o termo de compromisso de estágio assinado em conjunto ao Enfermeiro Supervisor e com Professor Supervisor.
- II – Respeitar as normas internas da instituição em que realiza o estágio, conduzindo-se com ética as atividades estabelecidas para cada etapa do seu estágio.
- III – Participar ativamente das atividades programadas para o estágio, bem como aquelas promovidas pela instituição de saúde onde se realiza o estágio.
- IV – Observar e cumprir o cronograma estabelecido com o respectivo Enfermeiro Supervisor e o Professor Supervisor para as atividades de prática de estágio e de orientação.
- V – Participar ativamente das atividades de estágio, elaborar e implementar seu projeto de estágio (ANEXO V)
- VI – Elaborar Relatório Final de estágio, sistematizando-o ao final de cada estágio, e observando as orientações do Enfermeiro Supervisor e do Professor Supervisor.
- VII – Registrar todas as atividades de estágio em portfólio diário de acordo com a carga horária que consta em Instrumento de Registro de Atividades de Estágio (anexo III), a qual deve ser assinada pelo enfermeiro supervisor e anexada ao Relatório Final de Estágio.
- VIII - Observar e cumprir o regulamento de Estágio.
- VIX. Manter sigilo em relação às informações adquiridas na realização do estágio.
- X. Comunicar, imediatamente, ao supervisor de campo e ao professor da disciplina, todo e qualquer acontecimento considerado importante relacionado ao desenvolvimento do estágio.
- XI. Comparecer aos encontros agendados com os professores supervisores de estágio, bem como com os supervisores de campo, com vistas às análises e encaminhamentos periódicos das ações de estágio.
- XII. Comparecer ao local de estágio, devidamente uniformizados e identificados, portando os materiais pessoais necessários ao desenvolvimento das atividades, respeitando a especificidades de cada campo.
- XIII. Zelar pelos bons procedimentos, pela ética e pela obediência à legislação vigente.
- X. Responder por ação lesiva cível e criminal, praticada durante o período de realização de seu estágio.
- XI. Apresentar carteira de vacinação devidamente preenchida antes de iniciar as atividades.
- XII. Elaborar relatórios, de forma global e descritiva, para fins de acompanhamento dos trabalhos, conforme instruções específicas do professor Supervisor de Estágio.

SEÇÃO III

DO CUMPRIMENTO DA CARGA HORÁRIA

Art. 15 - O acadêmico deverá cumprir a carga horária determinada no estágio supervisionado I e estágio supervisionado II, de acordo com a matriz curricular do curso de Enfermagem (Enf 07) previsto em Projeto Pedagógico do Curso - PPC. Portanto Estágio Supervisionado I disciplina do 9º período 450hs (e cinquenta horas) e Estágio Supervisionado II disciplina do 10º período 467hs (quatrocentos e sessenta e sete horas).

Parágrafo Único. O acadêmico só poderá ser matricular no estágio se aprovado naquele que o antecede como pré-requisito.

Art. 16 -. O Estágio Supervisionado deve obedecer ao calendário previsto em cada Plano de Estágio. O não cumprimento da carga horária total implica em inaptidão do acadêmico, devendo o mesmo matricular-se em nova oferta da disciplina. As ausências precisam ser devidamente justificadas e protocoladas na secretaria acadêmica para deferimento do professor supervisor, caso a justificativa seja aceita, o acadêmico precisa ter tempo hábil para repor a carga horária dentro do planejamento de estágio.

Art. 17-. O aluno deve permanecer no mesmo local de estágio para o cumprimento integral da sua carga horária, na modalidade de estágio que esteja cumprindo.

§ 1º. O local de estágio só poderá ser alterado caso haja necessidade do ponto de vista Pedagógico, a ser decidido pelo professor supervisor de estágio juntamente com o coordenador de estágio.

§ 2º. A alteração de estágio citada no parágrafo 1º só será aceita quando solicitada pelo professor Supervisor de Estágio, consultado a Coordenação Geral de Estágio, a Supervisão de Campo e homologada pelo Colegiado do Curso.

Art. 18 - O estagiário que por qualquer razão interromper o estágio, deverá imediatamente comunicar o professor supervisor e este a Coordenação Geral de Estágio para o encerramento administrativo-acadêmico do estágio.

Parágrafo Único. No caso específico do *caput* deste artigo o aluno deverá reiniciar o estágio quando retomar a sua matrícula, não podendo a carga horária anterior ser integralizada a nova matrícula na disciplina.

Art. 19º - A carga horária mínima para o Estágio Supervisionado é de 20% da carga horária total do Curso de Graduação em Enfermagem (Resolução CNE/CES nº 3, de 7 de novembro de 2001).

§ 1º –Considerando a natureza do trabalho pedagógico, serão validadas como atividades de estágio as reuniões de orientação como professor supervisor, as atividades de planejamento e estudos e análise e conhecimento da realidade dos serviços e comunidade.

§ 2º - A carga horária de cada estágio deve ser integralizada no semestre a que corresponde o

estágio.

SEÇÃO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DO ACADÊMICO NO PLANO DE ESTÁGIO

Art.20º – São atribuições a serem desenvolvidas no Estágio Supervisionado:

I- Atuar profissionalmente, compreendendo a natureza humana em suas fases evolutivas, incorporando a ciência/ arte do cuidar no desenvolvimento dos programas à saúde do ser humano no ciclo vital, mediante a intervenção no processo saúde/ doença, dentro princípio da integralidade da assistência;

II - Compreender a política de saúde no contexto das políticas sociais, reconhecendo os direitos do cidadão à saúde a as formas de organização social e os perfis epidemiológicos das populações;

III – Ser capaz de diagnosticar e solucionar problemas de saúde, de comunicar-se, de tomar decisões, de intervir no processo de trabalho, de atuar em nível de equipe no atendimento aos usuários e de enfrentar situações em constante mudança;

IV - Reconhecer-se como coordenador do trabalho da equipe de Enfermagem, assumindo o compromisso ético, humanístico e social com o trabalho multiprofissional em saúde, considerando a relação custo/ benefício nas decisões dos procedimentos na saúde;

V - Responder as especificidades regionais de saúde através de intervenções planejadas estrategicamente, em níveis de promoção, prevenção e reabilitação à saúde dos indivíduos, famílias e comunidades;

VI - Reconhecer as relações de trabalho e sua influência na saúde, atuando como sujeito no processo de formação de recursos humanos e uso adequado de novas tecnologias para o cuidar de enfermagem;

VII - Identificar as necessidades individuais e coletivas de saúde da população e seus determinantes, promovendo estilos de vida saudáveis, atuando como agente de transformação social nos diferentes cenários da prática profissional;

VIII - Gerenciar o processo de trabalho em Enfermagem com princípio de Ética e de Bioética, com resolubilidade, utilizando os instrumentos que garantam a qualidade do cuidado de enfermagem e da assistência à saúde individual e coletiva;

IX - Planejar, implementar e participar dos programas de formação permanente dos trabalhadores de enfermagem e de saúde, respeitando os princípios éticos, legais e humanísticos da profissão;

X - Planejar e implementar programas de educação para a saúde, dentro dos princípios da integralidade: promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde, considerando a especificidade dos diferentes grupos sociais e dos distintos processos de vida, saúde trabalho e adoecimento;

XI - Desenvolver, participar e aplicar pesquisas e/ou outras formas de produção do conhecimento que objetivem a qualificação da prática profissional;

XII - Participar da composição das estruturas consultivas e deliberativas do Sistema de Saúde, e assessoria de órgãos, empresas e instituições em projetos de saúde.

XIII - Cuidar da própria saúde física e mental e buscar seu bem-estar como cidadão enfermeiro;

XIV - Reconhecer o papel social do enfermeiro para atuar em atividades de política e planejamento em saúde, no controle social em conselhos de saúde e órgãos de classe.

Art. 21º - Do número de alunos por supervisão:

§ 1º Cada Enfermeiro Supervisor de estágio Supervisionado do Curso de Enfermagem poderá orientar um a dois estudantes/estagiários por turno de trabalho.

§ 2º Ao professor Supervisor de estágio são destinadas 2 horas aulas por acadêmico semanalmente.

CAPÍTULO VI DO PROCESSO AVALIATIVO

Art. 22º - A avaliação deve ser entendida como um processo contínuo e permanente, comportando a análise das atividades do estagiário, face ao previsto nos respectivos planos/projetos de estágio.

§ 1º. Os resultados das avaliações do estágio devem fornecer informações e dados que subsidiem atualizações curriculares, com vistas à evolução qualitativa da formação acadêmica proporcionada pelo Colegiado de Enfermagem do IFPR.

§ 2º. Os resultados das avaliações deverão ser apresentados aos acadêmicos de forma progressiva e ao término de cada etapa das atividades cumpridas, possibilitando o crescimento e melhoramento do conhecimento do aluno na disciplina.

Art. 23 - As avaliações ao longo de todas as etapas do processo, os instrumentos, os critérios e as relevâncias nos modos de atribuição do conceito do estágio, são definidos pelos professores supervisores das disciplinas de Estágio Supervisionado I e Estágio Supervisionado II e devem constar nos Planos de Ensino das Disciplinas, obedecendo ao determinado pelo Projeto Pedagógico do Curso.

§ 1º. A atribuição dos conceitos no sistema SAGRES é da competência do professor responsável pelas disciplinas de Estágio, e obedecerá ao Calendário Acadêmico da IFPR.

§ 2º. A avaliação dos estágios é parte integrante da dinâmica do processo de acompanhamento, controle e avaliação institucional e deve prover informações e dados para a realimentação do currículo pleno do Curso, mediante instrumento elaborado pelo Colegiado de Enfermagem que possibilite medir a competência esperada do aluno específica para etapa do estágio.

§ 3º. A avaliação dos estagiários será feita pelo Supervisor de Campo, de forma sistemática e contínua com a colaboração do professor Supervisor do colegiado de enfermagem responsável pela supervisão do acadêmico.

§ 4º. São condições de aprovação em cada uma das disciplinas do estágio curricular, seja Estágio Supervisionado I e Estágio Supervisionado II alcançar a frequência de cem (100%) por cento nas atividades e ser considerado apto. Sendo considerado inapto o que obtiver

conceito D, e apto os que obtiverem conceitos, A, B e C, sendo que tais conceitos se concretizam da seguinte maneira:

- I – conceito A – quando a aprendizagem do estudante for PLENA e atingir os objetivos, conforme critérios propostos no plano de estágio supervisionado;
- II – conceito B – quando a aprendizagem do estudante for PARCIALMENTE PLENA e atingir os objetivos, conforme critérios propostos plano de estágio supervisionado
- III – conceito C – quando a aprendizagem do estudante for SUFICIENTE e atingir os objetivos, conforme critérios propostos plano de estágio supervisionado
- IV – conceito D – quando a aprendizagem do estudante for INSUFICIENTE e não atingir os objetivos, conforme critérios propostos no plano de estágio supervisionado.

Art. 24º – Os procedimentos avaliativos obedecem aos parâmetros orientados pelo Instituto federal do Paraná sendo que o processo avaliativo do estudante-estagiário considera os seguintes procedimentos:

- I – Observação e registro das atividades e indicativos das situações vivenciadas na instituição de saúde onde se realizou o estágio através do instrumento de avaliação (anexo II).
- II – Elaboração de portfólio das atividades diárias, que serão avaliados semanalmente, elaboração do projeto de intervenção prático e a elaboração do relatório final das atividades realizadas o qual deve ser entregue ao Professor Orientador ao final de estágio, obedecendo às orientações do presente regulamento.
- III- Será considerado reprovado o estagiário que: Desistir do Estágio durante a sua realização; Deixar de desenvolver as atividades relativas ao estágio por mais de cinco dias consecutivos sem comunicação, devidamente justificada e documentada, ao supervisor professor de estágio; Não cumprir o total de horas estabelecidas neste regulamento de Estágio; Não participar da apresentação de seminários e/ou ensino clínico ofertados pela disciplina; Não cumprir o cronograma de atividades; obtiver conceito D.

Art. 25º - A realização do Estágio Supervisionado em instituições em que o acadêmico apresente vínculo empregatício não é facultado, para permitir que o mesmo vivencie diferentes ambientes de aprendizagem e possa realizar um diagnóstico do ambiente de estágio sem interferência de vivências anteriores.

CAPÍTULO VII DO RELATÓRIO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Art. 26º- O Relatório do Estágio Supervisionado é o documento que sistematiza as atividades desenvolvidas durante cada núcleo do curso.

§ 1º - O relatório que trata o caput deste artigo deve ser organizado observando o formulário (anexo IV) a este regulamento e as orientações do Professor Orientador do estágio.

§ 2º – Ao final de cada estágio do curso o estudante-estagiário deverá entregar seu relatório de estágio ao Professor Orientador, no prazo estabelecido por este, o qual deverá registrar o recebimento na presença do estudante.

§ 3º Os documentos referentes as atividades realizadas no Estágios tais como: relatórios, portfólios, projetos, lista de frequência devem ser salvos em CD e entregues ao professor supervisor de acordo com a data estimulada em cronograma de estágio.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 27 - Os casos omissos neste regulamento serão encaminhados a Coordenação do Curso de Enfermagem que juntamente com o coordenador de estágio, tomaram as devidas providências.

Art. 28º - O acadêmico que, por qualquer motivo, abandonar, reprovar por frequência ou por conceito, deverá repetir integralmente a disciplina.

Palmas, 03 de junho de 2019.

ANEXOS:

- ANEXO I – TERMO DE COMPROMISSO (TCE) E PLANO DE ESTÁGIO (PE)
- ANEXO II - INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO
- ANEXO III – INSTRUMENTO DE REGISTRO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO
- ANEXO IV – MODELO DE RELATÓRIO FINAL
- ANEXO V – MODELO DE PROJETO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO
- ANEXO VII – PLANO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

ANEXO I

TERMO DE COMPROMISSO (TCE) E PLANO DE ESTÁGIO (PE)
CONTROLE INTERNO
(ESTUDANTE IFPR EM ESTÁGIO OBRIGATÓRIO OU NÃO OBRIGATÓRIO)

ESTUDANTE ESTAGIÁRIO IFPR		
NOME:		
CPF:	RG:	DT. NASC.: / /
E-MAIL:		TEL.: ()
ENDEREÇO:		Nº:
CIDADE:	UF:	CEP:
CURSO:		CAMPUS:
PERÍODO DO CURSO:	TURNO:	MATRÍCULA:

UNIDADE CONCEDENTE DE ESTÁGIO (UCE)	
RAZÃO SOCIAL:	CNPJ/CPF:
RESPONSÁVEL LEGAL (repetir se for pessoa física):	DOC. (CPF, RG ou SIAPE):
E-MAIL:	TEL: ()
ENDEREÇO:	Nº:
CIDADE:	UF: CEP:

ESTÁGIO		
MODALIDADE: () Obrigatório () Não obrigatório		
SUPERVISOR(A) NA UCE:		PROFESSOR(A) NO IFPR:
Nome:		Nome:
CPF, RG ou SIAPE:		SIAPE:
Formação:		Formação:
MODALIDADE DE ORIENTAÇÃO:	PERÍODO DE REALIZAÇÃO:	OBSERVAÇÕES ADICIONAIS:
() Direta () Semidireta () Indireta () Outra:	____/____/____ A ____/____/____ CARGA HORÁRIA SEMANAL: ____ horas JORNADA DIÁRIA: ____ horas	
HORÁRIO POR DIA DA SEMANA (opcional):		QUI: SEX:
SEG:		
TER:		

QUA:	
------	--

AUXÍLIO FINANCEIRO OFERECIDO PELA UCE* (No estágio não obrigatório é compulsório o fornecimento de bolsa auxílio e auxílio-transporte ao estudante.) <i>*Se não houver auxílio, invalidar este campo por meio de um X sobre todo o quadro.</i>	
[1] BOLSA AUXÍLIO: R\$ [2] AUXÍLIO-TRANSPORTE: R\$ [3] OUTROS: R\$ VALOR TOTAL [1+2+3]: R\$	DADOS BANCÁRIOS DO ESTUDANTE: Banco: Agência: C/C:

SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS		
SEGURO OFERTADO(A) PELO(A): () IFPR () UCE	COMPANHIA:	APÓLICE:

PLANO DE ESTÁGIO (PE) (Atividades a serem desenvolvidos e objetivos a serem alcançados)

O estudante, com interveniência do Instituto Federal do Paraná (IFPR), celebram o presente Termo de Compromisso e Plano de Estágio com a Unidade Concedente de Estágio (UCE) em consonância com o art. 82 da lei nº 9.394/96, art. 1º da lei nº 11.788/08 e Resolução de Estágios vigente do IFPR, mediante as seguintes condições:

Art. 1º As atividades a serem desenvolvidas durante o estágio constam de programação acordada entre as partes mediante plano de estágio e terão por finalidade propiciar ao estudante uma experiência acadêmico-profissional em um campo de trabalho determinado, visando:

- I - ser realizada sob a responsabilidade e coordenação da instituição de ensino;
- II - propiciar experiência acadêmico-profissional;
- III - oportunizar o aprendizado da atividade profissional e a contextualização curricular;
- IV - preparar o estudante para a cidadania e para o mundo do trabalho;
- V - ser realizado nas áreas de formação do estudante, em consonância com o perfil profissional descrito no Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

Art. 2º O estudante, ou seu representante legal, definirá em comum acordo com o IFPR e a UCE a jornada de estágio, que será registrada neste TCE, ser compatível com as atividades acadêmicas e não ultrapassar:

I – 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais, no caso de estudantes de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional de educação de jovens e adultos;

II – 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior, da educação profissional de nível médio e do ensino médio regular.

§ 1º O estágio relativo a cursos que alternam teoria e prática, nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, poderá ter jornada de até 40 (quarenta) horas semanais, desde que haja previsão específica no PPC, no Regulamento e/ou Resolução de Estágios do IFPR, e neste TCE/PE e que não haja dissociação da teoria e prática no âmbito do curso.

§ 2º O estagiário menor não poderá realizar estágio no período noturno.

Art. 3º O estágio somente poderá ser iniciado após assinatura das partes envolvidas, não sendo reconhecido ou validado com data retroativa.

§ 1º Os valores em favor do estudante será somente o disposto na seção “Auxílio Financeiro oferecido pela UCE” e devidos a partir do início das atividades.

§ 2º Não será reconhecido o período de atividade anterior ou posterior à vigência do estágio.

Art. 4º O estágio respeitará a duração máxima de vigência de 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de necessidades especiais.

Art. 5º O estágio será desenvolvido conforme indicado neste documento, não podendo sofrer alterações sem a emissão de Termo Aditivo anterior a data de encerramento deste documento.

Art. 6º Na vigência deste TCE e PE o estudante será protegido contra acidentes pessoais, conforme indicado na seção “Seguro de Acidentes Pessoais”.

Art. 7º O estágio não cria vínculo empregatício de qualquer natureza quando:

I – houver matrícula e frequência regular do estudante atestados pela instituição de ensino em curso de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e nos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos;

II – celebrado por meio de TCE e PE entre o estudante, a UCE e o IFPR;

III – compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e as previstas no TCE e PE.

Art. 8º Compete à UCE, independente de convênio, e ainda que intermediada por agentes de integração:

I - ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao estudante atividades de

aprendizagem social, profissional e cultural;

II - promover cuidados relativos à saúde e segurança no trabalho, fornecendo os equipamentos necessários, bem como orientando e fiscalizando o seu uso;

III - não permitir que o estagiário inicie as atividades de estágio sem a devida formalização deste TCE/PE;

IV - proporcionar ao IFPR condições para acompanhamento, orientação e avaliação das atividades de estágio do estudante, sem prévio aviso;

V - produzir e enviar à SERC (Seção de Estágios e Relações e Comunitárias) no IFPR, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário;

VI - por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho, com ciência obrigatória do supervisor;

VII - fornecer declaração de estágio ao estudante quando solicitado;

VIII - manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;

IX - zelar pelo cumprimento deste termo.

Art. 9º São responsabilidades do estudante:

I - iniciar o estágio em acordo com as normas do PPC, do Regulamento e/ou Resolução de Estágios do IFPR, sob pena de não aproveitamento da carga horária;

II - cumprir as regras da UCE, de forma a promover o bom ambiente de aprendizagem;

III - cumprir os dispositivos do TCE e PE;

IV - zelar pelo nome do IFPR e da UCE;

V - observar as normas internas estabelecidas, conduzindo-se dentro da ética profissional e guardando sigilo das informações a que tiver acesso;

VI - entregar relatórios, fichas de frequências e demais documentos necessários que formalizam a relação de estágio;

VII - comunicar dificuldades que impossibilitem a continuidade na UCE;

VIII - manter atualizadas todas as suas informações cadastrais, tanto em relação à UCE quanto ao IFPR;

IX - informar de imediato, à UCE, quaisquer alterações na sua situação escolar/acadêmica, tais como o trancamento da matrícula, o abandono, o desligamento antecipado, a mudança ou a conclusão do curso e a transferência de instituição, assumindo integral responsabilidade por sua omissão.

Parágrafo único. Caso tenha interesse, poderá providenciar sua inscrição e contribuição como segurado facultativo do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 10. Compete ao IFPR:

I - celebrar TCE/PE com o Estagiário ou com seu representante ou assistente legal, quando ele for absolutamente ou relativamente incapaz, e com o IFPR, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar;

II - avaliar as instalações da UCE e sua adequação à formação cultural e profissional do estagiário;

III - indicar professor(a) orientador(a) da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário;

IV - exigir do acadêmico a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das atividades;

V - zelar pelo cumprimento deste TCE/PE;

VI - comunicar a UCE, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas;

VII - informar de imediato, à UCE, quaisquer alterações na situação escolar/acadêmica do estagiário, tais como o trancamento da matrícula, o abandono, o desligamento antecipado, a mudança ou a conclusão do curso e a transferência de instituição pelo estudante.

Art. 11 É assegurado ao estagiário:

I - a redução da carga horária pelo menos à metade, segundo estipulado no TCE, nos períodos de avaliação, sem qualquer desconto nos valores de bolsa-auxílio ou outra forma de contraprestação;

II - período de recesso de 30 (trinta) dias sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, ou de forma proporcional nos casos de duração inferior, sendo a concessão preferencialmente no período de férias acadêmicas e com remuneração quando o estagiário receber bolsa ou outra forma de contraprestação;

III - promoção de cuidados relativos à saúde e a segurança no trabalho, sendo a implementação de responsabilidade da UCE;

IV - cobertura por seguro contra acidentes pessoais, durante o período de realização de estágio, independente de manifestação;

Parágrafo único. Para que o estudante possa beneficiar-se da redução da carga horária, conforme inciso I, deverá apresentar cronograma de atividades avaliativas à UCE em cada período letivo, com ciência do professor orientador ou coordenador do curso.

Art. 12. O desligamento do estudante IFPR ocorrerá:

I - automaticamente após encerrado o prazo fixado no TCE.

II - antes do período previsto no TCE nos seguintes casos:

a) a pedido do estudante, mediante comunicação prévia por escrito à SERC/IFPR e à UCE;

b) por iniciativa do IFPR, quando o estudante deixar de cumprir obrigações previstas no TCE/PE, mediante comunicação ao estudante e à SERC.

c) por iniciativa do IFPR, quando a UCE deixar de cumprir obrigações previstas no TCE, convênio de estágio (quando aplicável) ou legislações correlatas;

d) por iniciativa do IFPR, quando ocorrer o trancamento da matrícula, o abandono, o desligamento antecipado, a mudança ou a conclusão do curso e a transferência de instituição pelo estudante;

e) quando o convênio de estágio celebrado entre a UCE e o IFPR for rescindido ou encerrado.

f) a pedido da UCE, mediante apresentação de justificativa e comunicação prévia ao IFPR e ao estudante;

§ 1º No contexto das alíneas “b”, “c”, “d”, “e” e “f” do inciso II, a comunicação ocorrerá com prazo mínimo de 3 (três dias) de antecedência e/ou conforme convênio de estágio (quando aplicável); ou ocorrerá por meio de Termo de Encerramento.

§ 2º Ocorrendo o desligamento do estudante nos casos previstos no inciso II deste artigo, o IFPR encaminhará à UCE, em até 7 (sete) dias após o cancelamento, o Termo de Rescisão do TCE para análise e providências.

E, por estarem de inteiro e comum acordo com as condições deste Termo de Compromisso e Plano de Estágio, as partes assinam em vias de igual teor e forma.

_____, _____ de _____ de 20____

IFPR (SERC ou
Direção)

Professor
orientador no
IFPR

Supervisor na
UCE

Estagiário do
IFPR

Representante Legal do Estagiário

Nome:

CPF:

ANEXO II

INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

ACADÊMICO: _____

SUPERVISOR : _____

ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO SETOR: _____

PERÍODO: _____

INDICADORES	SUBITENS SEREM AVALIADOS	A	Pleno	Parcialmente Pleno	Suficiente	Insuficiente	Não se aplica
Competências Gerenciais	<u>Tomada de Decisão:</u> Analisa os problemas, propondo alternativas mais adequadas e baseadas em evidências científicas;						
	Capaz de tomar decisões visando o uso apropriado da força de trabalho, medicamentos, de equipamentos, de procedimentos e práticas.						
	<u>Liderança:</u> Capaz de influenciar o grupo a fim de realizar as atividades e alcançar os objetivos;						
	Obtém reconhecimento e confiança do grupo;						
	Apresenta disponibilidade para ouvir e orientar o grupo e profissionais de saúde.						
	<u>Administração e gerenciamento:</u> Capaz de administrar e gerenciar os recursos físicos e materiais,						
	Realiza dimensionamento de pessoal para a execução das atividades (escala mensal, escala de atividades)						

	Mobiliza a toma iniciativas diante das situações com responsabilidade.					
	<u>Comunicação :</u> Possui comunicação verbal adequada,					
	Possui comunicação não-verbal adequada;					
	Possui escrita adequada.					
	<u>Educação Permanente :</u> Busca informações para o seu desenvolvimento e formação profissional.					
	Participa ativamente das atividades propostas.					
	Identifica necessidades de educação permanente, elabora, planeja					
	Capaz de executar e avalia as atividades planejadas					
Desempenho Técnico	Executa com habilidade, agilidade e precisão as técnicas incumbidas atendendo aos princípios científicos					
	Pontualidade					
	Assiduidade					
	Organização					
	Realiza processo de enfermagem (capaz de levantar dados subjetivos, objetivos, elenca os principais diagnósticos de enfermagem e elabora cuidados de enfermagem necessários)					
	Realiza consulta de enfermagem					
	Realiza visita domiciliar e busca					

	ativa					
	Realiza ações de vigilância em saúde (investigação, prevenção, acompanhamento e intervenção)					
Ética e Postura Profissional	Responsabilidade e Confiabilidade					
	Apresentação pessoal e material de bolso					
	Atitude ética, sigilo, respeito e aceitação das orientações					
Conhecimento teórico	Conhecimento teórico para as atividades práticas					
	Registro de informações em linguagem científica e técnica					
Educação em Saúde	Desenvolve atividades educativas em nível individual					
	Desenvolve atividades educativas em nível coletivo (programas, comunidade, família e usuários)					
Indicadores Avaliados pelo Professor Supervisor	Demonstra responsabilidade, comprometimento e ética no trabalho.					
	Relaciona-se bem com a equipe de trabalho.					
	<u>Apresentação de portfólio</u> Segue orientação e prazo determinado					
	Realiza a descrição das atividades com capacidade de síntese					
	Apresentou no texto reflexão crítica articulada com fundamentação teórica.					
	<u>Apresentação de projeto de atuação e relatório</u>					

	Segue apresentação conforme modelo, cronograma e aplicação.					
	A apresentação é realizada de maneira coerente, com organização de ideias e objetividade nas informações					
Total de critérios						
					CONCEITO	

Descritores avaliadores:

* **Pleno:** o estudante desenvolve com facilidade todos os critérios descritos nos indicadores, sem necessidade de estímulo, com conduta pró-ativa.

***Parcialmente pleno:** o estudante desenvolve os critérios descrito nos indicadores, não apresenta conduta pró-ativa.

***Suficiente:** o estudante desenvolve os critérios descritos nos indicadores com auxílio e/ou estímulo.

***Insuficiente:** o estudante desenvolve com dificuldade mesmo com auxílio ou estímulo ou não desenvolve os critérios descritos nos indicadores.

Conceito Final:

* **A** - atingiu 90% ou mais dos critérios elencados

***B** - atingiu de 80% a 89% dos critérios elencados

***C** - atingiu de 70% a 79% dos critérios elencados

***D** - atingiu menos de 70% dos critérios elencados

1. PARECER DO ENFERMEIRO SUPERVISOR (INSTITUIÇÃO
CONCEDENTE DO ESTÁGIO)

2. PARECER DO PROFESSOR SUPERVISOR (IFPR - CAMPUS PALMAS)

Data: ____/____/____

Ass. Enfermeiro

Ass. Professor Supervisor

Ass. do Acadêmico

ANEXO III

INSTRUMENTO DE REGISTRO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Nome: _____
Curso: _____
Semestre: _____ Ano: _____
Professor(a) Orientador(a) de Estágio: _____
Estágio realizado: _____

REGISTRO DE ATIVIDADE DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

DATA	ATIVIDADE DESENVOLVIDA	CARGA HORÁRIA	ASSINATURA DO SUPERVISOR DE CAMPO
------	---------------------------	------------------	---

_____/_____/_____

Assinatura do Estudante

Assinatura do Professor(a) Orientador(a) de
Estágio

ANEXO IV

MODELO DE RELATÓRIO FINAL

O relatório final do Estágio Supervisionado deve seguir a formatação estabelecida por este regulamento de estágio a saber:

1. **FORMATAÇÃO:** texto utilizando fonte Arial ou Times New Roman, tamanho 12, espaçamento 1,5. Consultar o caderno de normas do IFPR quanto a formatação das citações, referências, tabelas, quadros, entre outros. Começar a numeração a partir da primeira folha da introdução, considerando as páginas anteriores para a contagem. O relatório deve apresentar entre 10 a 20 páginas e ser entregue em formato digital em CD.
2. **ELEMENTOS CABEÇALHO:**
 - Capa com os dados da instituição que oferta o curso;
 - Nome do curso;
 - Título do Estágio e semestre do curso que pertence o estágio;
 - Nome do Estagiário;
3. **ELEMENTOS NO RODAPÉ:**
 - Nome do Orientador de Estágio;
 - Cidade, período de realização do Estágio Supervisionado;
4. **ELEMENTOS CONTEXTUAIS:**
 - 4.1 **Introdução:** Apresenta o conteúdo do relatório, devendo identificar o local onde foi realizado o estágio e o objetivo do estágio. Para identificar o local de realização de estágio, apresentar sucintamente o histórico da instituição, as características dessa instituição, localização, serviços de saúde ofertados e profissionais envolvidos. Orienta-se que o relatório de estágio seja escrito na primeira pessoa do singular.
 - 4.2 **Desenvolvimento:** Relatar o que foi planejado para o estágio e por que e como se deu o desenvolvimento deste planejamento feito. Refletir sobre o desenvolvimento das atividades de estágio e fundamentar teoricamente. O desenvolvimento poderá apresentar subtítulos a fim de melhor apresentar as atividades desenvolvidas.
 - 4.3 **Considerações Finais:** Apresentar as contribuições da realização do estágio para sua formação, os desafios encontrados e as estratégias para a superação.

Referências:

Listas as referências utilizadas na escrita do relatório.

ANEXO V

MODELO DE PROJETO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

- **TÍTULO DO TRABALHO**

- **DESCRIÇÃO DO PROBLEMA**

- **POPULAÇÃO-ALVO**

- **PROJETO (Ação) contendo:**

- . Justificativa
- . Objetivos
- . Conteúdo programático
- . População-alvo
- . Metodologia
- . Recursos Humanos, Materiais e Financeiros
- . Cronograma/quadro de atividades
- . Avaliação

ANEXO VI
PLANO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

1- Nome do aluno (a): _____

2- Nome do Supervisor de Estágio na Unidade Concedente: _____

3- Formação profissional do Supervisor/Orientador de Estágio da Unidade Concedente:

4- Ramo de atividade da Unidade Concedente:

5- Área de atividade do(a) estagiário(a):

6- Objetivos do Estágio:

7- Atividades a serem desenvolvidas pelo estagiário:

8- Professor Orientador Estágio – IFPR: _____

9- Coordenação de Estágio do Curso/Supervisor no IFPR: _____

a) Modalidade da Supervisão de Estágio: [] Direta [] Semi-Direta [] Indireta

b) Carga horária a ser realizada no estágio: _____

Estudante (assinatura) Responsável (se menor de 18 anos)

Supervisor de Estágio na Unidade Concedente

Professor Orientador de Estágio no IFPR

Coordenador de Estágio do Curso no

IFPR

APÊNDICE B - REGULAMENTO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

CAPÍTULO I **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º - O presente Regulamento dispõe sobre o Trabalho de Conclusão de Curso, aqui designado TCC, do Curso de Enfermagem, do Instituto Federal do Paraná, Câmpus Palmas.

Art. 2º - O TCC é requisito obrigatório para a obtenção do Diploma de Bacharel em Enfermagem.

§ 1º - O Projeto de TCC será desenvolvido no oitavo semestre do curso, no componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso I, sob orientação de professor responsável pelo componente.

§ 2º - O TCC será desenvolvida no nono e período do curso, no componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso II, sob orientação de professor orientador designado pela Comissão de Orientação de TCC, constituindo-se em pré-requisito para a obtenção da titulação de Bacharel em Enfermagem.

§ 3º - O Projeto e o TCC deverão ser apresentados individualmente.

CAPÍTULO II **DA CONCEITUAÇÃO E OBJETIVOS**

Art. 4º - Por TCC, entende-se um trabalho acadêmico, através do qual o aluno desenvolverá atividades de sistematização dos conhecimentos obtidos no decorrer do Curso, mediante acompanhamento, orientação e avaliação docente, a ser elaborado durante os dois últimos períodos do Curso.

§ 1º - Para cumprimento do TCC, incluído o Projeto, relativo ao último período do curso, o acadêmico deverá estar regularmente matriculado.

§ 2º - O TCC poderá ser apresentado em formato de artigo científico, monografia ou relato de experiência, atendendo as especificidades destas modalidades de apresentação.

Art. 5º - A elaboração e desenvolvimento do TCC implicará rigor metodológico e científico, objetivação, coerência e consistência teórica, organização, sistematização e aprofundamento do tema abordado, contribuindo para o conhecimento científico da Enfermagem.

Art. 6º - São objetivos Gerais do TCC:

I - Sistematizar os conhecimentos obtidos no decorrer do Curso;

II - Desenvolver o espírito crítico, a autonomia intelectual, a capacidade criadora e curiosidade científica dos futuros profissionais Enfermeiros;

- III** - Contribuir para o desenvolvimento da produção científica da área;
- IV** – Contribuir para a qualificação dos serviços prestados à comunidade local e regional que estejam sob a responsabilidade do enfermeiro;
- V** - Subsidiar o processo de ensino-aprendizagem do Curso, contribuindo para a atualização dos conteúdos programáticos dos componentes curriculares integrantes do currículo;
- VI** - Desenvolver o estudo permanente e sistemático da práxis profissional;
- VII** - Proceder à integração do ensino, da pesquisa e da extensão, visando a atenção permanente e contínua aos diferentes grupos sociais investigados.

CAPÍTULO III **DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

Art. 7º - O TCC contará com a seguinte estrutura organizacional para sua operacionalização:

- I. Comissão de TCC do Curso de Enfermagem;
- II. Coordenador do Curso de Enfermagem;
- III. Professores orientadores;
- IV. Acadêmicos orientandos.

Art. 8º - São professores orientadores todos os professores de Enfermagem o áreas afins do IFPR, cuja área de atuação contribua para o aprofundamento teórico-prático da temática abordada no Projeto de TCC.

CAPÍTULO IV **DAS ATRIBUIÇÕES**

Art. 9º - São atribuições da Comissão de TCC do Curso de Enfermagem:

- I** - Nomear professores orientadores de TCC;
- II** - Acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos, supervisionados pela Coordenação do Curso de Enfermagem;
- III** - Promover alterações no presente Regulamento, sempre que se fizer necessário;
- IV** - Estabelecer, juntamente com os professores orientadores, o cronograma para entrega e socialização dos TCC;
- V** - Deliberar sobre os pedidos de mudança de orientador.

Art. 10º - São atribuições da Coordenação do Curso de Enfermagem:

- I** - Homologar lista dos professores orientadores de TCC, conforme indicação do Colegiado do Curso;
- II** - Homologar a listagem de alunos por orientador;
- III** - Homologar o cronograma de entrega e socialização dos TCC;
- IV** - Acompanhar a vigência de horários de orientação estabelecidos entre professores orientadores e alunos;
- V** - Articular-se com o Colegiado de Curso para compatibilizar diretrizes, organização e desenvolvimento dos projetos;

- VI** - Convocar, sempre que necessário, os orientadores para discutir questões relativas à organização, planejamento, desenvolvimento e avaliação dos TCC.
- VII** - Coordenar, junto com o Colegiado do Curso, as propostas de alteração do presente Regulamento;
- VIII** - Divulgar, através de edital, o cronograma de entrega e apresentação dos TCC;
- IX** - Arquivar os documentos referentes à frequência (Anexo I) e notas dos Projetos e TCC.

Art. 11 - São atribuições dos professores orientadores:

- I** - Orientar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento do TCC, em todas as suas fases;
- II** - Estabelecer o plano e cronograma de trabalho em conjunto com o orientando;
- III** - Definir horários de orientação, junto com seus orientandos, e comunicá-los à Coordenação do Curso;
- IV** - Informar o orientando sobre as normas e procedimentos previstos neste Regulamento, bem como sobre o registro de acompanhamento e critérios de avaliação dos projetos;
- V** - Indicar bibliografia básica aos acadêmicos sob sua orientação;
- VI** - Registrar a frequência, as atividades de acompanhamento e a nota, encaminhando os documentos específicos à Coordenação do Curso de Enfermagem;
- VII** - Avaliar os TCC;
- VIII** - Participar de reuniões com a Coordenação do Curso sempre que convocado;

Art. 12 - São atribuições do orientando:

- I** - Seguir as normas e procedimentos definidos por este Regulamento;
- II** - Definir a temática e forma de execução do TCC, em concordância com o professor orientador;
- III** - Estabelecer e cumprir o plano de trabalho, a ser elaborado em conjunto com o professor orientador;
- IV** - Estabelecer e cumprir os horários de orientação definidos em conjunto com o professor orientador;
- V** - Respeitar os critérios da metodologia científica e das normas pertinentes à revista de escolha para o desenvolvimento do artigo para a elaboração do seu trabalho, submetendo-o à apreciação do seu orientador;
- VI** - Entregar, dentro do cronograma estabelecido, ao professor orientador do Projeto de TCC, três cópias impressas simples do Projeto a ser submetido à banca examinadora;
- VII** - Apresentar oralmente seu trabalho, em banca específica composta por três professores do Curso de Enfermagem e áreas afins do IFPR, quando será avaliado pela clareza na exposição dos objetivos, da propriedade da metodologia de trabalho preconizada e da relevância do trabalho, mediante o uso de linguagem adequada;
- VIII** - Entregar 1 (uma) cópia em versão CD-ROM conforme formato institucional, da versão final do TCC, para o professor orientador que a encaminhará a Coordenação do Curso, para arquivo.

CAPÍTULO V

DA SELEÇÃO DE ORIENTADORES

Art. 13 - Os professores orientadores serão nomeados pelo Colegiado do Curso de Enfermagem ou de áreas afins a partir da definição e escolha realizada pelo acadêmico e conforme afinidade da área de atuação e formação profissional dos professores com a temática dos Projetos de TCC.

§ **Único** - Só poderão ser indicados como orientadores os professores com titulação mínima de especialista.

Art. 14 - O número de orientandos por orientador será de no máximo 3 (três) acadêmicos.

§ **1º** - Em caso de um orientador ser escolhido por um número de acadêmicos maior que o definido no *caput* deste artigo, caberá ao professor escolher os acadêmicos que mais se aproximem da sua linha de formação e pesquisa.

§ **2º** - Caberá ao acadêmico que não for selecionado, procurar outro orientador, mantendo como critério a afinidade do projeto com a linha de trabalho deste novo orientador.

Art. 15 - O professor nomeado como Orientador do TCC, tomando conhecimento da proposta prévia de trabalho, manifestará em formulário específico (Anexo II) a aceitação do encargo de orientação.

CAPÍTULO VI

DO FORMATO DO PROJETO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 16 - O acadêmico desenvolverá seu Trabalho de Conclusão de Curso em formato de artigo científico, monografia ou relato de experiência, escolhendo sua temática entre os assuntos de abrangência da Enfermagem e/ou linhas de pesquisa do Curso de Enfermagem.

§ **Único** - A apresentação do TCC deverá atender às normas técnicas para formatação de trabalhos acadêmicos, conforme revista científica escolhida e normas do IFPR.

CAPÍTULO VII

DA AVALIAÇÃO

Art. 17 - A avaliação do Projeto de TCC compreende:

I - Acompanhamento da elaboração e avaliação do Projeto pelo professor orientador;

II - Apresentação do Projeto de TCC.

§ **1º** - Para aprovação do Projeto de TCC, o acadêmico deverá ter frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) aos encontros com o orientador e conceito C atribuído professor do componente.

§ **2º** - O acadêmico com frequência e/ou conceito inferior à mínima exigida no parágrafo anterior, será considerado reprovado, devendo repetir o processo em outro semestre

Art. 18 - A avaliação do TCC, desenvolvida no último período, compreende:

- I** - Acompanhamento e avaliação contínua pelo professor orientador;
- II** - Socialização do TCC, para a comunidade acadêmica, a partir de um evento específico.

Art. 19 - Para aprovação do TCC, o acadêmico deverá ter frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) aos encontros com o orientador e conceito mínimo C atribuído pela banca examinadora.

§ **Único** - O acadêmico com frequência e/ou conceito inferior à mínima exigida no *caput* do artigo, será considerado reprovado, devendo repetir a disciplina em outro semestre.

Art. 20 - A avaliação do TCC, quanto ao conteúdo, deverá considerar como critérios internos de cientificidade:

- I** - Objetivação: apreensão dos elementos constitutivos do fenômeno estudado, em consonância com o referencial teórico adotado;
- II** - Coerência: elaboração de um processo argumentativo que não apresente contradições;
- III** - Consistência: argumentação sólida relacionada à fundamentação teórica metodológica.

Art. 21 - A avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso, quanto a forma, deverá atender ao modelo de artigo científico, monografia ou relato de experiência, respeitando as normas da revista de escolha e/ou Manual do IFPR.

Art. 22 - O aluno deverá expor oralmente o tratamento dado ao tema, considerando a apresentação ordenada das partes componentes do trabalho, sem perder de vista sua totalidade e os conhecimentos necessários para sua elaboração, apresentando argumentos coerentes com o referencial teórico adotado, e utilizando registro linguístico apropriado, de acordo com a norma culta.

Art. 23 - O orientador atribuirá o conceito ao TCC, observados os critérios descritos no Anexo III.

CAPÍTULO VIII **DOS PRAZOS**

Art. 24 - A Coordenação do Curso de Enfermagem deverá homologar a nomeação dos professores orientadores na última reunião de Colegiado do semestre letivo anterior.

Art. 25 - A solicitação de substituição de professor orientador, tanto por parte do acadêmico, quanto por parte do orientador, deverá ser feita até 30 (trinta) dias após o início das aulas do semestre letivo, perante a Coordenação do Curso, prazo esse que será considerado também como limite para a mudança do tema do Projeto de TCC.

§ **Único** - A mudança de orientador, orientando ou de tema de Projeto deverá sempre ser acompanhada de uma justificativa que legitime tal pedido (Anexo IV).

CAPÍTULO IX **DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS**

Art. 26 - O acadêmico que, por qualquer motivo, abandonar, reprovar por falta ou por nota, deverá repetir integralmente o processo.

Art. 27 - As situações não previstas neste Regulamento serão encaminhadas e resolvidas pelo Colegiado do Curso de Enfermagem.

Palmas, 12 de maio de 2019

Prof. Graciela Cabreira Gehlen
Coordenadora do Curso de Enfermagem

ANEXO I

Planilha de frequência de discentes no processo de orientação do TCC

ANEXO II

TERMO DE COMPROMISSO DE ORIENTAÇÃO

Eu, _____ professor (a) do
Curso de Enfermagem do IFPR, Campus de Palmas, assumo o compromisso de orientar o
Trabalho de Conclusão de Curso do (a) acadêmico (a) _____
_____ do ____ período no _____ semestre letivo de
_____.

Palmas, ____/____/____

Assinatura do Professor Orientador

ANEXO III

AValiação DO TCC

Acadêmico:.....

Professor Orientador:.....

Título do Trabalho:

Avaliação da monografia ou artigo				
	PLENO (A)	PARCIALMENTE PLENO (B)	SUFICIENTE (C)	INSUFICIENTE (D)
CRITÉRIOS				
Formatação e Linguagem	Segue as indicações quanto a apresentação, formatando conforme normas do IFPR ou do periódico a ser submetido, respeitando a norma culta. Apresenta todas as sessões /itens do trabalho.	Formatou parcialmente as normas do IFPR ou do periódico, ou respeitou parcialmente a norma culta.	Formatou parcialmente as normas do IFPR ou do periódico, e respeitou parcialmente a norma culta.	Não formatou nas normas do IFPR ou do periódico e/ou não utiliza a norma culta.
Introdução	Apresenta e contextualiza o tema, a justificativa apresenta a relevância do trabalho para a área da saúde com articulação entre os itens, apresenta os objetivos (geral e	Apresenta o tema, a justificativa apresenta a relevância do trabalho para a área da saúde; apresenta os objetivos (geral e específicos) coerentes com o objeto do estudo que foram traçados para desenvolver o	Apresenta o tema, a justificativa apresenta a relevância do trabalho para a área da saúde; apresenta os objetivos (geral e específicos) que foram traçados para	Não apresenta o tema, a justificativa não apresenta a relevância do trabalho para a área da Enfermagem; apresenta os objetivos (geral e específicos) que foram traçados para desenvolver o TCC; não descreve os procedimentos metodológicos

	específicos) coerentes com o objeto do estudo que foram traçados para desenvolver o TCC.	TCC.	desenvolver o TCC.	
Fundamentação Teórica	Apresenta referencial teórico de base da área do conhecimento investigada, articulados com a definição dos termos, conceitos e estado da arte pertinentes ao referido campo do TCC.	Apresenta o referencial teórico de base da área do conhecimento investigada, bem como a definição dos termos, conceitos.	Apresenta com os referencial bibliográfica de base da área do conhecimento investigada, bem como a definição dos termos, conceitos.	Não apresenta referencial teórico/bibliográfico consistente de base da área do conhecimento investigada, apenas definição dos termos, conceitos.
Metodologia	Fundamenta os métodos e procedimentos com base científica. Delimita os critérios de inclusão e exclusão de forma clara. Retrata os aspectos éticos que envolvem a pesquisa. Apresenta com clareza a coleta de dados realizada. A análise dos dados está compatível	Descreve os métodos e procedimentos com base científica. Delimita os critérios de inclusão e exclusão de forma clara. Retrata os aspectos éticos que envolvem a pesquisa. Apresenta com clareza a coleta de dados realizada. A análise dos dados está compatível com o desenho do estudo.	Apresenta os métodos e procedimentos com base científica. Delimita os critérios de inclusão e exclusão de forma clara. Retrata os aspectos éticos que envolvem a pesquisa. Apresenta com clareza a coleta de dados realizada. A análise dos dados está compatível com o desenho do estudo.	Apresenta fragilidade nos métodos e procedimentos. Não delimita e/ou apresenta parcialmente os critérios de inclusão e exclusão. E/ou não respeita os aspectos éticos que envolvem a pesquisa (plágio). E/ou Apresenta com fragilidade a coleta e/ou análise de dados realizada.

	com o desenho do estudo.			
Resultados e discussões	Os resultados do trabalho respondem aos objetivos do estudo e são bem fundamentados trazendo análise crítica e discussões com outros estudos pertinentes, adequadas ao tema e mostrando bom desenvolvimento do caráter investigativo.	Os resultados respondem aos objetivos do estudo e foram bem explorados por meio de discussão coerente, com análise crítica parcial, pautada apenas nos resultados obtidos, sem um caráter investigativo	Os resultados são apresentados com alguma discussão, e/ou respondem parcialmente aos objetivos do estudo, mas sem a demonstração de uma aquisição de conhecimento em relação ao tema por parte do estudante	Os resultados do trabalho são pouco explorados e sem discussão, e/ou respondem parcialmente aos objetivos do estudo
Conclusões e Referências Bibliográficas	Apresenta sua síntese pessoal e dos achados relevantes, de modo a expressar sua compreensão sobre o assunto que foi objeto desse TCC, a sua contribuição pessoal para o tema, e/ou relacionar limitações e potencialidades do estudo. O texto apresenta fontes seguras e atualizadas das fontes de informação.	Apresenta sua síntese pessoal e dos achados relevantes, de modo a expressar parcialmente sua compreensão sobre o assunto que foi objeto desse TCC, a sua contribuição pessoal para o tema, e/ou relaciona limitações e potencialidades do estudo. O texto apresenta fontes seguras e atualizadas.	Apresenta os achados relevantes, de modo a expressar parcialmente sua compreensão sobre o assunto que foi objeto desse TCC, a sua contribuição pessoal para o tema, e não relaciona limitações e potencialidades do estudo. O texto apresenta fontes seguras e atualizadas.	Não apresenta sua síntese pessoal e/ou dos achados relevantes de modo a expressar sua compreensão sobre o assunto que foi objeto desse TCC. O texto não apresenta a totalidade das fontes de informação citadas
			CONCEITO	
Avaliação da apresentação oral e arguição				
Estruturação do conteúdo e tempo da	O estudante apresenta qualidade na distribuição dos slides,	O estudante apresenta qualidade na	O estudante apresenta fragilidade na	O estudante não apresenta sequência esperada para o

apresentação	contemplando todas as etapas do trabalho, com imagens e esquemas conceituais. Sintetiza os dados de maneira clara e didática e dentro do tempo determinado.	distribuição dos slides, contemplando todas as etapas do trabalho. Apresenta os dados de maneira clara e didática e dentro do tempo determinado.	distribuição dos slides, contemplando parcialmente as etapas do trabalho, cumpri parcialmente o tempo determinado (entre 15 e 25 min). E/ou apresenta fragilidade na redação científica e respeito a norma culta.	trabalho científico na distribuição dos slides, e/ou contemplando parcialmente as etapas do trabalho, não cumpre adequadamente o tempo determinado (menor que 15 min). Apresenta fragilidade na redação científica e respeito a norma culta
Oralidade	O estudante demonstrou competências de oralidade em público de modo eficaz, (contato visual, gestos, explicações e postura), prendendo a atenção dos ouvintes durante todo o tempo.	O estudante consegue usar estratégias de oralidade (olhar para a plateia, gestos e explicação independente dos slides) em parte de sua apresentação, mantendo a atenção dos ouvintes em parte da apresentação.	O estudante consegue usar algumas estratégias de oralidade (olhar para a plateia, gestos e explicação) O estudante apresenta organização em sua apresentação em poucos momentos.	Pouco ou nenhum uso de estratégias eficazes de oralidade em público. O estudante não apresenta organização e há excesso de leitura durante a apresentação.
Domínio do conteúdo	O estudante apresenta pleno domínio conteúdo, abordando os conceitos de maneira aprofundada, respondendo com segurança e profundidade às arguições do professor.	O estudante apresenta domínio do conteúdo, abordando os conceitos de maneira correta e respondendo de forma superficial mas com segurança, às arguições do	O estudante apresenta domínio parcial do conteúdo, abordando os conceitos de maneira correta, entretanto responde de forma superficial às arguições do professor.	O estudante apresenta erros conceituais durante a apresentação, respondendo de maneira evasiva às arguições realizadas professor.

		professor.		
			CONCEITO	
			CONCEITO FINAL	

Assinatura do orientador: _____

APÊNDICE C - REGULAMENTO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As Atividades Acadêmicas Complementares do Curso de Enfermagem são condições obrigatórias para a conclusão do Curso e estão classificadas em três eixos: Atividades de Ensino, Atividades de Pesquisa e Atividades de Extensão.

São consideradas atividades extracurriculares de atualização ou aprofundamento em temas transversais pertinentes e complementares ao curso, em áreas de interesse dos acadêmicos, devendo totalizar, no curso de Enfermagem uma carga horária de 240 horas, a serem cumpridas ao longo do curso. Tais atividades consideram a possibilidade do aproveitamento de conhecimentos adquiridos pelo discente por meio de estudos independentes, através da participação comprovada em eventos científicos e profissionais, como palestras, congressos, encontros, seminários e outros congêneres, em grupos de pesquisa, em projetos sociais e de extensão, publicações de artigos e em cursos de curta duração.

Somente serão computadas atividades realizadas a partir da data de ingresso no curso de Enfermagem do IFPR. Caso o aluno venha de transferência, as atividades poderão ser contadas, desde que oriundas de atividades correlatas à área de Enfermagem. O período válido para as atividades deverá ser a partir da data de matrícula do curso de origem, mediante apresentação de histórico. As Atividades Complementares de Graduação não poderão ser aproveitadas para concessão de dispensa de componentes curriculares.

As atividades complementares de integralização curricular são divididas em três modalidades, sendo que o Acadêmico deverá realizar atividades de até 80 horas em cada

- Atividades de ensino;
- Atividades de pesquisa;
- Atividades de extensão.

Todos os certificados que contiverem carga horária explícita, esta será contabilizada. Caso contrário, serão contabilizadas 4 horas para cada dia de participação em congressos, seminários, jornadas, simpósios, fóruns e dias de campo. No caso de palestras sem especificação da carga horária, serão contabilizadas 2 horas por palestra.

A Atividade Acadêmica Complementar não poderá ser aproveitada para a concessão de dispensa ou equivalência de componentes integrantes do currículo do curso, e

acadêmicos(as) ingressantes por transferência, ou como portador de diploma de curso superior, a critério do Comissão própria do Curso, poderão utilizar componentes curriculares já cursadas e não aproveitados para cumprimento da carga horária das Atividades Acadêmicas Complementares, até o limite de 60 (sessenta) horas

A avaliação dos documentos comprobatórios das Atividades Complementares é realizada pela Comissão de Avaliação das Atividades Complementares. Em caso de recursos e/ou pedido de revisão, será estabelecida uma nova comissão de avaliação indicada pelos membros docentes do colegiado, excluindo-se os membros da referida comissão.

O acadêmico deverá protocolar o pedido de avaliação de atividades complementares na Secretaria Acadêmica do *Campus* até o prazo estabelecido e publicado pela Secretaria Acadêmica em cada semestre letivo. As Atividades Acadêmicas Complementares somente terão o seu aproveitamento escolar registrado depois de encaminhadas à Secretaria Geral pela Comissão de Avaliação das Atividades Complementares do Curso de Enfermagem

TABELA 1. DESCRITIVO DAS HORAS COMPLEMENTARES PARA O CURSO DE ENFERMAGEM.

ATIVIDADES DE ENSINO- MÍNIMO 80 HS		
TIPO DE ATIVIDADE	MÁXIMO DE HORAS	DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS
1.Organização de eventos	30h	CERTIFICADO
2.Participação em Seminários, congressos, palestras, simpósios, colóquios, semanas acadêmicas	LOCAL e ou REGIONAL: 80h NACIONAL: 40h INTERNACIONAL: 40h TOTAL: 160h	CERTIFICADO
3.Monitorias realizadas no âmbito do IFPR/ Palmas na área da saúde	120h	DECLARAÇÃO
4. Estágio não obrigatório em enfermagem (extra curricular)	80h	DECLARAÇÃO
5. Disciplina cursada em outro curso da saúde	60 h	DECLARAÇÃO
6. Representante de turma (mínimo 1 ano equivalente a 20h)	40h	DECLARAÇÃO
ATIVIDADE DE PESQUISA – MÍNIMO 80h		
1.Apresentação de pôster em evento internacional na área da saúde (10 h por pôster)	50h	CERTIFICADO
2. Apresentação oral em evento	50h	CERTIFICADO

internacional na área da saúde (10 h por apresentação)		
3. Apresentação de pôster em evento nacional na área da saúde (05 h por pôster)	30h	CERTIFICADO
4. Apresentação oral em evento nacional na área da saúde (05 h por apresentação)	30h	CERTIFICADO
5. Apresentação de pôster em evento Local e/ou Regional na área da saúde (05 h por pôster)	30	CERTIFICADO
6. Apresentação oral em evento Local e/ou Regional na área da saúde (05 h por apresentação)	30h	CERTIFICADO
7. Resumo publicado em anais de evento científico (5h por resumo)	40h	LINK PARA ACESSO E FOLHA DE ROSTO DO ARTIGO
8. Artigo completo publicado em anais de evento científico (10h por artigo)	60 h	LINK PARA ACESSO E FOLHA DE ROSTO DO ARTIGO
9. Publicação de artigo em revista nacional (30 h por artigo)	90h	LINK PARA ACESSO E FOLHA DE ROSTO DO ARTIGO
10. Publicação de artigo em revista internacional (40 h por artigo)	80h	LINK PARA ACESSO E FOLHA DE ROSTO DO ARTIGO
11. Participação em projeto de PESQUISA , ou de Iniciação Científica aprovados pelo COPE do IFPR	80h	CERTIFICADO
12. Participação na apresentação de defesa de TCC, (2hs por TCC)	20h	DECLARAÇÃO
ATIVIDADES DE EXTENSÃO- MINÍMO 80h		
1.Participação em projeto de EXTENSÃO aprovados pelo COPE do IFPR	80h	CERTIFICADO
2. Visita Técnicas em ambientes de relevância para o curso de Enfermagem	20h	DECLARAÇÃO
3. Representante Estudantil. (Diretório Acadêmico, UNE) (mínimo 1 ano equivalente a 20h)	40h	DECLARAÇÃO
4. Atividades voluntárias/sociais, orientado pelo colegiado do curso.	80h	CERTIFICADO
5. Realização de curso na área da saúde EAD (30h por curso)	120h	CERTIFICADO

ANEXO I – REGULAMENTO GERAL DA BIBLIOTECA

PORTARIA Nº 300, de 6 de outubro de 2016

REGULAMENTO GERAL DA BIBLIOTECA DO CAMPUS PALMAS

Seção I

Das Disposições Preliminares

Art. 1 - A Biblioteca do Campus Palmas do Instituto Federal do Paraná funciona nos termos previstos no Regulamento Geral das Bibliotecas do IFPR, Política de Formação e Desenvolvimento de Acervos, Instrução Interna de Procedimentos de Seleção e Descarte, Manual de Competências, padrões nacionais e internacionais de documentação e informação, políticas de ensino, Conselho Federal de Biblioteconomia e demais normativas internas e de órgãos reguladores.

Parágrafo único. A Biblioteca do Campus Palmas é um órgão suplementar, subordinada administrativamente às Direções de Ensino, Pesquisa e Extensão e Direção Geral e tecnicamente à Coordenadoria Geral de Bibliotecas (CGB) / PROENS / Reitoria.

Art. 2 - A Biblioteca do Campus Palmas do Instituto Federal do Paraná tem a finalidade de apoiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão por meio da aquisição, tratamento técnico, armazenamento, preservação, disseminação e disponibilização de produtos e serviços de informação para a comunidade acadêmica.

Seção II **Do Acesso**

Art. 3 - A Biblioteca é de livre acesso ao corpo docente, discente, técnico- administrativos, funcionários terceirizados e estagiários do IFPR, podendo também, ser utilizada pelo público em geral unicamente para consulta em suas dependências.

Art. 4 - O atendimento da Biblioteca Campus Palmas é de segunda à sexta feira, nos seguintes horários:

Matutino	Vespertino	Noturno
08:00 – 12:00	13:00 – 17:30	19:00 – 22:00

Seção III **Do Cadastro de Usuário**

Art. 5 - Ao iniciar o ano letivo, o usuário terá automaticamente seu cadastro no sistema da Biblioteca, de acordo com os dados fornecidos pela Secretaria Acadêmica, tendo que atualizar os dados e cadastrar senha com a apresentação de um documento com foto.

Art. 6 - Caberá ao usuário comparecer a Biblioteca, com documento com foto, a fim de cadastrar seus dados e sua senha eletrônica no ato do seu primeiro empréstimo.

Art. 7 - Os servidores (técnico-administrativos, docentes, terceirizados e estagiários) deverão efetuar seu cadastro pessoalmente na Biblioteca, portando o cartão funcional ou documento oficial com foto e número do SIAPE, salvo os estagiários que também apresentarão o documento comprobatório do seu vínculo com o IFPR.

Art. 8 - Os usuários utilizarão a senha cadastrada para liberação dos empréstimos.

Art. 9 - A senha eletrônica é pessoal e intransferível e a Biblioteca não se responsabiliza pelo uso indevido da mesma.

Art. 10 - A utilização da senha, nas operações realizadas, corresponde à assinatura eletrônica no sistema da Biblioteca. Os recibos de empréstimos, devoluções, avisos de débito de material e renovações serão enviados automaticamente pelo sistema para o e-mail informado no cadastro do usuário.

Seção IV

Do Cancelamento do Cadastro e Emissão do “Nada Consta”

Art. 11 - O usuário que perder o vínculo institucional terá seu cadastro cancelado automaticamente, com a emissão do documento “Nada Consta” pela Biblioteca e encaminhado à Secretaria Acadêmica do Campus.

Art. 12 - Para emissão do “Nada Consta”, em caso de transferência e trancamento de matrícula, o usuário precisa estar em dia com seus deveres na Biblioteca, incluindo devolução de material/ais emprestado/s. O prazo para a emissão deste documento é de até um (01) dia útil.

Art. 13 - No caso de emissão de “Nada Consta” para fins de formatura, o discente informará o motivo da solicitação e a Biblioteca efetuará a baixa do cadastro no Sistema, desde que não possua materiais bibliográficos pendentes de entrega.

Seção V

Dos Serviços

Art. 14 - Recursos informacionais: é permitida a retirada de material bibliográfico nos vários suportes disponibilizados pela biblioteca. O empréstimo domiciliar é permitido ao corpo docente, discente, técnico-administrativo, funcionários terceirizados e estagiários do IFPR. Para este serviço, o usuário deverá utilizar a senha previamente cadastrada.

Art. 15 - Empréstimo entre Bibliotecas: é permitido o empréstimo entre as Bibliotecas do IFPR, com prazo de devolução e quantidade de material definidos pela instituição cedente; a responsabilidade do envio é da Biblioteca cedente, ficando a responsabilidade da devolução por conta da Biblioteca solicitante.

Art. 16 - Ficha catalográfica: permite a elaboração de ficha catalográfica de teses, dissertações, monografias, livros e outras publicações do IFPR. É um serviço prestado pela Seção de Processamento Técnico da Biblioteca. O prazo para elaboração é de cinco (05) dias úteis.

Art. 17 - Levantamento bibliográfico: presta atendimento ao usuário, auxiliando na busca, localização e obtenção de informações.

Art. 18 - Normalização de trabalhos acadêmicos: orienta os alunos quanto à elaboração de referências bibliográficas e citações de acordo com as “Normas para Apresentação de Trabalhos Acadêmicos do Instituto Federal do Paraná”, baseadas na ABNT.

Art. 19 - Treinamento de usuários: orienta os usuários na utilização dos terminais de pesquisas e orientação no uso dos recursos e serviços da Biblioteca.

Art. 20 - Reserva de material: reserva material que esteja emprestado, caso não tenha nenhum exemplar solicitado pelo usuário disponível no acervo.

Art. 21 - Visita orientada: divulgação as/aos calouras/os dos produtos e serviços oferecidos pela Biblioteca. A visita deve ser solicitada e pré-agendada pelo professor no setor de atendimento.

Art. 22 - É proibida a entrada com qualquer tipo de alimento ou bebida nas dependências da biblioteca.

Art. 23 - Uso do espaço físico da Biblioteca: todo e qualquer uso do espaço físico da Biblioteca, em caráter excepcional (tais como aulas, palestras e similares), envolvendo mais de dez (10) alunos deve ser solicitado e agendado junto ao setor de atendimento levando-se em conta o disposto do regulamento específico de cada espaço.

Seção VI

Do Empréstimo de Material Bibliográfico

Art. 24 - Não será obrigatória a apresentação da Carteira de Identificação, ou documento oficial com foto e/ou crachá funcional no ato do empréstimo, somente a senha cadastrada;

Art. 25 - Ao efetuar o empréstimo, o usuário ficará inteiramente responsável pela preservação do material retirado.

Art. 26 - Nenhum tipo de material da Biblioteca deverá ser retirado sem efetivar o empréstimo no balcão de atendimento.

Art. 27 - Não estarão disponíveis para empréstimo domiciliar:

I – livros cuja demanda seja maior que o número de exemplares existentes;

II – livros e/ou material que necessitem de cuidados especiais, por definição da/o bibliotecária/o responsável;

III – livros e/ou material de reserva e consulta local: periódicos, mapas, obras de referência: atlas, catálogos, dicionários e enciclopédias;

Art. 28 - Poderá ser feito empréstimo especial dos materiais classificados como consulta local, conforme análise do mesmo pelos servidores da biblioteca;

Art. 29 - Não é permitida a retirada de dois exemplares da mesma obra pelo mesmo usuário. Porém, excepcionalmente, caso a/o docente necessite de vários exemplares de um mesmo título para atividade em sala de aula, será autorizado o empréstimo por um período de até vinte e quatro horas.

Art. 30 - As excepcionalidades citadas nos Artigos 26, 27 e 28 são definidas como empréstimo especial.

Art. 31 - O usuário que não efetuar a devolução terá como penalidade a suspensão de dois dias úteis para cada dia de atraso, não podendo assim realizar empréstimos até o término da suspensão.

Parágrafo único: Não será realizado nenhum tipo de empréstimo quando o Sistema não estiver funcionando.

Seção VII **Do Prazo de Empréstimo**

Art. 32 - Os prazos de empréstimo, quantidades e categorias de usuários são os seguintes:

Categoria	Quantidade	Prazo
Docentes	10 títulos	21 dias
Técnicos Administrativos	10 títulos	21 dias
Formandos	05 títulos	14 dias
Discentes	03 títulos	07 dias

Art. 33 - Os materiais permitidos para empréstimo domiciliar são: livros, folhetos, salvo melhor juízo com justificativa local para não realizar o empréstimo domiciliar;

Art. 34 - As multimídias (CD-ROMs, DVDs) poderão ser retiradas pelo prazo de três dias corridos. Dissertações e teses poderão ser emprestadas aos docentes, mediante assinatura de termo de responsabilidade;

Art. 35 - Os materiais permitidos para empréstimo especial são: periódicos, dicionários, materiais bibliográficos selecionados apenas para consulta local;

Art. 36 - As monografias e TCCs alocadas no acervo inativo não são emprestadas, são disponibilizadas apenas para consulta local mediante prazo de 24 horas para localização;

Seção VIII **Da Renovação**

Art. 37 - Serão permitidas duas (02) renovações tanto via internet (para as Bibliotecas que disponibilizarem este serviço) quanto no balcão de empréstimo, respeitando o prazo estipulado, desde que:

I – não estejam com a data de devolução vencida;

II – não contenham reservas;

III – o usuário esteja com a situação regular/normal no sistema;

IV – não se caracterize como empréstimo especial.

Art. 38 - A Biblioteca não se responsabiliza pelas renovações ocorridas durante falhas no sistema e/ou navegador, portanto as renovações via Internet são de inteira responsabilidade do usuário.

Art. 39 - Caso o usuário opte por fazer a renovação do empréstimo na Biblioteca, não será necessário a apresentação dos materiais, desde que não estejam em atraso.

Seção IX **Da Reserva**

Art. 40 - O usuário poderá efetuar a reserva de material que esteja emprestado.

Art. 41 - A reserva deverá ser realizada via internet (para as Bibliotecas que disponibilizarem este serviço), dos terminais de pesquisa existentes na Biblioteca.

Art. 42 - O sistema de gerenciamento da Biblioteca avisará o usuário, por e-mail, quando o material da reserva estiver disponível (para as Bibliotecas que disponibilizarem este serviço) ou o usuário deverá se informar diariamente sobre a disponibilidade do material reservado, consultando nos terminais de pesquisa.

Art. 43 - A reserva ficará à disposição do usuário por um período de um (01) dia útil.

Art. 44 - Caso o usuário desista da reserva ou não vá retirá-la:

I – se houver outras reservas, o material passará para o próximo usuário;

II – caso não haja outras reservas, o material voltará ao acervo.

Seção X **Do Empréstimo Entre Bibliotecas**

Art. 45 - O Empréstimo entre Bibliotecas obedecerá às normas próprias constantes no Regulamento da Biblioteca de cada Campus.

Art. 46 - A solicitação de empréstimos deverá ser feita via internet através do link na página de consulta ao acervo <http://biblioteca.ifpr.edu.br>, pelo botão “Solicitação de Empréstimo”. Não será aceito pedido de empréstimo via e-mail;

Art. 47 - Cabe a Biblioteca solicitante:

I – localizar o material desejado, através de pesquisa nos catálogos informatizados da Biblioteca Cedente;

II – verificar qual unidade possui maior número de exemplares disponíveis (quando houver mais de uma unidade com o material procurado);

III – esclarecer ao usuário que a solicitação será analisada pela biblioteca cedente e dependendo da disponibilidade, o material será enviado (ou não), nesse caso a biblioteca cedente envia e-mail ao usuário com cópia para a biblioteca solicitante informando sobre o atendimento ou não da solicitação. O solicitante pode consultar no sistema se o material solicitado está como “malote”.

IV – informar ao usuário que o prazo para a chegada do material solicitado é variável, dependendo da biblioteca cedente, pode haver demora. O malote da biblioteca Campus Palmas sai somente nas terças e quintas-feiras.

V - devolver a obra no prazo estipulado pelo serviço de empréstimo entre bibliotecas, ou efetuar o pedido de renovação até o dia estipulado para a devolução da obra;

VI – a Biblioteca Solicitante pode renovar o título após consultar a Biblioteca cedente;

VIII – a Biblioteca Solicitante deve repor a obra nos casos de danificação, perda ou extravio, por uma obra idêntica, considerando a mesma data ou data mais atualizada.

Parágrafo Único: O acordo de cobrança entre a Biblioteca solicitante e seu usuário final é de única e exclusiva competência da Biblioteca solicitante.

Seção XI

Das Penalidades

Art. 48º O não cumprimento das formalidades constantes no Regulamento (disponível na íntegra no balcão de empréstimo da Biblioteca do Campus Palmas) implicará nas seguintes penalidades:

I – o usuário em débito com a Biblioteca ficará suspenso; não podendo realizar novos empréstimos até a devolução e o cumprimento da suspensão. O usuário com suspensão poderá utilizar todos os serviços, espaços e acervo, ficando suspenso apenas o serviço de empréstimo domiciliar.

II – o usuário em débito com a Biblioteca deverá regularizar sua situação e solicitar o documento de NADA CONSTA para efetuar, cancelar, trancar matrícula, ou solicitar transferência e retirada do certificado;

III – para cada dia de atraso na devolução será contado dois (02) dias de suspensão por título de material emprestado;

IV – o atraso na devolução de material retirado pelo “empréstimo especial” será contado dois (02) dias de suspensão por dia de atraso;

V – o usuário que extraviar material em seu poder deverá providenciar a reposição do mesmo título ou, em caso de obra não disponibilizada em mercado editorial, indicado pela/o bibliotecária/o e cumprir o período de suspensão correspondente entre a data de término do prazo do empréstimo e a efetiva reposição da obra. O prazo máximo para reposição é de sessenta (60) dias a contar da data em que venceu o prazo para devolução.

Parágrafo Único: transcorridos os sessenta (60) dias a situação será encaminhada à Direção do Campus para providências necessárias.

VI – o usuário que adentrar na biblioteca com bolsa, alimentos, bebidas e não manter a ordem, a disciplina e o silêncio, sendo advertido e mesmo assim se recusar em cumprir as regras observadas neste regulamento será encaminhado à Direção do Campus para providências cabíveis.

VII – aplica-se o presente Regulamento a todos os usuários da Biblioteca, sem exceção.

Seção XII

Do Uso do Guarda-Volumes

Art. 49 - O guarda-volumes localizado à entrada da Biblioteca destina-se a guardar os pertences dos usuários apenas DURANTE sua permanência neste local.

Art. 50 - Não é permitida a entrada na Biblioteca com bolsas, malas, mochilas, pastas, pacotes, sacolas e outros objetos similares, exceto para eventos no Auditório e aulas do EAD.

Art. 51 - A Biblioteca não se responsabiliza pelos pertences e valores deixados neste local.

Art. 52 - O próprio usuário deve colocar seus pertences no guarda-volumes e cuidar da chave.

Art. 53 - A perda, retenção e/ou danificação da chave implicará em sua reposição.

Art. 54 - O usuário deverá repor os danos que, porventura, causar às instalações dos guarda-volumes, assim como, quando houver perda da chave incorrerá em troca de segredo/cópias, com custas cobertas pelo usuário.

Seção XIII

Do Uso dos Computadores

Art. 55 - O uso dos computadores é exclusivamente para pesquisas em sítios de busca e/ou base de dados para pesquisa e execução de trabalhos acadêmicos.

Art. 56 - Não é permitido o acesso às redes sociais, bate-papo (chat), transferência de programas (download), jogos, áudio e visita a páginas cujo conteúdo não seja de interesse técnico-científico.

Art. 57 - O tempo máximo de uso é de 60 minutos, sendo permitida apenas uma pessoa por computador.

Seção XIV

Das Obrigações dos Usuários

Art. 58 - São obrigações dos usuários:

I – deixar bolsas, malas, mochilas, pastas, pacotes, sacolas e outros objetos similares no guarda-volumes, localizado na entrada da Biblioteca;

II – levar seus pertences ao sair da Biblioteca;

III – deixar sobre as mesas o material utilizado nas consultas e empréstimo local, não os recolocando nas estantes;

IV – manter a ordem e a disciplina para não prejudicar o silêncio na Biblioteca;

V – devolver o material emprestado para uso domiciliar na data estabelecida e, exclusivamente, no balcão de empréstimo;

VI – comparecer à Biblioteca quando solicitado;

VII – informar imediatamente à Biblioteca, em caso de dano, extravio ou perda de material e providenciar sua reposição dentro do prazo estipulado, atendendo às normas deste Regulamento;

VIII – manter seus dados pessoais atualizados no cadastro da Biblioteca;

XI – zelar pela conservação do acervo e patrimônio;

X – obedecer às normas estabelecidas neste Regulamento.

Seção XV **Dos Direitos dos Usuários**

Art. 59 - São direitos dos usuários:

I – utilizar o espaço físico da Biblioteca para fins de pesquisa bibliográfica, estudo e leitura de lazer;

II – realizar empréstimo domiciliar do material bibliográfico, obedecendo aos critérios estabelecidos;

III – solicitar renovação do prazo de empréstimo do material, caso não haja reservas;

IV – solicitar o agendamento de aulas (apenas docentes) a serem ministradas na Biblioteca, respeitando este Regulamento e o fazendo o agendamento das salas de estudos no balcão de empréstimo ou através do e-mail biblioteca.palmas@ifpr.edu.br

V – utilizar seu próprio material bibliográfico e microcomputador portátil;

VI – utilizar os demais serviços disponíveis da Biblioteca de acordo com as regras estabelecidas.

Seção XVI **Das Disposições Gerais**

Art. 60 - É expressamente proibido fazer uso de aparelhos eletrônicos (telefone celular, rádios, pagers, ipods, jogos eletrônicos e similares) nas dependências da Biblioteca;

Art. 61 - Não é permitido o consumo de alimentos e bebidas nas dependências da Biblioteca;

Art. 62 - Não é permitido entrar sem camiseta ou em trajes inadequados;

Art. 63 - Para não causar eventual constrangimento aos demais usuários, evitar comportamento pernicioso;

Art. 64 - Anualmente a Biblioteca poderá, em período definido em conjunto com a Direção de Ensino/Geral, suspender o atendimento ao público com o objetivo de realizar o inventário do acervo.

Art. 65 - No período de férias escolares, a Biblioteca atenderá em horário reduzido.

Art. 66 - Os casos omissos serão resolvidos pelo/a bibliotecário/a responsável pela Biblioteca e, quando for o caso, pela Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão e Direção Geral.

Art. 67 - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Luciano Martignoni
Diretor Geral – IFPR Campus Palmas
Siape – 1792262

ANEXO II – INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO DOS CENÁRIOS ATIVOS

NÚCLEO:

Coordenadora do núcleo:

Nome do aluno: _____

Professor facilitador: _____

INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DE SÍNTESE

Acadêmico: _____

Docente(a): _____

	PLENO (A)	PARCIALMENTE PLENO (B)	SUFICIENTE (C)	INSUFICIENTE (D)	NÃO SE APLICA
CRITÉRIOS					
Assiduidade e participação	Participa ativamente em todos os encontros e momentos da discussão dos textos, colaborando na construção coletiva do conhecimento	Participa ativamente em alguns dos momentos da discussão dos textos, colaborando na construção coletiva do conhecimento.	Participa dos momentos da discussão dos textos, colaborando parcialmente na construção coletiva do conhecimento.	Raramente participa dos momentos da discussão do texto, não contribuindo na construção coletiva do conhecimento.	
Comunicação	Discute com coerência fazendo relação com o texto estudado, demonstrando habilidade verbal, (clareza, coerência, espontaneidade) para expressar seus pensamentos.	Discute com coerência fazendo relação com o texto estudado, demonstrando pouca habilidade verbal, (clareza, coerência, espontaneidade) para expressar seus pensamentos	Discute com coerência fazendo relação com o texto estudado, demonstrando nenhuma habilidade verbal, (clareza, coerência, espontaneidade) para expressar seus pensamentos	Discute o texto sem coerência utilizando exemplos empíricos e sem habilidade verbal	
Relação da Síntese e os saberes e	Relaciona a síntese com os saberes e a prática de enfermagem,	Relaciona parcialmente a síntese com os saberes e/ou a	Apresenta dificuldades de relacionar a síntese aos	Não relaciona a situação problema aos saberes e/ou prática de enfermagem	

práticas de enfermagem	citando estudos e vivências que exemplificam tal relação.	prática de enfermagem, citando estudos e vivências que exemplificam tal relação.	saberes e/ou prática de enfermagem.		
Trabalho em Grupo	Demonstra capacidade de trabalho em grupo fazendo críticas aos colegas e ao texto, contribuindo para o processo de ensino aprendizagem.	Demonstra capacidade de trabalho em grupo fazendo críticas aos colegas e ao texto, contribuindo parcialmente para o processo de ensino aprendizagem	Demonstra parcialmente capacidade de trabalho em grupo fazendo críticas aos colegas e ao texto, contribuindo de maneira insuficiente para o processo de ensino aprendizagem	Demonstra capacidade de trabalho em grupo insatisfatória, fazendo críticas aos colegas e não, contribuindo para o processo de ensino aprendizagem	
Síntese	Realiza a síntese do texto com raciocínio lógico, propondo a forma de pensar a prática com domínio científico.	Realiza a síntese do texto com raciocínio lógico, propondo parcialmente formas alternativas de pensar a prática com domínio científico.	Realiza parcialmente a síntese do texto com raciocínio lógico, propondo ou não formas alternativas de pensar a prática com domínio científico.	Propõem alternativa empíricas e não realiza a síntese do texto	
TOTAL DE CRITÉRIOS					
				CONCEITO	

Ass. Aluno

Ass. Professor Facilitador

INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DE SITUAÇÃO PROBLEMA

Acadêmico: _____

Tutor(a): _____

	PLENO (A)	PARCIALMENTE PLENO (B)	SUFICIENTE (C)	INSUFICIENTE (D)	NÃO SE APLIC A
CRITÉRIOS					
Assiduidade e participação (Abertura e fechamento do caso)	Participa ativamente de todos os encontros e momentos da situação problema (abertura e fechamento), colaborando na construção coletiva do conhecimento.	Participa ativamente em todos os momentos da situação problema (abertura e fechamento), colaborando na construção coletiva do conhecimento.	Participa dos momentos da situação problema (abertura e fechamento), colaborando parcialmente na construção coletiva do conhecimento.	Raramente participa dos momentos da situação problema (abertura e fechamento), não contribuindo na construção coletiva do conhecimento.	
Identifica os objetos de busca para resolução dos problemas,	Identifica todos ou mais objetos de busca para resolução dos problemas	Identifica mais de 70% dos objetos de busca para resolução dos problemas	Identifica 50% dos itens de busca propostos, com estímulo para a detecção dos problemas.	Necessita ser estimulada para a detecção dos problemas do caso e/ou não identifica nenhum tema de busca.	
Apontamentos empíricos e/ou científicos na tentativa de solucionar o problema em discussão	Apresenta apontamentos científicos que contribuem na resolução do problema.	Apresenta alguns apontamentos científicos e empíricos pertinentes na tentativa de resolução do problema.	Apresenta apontamentos empíricos na tentativa de solucionar o problema.	Não apresenta apontamentos empíricos e/ou científicos na tentativa de solucionar o problema.	
Habilidade verbal para expressar seus pensamentos	Clara, espontânea, apresenta conceitos pertinentes ao caso e reflexiva	Clara, espontânea, apresenta conceitos pertinentes ao caso.	Clara, necessita ser estimulada, apresenta conceitos pertinentes ao caso	Necessita ser estimulada e/ou não apresenta conceitos pertinentes ao caso	
Resolução da situação problema	Realiza todas as buscas levantadas, apontando suas fontes com	Realiza mais de 70% das buscas levantadas e aponta suas fontes com qualidade	Realiza 50% das buscas levantadas e aponta suas fontes com qualidade científica. Resolve	Realiza menos de 50% das buscas e apresenta algumas fontes de busca, e não resolve o caso.	

	qualidade científica. Resolve o caso plenamente e/ou levanta questões além do esperado.	científicas. Resolve o caso.	parcialmente o problema.		
Uso da Terminologia Científica	Apresenta linguagem com terminologia científica apropriada na resolução de todos problemas. Compreende plenamente os significados das terminologias utilizadas.	Apresenta linguagem com terminologia científica apropriada na resolução de 70% dos problemas. Compreende plenamente os significados das terminologias utilizadas.	Apresenta linguagem com terminologia científica apropriada na resolução de 50% dos problemas. Compreende parcialmente os significados das terminologias utilizadas.	Não apresenta linguagem com terminologia científica apropriada na resolução da maioria dos problemas. Compreende insatisfatoriamente os significados das terminologias utilizadas.	
Relação da Situação Problema e os saberes e práticas de enfermagem	Relaciona a situação problema com os saberes e a prática de enfermagem, citando estudos e vivências que exemplificam tal relação.	Relaciona parcialmente a situação problema com os saberes e/ou a prática de enfermagem, citando estudos e vivências que exemplificam tal relação.	Apresenta dificuldades de relacionar a situação problema aos saberes e/ou prática de enfermagem.	Não relaciona a situação problema aos saberes e/ou prática de enfermagem	
TOTAL DE CRITÉRIOS					
				CONCEITO	

Ass. Aluno

Ass. Professor Facilitador

INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DE PORTFÓLIO

Acadêmico: _____

Tutor(a): _____

	PLENO (A)	PARCIALMENTE PLENO (B)	SUFICIENTE (C)	INSUFICIENTE (D)	NÃO SE APLICA
CRITÉRIOS					
Formatação e Linguagem	Segue as indicações quanto a apresentação incluindo o cabeçalho indicado, formatado conforme normas do IFPR, respeitando a norma culta	Formatar conforme normas do IFPR, respeitando a norma culta. Não apresenta cabeçalho	Não formata nas normas do IFPR e ou utiliza parcialmente a norma culta.	Não utiliza a norma culta e ou Não normas do IFPR.	
Descrição da atividade.	Descreve os diferentes cenários, articulando temas e conteúdos em comum, com capacidade de síntese.	Descreve os diferentes cenários, com capacidade de síntese.	Descreve os diferentes cenários.	Descreve parcialmente os diferentes cenários ou não apresenta descrição	
Fundamentação Teórica	Consulta no mínimo 2 referências atuais (últimos cinco anos), por tema, relevantes e de fonte segura, que sustentem a temática descrita	Consulta no mínimo 2 referências atuais (últimos cinco anos), por tema, relevantes e de fonte segura.	Fundamenta com fonte segura. Não apresenta o mínimo de referências e ou que não convergem com o tema.	Não fundamenta teoricamente ou apresenta fontes não confiáveis.	
Reflexão crítica	Apresenta no texto reflexão crítica articulada com sua descrição e fundamentação teórica, pontuando dificuldades e facilidades encontradas, propondo soluções para os problemas enfrentados.	Apresenta no texto reflexão crítica articulada com sua descrição e fundamentação teórica, pontuando as dificuldades e facilidades.	Apresenta no texto reflexão crítica. Não pontua dificuldade e facilidades e não propõem soluções.	Aponta as dificuldades e facilidades, mais não realiza a reflexão crítica.	
TOTAL DE CRITÉRIOS					
				CONCEITO	

ASSINATURA DO ACADÊMICO

ASSINATURA DO TUTOR